Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba:

leituras sociológicas

Roberto Véras de Oliveira (Org.)

Roberto Véras de Oliveira
(Organizador)

Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas

CAMPINA GRANDE - PB
2014

Sumário

PARTE II

Políticas Sociais como Campo de Disputas: Continuidades e Descontinuidades

PARTE III

Trabalhadores em Movimento: Ações Coletivas e Horizontes de Ressignificação

Apresentação

Este livro tem o propósito de trazer a público parte da produção do Grupo de Pesquisa *Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas* – TDEPP, certificado pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq[1]. Criado no primeiro semestre de 2006, o TDEPP/UFCG congrega pesquisadores e alunos, de graduação e pós-graduação, da UFCG, UFPB e UEPB. Faz parte de um esforço de estudos e pesquisas sobre o tema do *Trabalho*, relacionando-o com as problemáticas do *Desenvolvimento* e das *Políticas Públicas*. Desde então, têm sido percorridos, por meio de diversas ações de estudos e pesquisas, temas tais como: relações de trabalho, informalidade, qualificação profissional, políticas públicas de trabalho, emprego e renda, sindicalismo, economia solidária, diálogo social, participação institucional e controle social, cidadania, entre outros. As frentes de pesquisa em geral vêm se concentrando, embora de modo não exclusivo, em experiências situadas na Paraíba e em Pernambuco, dado o posicionamento geográfico da UFCG. Seus resultados têm sido sistematizados nas formas de relatórios de pesquisas, teses e dissertações, comunicações em congressos acadêmicos, subsídios para movimentos sociais e gestão pública, publicações em livros, capítulos de livros e periódicos científicos etc. Uma publicação merece uma referência especial: *Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas*, livro editado por uma parceria entre a EDUEP e a EDUFCG, em 2009, tendo reunido um primeiro conjunto de estudos realizados no âmbito do Grupo.

Os textos aqui selecionados são resultados de pesquisas de membros do TDEPP/UFCG sob as modalidades de Iniciação Científica, Especialização, Dissertação de Mestrado, Tese de Doutorado e de outros projetos. A presente

1 No site do CNPq, consta no endereço: http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=4469702R6T5MB6. Site próprio: https://sites.google.com/site/gptrabalhoufcg/publicacoes-textos.

coletânea se encontra focada em experiências de *trabalho*, de *políticas sociais* e de *ação coletiva*, estabelecidas no território paraibano. O objetivo, com tal recorte, é propiciar à comunidade acadêmica e à sociedade paraibana um olhar sociológico, pluridimensional e de conjunto sobre as dinâmicas constitutivas do mundo do trabalho, assim como sobre as mudanças pelas quais essas vêm passando mais recentemente. Visa, com isso, sobretudo, trazer elementos de uma abordagem *posicionada* a partir de um *lugar* determinado, a Paraíba, sobre o qual recai o peso histórico da condição periférica. Sob tal condição, temas tão amplos e universais, como os que se referem a *trabalho*, *políticas públicas* e *ação coletiva*, ganham significações ao mesmo tempo gerais e específica. É nas tensões e conexões deste *local* com o *global* que, a partir de interpretações várias, tais temas são aqui abordados.

A presente coletânea encontra-se estruturada em três partes principais. ***A Parte I - SENTIDOS DO TRABALHO: CONTEXTOS DE REPRODUÇÃO E DE REINVENÇÃO***, compreende os Capítulos: 1) *Mercado de trabalho na Paraíba nos anos 2000*, de Jorge Alves e Renato Silva de Assis, oferece uma visão de conjunto sobre a evolução recente do mercado de trabalho na Paraíba, a partir dos dados dos Censo Demográficos do IBGE, dos anos 1991, 2000 e 2010; 2) *As novas tendências da qualificação profissional e o Senai da Paraíba*, de Roberto Véras de Oliveira, Eugenio V. Pereira Neto, Alexandre Santos Lima e Diogo Fernandes da Silva, traz um quadro sobre a trajetória histórica e recente do Senai na Paraíba, ao mesmo tempo que a situa em um contexto nacional e internacional marcado por mudanças no mundo do trabalho e no campo da qualificação profissional; 3) *A nova reprodução do trabalho precário e os mototaxistas de Campina Grande*, de Jucelino Pereira Luna e Roberto Véras de Oliveira, situa a emergência local do segmento do mototaxismo, a partir dos anos 1990, como expressão da reprodução do trabalho precário e informal; 4) *A invenção cotidiana do trabalho no limiar da exclusão social: a condição social dos "flanelinhas" em Campina Grande*, de Rosa Emília Araújo Idalino e Roberto Véras de Oliveira, traz a problemática mais recente, no plano local, de um segmento situado no limiar do mundo do trabalho, em luta cotidiana pela sobrevivência e por reconhecimento social.

A Parte II - POLÍTICAS SOCIAIS COMO CAMPO DE DISPUTAS: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES reúne os Capítulos: 5) *O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba sob o impacto das recentes políticas federais de Formação Profissional*, de Diogo Fernandes da Silva e Roberto Véras de Oliveira, trata do modo como têm sido recepcionadas no IFPB as políticas adotadas pelos últimos governos no campo da

formação profissional; 6) *A qualificação profissional e o desafio da inserção social a partir do PNQ/PlanTeQ-PB***,** de Rejane Gomes Carvalho e Eliana Monteiro Moreira, apresenta e analisa o quadro atual das ações de qualificação profissional realizadas na Paraíba no âmbito do Plano Territorial de Qualificação; 7) *A experiência da Comissão Municipal de Emprego de Campina Grande como espaço de participação e controle sociais*, de Josilene Felix Marinho e Roberto Véras de Oliveira, versa sobre a constituição e desenvolvimento da Comissão Municipal de Emprego de Campina Grande, situando tal processo no contexto nacional marcado por inovações nos campos das políticas públicas de trabalho, emprego e renda; 8) *Agricultura familiar e políticas de inclusão social: o Programa Agroamigo em Lagoa Seca*, de Aldenôr Gomes da Silva, Roseli de Fátima Corteletti e Edgard Leitão de Albuquerque Neto, analisa as mudanças na *agricultura familiar* a partir da implementação do Programa de Microcrédito Agroamigo, do BNB.

Por fim, a **Parte III – TRABALHADORES EM MOVIMENTO: AÇÕES COLETIVAS E HORIZONTES DE RESSIGNIFICAÇÃO** inclui os Capítulos: 9) *Novo padrão de relações de trabalho e de ação sindical no setor de Telecomunicações na Paraíba*, de Roberto Véras de Oliveira, trata das mudanças no setor de Telecomunicações no Brasil, suas implicações para o campo das relações de trabalho e para a ação sindical, de modo a situar suas repercussões no caso da Paraíba; 10) *A crise do sindicalismo do setor público: o caso do SINTESPB*, de Welington Barros Cantalice e Roberto Véras de Oliveira, busca situar, a partir de uma perspectiva histórica e em diálogo com o quadro nacional e internacional, a condição atual do sindicalismo no segmento dos trabalhadores técnico-administrativos das Universidades Públicas da Paraíba (UFPB, UFCG e UEPB); 11) *A Economia Solidária e a experiência da EcoVárzea: o trabalho como Realização?*, de Thelma Flaviana e Roberto Véras de Oliveira, analisa uma das mais significativas experiências de Economia Solidária da região de João Pessoa; 12) *O novo cooperativismo e o caso da COOPERNUT: um sonho possível?,* de Alberto Jorge Santos Lima Carvalho e Roberto Véras de Oliveira, discute sobre as potencialidades e limites de uma experiência emblemática da Economia Solidária em Campina Grande.

Boa leitura!

Roberto Véras de Oliveria
(*organizador*)

PARTE I

Sentidos do Trabalho:
Contextos de Reprodução e de Reinvenção

A dinâmica do mercado de trabalho paraibano nas décadas de 1990 e 2000

Jorge Souza Alves
Renato Silva de Assis

Introdução

Este artigo procura analisar o comportamento do mercado de trabalho paraibano na década passada, a partir dos dados disponíveis do Censo Demográfico 2010, do IBGE. Buscando avaliar as mudanças e transformações ocorridas, esses dados mais recentes serão colocados em cotejamento com os dos Censos dos anos anteriores (1991 e 2000), sendo que para isso serão feitas algumas ressalvas, em função de alterações na metodologia e/ou classificação de algumas variáveis utilizadas.

Além desta *Introdução*, esse estudo é composto por mais três seções. A segunda seção faz um levantamento do comportamento econômico e demográfico paraibano nas últimas décadas, a fim de verificar quais aspectos direta e indiretamente impactaram (ou não) o mercado de trabalho nesse mesmo período. A terceira seção analisa detalhadamente a dinâmica do mercado de trabalho no referido território, explorando tanto os aspectos e/ou indicadores mais gerais desse mercado, como os dados ou variáveis referentes ao perfil dos ocupados. A última seção trata das considerações finais.

O contexto econômico e demográfico da Paraíba nas últimas décadas

O desenvolvimento econômico marcou as grandes transformações ocorridas no Brasil no Século XX. A partir da Revolução de 1930, iniciou-se o processo de industrialização, que proporcionou a passagem de uma economia primário-exportadora para uma economia urbano-industrial. Dentro desse contexto, a economia nordestina, caracterizada predominantemente pela pequena produção de subsistência e pelo latifúndio agrícola (produção

de cana-de-açúcar, algodão, cacau) e/ou pecuário (gado bovino, principalmente), ambos pouco intensivos em capital, começou a perder importância relativa no contexto nacional e a se tornar uma economia complementar à economia da região Sudeste, que se configurava como o pólo dinâmico da acumulação de capital do país. Essas mudanças fizeram com que o Nordeste passasse a ser fornecedor de mão-de-obra, de produtos agrícolas, de matérias primas, de insumos e, em alguns momentos, de alguns produtos industriais, geralmente bens de consumo não-durável, como têxteis, calçados e alimentos, para empresas sediadas no Sudeste (OLIVEIRA, 2003).

Nesse mesmo período, tomou impulso o processo de repulsão populacional na Região Nordeste, fazendo com que a busca por oportunidades de trabalho nos grandes centros urbanos deslocasse milhões de nordestinos. A partir da década de 1940, fatores como a modernização da agricultura no Sudeste, abertura de novas fronteiras agrícolas, o avanço da industrialização e o elevado crescimento demográfico vegetativo da área rural do Nordeste, causaram grandes transformações na distribuição populacional no espaço brasileiro, promovendo, sobretudo, importantes deslocamentos de trabalhadores agrícolas para áreas urbanas do país. (MAGNOLI e ARAÚJO, 1996).

Outra questão que repercutiu sobre a interação demográfica e também política do Nordeste frente às outras regiões, foi o deslocamento do eixo de poder a favor da Região Sudeste, que consequentemente concentrou grande parte dos recursos financeiros do país. Essas alterações provocaram uma redução nas poucas oportunidades de investimento no Nordeste e agravou os problemas então existentes na Região, como a exclusão (desemprego) e as desigualdades sociais, bem como as secas recorrentes em grandes áreas de seu território, aumentando sobremaneira os conflitos sociais, a exemplo das Ligas Camponesas, na década de 1960 (OLIVEIRA, 2008).

Entre 1960 e 1980, verificou-se um processo de desconcentração espacial das atividades econômicas (inclusive industriais), atingindo positivamente o Nordeste, que (no segmento industrial) de tradicional produtora de bens de consumo não-duráveis (têxtil e alimentar, principalmente), começava a se especializar na produção de bens intermediários (química e petroquímica) e no desenvolvimento de pólos agroindustriais, mas ainda mantendo o caráter de economia complementar à tradicional indústria do Sudeste. Isso foi impulsionado tanto pela ação governamental (incentivos fiscais, investimentos de órgãos e empresas estatais, concessão de crédito, etc.) como pelos investimentos privados, de forma que as atividades urbanas (e dentro delas as atividades industriais) ganharam maior espaço no ambiente econômico

regional e passaram a comandar o crescimento da produção regional. Pelo lado governamental, destaca-se o papel desempenhado pela SUDENE, que incentivou e organizou distritos industriais nas capitais e principais cidades, e financiou a implantação de novas indústrias e/ou a modernização das já existentes (GUIMARÃES NETO, 1989; OLIVEIRA, 1998; ARAÚJO, 2000a e 2000b). Entretanto, tal processo beneficiou os Estados do Nordeste de forma diferenciada, cabendo à Bahia, Pernambuco e Ceará os maiores volumes de recursos governamentais. Isso ocorreu também no interior de cada Estado, onde geralmente a maior parte dos recursos foi alocada nas capitais e nos maiores municípios. Na Paraíba, foram criados distritos industriais em João Pessoa e Campina Grande, os quais canalizaram a maior parte dos investimentos destinados ao Estado (OLIVEIRA, 1987; ANDRADE, 1975).

Foi esse contexto de forte expansão econômica que caracterizou o período de industrialização do país entre 1930 e 1970, tendo contribuído para a estruturação do mercado de trabalho, por meio do elevado crescimento do emprego assalariado formal e do decréscimo das ocupações precárias e do desemprego, notadamente nas regiões Sudeste e Sul.

Com o esgotamento do padrão de acumulação baseado na substituição de importações, no final dos anos 1970, a economia brasileira começou ingressou em um período marcado por crises (inflação, dívida externa crescente, déficit fiscal e financeiro do Estado etc.) e ajustes (planos de estabilização econômica, reforma do Estado, abertura comercial e financeira, desregulamentação de mercados, reestruturação das empresas), que resultaram numa fase de semi-estagnação econômica. Nos anos 2000, notadamente a partir de 2004, com a melhora da situação fiscal-financeira do Estado e o retorno de seu papel como indutor do crescimento econômico, o Brasil passou a apresentar sinais positivos na sua dinâmica socioeconômica, com o retorno do crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais e regionais. Durante esse período, o processo de desconcentração espacial sofreu certo arrefecimento, pelo menos quanto ao Nordeste, pois conforme mostram os dados das Contas Regionais do Brasil, do IBGE, o volume do Produto Interno Bruto - PIB do Nordeste teve crescimento de 64,4% entre 1995 e 2010, um resultado superior ao verificado em escala nacional (57,5%), mas sua participação no contexto nacional ficou praticamente inalterada no período, tendo passado de 12,0% para 13,5%, respectivamente.

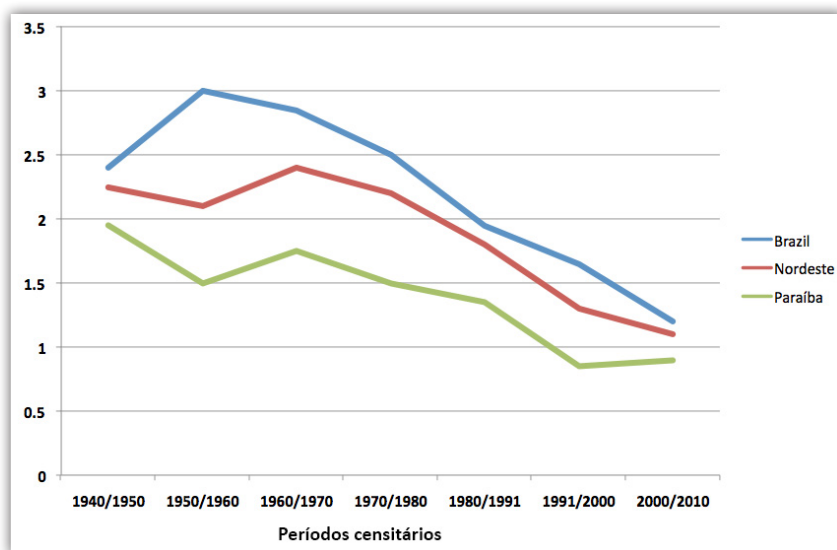
Nessa Região, vem se observando o crescimento da produção de bens de consumo não-duráveis, com destaque para os segmentos ligados ao complexo vestuário (têxtil, confecções e calçados), bem como de bens duráveis, com a

instalação do complexo automotivo da Bahia, além da expansão da fronteira agrícola para os Estados do Maranhão e Piauí, entre outros. No segmento de comércio, houve a instalação de grandes empresas atacadistas e/ou de distribuição (as chamadas Centrais de Distribuição, ou CD's), geralmente nas capitais e/ou áreas litorâneas (próximo de portos e rodovias federais), algumas com forte atuação nacional e/ou regional, bem como redes que mesclam o atacado com o varejo (os "atacarejos"), nos municípios de maior densidade populacional e econômica. Esse crescimento, entretanto, continuou a ocorrer de forma bastante diferenciada entre os espaços sub-regionais, e isso contribuiu para aprofundar a heterogeneidade dessa região, tornando mais nítidas e mesmo maiores as diferenças entre as sub-regiões. No caso da Paraíba, o PIB cresceu 70% entre 1995 e 2010, resultado superior ao verificado nos âmbitos regional e nacional (de 12,5%, em relação a este último), mas sua participação relativa nos contextos regional e nacional permaneceu praticamente constante ao longo desse período, passando de 6,1% para 6,4% e de 0,7% para 0,8% do PIB, entre 1995 e 2010, respectivamente. Em termos de posição, a Paraíba ficou com o 5º maior PIB regional, nos dois anos considerados.

Os dados acima permitem concluir que, quando se leva em conta a manutenção do crescimento estadual em torno da média regional e nacional, o resultado para a Paraíba não é negativo, mas também não pode ser considerado de todo positivo, em função de uma posição relativa inalterada no contexto nacional e regional. Apesar disso, vale destacar as mudanças na estrutura econômica estadual, conforme se pode perceber através do estudo da distribuição do Valor Adicionado Bruto segundo os ramos de atividade econômica. Esses dados mostram que, de 1995 a 2010, enquanto a participação do Setor Primário no Valor Adicionado Bruto total da economia paraibana caiu 9,3% (passando de 13,6% para 4,2%), houve um crescimento de 5,3% no Setor Terciário (de 67,9% para 73,2%) e de 4,1% no Setor Secundário (de 18,5% para 22,1%). Para o aumento do Setor Terciário, concorreram sobretudo o setor público e as atividades de intermediação financeira, seguros e previdência complementar, bem como o segmento do comércio. Quanto ao Setor Secundário, contribuíram os serviços industriais de utilidade pública (eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana) e, em grau menor, a indústria de transformação.

Quanto à dinâmica demográfica, os Censos Demográficos de 1940 até 2010 mostram que a população paraibana cresceu 2,6 vezes (de 1.422.282 para 3.766.528 habitantes), enquanto a nordestina cresceu 3,7 vezes e a brasileira, 4,6 vezes. No caso brasileiro, uma maior aceleração no ritmo de crescimento populacional ocorreu durante a década de 1950 (Gráfico 1), tendo se mantido

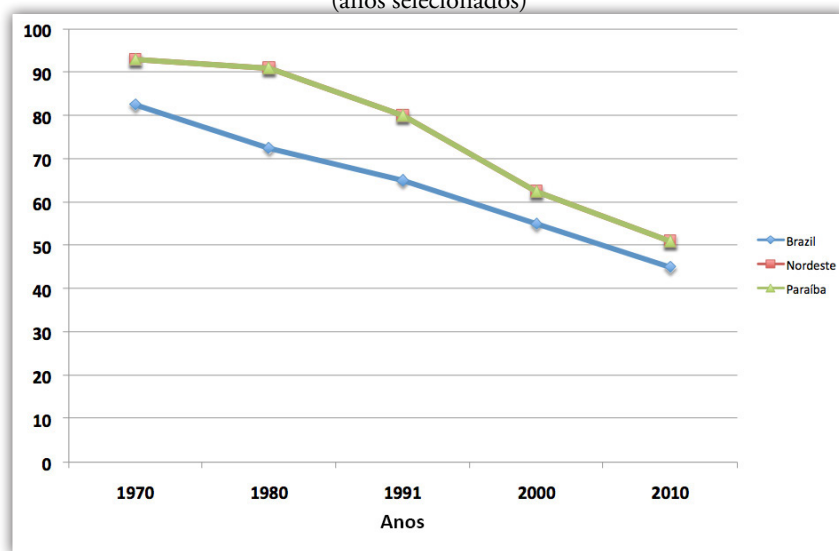
ainda, no período seguinte (anos 1960), em patamar elevado, para, a partir daí, dar início a um processo de desaceleração do crescimento, refletindo um sistemático declínio nas taxas de fecundidade.

Gráfico 1 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente - Brasil, Nordeste e Paraíba (1940/1950 a 2000/2010)

Fonte: IBGE/Censos Demográficos (anos selecionados).

Em relação à Região Nordeste, observou-se uma desaceleração do crescimento populacional durante a década de 1950 (2,08% ao ano), seguida de uma pequena aceleração nos anos de 1960, momento em que se verificou a maior variação de todo o período analisado (2,40% a.a.). A partir daí, acompanhou o movimento declinante, verificado na média nacional. Na Paraíba, a maior taxa foi verificada nos anos 1940 (1,93% a.a.), seguida de sua desaceleração nos anos 1950 (1,52% a.a.) e, como verificado no Nordeste, de uma aceleração nos anos 1960 (1,76% a.a.), para, a partir dos anos 1970, acompanhar o ritmo decrescente em termos regionais e nacional, mas sempre apresentando taxas inferiores aos dois âmbitos. A taxa média geométrica de crescimento anual no período 2000/2010, de 0,90%, foi a segunda mais baixa já observada desde a década de 1940 (a menor foi verificada entre 1991 e 2000, de 0,82% a.a.). Esses resultados contribuíram para que a participação da população nordestina no total da população brasileira passasse de 30,2%, em 1970, para 27,8%, em 2010. No que diz respeito à Paraíba, a participação

de sua população em relação à população brasileira e nordestina reduziu-se de 2,6% para 2% e de 8,5% para 7,1%, respectivamente.

Analisando-se a *razão de dependência*[1] nas áreas investigadas (Gráfico 2), nota-se, em princípio, que essa taxa caiu significativamente em todas elas, mostrando a redução paulatina no número de dependentes (crianças e idosos) da população em idade ativa, em todos os níveis, sendo que essas reduções ocorreram com maior intensidade no Nordeste e na Paraíba. Por outro lado, percebe-se que as taxas mais elevadas situavam-se na Região Nordeste e, dentro dessa, na Paraíba. Entretanto, como as taxas nessas áreas decresceram em um ritmo mais acelerado, essas foram, paulatinamente, se aproximando das taxas verificadas no Brasil. No caso da Paraíba, o peso da população inativa sobre a ativa, em 1970, era de 94,0%, tendo caído para 93,1% em 1980, 79,9% em 1991, 63,1% em 2000 e 51,1% em 2010.

Gráfico 2 - Razão de dependência - Brasil, Nordeste e Paraíba (anos selecionados)

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Olhando agora mais especificamente para o mercado de trabalho, do momento presente até as duas próximas décadas, a proporção de jovens e

---

1 Esse indicador representa o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

crianças deverá continuar a se reduzir e a de idosos não será tão grande. Ou seja, haverá uma larga proporção de pessoas na população em idade ativa. Isso significa um potencial de "enriquecimento" da sociedade: uma proporção maior de pessoas que podem trabalhar e uma proporção menor de pessoas que dependem da produção das que trabalham, ou seja, uma tendência à continuidade da redução da *taxa de dependência demográfica*.

Quanto ao nível de escolaridade da População em Idade Ativa - PIA[2] da Paraíba, constata-se um processo de melhoria nas últimas décadas. Entre 1991 e 2000, observou-se que os grupos populacionais que tiveram os maiores crescimentos foram exatamente os que possuíam maiores anos de estudo, destacando-se os grupos com 8 a 10 anos de estudo, com crescimento de 71,2%, o de 11 a 14 anos (59,6%), bem como o de 15 anos ou mais (41,3%). Em contrapartida, houve queda no contingente populacional sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo, de 43,2%. No Censo Demográfico 2010, houve mudanças na classificação da população segundo essa variável, o que nos impossibilitou de fazer comparações com o período anterior. Analisando os dados de acordo com a nova classificação, observamos que 61,5% da população paraibana (3.161.232 pessoas) foi classificada como sem instrução ou com fundamental incompleto. Em segundo lugar, se colocaram os com ensino médio completo ou superior incompleto (18,6%), seguido das pessoas com o fundamental completo e das com o ensino médio incompleto (13,8%). Em último lugar, veio o grupo com ensino superior completo, com 5,7%. Com essas informações, pode-se afirmar que apesar dos investimentos públicos e privados no sistema educacional paraibano nas últimas décadas, que resultaram em melhorias no perfil da população em relação à educação formal, ainda é grande o contingente populacional com pouco ou nenhum nível de instrução formal.

---

2 A PIA é composta pela População Economicamente Ativa - PEA e População Não Economicamente Ativa – PNEA. A PEA inclui aqueles que efetivamente se encontram disponíveis para o exercício de atividades econômicas em um determinado período, seja na condição de ocupados, seja na de desocupados com procura por alguma ocupação (trabalho), e é exatamente esse contingente populacional que compõe o chamado mercado de trabalho. Os demais, pertencentes à PNEA, são os considerados inativos (em termos econômicos), como as donas de casa, os estudantes, os aposentados, os inválidos e os enfermos com mais de doze meses. Aqui, estamos considerando como pertencente à PIA a parte da população com 10 ou mais anos de idade.

Esse quadro de transformações econômicas e demográficas ocorridas na Paraíba irão nos ajudar na compreensão do comportamento do mercado de trabalho paraibano nas últimas décadas, ou seja, quanto às mudanças e/ou permanências verificadas, como veremos a seguir.

A dinâmica recente do mercado de trabalho paraibano

Para procedermos a uma análise criteriosa das mudanças e permanências no mercado de trabalho paraibano na década passada, primeiro precisamos considerar os indicadores gerais de atividade do mesmo, o que será visto na primeira subseção. Em seguida, observaremos o perfil dos ocupados segundo algumas variáveis contidas no Censo Demográfico 2010.

Indicadores gerais da PIA e da PEA

De acordo com os dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (Tabela 1), observa-se uma redução no ritmo de crescimento da PIA, que passou de 2.395.535 pessoas, em 1991, para 2.750.867, em 2000, e 3.161.232, em 2010, representando um crescimento relativo de 14,8% entre 1991 e 2000 (1,55% ao ano) e de 14,9% entre 2000 e 2010 (1,40% a.a.). Nota-se também, no mesmo período, uma redução no ritmo de crescimento da PEA. Entre 1991 e 2010, essa passou de 1.103.942 pessoas em 1991, para 1.400.627 pessoas em 2000, atingindo 1.617.710 pessoas em 2010, tendo, portanto, variações de 26,9% (2,68% ao ano) e de 15,5% (1,45% a.a.) para os subperíodos de 1991/2000 e 2000/2010, respectivamente.

Comparando os ritmo de crescimento da PIA e da PEA na Paraíba, observou-se, entre 1991 e 2000, um crescimento superior da segunda em relação à primeira, proporcionando uma elevação na *taxa de atividade*[3], que passou de 46,1%, para 50,9%, respectivamente. No segundo subperíodo (2000/2010), o crescimento de ambas (PIA e PEA) ocorreu praticamente na mesma intensidade, e isso fez com que a taxa de atividade na Paraíba em 2010 (51,2%) fosse semelhante à verificada em 2000. No Brasil, a PIA aumentou 21,3% entre 1991 e 2000 (média de 2,17% a.a.) e 18,3% entre 2000 e 2010 (1,7% a.a.), enquanto a PEA teve variações de 32,5% (3,18% a.a.) e 20,7% (1,9%

---

3 Também conhecida como *taxa de participação*, a taxa de atividade é a proporção de pessoas ocupadas ou que buscam ocupação (trabalho) dentre a mão-de-obra potencialmente disponível para a atividade econômica. Ou seja, mostra a relação entre da PEA frente à PIA.

a.a.) nesses mesmos subperíodos. No Nordeste, as variações na PIA ficaram em 20,0% (2,05% a.a.) e 17,7% (1,64% a.a.), enquanto as variações na PEA chegaram a 31,9% (3,13% a.a.) e 18,6% (1,72% a.a.), respectivamente.

Por conta do crescimento da PEA ter sido superior ao da PIA na década de 1990, a *taxa de atividade* brasileira aumentou em 4,8% (passou de 51,8%, em 1991, para 56,6%, em 2000) e a nordestina, em 4,7% (de 47,2%, para 51,8%, respectivamente). Já na década seguinte, como a diferença no ritmo de crescimento da PEA em relação ao da PIA não foi tão grande quanto no subperíodo anterior, observou-se uma desaceleração na dinâmica de crescimento da taxa de atividade no mercado de trabalho brasileiro como também Nordestino. No caso do Brasil, o crescimento foi de 1,1% (a taxa de atividade em 2010 ficou em 57,7%) e, no caso do Nordeste, o crescimento foi de apenas 0,41% (a taxa ficou em 52,3%, em 2010).

Tabela 1 - População em idade ativa e economicamente ativa, população ocupada e desocupada, taxa de atividade, de ocupação e desocupação - Brasil, Nordeste e Paraíba (1991, 2000, 2010)

Indicadores/Área Geográfica	**Anos**			**Variação Relativa (% e p.p.)**	
	1991	**2000**	**2010**	**1991/2000**	**2000/2010**
Brasil					
População em Idade ativa	112.859.578	136.910.358	161.981.299	21,31	18,31
População Economicamente Ativa	58.456.128	77.467.473	93.504.659	32,52	20,70
População Ocupada	55.293.311	65.629.892	86.353.839	18,69	31,58
População Desocupada	3.162.816	11.837.581	7.150.820	274,27	-39,59
Taxa de Atividade (%)	51,8	56,6	57,7	4,8	1,1
Taxa de Ocupação (%)	94,6	84,7	92,4	-9,9	7,6
Taxa de Desocupação (%)	5,4	15,3	7,6	9,9	-7,6
Nordeste					
População em Idade ativa	31.308.527	37.565.737	44.217.039	19,99	17,71
População Economicamente Ativa	14.762.384	19.477.471	23.106.950	31,94	18,63
População Ocupada	13.803.969	16.384.648	20.854.301	18,70	27,28
População Desocupada	958.415	3.092.823	2.252.649	222,70	-27,17
Taxa de Atividade (%)	47,2	51,8	52,3	4,7	0,4
Taxa de Ocupação (%)	93,5	84,1	90,3	-9,4	6,1
Taxa de Desocupação (%)	6,5	15,9	9,7	9,4	-6,1
Paraíba					
População em Idade ativa	2.395.535	2.750.867	3.161.232	14,83	14,92
População Economicamente Ativa	1.103.942	1.400.627	1.617.710	26,88	15,50
População Ocupada	1.044.594	1.200.993	1.478.168	14,97	23,08
População Desocupada	59.348	199.634	139.542	236,38	-30,10
Taxa de Atividade (%)	46,1	50,9	51,2	4,8	0,3
Taxa de Ocupação (%)	94,6	85,7	91,4	-8,9	5,6
Taxa de Desocupação (%)	5,4	14,3	8,6	8,9	-5,6

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010

Portanto, ao se comparar as variações ocorridas nas duas últimas décadas, constata-se que as diferenças decorrem principalmente da desaceleração no crescimento das populações que exercem "pressão sobre o mercado de trabalho", tanto no âmbito nacional como também no regional e local, na última década analisada.

Apesar disso, o descompasso entre produção de riquezas e evolução do mercado de trabalho, nos dois subperíodos analisados, fez com que o ritmo de expansão da ocupação fosse diferenciado em relação à necessidade de incorporação dos trabalhadores nas atividades econômicas. Quando analisamos o crescimento da PEA brasileira em seus dois componentes (ocupados e desocupados), verificamos que enquanto a população ocupada do país cresceu apenas 18,7% (1,92% a.a.), e a população desocupada cresceu 274,3% (15,79% a.a.), entre 1991 e 2000, no subperíodo 2000/2010 a população ocupada cresceu 31,6% (2,78% a.a.) e a desocupada teve uma queda de 39,6% (-3,39% a.a.). No âmbito nordestino, os resultados apresentaram as mesmas características verificadas no contexto nacional. Entre 1991 e 2000, o contingente de desocupados cresceu 222,7% (13,90% a.a.), enquanto o de ocupados aumentou em 18,7% (1,92% a.a.). Já nos anos 2000 o número de ocupados cresceu em 27,3% (2,44% a.a.) e de desocupados caiu 27,2% (-2,43% a.a.).

Assim como nos casos brasileiro e Nordestino, o crescimento da PEA paraibana na década de 1990 ocorreu de forma predominante no segmento dos desocupados: a quantidade de pessoas desocupadas passou de 59.348 pessoas, em 1991, para 199.634 pessoas, em 2000, um incremento de 236,4% (14,43% a.a.). Por isso mesmo, e dada a insuficiente demanda por mão de obra no mercado local, constatou-se um significativo aumento nas taxas de desocupação na década de 1990, que passou de 5,4%, em 1991, para 14,3%, em 2000. No caso da população ocupada, seu crescimento relativo foi de 15,0% (1,56% a.a.). Na década seguinte, observou-se uma conjuntura econômica oposta à da década anterior. Nesse subperíodo, observa-se que o total da população ocupada na Paraíba aumentou em 23,1% (2,10% a.a.), enquanto o número de desocupados teve redução de 30,19% (-2,67% a.a.), seguindo a trajetória observada em níveis nacional e regional. Essas mudanças ocorridas no mercado de trabalho fizeram com que a taxa de desocupação caísse para 8,6%, em 2010. Verifica-se, portanto, que enquanto na década de 1990 o aumento relativo da quantidade de pessoas que exercem pressão sobre o mercado de trabalho ocorreu majoritariamente pela expansão do número de desempregados, na primeira década do século XXI esse aumento deveu-se à expansão do número de ocupados na economia brasileira e regional.

Ao se realizar uma análise mais especifica sobre a inserção da população jovem de 15 a 24 anos no mercado de trabalho paraibano, nota-se que a realidade para essa faixa etária se apresentava de forma diferenciada das demais, inclusive em relação às oportunidades de trabalho. No período de 1991 a 2000, observou-se elevação tanto na PIA quanto na PEA juvenil, só que a intensidade dessa elevação (21,6%, ou 2,19% a.a.) foi praticamente o dobro da verificada naquela (11,2%, ou 1,19% a.a.), e isso contribuiu para que a sua taxa de atividade se elevasse de 48,3%, em 1991, para 52,7%, em 2000. O problema aqui, é que o crescimento de tal taxa foi provocado pelo aumento de 235,3% (14,39% a.a.) do número de jovens desocupados, enquanto o nível de ocupação juvenil ficava praticamente inalterado, com variação de 0,5% (0,05% a.a.). Esses fatos contribuíram para a forte elevação da taxa de desemprego juvenil nesse subperíodo, que de 9,0%, em 1991, passou para 24,8%, em 2000. Ao se analisar esses indicadores ao longo do período de 2000/2010, nota-se um processo de mudanças na inserção ocupacional dos jovens paraibanos, visualizada através das reduções tanto da PIA (-1,9%, ou –0,19% a.a.) como da PEA (-11,9%, ou –1,13% a.a.) nessa faixa etária. Porém, o fato da intensidade de redução dessa última ter sido bem maior do que a daquela, isso contribuiu para que a taxa de atividade da população jovem caísse para 47,4%, em 2010, uma redução de 5,4% em relação a 2000. Verificando a PEA juvenil em seus dois enfoques ou subdivisões (ocupados e desocupados), podemos notar reduções absolutas em ambos os agregados, mas enquanto o primeiro obtinha uma redução de 4,5% (-0,44% a.a.), o segundo apresentava uma expressiva queda, de 34,4% (-3,0% a.a.). O conjunto dessas mudanças fez com que a taxa de desocupação caísse para 18,5%, em 2010, uma redução de 6,3% em relação a 2000. Essas informações mostram que a tendência de crescimento da inserção juvenil no mercado de trabalho, que vinha se apresentando nos anos de 1990, foi ocupada por uma redução da quantidade de jovens pertencentes às populações ativa e economicamente ativa, sendo que, dentro dessa última, coube principalmente à redução do contingente de jovens desocupados o ônus dessa mudança. Contribuiu para isso tanto a redução absoluta desse grupo etário, como certamente a opção de parte dos jovens em postergar o ingresso no mercado de trabalho, ocupando parte de seu tempo em atividades educacionais, visando um ingresso futuro no mercado de trabalho, com um maior nível de qualificação profissional.

Verificando agora os macro indicadores do mercado de trabalho à luz do recorte de gênero, podemos perceber aspectos relevantes entre as décadas de 1990 e 2000, tanto em relação às mudanças quanto às permanências.

Em relação à PIA, constatamos o crescimento de ambos os grupos, mas com ritmos diferenciados: no grupo masculino, houve uma tendência de crescimento a taxas decrescentes, com o subperíodo 1991/2000 tendo variação de 15,9% (1,65% a.a.), contra 13,2% (1,25% a.a.) do subperíodo 2000/2010; enquanto o grupo feminino teve taxas de crescimento ascendentes, tendo variado em 13,9% (1,45% a.a.) e 16,5% (1,54% a.a.), respectivamente. No que diz respeito à PEA, também observamos crescimentos tanto no grupo masculino quanto no feminino, mas com algumas diferenças relevantes. No caso da PEA do sexo masculino, observamos o mesmo fenômeno ocorrido em relação a PIA masculina, ou seja, um crescimento a taxas decrescentes, mas, nesse caso, em ritmos inferiores aos verificados com a mesma: suas taxas passaram de 12,1% (1,28% a.a.), entre 1991 e 2000, para 11,1% (1,05% a.a.). Já a PEA feminina teve crescimento bem superior a PIA feminina, bem como em relação à PEA masculina, havendo, entretanto, desaceleração em seu crescimento: no primeiro subperíodo, a variação ficou em 61,4% (5,47% a.a.); no segundo, em 22,7% (2,07% a.a.).

Por ter tido um crescimento bem mais intenso na PEA, a taxa de atividade feminina cresceu durante todo o período analisado, tendo crescido 13% entre 1991 e 2010 (passando de 26,3%, em 1991, para 37,3%, em 2000, e 39,3%, em 2010). Por outro lado, a taxa de atividade masculina teve decréscimo de 3,5% durante o período analisado (passando de 67,9%, para 65,6% e 64,4%, respectivamente), mas que, apesar disso, ainda foi bem superior à taxa feminina em 2010. Analisando-se a parte da PEA composta pelos desocupados[4], observamos importantes transformações entre as décadas de 1990 e 2000. O primeiro fenômeno observado foi o forte crescimento do bloco da PEA formado pelos desocupados, crescimento esse ocorrido tanto no grupo masculino quanto no feminino, isso em relação ao primeiro subperíodo (1991/2000). Mas esse crescimento foi bem mais intenso no grupo feminino, pois enquanto esse grupo teve crescimento de 347,9% (18,13% a.a.), o masculino teve aumento de 170,9% (11,71% a.a.). No subperíodo seguinte (2000/2010), observou-se uma redução do nível de desocupação nos dois grupos analisados, mas essa redução ocorreu numa intensidade bem menor do que a intensidade do crescimento do nível de desocupação do subperíodo anterior. Por outro lado, quando analisamos essa redução do nível de desocupação segundo o sexo, verificamos que a maior intensidade de redução ocorreu no grupo masculino, que teve variação de

4 As considerações sobre o perfil dos ocupados serão feitas mais adiante, na próxima seção.

–37,0% (-3,20% a.a.), do que no feminino, cujo nível de desocupação caiu 23,0% (2,09% a.a.). Essas oscilações no nível de desocupação contribuíram para alterar as taxas de desocupação, acelerando-as bastante no primeiro subperíodo e desacelerando-as no segundo. Também aumentaram os diferenciais de taxas entre os grupos do sexo masculino e feminino, em clara desvantagem para o segundo: a taxa de desocupação masculina passou de 4,8%, em 1991, para 11,7%, em 2000, e 6,6%, em 2010, enquanto a feminina saía de 6,6%, para 18,4%, e 11,6%.

A evolução dos ocupados de acordo com alguns atributos básicos

Feitas as considerações sobre o quadro geral do mercado de trabalho, faremos agora uma análise do perfil dos ocupados no mercado de trabalho paraibano, de acordo com alguns recortes analíticos.

Idade

Analisando os dados da Tabela 2, a seguir, que mostram a evolução da população ocupada de acordo com os grupos de faixa etária, entre 1980 e 2010, observa-se que o crescimento de 80,0% no total dos ocupados nesse período deveu-se principalmente ao grupo dos adultos (25 a 59 anos), seguido pelos grupos dos idosos (60 ou mais anos) e jovens (15 a 24 anos).

Tabela 2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de faixa etária - Paraíba (1980, 1991, 2000 e 2010).

Grupos de idade	Pessoas Ocupadas com 10 ou Mais anos de Idade				Variação Relativa 1980/2010 (%)
	1980	1991	2000	2010	
	Quantidade (Pessoas)				
Total	**821.415**	**1.044.594**	**1.200.993**	**1.478.168**	**79,95**
10 a 14 anos	62.186	47.698	38.808	27.150	-56,34
15 a 24 anos	235.499	281.317	282.587	269.964	14,63
25 a 59 anos	462.717	643.169	796.904	1.071.710	131,61
60 ou mais anos	59.238	72.410	82.694	109.344	84,58
Idade Ignorada	1.775	-	-	-	-
	Distribuição (%)				
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**-**
10 a 14 anos	7,6	4,6	3,2	1,8	-
15 a 24 anos	28,7	26,9	23,5	18,3	-
25 a 59 anos	56,3	61,6	66,4	72,5	-
60 ou mais anos	7,2	6,9	6,9	7,4	-
Idade Ignorada	0,2	-	-	-	-

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010 - Resultado da Amostra.

No caso do grupo dos adultos, o nível de ocupação elevou-se em 131,6% (passando de 462.717 pessoas, em 1980, para 1.071.710, em 2010), crescimento esse que contribuiu para elevar ainda mais a sua importância relativa no total dos ocupados: de 56,3%, em 1980, para 72,5%, em 2010, um crescimento de 16,2%. O grupo dos idosos teve crescimento relativo de 84,6% (de 59.238 para 109.344 pessoas, respectivamente), crescimento esse que, apesar de elevado, não alterou a participação do mesmo no total dos ocupados (ficando estabilizado em torno de 7,2%), em virtude do pequeno tamanho do mesmo.

O grupo de jovens, por sua vez, teve um crescimento relativo de apenas 14,6% (de 235.499, em 1980, para 269.964 pessoas, em 2010), pois, ao contrário dos outros dois, além de ter tido um menor crescimento, esse movimento ascendente só ocorreu até 2000, com o Censo Demográfico de 2010 registrando uma redução absoluta em seu contingente, em relação ao Censo anterior. Esses fatores contribuíram para que houvesse uma redução de 10,4% na participação relativa desse grupo no total dos ocupados (de 28,7%, em 1980, para 18,3%, em 2010).

O único grupo etário que teve redução no nível de ocupação foi o de 10 a 14 anos de idade, cuja variação ficou em -56,3%. Isso contribuiu para que a participação desse grupo no total dos ocupados caísse de 7,6%, em 1980, para 1,8%, em 2010.

Para Alves (2006), o decréscimo da participação relativa de crianças e adolescentes no mercado formal foi resultado de uma combinação de alguns fatores. O primeiro deles foi a redução da oferta relativa de mão-de-obra nestes segmentos etários, provocada pela redução tanto das taxas de fecundidade quanto das políticas voltadas para o ensino fundamental realizados nas duas últimas décadas. Outro fator determinante foi a instituição de normas e ações do poder público e de instituições da sociedade civil visando a inibição ou o desestímulo ao uso de mão-de-obra infanto-juvenil[5]. O terceiro fator

---

5 A Constituição Federal de 1988, por exemplo, através do inciso XXXIII do artigo 7º, determina a proibição de trabalho noturno, perigoso e insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz. Em 1998, a Emenda Constitucional nº 20/98 aumentou a idade mínima para o início do trabalho de 14 para 16 anos de idade. Verificou-se também a adoção, por parte de alguns governos municipais e estaduais a partir de meados da década de 1990, e do governo federal a partir de 2001, de políticas de transferências de renda para famílias de baixa renda com condicionalidades geralmente vinculadas à colocação e/ou manutenção dos filhos menores na escola pública (SILVA, YAZBEK & GIOVANNI, 2004). Um exemplo de

diz respeito ao acirramento da disputa pelos postos de trabalho disponíveis, decorrente das transformações ocorridas no mercado de trabalho ao longo das últimas décadas, dos quais o aumento das taxas de desocupação em 1990 e sua manutenção em patamares elevados nos anos 2000 foram as consequências perniciosas mais visíveis. Num contexto marcado por fraca demanda por postos de trabalho, em relação ao crescimento da oferta de força de trabalho, era de se esperar que os trabalhadores mais experientes, mais qualificados e com mais vitalidade se destacassem na disputa por novas ocupações.

Sexo

A distribuição da população ocupada segundo o sexo, entre 1991 e 2010, pode ser vista por meio da Tabela 3, onde se verifica que nessas duas décadas houve um crescimento no número de ocupados em ambos os sexos, sendo esse crescimento mais intenso na última década e entre os ocupados do sexo feminino. O total de ocupadas passou de 308.711 pessoas, em 1991, para 435.522 pessoas, em 2000, e 591.896 pessoas, em 2010, tendo, portanto, variação de 41,1% (3,90% a.a.) entre 1991 e 2000, e de 33,1% (2,90% a.a.), entre 2000 e 2010.

Tabela 3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo o sexo - Paraíba (1991, 2000 e 2010).

Sexo	Pessoas Ocupadas com 10 ou mais anos de idade, na semana da referência			Variação Relativa (%)	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
		Quantidade (Pessoas)			
Total	**1.044.594**	**1.200.993**	**1.478.168**	**14,97**	**23,08**
Homens	735.883	765.471	886.272	4,02	15,78
Mulheres	308.711	435.522	591.896	41,08	35,90
		Distribuição (%)			
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**-**	**-**
Homens	70,45	63,74	59,96	-	-
Mulheres	29,55	36,26	40,04	-	-

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010

No caso do contingente de ocupados do sexo masculino, esse passou de 735.883 para 765.471 e 886.272 pessoas, respectivamente, resultando,

---

política dessa natureza foi a implantação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em 1994, seguido da criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, alguns anos depois.

portanto, num fraco crescimento no subperíodo 1991/2000, de 4,0% (0,44% a.a.), e numa aceleração desse crescimento entre 2000 e 2010, com sua variação ficando em 17,4% (1,62% a.a.). O conjunto desses fatores contribuiu para que a participação feminina no total da população ocupada na Paraíba se elevasse em cerca de 10%, entre os extremos do período (passando de 29,6%, em 1991, para 36,3%, em 2000, e 40,0%, em 2010), e, por outro lado, fez com que a participação masculina caísse na mesma proporção (de 70,5% para 63,7% e 60,0%, respectivamente).

Posição na ocupação

Analisando o perfil dos ocupados paraibanos de acordo com a sua posição na ocupação principal (Tabela 4), nos dois últimos períodos intercensitários (1991/2000 e 2000/2010), notam-se algumas mudanças (e continuidades) relevantes.

Tabela 4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal - Paraíba (1991, 2000 e 2010)

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Pessoas Ocupadas com 10 ou mais anos de idade,			Variação Relativa (%)	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
	Quantidade (Pessoas)				
Total	**1.044.594**	**1.200.993**	**1.478.168**	**14,97**	**23,08**
Empregados	**621.013**	**680.094**	**923.550**	**9,51**	**35,80**
Empregados - com carteira de trabalho	152.645	264.608	402.421	73,35	52,08
Empregados - militares e funcionários públicos estatutários	188.087	96.384	112.167	-48,76	16,38
Empregados - outros sem carteira de trabalho assinada	277.508	319.302	408.962	14,99	28,16
Não souberam informar	2.773	-	-	-	-
Conta própria	**329.313**	**278.714**	**324.772**	**-15,37**	**16,53**
Empregadores	**26.062**	**20.714**	**19.966**	**-20,52**	**-3,61**
Não remunerados	**68.204**	**98.352**	**35.021**	**44,20**	**-64,39**
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	**n.d.**	**123.118**	**174.860**	**100,00**	**42,03**
	Distribuição (%)				
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	-	-
Empregados	**59,45**	**56,63**	**62,48**	-	-
Empregados - com carteira de trabalho	14,61	22,03	27,22	-	-
Empregados - militares e funcionários públicos estatutários	18,01	8,03	7,59	-	-
Empregados - outros sem carteira de trabalho assinada	26,57	26,57	27,67	-	-
Não souberam informar	0,27	-	-	-	-
Conta própria	**31,53**	**23,21**	**21,97**	-	-
Empregadores	**2,49**	**1,72**	**1,35**	-	-
Não remunerados	**6,53**	**8,19**	**2,37**	-	-
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	-	**10,25**	**11,83**	-	-

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010 - Resultados Gerais da Amostra.
NOTA: (1) opção “Trabalhadores na produção para o próprio consumo” não pesquisada pelo Censo.

A primeira delas reside no crescimento do grupo dos *empregados* em todo o período analisado, passando de 621.013 pessoas, em 1991, para 680.094 pessoas, em 2000, e 923.550 pessoas, em 2010. Esse crescimento foi mais intenso nos anos 2000, pois no subperíodo 1991/2000, a variação do nível de emprego foi de 15,0% (1,56% a.a.), enquanto no subperíodo 2000-2010, a variação ficou em 23,1% (2,10% a.a.). O aumento do emprego na Paraíba contribuiu para elevar a participação relativa dos *empregados* no total dos ocupados, que passou de 59,5% em 1991, para 56,6% em 2000 e 62,5% em 2010. Ressalte-se que o aumento da importância do emprego foi impulsionado pelo forte crescimento dos *trabalhadores com carteira de trabalho assinada*, que ocorreu em todo o período analisado, tendo mais intensidade no primeiro subperíodo: entre 1991 e 2000, com variação de 73,4% (6,30% a.a.), enquanto a variação corrida entre 2000 e 2010 ficou em 52,1% (4,28% a.a.). Por conta disso, a participação relativa desse subgrupo de empregados no total dos ocupados subiu 12,6% (passando de 14,6%, em 1991, para 22,0%, em 2000, e 27,2%, em 2010). O subgrupo dos *assalariados sem carteira de trabalho assinada* também cresceu continuamente nas últimas duas décadas, mas tendo um ritmo de crescimento inferior ao subgrupo anterior: seu contingente passou de 277.508 pessoas, em 1991, para 319.102, em 2000, e 408.962, em 2010, resultando em variações de 15,0% (1,57% a.a.) e 28,2% (2,51% a.a.), entre 1991/2000 e 2000/2010, respectivamente. Apesar disso, sua participação no total dos ocupados não teve alterações relevantes ao longo do tempo, tendo passado de 26,6%, em 1991 e 2000, para 27,7%, em 2010. O subgrupo dos *militares e funcionários públicos estatutários*, entretanto, teve forte queda no período entre 1991 e 2000, de 48,8% (-4,51% a.a.), e elevação entre 2000 e 2010, de 16,4% (1,53% a.a.), de forma que, entre os extremos do período, a variação ficou em -40,4% (passando de 188.087 pessoas, em 1991, para 96.384, em 2000, e 112.167, em 2010). Isso contribuiu para que sua participação no total dos ocupados caísse 10,4%: de 18,0%, passou para 8,0% e 7,6%, respectivamente.

Em relação aos *trabalhadores por conta própria*, seu contingente passou de 329.313 pessoas, em 1991, para 278.714, em 2000, e 324.772, em 2010. Nesse caso, faz-se necessário ressaltar que a forte queda no nível de ocupação entre 1991 e 2000, de 15,4% (-1,60% a.a.), deve-se, em grande parte, à mudança metodológica ocorrida no Censo Demográfico 2000, que introduziu o grupo dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, cujo contingente certamente era incluído nessa categoria até antes dessa mudança conceitual. A comparação só pode ser feita entre os Censos de 2000 e 2010,

cujas metodologias não apresentaram mudanças conceituais relevantes. Nesse subperíodo, o crescimento no número do referido segmento foi de 16,5% (1,54% a.a.), mas isso não impediu a queda de 1,2% na participação desse grupo no total dos ocupados (de 23,2% para 22,0%, respectivamente).

No caso dos *trabalhadores para o próprio consumo*, observou-se um razoável crescimento no subperíodo 2000/2010, de 42,0% (3,57% a.a.), fazendo com que o mesmo tivesse um crescimento de 1,6% em sua participação em relação ao total dos ocupados (de 10,3% para 11,8%, respectivamente).

Quanto ao grupo dos *empregadores*, foi o único que teve reduções em todo o período analisado, passando de 26.062 pessoas, em 1991, para 20.714, em 2000, e 19.966, em 2010, resultando em decréscimos de 20,5% (-2,10% a.a.) e 3,6% (-0,36% a.a.), entre 1991/2000 e 2000/2010, respectivamente. Isso contribuiu para que a participação do mesmo no total dos ocupados caísse de 2,5%, em 1991, para 1,7%, em 2000 e 1,4%, em 2010.

Por último, temos o grupo dos *trabalhadores não remunerados*, que teve fortes oscilações nas décadas de 1990 e 2000, passando de 68.204 pessoas, em 1991, para 98.352, em 2000, e 35.021, em 2010. A partir desses resultados, constatou-se um crescimento de 44,2% (4,15% a.a.) entre 1991 e 2000, e um decréscimo de 64,4% (-5,10% a.a.) entre 2000 e 2010. Essas oscilações contribuíram para que a participação desse grupo no total dos ocupados também oscilasse, mas de forma que essa ficasse, no final, em patamar bem menor do que o verificado em 1991: de 6,5%, em 1991, passou para 8,2%, em 2000, e 2,4%, em 2010.

O conjunto das informações acima indica um aumento dos *trabalhadores assalariados*, especialmente os *com carteira de trabalho assinada*, como também aponta a possibilidade de redução relativa dos trabalhadores informais na economia paraibana, notadamente dos *não remunerados*. Isso ocorreu, em grande medida, devido ao crescimento econômico verificado a partir de 2004, às políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho, bem como à continuidade do movimento de desconcentração espacial das atividades econômicas, que tem atingido positivamente o Nordeste e, em particular, a Paraíba. Entretanto, nota-se que ainda é bastante alto o número de *trabalhadores autônomos* (22,0%), que geralmente estão inseridos em ocupações precárias, bem como dos *assalariados sem carteira de trabalho assinada* (27,7%), que não têm os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos.

Considerando que quase a totalidade dos *ocupados por conta própria*, junto com os *assalariados sem carteira assinada*, os *sem remuneração* e os que *produzem para auto consumo*, fazem parte de ocupações consideradas *informais*,

pode-se chegar à conclusão que grande parte da força de trabalho paraibana ainda pertencia ou ao contingente de excluídos (desocupados), ou, alternativamente, ao de ocupados em condições precárias. Isso se apresenta mais problemático, se se considera o fato de que algumas ocupações assalariadas formais são de tipo precárias, como é o caso dos trabalhadores com contrato por tempo determinado, bem como dos prestadores de serviços em instituições públicas municipais e estaduais, dentre outros.

Distribuição por grandes setores/ramos da atividade econômica

Ao se analisar a distribuição dos ocupados segundo atividades econômicas na Paraíba, nos três últimos anos intercensitários, percebe-se, com a Tabela 5, a continuidade de um processo de redução da importância relativa dos trabalhadores inseridos nas atividades do Setor Primário (Agropecuária, Extrativa Vegetal, Silvicultura e Pesca): seu contingente passou de 376.958 pessoas, em 1991, para 373.366, em 2000, e 364.080, em 2010, resultando em decréscimos de 1,0% (-0,11% a.a.) e 2,5% (-0,25% a.a.), para os subperíodos de 1991/2000 e 2000/2010, respectivamente. Esse fato ajudou na redução de sua participação no total dos ocupados, em 11,5%, entre 1991 e 2010 (passando de 36,1%, em 1991, para 31,1%, em 2000, e 24,6%, em 2010).

Em sentido contrário ao verificado no Setor Primário, observou-se uma forte elevação da importância da força de trabalho no Setor Terciário (comércio e prestação de serviços), que de 48,3% do total dos ocupados na Paraíba, em 1991, passou para 52,9%, em 2000, atingindo 54,9%, em 2010. Dentro desse setor, vale destacar o crescimento dos dois grandes segmentos que o compõem, com destaque para o comércio de mercadorias, cujo nível de ocupação cresceu 52,5% (4,80% a.a.) e 44,5% (3,75% a.a.), entre 1991/2000 e 2000/2010, respectivamente. Essa mudança fez com a participação dos ocupados nesse segmento, em relação ao total dos ocupados, saísse de 10,8%, em 1991, para 14,3%, em 2000, passando a concentrar 16,8% do total dos ocupados na Paraíba, em 2010. No caso das atividades de prestação de serviços, o crescimento do nível de ocupação foi de 18,2% (1,87% a.a.), entre 1991 e 2000, e de 21,7% (1,99% a.a.), entre 2000 e 2010, sendo que sua participação no total dos ocupados teve alteração pouco relevante no período analisado, tendo passado de 37,5%, em 1991, para 38,5%, em 2000, e 38,1%, em 2010.

Tabela 5 - Pessoas ocupadas com 10 anos ou mais de idade, por Setor da Atividade Econômica - Paraíba (1991, 2000 e 2010).

Setor da Atividade Econômica	Pessoas Ocupadas com 10 ou mais anos de idade, na Paraíba			Variação Relativa (%)	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
	Quantidade (Pessoas)				
Total	**1.044.594**	**1.200.993**	**1.478.168**	**14,97**	**23,08**
Agropecuária, Extrativa Vegetal, Silvicutura e Pesca	**376.958**	**373.366**	**364.080**	**-0,95**	**-2,49**
Indústria	99.827	117.987	139.665	18,19	18,36
Construção Civil	54.591	67.652	102.166	23,93	51,02
Comércio de Mercadorias	112.784	172.044	248.646	52,54	44,52
Serviços	391.592	462.675	562.874	18,15	21,66
Atividades mal Especificadas/ Outras atividades	**8.842**	**7.269**	**60.748**	**-17,79**	**735,7**
	Participação Relativa (%)				
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**-**	**-**
Agropecuária, Extrativa Vegetal, Silvicutura e Pesca	**36,09**	**31,09**	**24,63**	**-**	**-**
Indústria	9,56	9,82	9,45	-	-
Construção Civil	5,23	5,63	6,91	-	-
Comércio de Mercadorias	10,80	14,33	16,82	-	-
Serviços	37,49	38,52	38,08	-	-
Atividades mal Especificadas/ Outras atividades	**0,85**	**0,61**	**4,11**	**-**	**-**

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 - Resultados da Amostra

Quanto ao Setor Secundário, constatou-se crescimento do nível de ocupação nos dois segmentos que o compõe (indústria e construção civil), nos dois subperíodos analisados, de forma a proporcionar um pequeno crescimento da importância relativa dos ocupados desse Setor no total dos ocupados na Paraíba (de 14,8%, em 1991, passou para 15,5%, em 2000, e 16,4%, em 2010). Dos dois segmentos, o que teve o maior ritmo de crescimento no nível de ocupação foi a construção civil, com 23,9% (2,41% a.a.) no subperíodo 1991/2000, sendo, portanto, menor do que o verificado no subperíodo seguinte, com 51,0% (4,21% a.a.).

Em resumo, o fenômeno mais relevante foi a grande redução na importância relativa da agropecuária no nível global de ocupação na Paraíba, fato esse já constatado por Alves (2006). Segundo o mesmo, esse fato não estava circunscrito apenas à realidade local, mas perpassava grande parte da agropecuária regional, onde a tradicional concentração fundiária, as secas periódicas e o recente acirramento da competição entre os centros produtores, proporcionado pela integração inter-regional e pela abertura da economia na década de 1990, reforçaram a também tradicional incapacidade da agropecuária nordestina de absorver parte da força de trabalho local, contribuindo para intensificar o processo de urbanização. Nessa situação, restou aos setores

secundário e terciário (especialmente esse último) o papel de absorvedores da força de trabalho excedente da agropecuária, bem como dos recém-integrantes no mercado de trabalho.

No caso da indústria, nota-se que a Paraíba teve uma participação pífia no processo de desconcentração produtiva ocorrida no Brasil nas últimas décadas, o que não resultou em grandes mudanças na capacidade do setor absorver força de trabalho. Os incrementos de 18,2% (1,87% a.a.) e 18,4% (1,70% a.a.), ocorridos nos subperíodos de 1991/2000 e 2000/2010, respectivamente, serviram apenas para manter a participação relativa dos ocupados desse segmento no total dos ocupados, em torno de 9,5%.

Distribuição dos ocupados segundo os grandes grupos de ocupação

Por meio das Tabelas 6 e 7, abaixo, podemos ver os dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, referentes às pessoas ocupadas com 10 ou mais anos de idade na Paraíba, de acordo com os grandes grupos de ocupação no trabalho principal. O tratamento dessas informações em separado se justifica em função das mudanças na classificação dos ocupados, segundo esse aspecto, ocorridas desde o Censo Demográfico 1991. Desse modo, os dados de 2000 e 2010 se mostram com a nova metodologia.

Em 2000, dentre os grandes grupos de ocupação, aquele que mais se destacou foi o dos Trabalhadores Agropecuários, Florestais, de Caça e Pesca, com 365.882 pessoas, que correspondiam a 30,5% do total dos ocupados na Paraíba. Em segundo lugar, veio o grupo dos Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados, com 337.504 pessoas, representando 28,1% do total dos ocupados. Em terceiro, se apresentou o grupo dos Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, com 216.900 pessoas ocupadas (18,1%). Em seguida, vieram os grupos dos Técnicos de Nível Médio, com 83.592 pessoas (7,0%), dos Trabalhadores de Serviços Administrativos, com 68.775 pessoas (5,7%) e dos Profissionais das Ciências e Artes, com 55.672 pessoas (4,6%).

Tabela 6 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grandes grupsos de ocupação no trabalho principal - Paraíba (2000).

Grandes grupos de ocupação no trabalho principal	População de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência	
	Quantidade (Pessoas)	Participação (%)
Total	**1.200.993**	**100,00**
Membros superiores do poder público, dirigentes de organização de interesse público e de empresas e gerentes	32.674	2,72
Profissionais das ciências e artes	55.672	4,64
Técnico de nível médio	83.592	6,96
Trabalhadores de serviços administrativos	68.775	5,73
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	337.504	28,10
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca	365.882	30,46
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	216.900	18,06
Trabalhadores de reparação e manutenção	20.433	1,70
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	7.808	0,65
Ocupações mal especificadas	11.753	0,98

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2000 - Resultados da Amostra

No que diz respeito ao ano de 2010, observa-se que o segmento que alocou o maior contingente de ocupados foi o de Ocupações Elementares, com 393.410 pessoas e participação relativa de 26,6%. Em segundo lugar, vieram os Trabalhadores dos Serviços, Vendedores dos Comércios e Mercados, com 253.074 pessoas e participação de 17,1%. Na terceira posição, posicionaram-se os Trabalhadores Qualificados da Agropecuária, Florestais, da Caça e da Pesca, com 197.322 pessoas e participação de 13,4%. Os grupos menos representativos foram os Membros das Forças Armadas, Policiais, Bombeiros e Militares (0,5%), os Diretores e Gerentes (3,0%), os Técnicos e Profissionais de Nível Médio (4,7%) e os Trabalhadores de Apoio Administrativo (5,1%).

Tabela 7 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grandes grupos de ocupação no trabalho principal - Paraíba (2010)

Grandes grupos de ocupação no trabalho principal	População de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência	
	Quantidade (Pessoas)	Participação (%)
Total	**1.478.168**	**100,00**
Diretores e gerentes	44.145	2,99
Profissionais das ciências e intelectuais	128.418	8,69
Técnicos e profissionais de nível médio	70.077	4,74

Trabalhadores de apoio administrativo	74.434	5,04
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio e mercados	253.074	17,12
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesa	197.322	13,35
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	130.653	8,84
Operadores de instalações e máquinas e montadoras	96.932	6,56
Ocupação elementares	393.410	26,61
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	6.596	0,45
Ocupações mal definidas	83.107	5,62

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 - Resultados da Amostra

A partir das informações acima, e mesmo considerando as diferenças de classificação entre os Censos analisados, observamos que, na Paraíba, grande parte das ocupações se se concentrava em grupos ocupacionais que historicamente tinham baixa qualificação e eram inseridos em atividades que produziam bens e serviços de baixo valor adicionado. Como podemos ver na subseção a seguir, essa distribuição dos ocupados afetam a remuneração média auferida pelos ocupados na Paraíba.

Renda

Analisando o comportamento dos ocupados na Paraíba entre 1991 e 2000, segundo as classes de rendimento nominal médio mensal de todos os trabalhos (Tabela 8), constata-se o forte crescimento dos grupos com renda mais elevada, como os com mais de 20 salários mínimos, com variação de 128,5% (9,62% a.a.), mais de 3 a 5 salários mínimos (87,8%, ou 7,25% a.a.), mais de 5 a 10 salários mínimos (80,5%, ou 6,78% a.a.), bem como com mais de 10 a 20 salários mínimos (66,0%, ou 5,79% a.a.). Os menores crescimentos ficaram por conta dos grupos com mais de 1 a 2 salários mínimos (42,0%, ou 3,97% a.a.) e de mais de 2 a 3 salários mínimos (36,9%, ou 3,55% a.a.). Só houve um grupo que teve redução no número de ocupados, o com renda de até 1 salário mínimo, com variação de -23,5% (-2,37% a.a.). Temos ainda o caso dos ocupados sem rendimento, cujo grupo teve incremento de 240,1% (14,57% a.a.). Ressalte-se, nesse caso, que grande parte disso pode ser atribuída ao fato de as pessoas que receberam somente em benefícios serem incluídas nesse grupo, a partir do Censo 2000.

No subperíodo 2000/2010 ocorreu, em linhas gerais, o inverso do ocorrido no subperíodo anterior, ou seja, decréscimos na maioria dos grupos, com destaque para os que possuem as maiores faixas salariais, como os grupos com mais de 20 salários mínimos, com variação de –36,3% (-3.15% a.a.), o de mais de 10 a 20 salários mínimos, com –20,7% (-1,90% a.a.), o de mais de 3

a 5 salários mínimos, com –14,0% (-1,32% a.a.), e o de mais de 5 a 10 salários mínimos, com –13,5% (-1,28% a.a.).

Observamos, por outro lado, crescimentos nos grupos de até 1 salário mínimo e de mais de 1 a 2 salários mínimos, de 63,5% (5,04% a.a.) e 5,3% (0,52% a.a.), respectivamente. Uma das causas a explicar esses resultados seria a política de valorização do salário mínimo, empreendida nos últimos anos que, por sua vez, tendeu a elevar os salários que se situavam abaixo desse patamar e "achatar" os salários de categorias que tinham pisos salariais próximos do salário mínimo. Por outro lado, há que se levar em conta a ampliação das oportunidades de empregos empreendidas nos últimos dez anos, em função da retomada do crescimento econômico, que proporcionou a redução do contingente dos desempregados, especialmente os com pouca qualificação profissional.

Tabela 8 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento nominal médio mensal de todos os trabalhos - Paraíba (1991, 2000 e 2010)

Classes de Rendimento Nominal Médio Mensal de todos os trabalhos (salário mínimo) (1)	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência			Variação Relativa (%)	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
	Quantidade (Pessoas)				
Total	**1.044.594**	**1.200.993**	**1.478.168**	**14,97**	**23,08**
Até 1	602.410	461.100	753.922	-23,46	63,51
Mais de 1 a 2	189.640	269.284	283.645	42,00	5,33
Mais de 2 a 3	57.507	78.712	73.164	36,87	-7,05
Mais de 3 a 5	37.856	71.097	61.133	87,81	-14,01
Mais de 5 a 10	31.408	56.692	49.019	80,50	-13,53
Mais de 10 a 20	14.480	24.034	19.063	65,98	-20,68
Mais de 20	5.212	11.909	7.582	128,49	-36,33
Sem rendimento (2)	67.095	228.164	230.460	240,06	1,09
Sem Declaração	38.986	-	-	-	-
	Participação Relativa (%)				
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**-**	**-**
Até 1	57,67	38,39	51,00	-	-
Mais de 1 a 2	18,15	22,42	19,19		
Mais de 2 a 3	5,51	6,55	4,95	-	-
Mais de 3 a 5	3,62	5,92	4,14	-	-
Mais de 5 a 10	3,01	4,72	3,32	-	-
Mais de 10 a 20	1,39	2,00	1,29	-	-
Mais de 20	0,50	0,99	0,51	-	-
Sem rendimento (2)	6,42	19,00	15,60	-	-
Sem Declaração	3,73	-	-	-	-

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 - Resultados Gerais da Amostra

NOTA: (1) Salário mínimo utilizado: Cr$ 36.161,60 para 1991; R$ 151,00 para 2000 e R$ 510,00 para 2010;

(2) Em 2000 e 2010, inclui as pessoas que receberam somente em benefícios.

Em termos da participação de cada grupo em relação ao total dos ocupados, observamos uma forte oscilação no maior deles, ou seja, o dos ocupados com renda de até 1 salário mínimo: essa caiu de 57,7%, em 1991, para 38,4%, em 2000, mas teve crescimento no subperíodo seguinte, chegando a atingir 51,0%, em 2010, uma taxa inferior à verificada em 1991. O segundo maior grupo foi o de pessoas ocupadas com renda média mensal entre mais de 1 a 2 salários mínimos, cuja participação passou de 18,2%, para 22,4% e 19,2%. O terceiro maior grupo foi o de renda de mais de 2 a 3 salários mínimos, com sua participação passando de 5,5%, para 6,6% e 5,0%, respectivamente. A participação desses três grupos juntos ficou em 81,3%, em 1991, 67,4%, em 2000, e 75,1%, em 2010.

Os demais grupos de renda, apesar de terem apresentado crescimento absoluto entre os extremos do período analisado (1991 e 2010) e algumas oscilações em termos da importância dos mesmos em relação ao total dos ocupados, nos subperíodos analisados, quando verificamos o comportamento dessa participação entre 1991 e 2010, não verificamos oscilações relevantes entre os extremos do período. Esses são os casos dos grupos com mais de 5 a 10 salários mínimos (passando de 3,0% para 4,7% e 3,3%, respectivamente), mais de 10 a 20 salários mínimos (de 1,4%, em 1991, passou para 2,0%, em 2000, e 1,3%, em 2010) e mais de 20 salários mínimos (passou de 0,5%, para 1,0% e 0,5%, respectivamente). Ressalte-se, mais uma vez, o ocorrido com o grupo dos ocupados sem rendimento, cuja participação elevou-se bastante na década de 1990 (de 6,4%, em 1991, para 19,0%, em 2000, e para 15,6%, em 2010), apesar de seu crescimento em termos absolutos, nesse mesmo subperíodo.

A Tabela 9, a seguir, apresenta o valor do rendimento médio e mediano de todos os trabalhos, das pessoas com 10 anos ou mais anos de idade, ocupadas na Paraíba, segundo o sexo. O Censo 2010 mostra que a remuneração média de todos os trabalhos dos ocupados, nesse território, ficou no patamar de R$ 943,75. Em 2000, esse rendimento era de R$ 373,75. Em 2010, enquanto os homens percebiam um rendimento médio de R$ 998,71, as mulheres tinham remuneração média de R$ 859,89 (86,1% da média anterior). Em 2000 essa relação era de 79,9%, observando-se diminuição na discrepância salarial entre os sexos.

Tabela 9 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, valor do rendimento nominal médio e mediano mensal de todos os trabalhadores por sexo - Paraíba (2000 e 2010)

Sexo	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na mesma semana de referência e com rendimento de trabalho		Valor do rendimento nominal mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais)			
			Médio		Mediano	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Total	**972.828**	**1.247.528**	**373,75**	**943,75**	**162**	**510**
Homens	618.415	753.634	403,30	998,71	190	510
Mulheres	354.413	493.894	322,19	859,89	151	510

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 2000 e 2010 - Resultados Gerais da Amostra

NOTA: (1) Salário Mínimo utilizado em 2000 é R$ 151,00; em 2010, é R$ 510,00

Analisando, agora, o comportamento do rendimento nominal mediano mensal (que leva em conta os valores mais representativos e desconsidera os valores extremos do universo) dos ocupados, constatou-se que, no ano 2000, grande parte dos ocupados na Paraíba percebia salário mediano de R$ 162,00, situado, portanto, próximo do valor do salário mínimo vigente a partir de maio de 2000 (R$ 151,00). Em 2010, o salário mediano da Paraíba ficou equivalente ao salário mínimo vigente (R$ 510,00). Fazendo uma análise dos rendimentos medianos segundo o sexo dos ocupados na Paraíba, nota-se que no ano 2000 os rendimentos mais frequentes entre os homens estavam no patamar de R$ 190,00, enquanto o das mulheres era de R$ 151,00, ou seja, 79,5% frente ao primeiro. Já em 2010, houve uma equalização entre os rendimentos medianos de ambos os sexos, no valor do salário mínimo, certamente em decorrência da combinação entre a política de recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo, de um lado, e, de outro, pelo fato de os rendimentos auferidos serem muito baixos, de forma que esses fatores agiram simultaneamente no sentido de desestimular práticas de diferenciação de gênero com base na remuneração.

Em relação às desigualdades nos rendimentos auferidos na Paraíba, constatamos uma gradual redução das mesmas nas décadas de 1990 e 2000, medida através do Índice de Gini[6] da distribuição do rendimento nominal mensal de todos os trabalhos, das pessoas ocupadas e com rendimento de trabalho: este passou de 0,6381 em 1991, para 0,603 em 2000, e 0,575, em 2010,

6 O Índice de Gini é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 (zero) - a perfeita igualdade - até 1 (um) - a desigualdade máxima.

resultando em reduções de 5,5% e 4,6%, para os subperíodos 1991/2000 e 2000/2010, respectivamente.

Jornada de trabalho

Com a Tabela 10, a seguir, podemos ver a distribuição dos ocupados na Paraíba segundo a jornada semanal de trabalho, nos períodos intercensitários de 1991, 2000 e 2010[7]. No primeiro subperíodo analisado (1991/2000), os resultados mostram que, com exceção do grupo com jornada semanal de trabalho entre 40 e 44 horas, todos os demais obtiveram crescimento, destacando-se o grupo com até 14 horas, com variação de 192,9% (12,68% a.a.), seguido dos grupos de 15 a 39 horas e de 49 ou mais horas de jornada, com variações de 50,1% (4,62% a.a.) e 32,4% (3,17% a.a.), respectivamente. O grupo com jornada entre 45 e 48 horas teve um crescimento bem menor que os demais, de 1,6% (0,17% a.a.).

Tabela 10 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na Paraíba, por grupo de horas habitualmente trabalhadas por semana (1991, 2000 e 2010)

Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana	População de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na Paraíba			Variação Relativa (%)	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
		Quantidade (Pessoas)			
Total	**1.044.593**	**1.200.993**	**1.478.168**	**14,97**	**23,08**
Até 14 horas	20.035	58.869	137.731	192,93	134,68
15 a 39 horas	244.659	367.331	380.470	50,14	3,58
40 a 44 horas	423.907	351.687	581.219	-17,04	65,27
45 a 48 horas	155.729	158.175	161.301	1,57	1,98
49 horas ou mais	200.263	265.112	217.446	32,38	-17,98
		Distribuição (%)			
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**-**	**-**
Até 14 horas	1,9	4,9	9,3	-	-
15 a 39 horas	23,4	30,6	25,7	-	-
40 a 44 horas	40,6	29,3	39,3	-	-
45 a 48 horas	14,9	13,2	10,9	-	-
49 horas ou mais	19,2	22,1	14,7	-	-

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 - Resultados Gerais da Amostra
OBS: Em 1991, dados dos ocupados em todos os trabalhos, em 2000 e 2010, dados dos ocupados no trabalho principal

7 Ressalte-se que os dados do Censo 1991 levam em consideração a jornada de trabalho em todos os trabalhos, enquanto nos Censos de 2000 e 2010 foi considerada apenas a jornada no trabalho principal. Por isso mesmo, a comparação entre os subperíodos deve ser um pouco relativizada.

O grupo com jornada semanal entre 40 e 44 horas, por sua vez, teve seu contingente reduzido em 17,0% (-1,76% a.a.), tendo passado de 423.907 pessoas, em 1991, para 351.687, em 2000, uma redução de 72.220 pessoas, em termos absolutos. Lembremos que isso ocorreu no momento em que o emprego assalariado com e sem carteira de trabalho assinada, bem como o total dos trabalhadores autônomos (conta própria e trabalhadores na produção para o próprio consumo) e os não remunerados cresceram, enquanto o nível de ocupação entre os militares e servidores públicos caiu bastante (91.707 pessoas). Por conta desses fatos, podemos depreender que a crise e ajustes vividos pela economia brasileira e regional foram elementos explicativos relevantes para o entendimento da redução no grupo dos ocupados com jornada entre 40 e 44 horas, que trouxe como consequências a redução do número de servidores públicos, de um lado, bem como do aumento da precarização das condições de trabalho no setor privado, materializada não só pelo crescimento de ocupações autônomas ou não remuneradas, mas também pela prática empresarial muito comum em tempos de crise e de incertezas na economia, de obrigatoriedade ou estímulo aos seus trabalhadores, no cumprimento de jornada semanal superior à máxima legal permitida, de 40 horas, evitando, assim, custos de contratação e demissão de novos empregados.

O subperíodo 2000/2010 também mostra crescimento em quase todos os grupos de ocupados, só que desta vez a exceção ficou por conta do grupo dos ocupados com 49 ou mais horas de trabalho, que passou de 265.112 pessoas, em 2000, para 217.446 pessoas, em 2010, tendo, portanto, uma variação de -18,0% (-1,67% a.a.). Esse fato pode ser creditado à melhoria da economia brasileira a partir de 2004, que, como já dissemos, provocou um forte crescimento do emprego assalariado formal.

Entre os grupos que tiveram variações positivas, o destaque também ficou com o grupo com jornada de até 14 horas que, como no subperíodo anterior, teve um crescimento expressivo, mas num ritmo inferior ao mesmo, tendo crescido 134,7% (8,9% a.a.). Em seguida, veio o grupo com jornada semanal entre 40 e 44 horas, com variação de 65,3% (5,15% a.a.). Os outros dois grupos tiveram crescimento moderado: o de 15 a 39 horas, teve variação de 3,6% (0,35% a.a.), bem inferior à variação verificada no subperíodo anterior; já o grupo com jornada entre 45 e 48 horas, a variação ficou em 2,0% (0,20%), acompanhando o modesto ritmo de crescimento do subperíodo anterior.

Em termos da participação de cada grupo no total dos ocupados, observamos oscilações na importância relativa do maior grupo de ocupados, o com jornada de 40 a 44 horas, oscilações essas que não impediram que o patamar

verificado em 2010 ficasse próximo ao verificado no início do período de análise: de 40,6% do total dos ocupados, em 1991, caiu para 29,3%, em 2000, elevando-se para 39,3%, em 2010.

Temos, agora, dois blocos distintos: de um lado, um formado pelos grupos que aumentaram suas participações no total dos ocupados; de outro, os grupos que tiveram reduções de participação. No primeiro caso, temos os grupos com menores jornadas semanais de trabalho que, juntos, tiveram um crescimento de quase 10%: o que mais cresceu foi o de até 14 horas semanais, com 7,4 % (passou de 1,9%, em 1991, para 4,9%, em 2000, e 9,3%, em 2010), seguindo-se o grupo de 15 a 39 horas, com 2,3 % de incremento (de 23,4% para 30,6% e para 25,7%, respectivamente). O outro bloco, formado pelos grupos com maior jornada de trabalho, teve redução de 9,5 %, sendo que a maior variação ficou por conta do grupo com 49 ou mais horas de jornada, de -4,5 % (de 19,2%, em 1991, para 22,1%, em 2000, e para 14,7%, em 2010), seguida pelo de 45 a 48 horas de jornada, que teve queda de 4 % (de 14,9% para 13,2% e 10,9%, respectivamente). A partir dos dados aqui considerados, é possível se concluir que houve melhoria das condições de trabalho nos anos 2000, quando analisados apenas pelo enfoque da jornada de trabalho, em função da redução da importância relativa das ocupações com jornada de trabalho superior a 44 horas semanais, simultaneamente ao crescimento das ocupações com menor jornada de trabalho.

A leitura dos dados acima pode também revelar as estratégias de sobrevivência e/ou melhoria da posição relativa das empresas e/ou dos ocupados no mercado de trabalho paraibano, em contextos marcados por flutuações da atividade econômica, nas últimas décadas. No caso do setor privado, em muitos casos as empresas preferem induzir seus empregados a cumprirem jornadas de trabalho maiores, através da prática de horas extras, ao invés de procederem à abertura de novos postos de trabalho, não só em tempos de crise, mas também em fases de crescimento econômico, como foi constatado nos anos 2000, onde o crescimento econômico ajudou na redução do número de pessoas ocupadas com longas jornadas de trabalho, mas não acabou. Para os trabalhadores, embora isso às vezes é bem visto, por ajudar na melhoria da renda (geralmente insuficiente para prover sua reprodução e a da sua família), o problema reside principalmente na perda de qualidade de vida, pelo desgaste que a jornada extensiva proporciona. Por outro lado, tendemos a considerar (com razão) que jornadas de trabalho inferiores à máxima legal permitida pela Constituição Federal de 1988 (44 horas) são as mais condizentes com as necessidades da sociedade atual, seja como estratégia de combate ao desemprego, seja para

evitar jornadas desgastantes para os trabalhadores. Como sabemos, no setor público, em suas três esferas, a jornada de trabalho praticada geralmente era menor do que a máxima legal permitida, sendo muitas vezes utilizadas jornadas de 40 ou de 36 horas semanais, sendo visto como uma boa prática laboral.

Entretanto, às vezes a prática de jornadas de trabalho inferiores à jornada máxima legal pode ser mais um reflexo da precarização das condições e relações prevalecentes nos mercados de trabalho (contratos informais, a tempo parcial, trabalho autônomo, avulso etc.), do que um sintoma de melhoria nas condições de trabalho dos que estão sujeitos às jornadas desta natureza. É também a estratégia usada por alguns atores sociais, seja para conciliar a atividade laboral com os afazeres domésticos, como é o caso de muitas mulheres na Paraíba e Brasil afora, seja para poder exercer mais de uma ocupação, muitas vezes para aumentar seus rendimentos, geralmente (mas nem sempre) baixos. Estavam inseridos nessa última situação pessoas ocupadas nos setores público e privado, com contratos formalizados ou não, sendo geralmente encontradas na agropecuária e em alguns ramos do Setor Terciário, como os da educação e da saúde. O problema aqui reside principalmente na perda de qualidade de vida provocada pela fadiga que provoca.

Considerações finais

Neste artigo, inicialmente, foram destacadas transformações econômicas e demográficas relevantes na Paraíba. No primeiro caso, constatou-se que seu crescimento não foi suficiente para alterar sua posição relativa no quadro regional e nacional, mas, por outro lado, proporcionou uma maior diversificação das atividades econômicas, viabilizada pelo crescimento de segmentos da indústria e dos serviços. Em relação aos aspectos demográficos, verificou-se que o arrefecimento do crescimento populacional paraibano veio acompanhado de um aumento da importância relativa da população em idade adulta e, em grau menor, mais escolarizada, fazendo com que tenha passado a existir no Estado um potencial demográfico positivo para geração de riqueza.

No mercado de trabalho, constatou-se que a redução das pressões demográficas sobre o mesmo, junto com o crescimento econômico e a adoção de políticas sociais, contribuiu para reduzir a taxa geral de desemprego em 2010, mas que, entretanto, não chegou a atingir o patamar verificado no início dos anos 1990. Por outro lado, persiste o desafio de se gerar ocupações em quantidade e qualidade para o contingente juvenil, que já ingressou e para aquele que futuramente ingressará no mercado de trabalho.

Verificaram-se também algumas mudanças e permanências relevantes no perfil dos ocupados nesses mercados de trabalho. Entre as primeiras, está o aumento da participação relativa dos empregados, impulsionado principalmente pelo crescimento dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada, simultaneamente à queda na participação dos trabalhadores por conta própria. Mas, por outro lado, grande parte da força de trabalho paraibana ainda pertencia aos contingentes de excluídos (desocupados) e ocupados em condições precárias, que, no caso desses últimos, se materializava na grande proporção de ocupados em atividades informais, como grande parte das ocupações por conta própria, das assalariadas sem carteira assinada, das sem remuneração.

Do ponto de vista da distribuição dos ocupados nas atividades da economia paraibana, observou-se um crescimento dos ocupados nos serviços em geral, no comércio e na indústria, enquanto a participação dos ocupados no Setor Primário caia vertiginosamente. Em João Pessoa, por sua vez, o único segmento que teve sua participação elevada foi o comércio de mercadorias, em detrimento dos demais segmentos, em que houve reduções de participação. Em ambas as áreas analisadas, as atividades de serviços tinham o papel mais relevante, em termos de postos de trabalho.

Em termos da distribuição dos ocupados por grandes grupos ocupacionais, constatou-se uma predominância de ocupações mais elementares, inseridas em atividades que produziam mercadorias e serviços de baixo valor agregado, sendo a realidade da capital um pouco melhor do que a do Estado da Paraíba. Em relação à renda, apesar de ter havido um processo de redução das desigualdades entre os ocupados com rendimento, o quadro ainda era preocupante, em função dos baixíssimos rendimentos da maioria da população, cujos valores geralmente situavam-se próximos ao salário mínimo nacional. Por outro lado, observaram-se melhorias no que diz respeito à distribuição dos ocupados segundo a jornada semanal de trabalho, materializadas no aumento dos ocupados com jornada entre 40 e 44 horas, simultaneamente à redução dos grupos de ocupados com jornada entre 15 e 39 horas e de mais de 44 horas de trabalho, notadamente do grupo com 49 ou mais de horas trabalhadas semanalmente.

Referências bibliográficas

ALVES, Jorge. Evolução do Mercado de Trabalho Paraibano no Período Recente: Mudanças e Permanências. *In*: Véras de Oliveira, R. (Org.). *Qualificar para quê?* qualificar para quem? - do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje. São Paulo: UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCG, 2006, p.p. 153-170.

ANDRADE, Manuel. *Polarizações para João Pessoa*. Recife: UFPE/PPDU, 1975.

ARAÚJO, Tânia. Nordeste: herança de diferenciação e futuro de fragmentação. *In*: *Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro:* heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000a, p.p. 203-234.

_____. Nordeste, Nordestes. Que Nordeste? *In*: *Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000b, p.p. 165-196.

MAGNOLI, Demétrio; ARAÚJO, Regina. *A Nova Geografia: Estudos de Geografia do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 1996. 378 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Tendências demográficas: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, V. 13 – Paraíba, 2002.

_____. *Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994, 2001 e 2012.

_____. *Contas Regionais do Brasil 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1989.

_____. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. 135 p.

OLIVEIRA, Francisco de. A Metamorfose da arribaçã: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. *In*: *Os direitos do antivalor:* a economia Política da hegemonia imperfeita. Petropólis: Vozes, 1998.

______. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Biotempo, 2003, 150 p.

______. *Noiva da revolução; elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, Maria Ozanira; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. *A política social brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2004.

As novas tendências da qualificação profissional e o Senai da Paraíba[8]

Roberto Véras de Oliveira
Eugenio V. Pereira Neto
Alexandre Santos Lima
Diogo Fernandes da Silva

Introdução

A qualificação profissional tem sido entendida por alguns como panacéia frente à atual crise mundial do emprego, quando vem sendo remetida ao indivíduo a responsabilidade maior por criar para si condições de "empregabilidade". Para outros, tem sido encarada, sobretudo, como objeto de política pública, seja sob uma perspectiva compensatória, de caráter paliativo, de enfrentamento da referida crise, seja sob uma perspectiva de promoção de formas alternativas de geração de trabalho e renda e de resgate e fortalecimento da cidadania. Para outros, ainda, configura-se tão somente como uma oportunidade de negócio, entre outras, aproveitando-se do crescimento da demanda trazido por esse contexto de instabilidade nas relações de trabalho.

Resulta daí uma composição de interesses e motivações diversa e complexamente articulados, demarcando projetos distintos e, em certos momentos, conflitantes. Para uma discussão pública mais consistente sobre possibilidades de desenvolvimento e de construção da cidadania em uma região periférica como a Paraíba, o tema da qualificação profissional (associado às problemáticas mais amplas do trabalho e da educação) tem uma relevância central.

8 Este texto é uma versão adaptada do artigo "O Sistema S e os novos desafios da qualificação profissional: o caso do Senai da Paraíba", publicado na Revista Política e Trabalho, N. 26, Abr/2007. Resultou de estudo de Iniciação Científica realizado, em 2006, por Eugenio V. Pereira Neto, Alexandre Santos Lima e Diogo Fernandes da Silva, sob a coordenação de Roberto Véras de Oliveira.

Para uma apreensão das diversas formas de ação presentes no campo da qualificação profissional na Paraíba, os atores mais relevantes são: as políticas públicas e programas de qualificação profissional (que têm sofrido importante expansão, sobretudo a partir de meados da década de 1990, e têm envolvido um amplo debate social e formas inéditas no país de controle social, representadas pelo CODEFAT e as comissões estaduais e municipais de emprego); o Sistema S (que representa o que há de mais longevo e tradicional em termos de formação profissional no Brasil e, ao mesmo tempo, vem sofrendo importantes mudanças institucionais e técnico-pedagógicas); as escolas técnicas públicas (que passaram por recente mudança institucional, desde meados dos anos 1990, tendo passado por significativa expansão na última década); as escolas privadas, filantrópicas e ONGs (que registram expansão extraordinária no período recente); os programas próprios de qualificação profissional das empresas e instituições públicas e privadas (que vêm sofrendo reorientações trazidas com as mudanças mais amplas nos processos produtivos e de gestão). Algumas dessas experiências constituem ações de caráter nacional. Outras resultam de intervenções articuladas a partir do plano local. Em geral, combinam uma dimensão local com uma dimensão nacional e, até, internacional (neste caso, sobretudo através de diversas formas de influências de agências mundiais).

O presente artigo versa sobre a trajetória do SENAI da Paraíba, se concentrando sobretudo nas suas inflexões mais recentes. Baseou-se principalmente em pesquisa bibliográfica e documental, na realização de entrevistas com gestores e professores e na visita a unidades da instituição.

Este texto está organizado em três partes principais. Na primeira, encontram-se situadas as principais implicações trazidas pelas mudanças no mundo do trabalho para o campo da qualificação profissional. Na segunda, discute-se como o Sistema S e, mais especificamente, o SENAI se colocaram historicamente como espaços de formação profissional no país, tendo em conta as principais mudanças sofridas ao longo desse processo. Isso para, em seguida, retomar o processo de constituição do SENAI na Paraíba, mais particularmente em Campina Grande, e as questões postas, a partir de tal iniciativa, em perspectiva histórica, de modo a situar mais claramente os desafios configurados atualmente.

Novas dinâmicas das relações de trabalho desafiam a qualificação profissional

Não obstante referências seminais à questão da qualificação dos trabalhadores no contexto do desenvolvimento do capitalismo industrial, trazidas pelos economistas clássicos e pela crítica marxista que se seguiu, foi somente

com o surgimento da Sociologia do Trabalho, entre os anos 1940 e 1950, que tal questão tornou-se um objeto sistemático de estudos. O momento era de reestruturação da economia européia e de consolidação, a partir dos EUA, dos métodos tayloristas-fordistas de organização da produção. Pesquisadores como Georges Friedmann, Pierre Naville, Michel Crozier, Alain Touraine, embora sob prismas diversos - em boa medida, referenciados em conceitos derivados do pensamento de Marx, mas também de Weber e de outros autores clássicos -, voltaram-se para temas como: as novas tendências e o futuro das relações de trabalho; os efeitos da técnica, da mecanização e da automação sobre o trabalho; o parcelamento das tarefas e a fragmentação dos saberes, entre outros[9].

Considere-se que, no pós-guerra, sob a égide do paradigma fordista, conformaram-se sistemas nacionais de relações de trabalho, sobretudo na Europa Ocidental e nos EUA, voltados a uma regulação social da contratação e uso da força de trabalho pelas empresas. Nesses sistemas, desempenharam papel central o Estado e os acordos coletivos, resultando "na construção de uma estrutura de ocupações, que vinculava cada uma delas a um conjunto de funções e tarefas e a uma formação profissional (formal ou não) específica" (DEDECCA, 1998, p. 272).

Nesses termos, a qualificação profissional adquiriu um caráter social e passou a ser objeto de políticas públicas. Sob a ação reguladora dos Estados nacionais, estabeleceram-se sistemas nacionais de educação, encarregados da formação profissional inicial (em associação com a formação escolar), e a formação profissional contínua, realizada no âmbito das empresas (DEDECCA, 1998).

Apesar dos ganhos sociais trazidos com tal modelo, certos estudos, como o de Braverman (1987), buscaram realçar o quanto o capitalismo, na sua fase "monopolista", estaria levando a máxima taylorista da separação entre concepção e execução do trabalho às últimas conseqüências, de tal modo que daí não poderia resultar senão uma crescente desqualificação do trabalhador:

> O parcelamento das funções e a reconstrução da produção como um processo coletivo ou social destruíram o conceito tradicional de qualificação e inauguraram apenas um modo para domínio do processo de trabalho a ser feito mediante e com o conhecimento científico, técnico

---

9 Ver, por exemplo, o estudo que se tornou referência a esse respeito, Friedmann & Naville (1973).

> e de engenharia do trabalho. Mas a extrema concentração desse conhecimento nas mãos da administração e suas organizações de equipes associadas fecharam essa via de acesso à população trabalhadora. O que se deixa aos trabalhadores é um conceito reinterpretado e dolorasamente inadequado de qualificação: uma habilidade específica, uma operação limitada e repetitiva, 'a velocidade como qualificação' etc. (BRAVERMAN, 1987, p. 375).

No entanto, a partir de meados dos anos 1970, com o modelo taylorista-fordista em crise, a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais na produção, inaugurando o que para muitos tem se constituindo em um novo paradigma produtivo, denominado *produção flexível* (Harvey, 1992), vem trazendo significativas mudanças no campo das relações de trabalho, particularmente no sentido de sua flexibilização. Offe (1989) avalia que estaria havendo quatro grandes rupturas na estrutura institucional do trabalho assalariado "pretensamente unificado" da era fordista: a divisão vertical quanto à hierarquia funcional e às acentuadas diferenças na qualificação profissional entre os *core workers* (trabalhadores em tempo integral, com mais garantias, benefícios e melhores salários); a divisão entre mercados de trabalho internos (*core workers*) e externos (trabalhadores de empresas sub-contratadas, que não têm os mesmos benefícios); a ocorrência da produção de bens e serviços cada vez mais fora da órbita do trabalho assalariado formal, contratual (aumento do setor informal); e, por fim, as diferenças entre as formas de estruturação do trabalho industrial e os serviços (a organização do processo de trabalho, a logística e a estratégia organizacional difeririam significativamente entre os dois setores).

Já para Castel (1998), o *Welfare State*, tido como uma resposta historicamente construída diante do risco à vulnerabilidade social no capitalismo liberal, estaria ingressando em um processo de desarticulação, quanto mais as formas de regulação constituídas em torno do trabalho perdem capacidade de integração. Seria a reedição da "vulnerabilidade de massa", mesmo onde havia sido aparentemente superada. Tais mudanças recolocaram o debate sobre a qualificação profissional sob outras condições, operando não só alterações de processos, mas também de sentidos. Destaque-se, quanto a isso, a emergência da noção de *competência*, que gradativamente ganhou relevância frente à noção, antes, como indicamos, amplamente disseminada, de *qualificação*.

Enquanto a noção de *qualificação* surgiu referenciada no paradigma fordista de produção, a noção de *competência* derivou da sua crise e substituição por um novo paradigma, o da produção *flexível*. No primeiro caso,

demandava-se do trabalhador a capacidade de cumprir o que lhe fora prescrito, donde a qualificação exigida é parte da prescrição atribuída a cada posto de trabalho – havia, aqui, um realce social-coletivo e objetivo. No segundo caso, a demanda do sistema produtivo para o trabalhador passou a concentrar-se na capacidade deste em colaborar criativa e comprometidamente com a empresa no seu desafio de enfrentar eficientemente a crescente competitividade do mercado – o realce passou a ser mais presentemente no aspecto individual e subjetivo-motivacional. Em um contexto de crescente instabilidade das relações de emprego, ao trabalhador coloca-se, cada vez mais, a exigência de uma qualificação mais ampla, mais versátil e mais continuada, de modo a garantir melhores oportunidades de inserção em um mercado de trabalho mais exigente, mais restrito e submetido a uma dinâmica de mutações cada vez mais acelerada. Além do "saber fazer", demanda-se do trabalhador o "saber ser" e o "saber agir", entendidos como capacidades de se portar criativa e eficazmente, do ponto de vista da empresa, frente às situações que se apresentem como problema e àquelas que exijam respostas rápidas e inovadoras (ZARIFIAN, 1995).

Para Schwartz (1998), teria ocorrido um "deslizamento" da centralidade da noção de qualificação para a de competência, e tal estaria relacionado a um processo no qual ocorre um deslocamento da noção de *trabalhar* para a de *gerir*, dando ensejo ao que denomina de "gestão de situação de trabalho". Nesses termos, acrescenta o autor: "o registro do que parece hoje caber na 'competência' abrange um campo muito mais vasto, humanamente falando, do que os referentes mais circunscritos, precisos, estreitos, ligados a uma lógica de 'postos de trabalho', característica da linguagem da qualificação" (SCHWARTZ, 1998, p. 03).

O termo é polissêmico, seja nos seus usos anteriores, seja nas suas aplicações atuais. É inegável, no entanto, a sua capacidade de referenciar as novas políticas públicas na área da qualificação profissional. Basta ver a diversidade e importância de iniciativas quanto à "certificação de competências"[10]. O que nos interessa realçar aqui é, sobretudo, o caráter de construção social das noções e práticas desenvolvidas, seja sob a égide do paradigma da qualificação, seja sob o da competência. Trata-se, em ambos os casos, de campos em disputa. O ponto de partida de nossa abordagem, quanto a isso, é o de que as atuais transformações pelas quais vêm passando o mundo do trabalho envolvem discursos e práticas – embora contraditórios -, em geral referenciados em noções

10 Ver, a esse respeito, Manfredi (2006) e Antunes (2006).

como “flexibilização do mercado de trabalho”, “competência”, “empregabilidade”, entre outras. Compõem, assim, um movimento que tem como base a substituição da regulação pública das relações de trabalho por uma regulação privada, realizada nos espaços das empresas, que se baseia na individualização crescente da relação entre estas e os trabalhadores (DEDECCA, 1998).

Novos paradigmas do trabalho e da qualificação no Brasil e seus impactos no Senai

No Brasil, apesar do intenso processo de industrialização e urbanização pelo qual passou ao longo do Século XX, jamais se constituiu um Estado Social e um *pacto fordista* do modo como ocorreram nos países capitalistas centrais, senão aproximações na forma do Estado Desenvolvimentista e do “fordismo periférico”.

No que se refere à *qualificação profissional* empreendida como resposta às demandas suscitadas por tal processo, a iniciativa marcante foi a instituição do “Sistema S”, a partir da década de 1940[11]. Constituído em paralelo ao sistema público, o Sistema S foi destinado à gestão dos organismos sindicais patronais, mas custeado com recursos públicos. Conforme atestou Manfredi (2002, p. 183), o SENAI se constituiu na “maior rede de Educação Profissional formadora de força de trabalho para os diferentes setores empresariais, notadamente para as empresas do setor industrial, em seus diferentes ramos”.

Quanto à adoção de políticas públicas relacionadas ao tema do emprego no Brasil, o primeiro programa governamental de formação profissional foi o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra – PIPMO, criado em 1963, submetido inicialmente ao MEC. O serviço de intermediação de mão-de-obra só começou a ser implementado com a criação do Sistema Nacional de Emprego – SINE, em 1975, quando o Ministério do Trabalho incorporou também o PIPMO. A instituição do seguro-desemprego só ocorreu na

11 O Serviço Nacional da Indústria - SENAI foi criado em 1942. O Serviço Social da Indústria - SESI, o Serviços Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC e o Serviço Social do Comércio - SESC foram instituídos em 1946. Em todos os casos, por decreto presidencial. Os demais “S” vieram depois: o Serviço Nacional de Aprendizagem da Agricultura - SENAR foi criado em 1976, extinto em 1988 e recriado em 1991; o Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes - SENAT e o Serviço Social do Transporte - SEST surgiram em 1993; o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas foi criado em 1990 (MANFREDI, 2002).

segunda metade dos anos 1980, fundamentalmente a partir da Constituição de 1988. Os programas de geração de emprego e renda adquiram um caráter mais articulado e ampliado a partir de 1994[12].

Foi somente a partir do início dos anos 1990, com mudanças introduzidas nos campos da política de desenvolvimento e de gestão das relações de trabalho no Brasil que se conformou um novo momento à *qualificação profissional*. Apesar da introdução dos Círculos de Controle de Qualidade na indústria automobilística no início dos anos 1980 e da introdução de inovações tecnológicas, particularmente nos segmentos mais dinâmicos da economia, no final da década, o fenômeno da *reestruturação produtiva* só ganhou impulso com a adoção, pelo país, no início da década de 1990, das políticas de liberalização do mercado, seguidas de privatizações de empresas estatais, da abertura do sistema financeiro, da política macroeconômica centrada no controle inflacionário e fiscal, da liberalização do câmbio e das medidas de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho.

Ao longo dos anos 1990, o desemprego e a precarização do trabalho converteram-se em um dos mais graves problemas sociais do país, na forma de um "fenômeno de massa" (POCHMANN, 2001). Ocorreu, na verdade, um agravamento de um quadro já dotado de características histórico-estruturais: a dualidade e a heterogeneidade do mercado de trabalho[13].

As políticas públicas de emprego, que foram formuladas de maneira mais sistêmica a partir do início da década de 1990, resultaram (contraditoriamente), de um lado, das possibilidades institucionais derivadas da Constituição de 1988 e, de outro, da adoção da orientação de índole liberalizante na condução do país. O novo cenário teve uma relação direta com a constituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e com a criação do Conselho Deliberativo do FAT – CODEFAT. Tais políticas tiveram um caráter fundamentalmente *reativo*, diante do quadro de crise estrutural do emprego e como contraface da opção por uma política macroeconômica orientada prioritariamente para a estabilização monetário-fiscal (DIEESE, 2001, p. 260). Desenvolveram-se paralelamente ao tratamento dado pelo próprio governo à normatização das

12 Ver, por exemplo, Azeredo (1998a e 1998b) e Castioni (2002).

13 "Assim, os problemas da 'modernidade', decorrentes do novo paradigma tecnológico, da abertura dos mercados e da globalização financeira, se superpõem aos problemas do atraso (alto grau de informalização e de precariedade das relações de trabalho, desigualdade social, deficiências no sistema de proteção social, baixíssimo nível de escolaridade da força de trabalho etc.)" (AZEREDO, 1998a, p. 125-126).

relações de trabalho, esta marcada, de um lado, conforme já tratamos, por sucessivas iniciativas no sentido da *flexibilização* e, de outro lado, por um esforço sistemático de desqualificação da proposição, apresentada pelas centrais sindicais, no sentido da constituição, no país, de um "sistema democrático de relações de trabalho". Resultaram, portanto, tanto de um claro esforço de desresponsabilização do Estado frente às políticas sociais, como de um diverso e difuso movimento, por parte da sociedade civil organizada, visando ampliar a participação quanto à formulação e gestão das políticas públicas.

O governo brasileiro, sob a influência de organismos multilaterais, como o Banco Mundial, o BID, a UNESCO, a OIT, entre outros, trouxe para si a responsabilidade de empreender um conjunto articulado e sistemático de iniciativas, visando colocar sob novas referências a questão da *qualificação profissional*. Conforme Castioni (2002), a instituição, em 1995, do Plano Nacional de Educação Profissional - PLANFOR[14], sob a coordenação do então Ministério do Trabalho - MTb[15], teria sido o veículo introdutor de novos "conceitos". A partir da regulamentação do FAT, em 1990, o Governo Federal, através do MTb, retomou a iniciativa no campo da política pública de qualificação profissional. Em 1993, tiveram início ações voltadas à qualificação profissional dos beneficiários do seguro-desemprego e funcionários do SINE. Mas, foi só em 1995 que o PLANFOR foi instituído.

A reforma do ensino técnico, operada em consonância com a nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB, através do Decreto Lei 2208/97, configurou uma nova institucionalidade para a educação profissional no país, tornando mais enfática a separação entre formação geral e formação tecnológicoprofissionalizante. Além da educação tecnológica e da educação técnica, o novo modelo previu a educação profissional básica - voltada, sobretudo, aos desescolarizados e desempregados -, que passou a ser operacionalizada fundamentalmente através do PLANFOR[16]. Os programas que compuseram o PLANFOR, ao longo de sua vigência, entre 1995 e 2002, tanto no âmbito nacional como estadual, foram executados através de parcerias com terceiros, incluindo o "Sistema S", as centrais sindicais, ONGs, entre outros. Segundo Pochmann (1999), apoiando-se em dados do Ministério do Trabalho, enquanto as Escolas

---

14 Que, em 1999, passou a denominar-se Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, conservando a mesma sigla; e, em 2003, com o novo governo, passou a denominar-se Plano Nacional de Qualificação, sob a nova sigla PNQ.

15 Atualmente denominado por Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

16 Ver, a respeito da avaliação do Planfor, Prestes (2006) e Costa (2006).

Técnicas contaram com 700 mil alunos, em 1996, o "Sistema S" atingiu 3 milhões e o PLANFOR, 1,1 milhão[17]. Para Affonso (2001), o PLANFOR era um exemplo da aplicação dos princípios liberais da *focalização*, descentralização e transferência de responsabilidade das políticas sociais para o campo privado. Na avaliação de Ferretti (1999, p. 13):

> tal tipo de estratégia tende a transferir às pessoas a culpa por não terem emprego, ao deixar subentendida a mensagem de que, se apesar de todo o empenho do Estado, da sociedade civil e dos empresários, nada resultou, então a responsabilidade não é social, mas individual.

O PLANFOR foi concebido a partir de três idéias-força: as noções de *competência*, de *empregabilidade* e de *parceria*. A noção de *competência* emergiu associada ao paradigma da *produção flexível*, como base para a promoção de uma qualificação que tornasse o trabalhador capaz de "compreender, antecipar-se e resolver os problemas de sua função na empresa" (ARAÚJO, 2000, p. 57). Além do saber "fazer", para o qual os trabalhadores eram preparados no âmbito do paradigma fordista de qualificação, a esse deveria ser acrescido o saber "ser" e o saber "aprender"[18]. O PLANFOR se manteve fundamentalmente alinhando às visões otimistas sobre os novos perfis profissionais demandados pelo mercado de trabalho, quando o que vinha prevalecendo naquele momento no Brasil era um quadro de crescente precarização e desemprego[19], em um contexto já marcado estruturalmente pela segmentação, baixa escolaridade e elevada informalidade.

---

17 "O programa desde a sua origem tinha o propósito de atender os trabalhadores desempregados, visando elevar a escolaridade e cuja meta era articular, através da ampla rede de formação profissional existente no País, 20% da População Economicamente Ativa – PEA até o ano 2000, meta esta que foi postergarda para 2002, por meio da Resolução n. 194/98" (CASTIONI, 2002, p. 213).

18 "Delineia-se neste contexto um novo perfil e um novo conceito de qualificação, que vai além do simples domínio de habilidades manuais e/ou disposição para cumprir ordens (...) O novo perfil valoriza traços como participação, iniciativa, raciocínio, discernimento, informação. Busca-se pessoas com iniciativa, capacidade de decidir e agir em face de imprevistos ou eventos aleatórios – que são tanto mais freqüentes quanto mais modernas, integradas e informatizadas as empresas" (MTE/SPPE/DEQP, 2001, p. 54.

19 "As mudanças produtivas que se processam na economia brasileira demandam, de fato, a implementação de ações que visem combater o baixo perfil de qualificação da força

Ganhou destaque, associado ao conceito de *competência*, o discurso da *empregabilidade*, sobretudo no primeiro mandato de FHC:

> O emprego dos anos 90 tem um novo conceito: a empregabilidade, conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e relações que tornam o profissional necessário não apenas para uma, mas para toda e qualquer organização. Hoje mais importante do que apenas obter um emprego é tornar-se empregável, manter-se competitivo em um mercado em mutação. Preparar-se, inclusive, para várias carreiras e diferentes trabalhos – às vezes, até simultâneos (MTB/SEFOR, 1995, p. 12).

O problema do emprego/desemprego foi, assim, formulado essencialmente, não como uma "questão social" (CASTEL, 1998), mas como uma questão de natureza técnico-administrativa, remetida ao plano individual, cabendo ao trabalhador individualmente, através da *requalificação profissional*, adequar-se às exigências do *mercado* e, com isso, tornar-se "empregável". Ao Estado caberia, nessa equação, tão somente oferecer oportunidades a cada um, através, sobretudo, de programas de educação profissional. Ora, essa noção foi gestada justamente em um contexto no qual a questão do desemprego ganhava uma dimensão ímpar de drama social. Negado como *questão social*, perde significado como questão *pública*, passando a ser inserido na perspectiva da *desresponsabilização* do Estado, e da sociedade, para com essa problemática, assim como na perspectiva do esvaziamento do *trabalho*, da *educação* e da *qualificação* como direitos[20]. Corrobora, assim, sem assumi-la explicitamente, uma percepção de fundo *privatizante* de tais políticas.

---

de trabalho nacional (...) Entretanto, cabe perguntar sobre a funcionalidade dos programas propostos em um contexto onde as empresas pouco privilegiam os programas de qualificação e os novos métodos de gestão de mão-de-obra (...) Mesmo nos períodos de recuperação do nível de atividade, não se verifica um desempenho mais positivo do nível de emprego, observando-se uma crescente divergência entre esse e o ritmo da atividade econômica (...) Se mantido esse comportamento das empresas, será difícil vislumbrar um papel mais efetivo das políticas de qualificação e de seus efeitos sobre o desemprego e a qualidade de emprego dos trabalhadores" (DEDECCA, 1998, p. 290-291).

20 Nas palavras de Gentili (1999, p. 88-89), "a tese da empregabilidade recupera a concepção individualista da teoria do capital humano, só que acaba com o nexo que aquela estabelecia entre o desenvolvimento do capital humano individual e o capital humano

Tal concepção adquiriu concretude institucional, organizacional e operacional através da idéia de *parceria*. O discurso da *parceria* ganhou evidência no contexto da Reforma do Estado, operada particularmente pelo governo FHC. Derivou da compreensão de que a *crise do Estado* era uma crise de natureza fiscal e estava relacionada ao esgotamento da "estratégia estatizante" de intervenção do Estado e da forma "burocrática" de administrá-lo. Compôs um esforço, que apontava, de um lado, para a *privatização* daquelas atividades concebidas como passíveis de serem "controladas pelo mercado" e, de outro, para a *descentralização* na execução de serviços sociais de educação, saúde, cultura, pesquisa científica. Nesse caso, através de um setor "público não estatal" (ou Terceiro Setor). As instituições não estatais passaram a ser solicitadas a participarem da execução de serviços sociais, em um contexto de crescente retração do Estado no que concerne a financiamento e a gestão dos serviços públicos (DAIN e SOARES, 1998). Entretanto, a idéia de *parceria* também estava relacionada às conquistas sociais e políticas dos anos 1980 e 1990, particularmente quanto à ampliação de espaços de participação na forma de conselhos e fóruns públicos, entre os quais se destacam o CODEFAT e as comissões estaduais e municipais de emprego/ trabalho. Dessa maneira, em programas como o PLANFOR, a noção de *parceria* se colocou ambiguamente

---

social; as possibilidades de inserção de um indivíduo no mercado dependem (potencialmente) da posse de um conjunto de saberes, competências e credenciais que o habilitam para a competição pelos empregos disponíveis (a educação é, de fato, um investimento em capital humano individual); só que o desenvolvimento econômico da sociedade não depende hoje de uma maior e melhor integração de todos à vida produtiva (a educação não é, em tal sentido, um investimento em capital humano social) (...) 'Empregabilidade' não significa, então, para o discurso dominante, garantia de integração, senão melhores condições de competição para sobreviver na luta pelos poucos empregos disponíveis, alguns sobreviverão, outros não (...) Nesse sentido, o discurso da empregabilidade tem significado uma desvalorização do princípio (teoricamente) universal do direito ao trabalho e, de forma associada, uma revalorização da lógica da competitiva inter-individual na disputa pelo sucesso num mercado estruturalmente excludente".

associada às idéias de *cidadania*[21], *privatização*, *descentralização*, *público não-estatal*, *participação da sociedade civil*[22].

A noção de *competência* foi o elemento de referência que imprimiu um determinado sentido à idéia de qualificação adotada conceitualmente no âmbito do PLANFOR. Entretanto, não significou, isso, que tal noção tenha informado os conteúdos dos programas – em geral, voltados para aqueles segmentos colocados fora do núcleo mais restrito do mercado de trabalho. O discurso da *empregabilidade* foi o elemento que orientou tal política pública quanto aos seus propósitos finais – seja no que se refere ao que, de fato, se colocou como objetivo, seja no que diz respeito ao que procurou suscitar como expectativa do público ao qual se destinou. A idéia de *parceira*, trabalhada, sobretudo, no sentido de repassar responsabilidades de execução a instituições terceiras, foi, por sua vez, aquilo que cimentou, de um ponto de vista organizativo-institucional, tal projeto. *Competência*, *empregabilidade* e *parceria* mostraram-se, com a experiência do PLANFOR, elementos plenamente combináveis, sob certa perspectiva. Conforme o debate que vinha sendo travado na sociedade a respeito do novo momento da *qualificação profissional*, desde o início da década de 1990, as novas referências discursivas vão impregnando, embora com ambigüidades, nuances, contradições, não só os agentes governamentais, mas também os representantes empresariais e até mesmo as lideranças sindicais (CASTIONI, 2002).

A discussão pública ganhou novos contornos com a instituição do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), em 2003, em substituição ao PLANFOR.

---

21 Particularmente através da referência "cidadão produtivo": "O cidadão produtivo é aquele capaz de apreender e gerir a realidade que tem como regra a transitoriedade permanente" (MTE/SEFOR, 1998, *apud* AFFONSO, 2001, p. 70). Conforme Castioni (2002, p. 213), o termo "cidadão produtivo" procura contemplar "a palavra cidadania reivindicada pelos trabalhadores e a competitividade dos empresários".

22 Conforme Vilmar Faria (*apud* MTE/SPPE/DEQP, 2001, p. 56), o Governo FHC tinha como princípios organizadores de sua estratégia de desenvolvimento social para o país: a) "igualdade de oportunidades no ponto de partida, entendendo por isso um papel estratégico do setor público na oferta de serviços"; b) "avaliação do custo e efetividade das políticas e programas sociais"; c) "descentralização e flexibilidade, em face das dimensões e heterogeneidade do país"; d) "participação, como forma de controle público sobre as políticas sociais"; e) "parceria entre União, Estados e Municípios, entre governo e sociedade civil, assumindo a impossibilidade de o Estado enfrentar sozinho a complexidade da questão social no Brasil".

Partindo da crítica ao período anterior, o PNQ propôs mudanças nos planos político, institucional, conceitual, pedagógico, ético e operacional (MTE/ SPPE/ DEQ, 2003). Sobretudo, realçou a noção de qualificação como construção social, questionou o discurso da "empregabilidade" e buscou centrar o entendimento da política pública de qualificação profissional na perspectiva dos *direitos sociais*. Estabeleceram-se, no entanto, não só descontinuidades, mas também continuidades. Manteve-se, com isso, como um campo em disputa[23].

No que se refere ao Sistema S, em particular, que hoje atua nos níveis básico, técnico e tecnológico da formação profissional, em todo o território nacional e envolvendo os diversos setores da economia do país, mantém-se como um ator de destaque nas discussões e experimentações que o atual momento tem suscitado no campo da *qualificação profissional*. Vem buscando, através de várias iniciativas, adequar-se à nova situação. O SENAI foi criado para fazer frente a uma situação de crescente carência de operários especializados, especialmente causada pela expansão e diversificação da atividade industrial, desencadeadas a partir dos anos 1930. Estava configurada, naquelas circunstâncias, de um lado, a necessidade de uma crescente racionalização técnica do processo produtivo e das relações de trabalho e, de outro, a construção de um novo projeto hegemônico para o país, o qual requeria a socialização das novas levas de trabalhadores assalariados através de uma representação social assentada na percepção do desenvolvimento industrial como conveniente a todos. Conforme Manfredi (2002, p. 204), a formação do SENAI atuou simultaneamente nessas duas perspectivas. Segundo essa autora, para os críticos da experiência do Sistema S,

> ...sua formação teria uma orientação muito mais tecnicista do que tecnológica e voltada para as necessidades conjunturais do mercado de trabalho e dos setores produtivos. Assim sendo, serviria de canal de divulgação de uma visão de mundo, de trabalho e de educação ideologicamente orientada pela ótica patronal.

Ao mesmo tempo, é evidente o quanto o Sistema S converteu-se, desde sua fundação, na maior rede de formação profissional do país e da América Latina, ministrando cursos regulares e livres, técnicos e de especialização, em suas próprias escolas, nas empresas e nos sindicatos. Mas sua trajetória

---

23 Ver a respeito, por exemplo, Veras de Oliveira (2005).

precisou ir se adaptando às transformações econômicas e políticas ocorridas na sociedade brasileira. Citando Cunha (2000), Manfredi (2002, p. 183-184) observa três fases nessa trajetória:

> ...a primeira, nos anos 50 e 60, com a expansão da industrialização para a indústria de base, quando as iniciativas relativas às atividades de aprendizagem se tornaram insuficientes e foram se criando outros cursos de curta duração, denominados de treinamento, que chegaram a ser o foco de sua atuação, sem o desmonte dos cursos de aprendizagem. Na segunda, nos anos 70, por razões ligadas antes à política educacional do que ao setor produtivo, foi a vez de outra ponta: cursos técnicos de nível médio tiveram de ser criados, voltados para certas especialidades. E na terceira, a partir do final dos anos 90, podem-se apontar tanto fatores ligados aos processos de reestruturação da economia e aos processos produtivos na indústria quanto à política educacional, à criação de cursos de nível superior e, como veremos, de novos programas de consultoria e assessoria, indo, portanto, além da educação.

Para Manfredi (2002), com os novos ares políticos trazidos pelo processo de redemocratização do país, dos anos 1970 aos 1980, e com as mudanças introduzidas no padrão tecnológico e organizacional da produção, dos anos 1980 aos 1990, configurou-se um novo contexto para o mundo do trabalho, diante do qual o SENAI se viu pressionado a adaptar-se. De um lado, encontra-se sob a necessidade de atender as novas exigências de qualificação colocadas pelo mercado, cada vez mais marcadas por aspectos como agilidade, dinâmica, flexibilidade, multifuncionalidade, heterogeneidade. De outro, por meio de pressões sociais oriundas da contradição entre o caráter público do seu financiamento e o caráter privado de sua gestão, vê-se sob a necessidade de responder a tais pressões, ajustando o discurso, reestruturando-se e orientando sua atuação institucional.

Assim como a orientação da reforma do sistema de ensino se deu muito vinculada a diretrizes de organismos internacionais, estes também se voltaram para o Sistema SENAI, apontando nele uma estrutura inadequada às novas necessidades do mercado brasileiro. A opção adotada foi a de realizar uma reforma institucional (MORES, 1999). Diante de tal cenário, atuando como um agente importante que vem influenciando essas condições, o Sistema S, e

particularmente o SENAI, vem operando adequações no seu projeto institucional. Segundo Mores (1999, p. 75):

> Algumas das transformações mais significativas dizem respeito à progressiva extinção da modalidade de aprendizagem, à concentração de esforços na formação de técnicos, à instalação de cursos de curta duração e ao investimento em atividades de assessoria técnica às empresas.

Ao SENAI coube ajustar melhor seus cursos ao mercado de trabalho, com maior flexibilidade institucional, com a incorporação de habilidades comportamentais na formação da força de trabalho e com a reestruturação dos currículos. Como conseqüência desses ajustes, a partir de meados de 1990, o SENAI vem diversificando suas ações, agora estruturadas em três eixos principais: (1) *Assistência Técno-Tecnológica*, nas áreas de processo, produção, qualidade e segurança no trabalho e de *Informação Tecnológica* (serviços vendidos por consultoria ou parceira); (2) *Pesquisa Aplicada* e; (3) *Qualificação Profissional*, definindo os cursos conforme a atual estrutura do ensino brasileiro para a educação profissional: no nível tecnológico-superior, oferecendo cursos de graduação em tecnologia gráfica, mecatrônica, tecnologia ambiental, tecnologia gráfica e vestuário; no nível técnico, correspondente ao ensino médio, o SENAI vem oferecendo cursos nas áreas de construção civil, gestão de processos industriais, informação, química, telecomunicações, transporte sobre trilhos e indústria (mecânica, metalúrgica, automobilística, gráfica, vestuário etc.); e no nível de formação profissional básica, no qual se concentra o seu maior número de ação, vem operando com três modalidades:

» Cursos de Aprendizagem Industrial, com carga horária variável entre 800 a 2200 horas, destinados a menores entre 14 e 18 anos que tenham concluído o ensino fundamental; propõe-se a inserir o aprendiz em estágio profissional em empresas;

» Cursos de curta duração (08 a 250 horas): são denominados de qualificação[24], especialização, treinamento, aperfeiçoamento e atualização profissional; não requerem, em geral, nível formal de escolaridade e são

24 O termo usado pelo SENAI para qualificação refere-se fundamentalmente a cursos de curta duração, treinamentos técnicos rápidos.

serviços vendidos para os empresários ou abertos à população na forma de cursos não-gratuitos, o que difere da modalidade de aprendizagem;

» Cursos de educação à distância não-presencial; são eles: desenho técnico, matemática básica e financeira, mecânica, dentre outros.

Para a efetivação de seus serviços, o SENAI possui uma vasta rede escolar que inclui Unidades Fixas, num total de 428 (compreendem basicamente: Centros de Tecnologia, Centros de Educação Profissional, Centros de Treinamentos, Unidades de Treinamentos Operacional), e Unidades Móveis (316), totalizando 744 unidades SENAI espalhadas por todo o país[25].

Antes de passarmos a uma abordagem sobre os resultados da pesquisa a respeito da trajetória histórica e desafios atuais do SENAI na Paraíba, cabe algumas considerações sobre como o processo de integração do Nordeste à industrialização brasileira trouxe desafios especiais à qualificação profissional e, como conseqüência, ao Sistema S.

A integração subalterna da economia nordestina e paraibana e algumas hipóteses sobre o papel histórico do Senai na região

Ao longo do século XX, com a industrialização do país, operou-se o aprofundamento das disparidades e desigualdades regionais. O Centro-Sul (principalmente São Paulo) consolidou-se como centro dinâmico do novo modelo do desenvolvimento econômico, passando a concentrar os investimentos em detrimento, sobretudo, do Norte e Nordeste do país. Estudos como o de Oliveira (1977) nos ajudam a perceber a lógica de acumulação e reprodução do capitalismo no Brasil, especialmente com um desenvolvimento industrial desigual:

> A especificidade particular de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga periferia onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema (OLIVEIRA, 1987, p. 44).

25 Ver: www.senai.br.

Da redefinição espacial operada por tal processo, surge, no país, a Questão Regional Nordestina, aqui entendida como a consolidação do Centro-Sul irradiador de capital, região de crescimento, desenvolvimento e modernizações, concentrando os setores mais dinâmicos da economia. O Nordeste passa a assumir, dentro do sistema capitalista nacional, a função de fornecedor de mão-de-obra e de matéria-prima para as indústrias do Sudeste (OLIVEIRA, 1977).

Identificada como região atrasada, possuidora de um lento crescimento econômico, originário de uma base produtiva tradicional e de fraco dinamismo, o Nordeste passou a ser pensado pelo planejamento econômico do Estado Brasileiro notadamente como uma região a ser integrada pela industrialização. Sob tal referência foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1959[26], responsável por articular uma série de políticas públicas de incentivos fiscais (FINOR), de combate à seca (DNOCS), de crédito público (BB, BNB, BNDES), cuja proposta central era incentivar a industrialização do Nordeste com o propósito de superar as dificuldades geradas pela velha economia agro-exportadora. Acreditava-se, com isso, promover a integração dos espaços econômicos numa base ou sistema nacional (OLIVEIRA, 1987).

Para Oliveira (1977), os impulsos da criação da SUDENE e de sua condução devem ser buscados numa abordagem que capte o contexto econômico, político e social do próprio Nordeste e do país. Numa palavra, buscando no conflito de classes as respostas para tal empreendimento. No choque entre forças sociais tradicionais (oligarquias agrária e burguesia agroindustrial regional) e a burguesia internacional-associada do Centro-Sul, na operação de um tenso movimento, capturou a SUDENE, beneficiando-se de isenções e incentivos para a acumulação e reprodução expandida do capital industrial, setor dinâmico e estratégico do novo modelo econômico hegemônico no país. De fato, a ação planejada e de incentivo da SUDENE gerou um forte dinamismo na região, atrelando-a à dinâmica da economia nacional, sob a égide da expansão capitalista do Centro-Sul. Com isso se superou uma situação de economia regionalizada e desarticulada, entretanto não sem se reafirmarem as posições centro-periferia, com novas desigualdades e desníveis inter e intraregionais.

Numa palavra, não se homogeneizou nem o espaço econômico nacional, nem tampouco as estruturas produtivas distribuídas no espaço regional. Conforme Araújo (2000), o novo parque industrial nordestino foi constituído

---

26 Tendo existido até 1998, quando foi extinta sob o Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi recriada no Governo Lula, em janeiro de 2007.

a partir de pólos econômicos. Daí resultou uma relativa perda de posição e importância industrial do Estado de Pernambuco e uma maior pujança de Estados como Bahia, Maranhão e Ceará. Produziram-se, de outra parte, subespaços de "isolamento relativo", caracterizados por uma baixa dinâmica comercial e industrial, como os casos do Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba. Para Araújo (2000), que analisa esse contexto ao longo das décadas de 1960 até 1990, baseada em dados da própria SUDENE e do IBGE, o Nordeste passou de uma região cuja indústria assentava, sobretudo, na produção de bens de consumo não-duráveis, tais como têxteis e alimentícios, para uma base industrial orientada para a produção de bens intermediários.

Como referências dessa nova estrutura produtiva, destacaram-se os pólos econômico-industriais de Camaçari- BA (Petroquímico), de Sergipe (Fertilizantes), de Alagoas (Complexo Salgema) e do Maranhão (Complexo Minero- Metalúrgico). Além desses, emergiu o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza, como resultado da articulação de capitais internacionais e do Centro-Sul com a indústria tradicional local. Assim como, os novos pólos agroindustriais do Vale do São Francisco-BA, do Sul do Maranhão e do Piauí, do Oeste da Bahia e do Vale do Açu-RN.

Esses pólos industriais e agro-industriais, que produzem atividades econômicas modernas, as chamadas indústrias incentivadas da SUDENE, mas que, ao mesmo tempo, passaram a coexistir e se combinar organicamente com a rigidez das velhas estruturas políticas (oligarquias tradicionais) e estruturas também envelhecidas de organização econômico-sociais, nos oferecem a constatação, segundo Araújo (2000), da permanência de diferenças espaciais dentro da própria região, revelando uma região portadora de crescente heterogeneidade, complexidade e dinâmica.

Ainda conforme Araújo (2000), as ações da SUDENE na região acabaram gerando implicações econômico-industriais orientadas, basicamente, em dois sentidos. Primeiramente para o questionamento da divulgada visão do Nordeste como "*problema da seca, da miséria e do atraso*", na medida em que, com o surgimento de sub-regiões, de pólos de crescimento, de maior fluxo de capitais inter-regionais e internacionais, essa Região passou a assumir um papel de maior importância no conjunto da indústria nacional, mostrando um forte dinamismo industrial e comercial, crescimento esse que teve como "principal agente econômico o Estado, na medida em que este agiu investindo, produzindo, incentivando, criando infraestrutura econômica" (ARAÚJO, 2000, p. 166). Por outro lado, e ao mesmo tempo, tal política teve seus efeitos na dimensão social, ou seja, tal crescimento econômico, via industrialização, combinado com a permanência de estruturas sócio-econômicas e

espaciais tradicionais (emblemático o caso da rígida concentração agrária na região) acabaram por reproduzir e aprofundar as desigualdades intra-regionais e sociais. Em outras palavras, conforme avaliava a autora: "a pobreza continua a ser uma das marcas mais importantes do Nordeste, quando vista no contexto nacional. É um traço antigo que o dinamismo econômico das últimas décadas não conseguiu alterar significativamente" (ARAÚJO, 2000, p. 166).

Fontgalland (2006), em estudo sobre a economia paraibana, envolvendo o período 1986 e 2002, observou que, apesar da predominância dos ramos tradicionais no setor industrial (alimentos e bebidas, têxtil e confecções, calçados, gráfico), havia surgido uma tímida indústria dinâmica de minerais não-metálicos, de artigos de borracha e plásticos, assim como uma tendência pelo interesse na química fina (cosméticos) e eletrônicos. Todavia, o setor econômico que se destacou ao longo da década de 1990, com uma média de participação de 62,8% do PIB estadual, foi o terciário, ou seja, o comércio e os serviços. Esse setor ainda foi o responsável, aliado à administração pública, pela maior parcela do emprego formal gerado no período de 1986 a 2001. De modo que o mercado de trabalho paraibano, historicamente caracterizado por traços de baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional, por trabalho precário e elevado contingente de mão-de-obra na informalidade, manteve-se com tais características (FONTGALLAND, 2006).

Segundo Targino *et al* (2006), estabeleceu-se uma tendência marcante de absorção da força de trabalho no setor de serviços, no mercado paraibano, que deve ser entendida como ligada a um contexto mais amplo de transformações não só regionais (com o fenômeno da desconcentração industrial, ou seja, a re-localização de unidades produtivas incentivadas pela Guerra Fiscal[27]), mas, sobretudo, ligado ao processo de abertura comercial, liberalização e desregulamentação de mercados em contexto Global.

No caso particular de Campina Grande, houve um primeiro período de expansão econômica ligado intimamente às atividades agro-exportadoras regionais, justamente com a instalação do tronco ferroviário, em 1906, que subsidiou a expansão da produção e comercialização do algodão. Essa transformação também colocou Campina Grande na posição de importante entreposto comercial, um pólo de venda de produtos no atacado e no varejo

27 Na qual a Paraíba vem participando com o CINEP (Companhia de Desenvolvimento do Estado da Paraíba). Esta vem operando com a política de incentivos fiscais: isenção de ICMS legalizados no FAIN (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba).

(XAVIER, 1990). Até 1960, ocorreu uma profunda transformação econômica na cidade, com a instalação de indústrias de produtos alimentícios, de extrativismo vegetal, de couro, peles e produtos similares, indústrias do ramo têxtil, assim como indústrias metalúrgicas (CARVALHO *et al*, 1996). Tais circunstâncias históricas elevaram a cidade a uma condição de destaque na economia da Paraíba, tornando-a mais apta a receber a primeira unidade do SENAI no Estado. Com a transição para uma economia nacional integrada (em decorrência da nova dinâmica de integração dos espaços locais com o centro da economia nacional), na qual, como vimos, a SUDENE atuou decisivamente, Campina Grande sofreu os impactos (1960-1990) da perda de sua função atacadista (ARAÚJO, 2000).

Atualmente, Campina Grande vem despontando como centro turístico de eventos, além de vir se destacando pelo dinamismo de atividades de base tecnológica, com o *tecno-pólo* de produção e exportação de *software*, no qual se destacam as ações combinadas entre o Parque Tecnológico da Paraíba, o Sistema S (com o Centro Tecnológico Couro-Calçadista) e a UFCG. Foi sob tal perspectiva que procuramos compreender a trajetória do SENAI na Paraíba, com destaque para as transformações recentes pelas quais vem passando.

A trajetória histórica do Senai na Paraíba e seus desafios atuais

Para compreendermos a trajetória do SENAI na Paraíba e as inflexões conceituais e organizacionais pelas quais vem passando nas últimas duas décadas, é preciso abordá-la historicamente, considerando-a sob uma perspectiva de inserção que não poderia deixar de dialogar com as especificidades sóciohistóricas da região. O SENAI se estabeleceu no espaço local operando com uma diversidade de ações, ao mesmo tempo atendendo às funções nacionalmente determinadas e outras funções suscitadas à medida que se foi inserindo na realidade local.

O livro-memória *Uma escola e algo Mais*, de Lopes (2004), assim como seu próprio depoimento como importante ator social e histórico da trajetória do SENAI de Campina Grande, são importantes fontes de reconstituição desse processo. Conforme tais fontes, a primeira unidade do SENAI no Estado da Paraíba foi estabelecida em Campina Grande, com a construção do prédio localizado no atual bairro da Prata, no ano de 1950. Aí foram instalados a

Escola de Aprendizagem do SENAI[28] e o Departamento Regional do SENAI da Paraíba, em 1952. Naquele momento, já funcionavam o SENAI-PE, o SENAI-AL, o SENAI-CE e o SENAI-MA.

O contexto sócio-econômico nacional se orientava para a industrialização, colocando a exigência de uma resposta à altura das demandas de preparação de mão-de-obra qualificada para a ocupação de postos de trabalho no setor mais dinâmico da indústria. No âmbito local, Campina Grande concentrava o maior número de estabelecimentos industriais no Estado, mas com um tipo de indústria muito incipiente. Sobretudo, afirmava-se como importante entreposto comercial de porte meso-regional.

Até 1957, a unidade local do SENAI contava com um edifício principal, os blocos que abrigavam as oficinas de ajustagem mecânica, uma oficina de tornearia mecânica, uma oficina de mecânica de motores de automóveis, outra de marcenaria e um terreno anexo à Escola que funcionava como criadouro[29]. Naquela ocasião, eram ofertados cursos de qualificação profissional nas áreas de Mobiliário, Mecânica e Manutenção de Veículos Automotores, que funcionavam na modalidade de *aprendizagem industrial*, com aulas distribuídas em um turno de quatro horas, que contemplava a educação geral (ciências físicas e naturais, matemática, português e desenho técnico), e mais um turno de quatro horas para a educação profissional, com a prática nas oficinas. Estimativas de Lopes (2004) apontam, sobre tal período, para um total de 50 a 60 alunos aprendizes com idade entre 14 a 16 anos, estudando em regime de internato.

Tomando posse na direção da Escola de Aprendizagem e do Departamento Regional da Paraíba, em 1957, Stenio Lopes tornou-se um dos mais importantes personagens dessa trajetória. É sob sua condução (até final da década de 1980) que o SENAI de Campina Grande e da Paraíba passará por marcadas mudanças. Inicialmente, o ambiente inspirava uma "mentalidade rural", algo estranho ao seu caráter de órgão por excelência referido ao mundo industrial. Era das localidades circunvizinhas e até de outras mais distantes que vinham os que iriam se tornar alunos internos aprendizes do SENAI-CG. Tais alunos enxergavam no internato gratuito uma oportunidade para possibilitar sua

28 Em 1987 a Escola passou a denominar-se Centro de Formação Profissional Prof. Stenio Lopes. Com a reforma do sistema de ensino nacional ocorrida em meados dos anos 1990 (LDB/96), passou a chamar-se Centro de Educação Profissional Prof. Stenio Lopes - CEPSL-SENAI.

29 Posteriormente cedido ao SESI para a construção do atual Clube do Trabalhador.

formação educacional. Esse não era um procedimento comum no SENAI em âmbito nacional, que mantinha regimes de internatos apenas em situações nas quais os aprendizes fossem enviados pelas empresas industriais.

Focalizado em preparar mão-de-obra para a indústria e empreender uma mentalidade voltada para o trabalho industrial, a nova direção do SENAI na Paraíba, ao longo do período de 1960-80, extinguiu o sistema de internato. O curso de Aprendizagem Industrial foi mantido como ação estratégica, porém modificada em sua estrutura, já que pela contingência de recursos financeiros e a ênfase na preparação profissional, as aulas e os conteúdos da educação geral foram cortados e acrescentados a orientação educacional, o serviço social e o setor de psicologia, como serviços complementares à formação dos alunos. Além dessa modalidade de curso de Qualificação Profissional, foram criados cursos de curta-duração noturnos destinados ao público adulto, pautados na noção de treinamento: o SENAI-CG "oferecia um treinamento, uma iniciação profissional. As pessoas que participavam de tais cursos não deviam ser considerados alunos ou estudantes, e sim pessoas que aprendiam, em curto espaço de tempo, as práticas básicas de um ofício" (LOPES, 2004, p. 92).

No que se refere às áreas profissionais priorizadas pelas atividades do SENAI na Paraíba, seria inevitável a configuração de uma situação-problema: dado o caráter tradicional e periférico da economia local, em contraste com a natureza das demandas que resultaram no projeto do SENAI a partir do Sudeste do país (centradas numa economia industrial de base dinâmica), estabeleceu-se uma discrepância entre as demandas e orientações determinadas pela Direção Nacional e as necessidades e demandas da realidade local. Nas palavras de Lopes (2004, p. 48):

> ...os critérios inicialmente formulados em São Paulo segundo os quais o SENAI atendia à demanda de nova mão-de-obra para o crescimento industrial e à necessidade de reposição da mão-de-obra dispensada ou perdida por vários motivos, não se aplicavam às regiões Norte e Nordeste naquelas décadas de 50, 60 e 70.

A posição prevalecente no SENAI local foi a de atender prioritariamente as expectativas do SENAI Nacional, mantendo uma agenda de cursos centrados nos "ofícios básicos" ou "estratégicos", que compreendiam as áreas de metal, madeira e eletricidade, voltados fundamentalmente para montagens e reparações. Mas, de outra parte, buscou empreender algumas iniciativas, embora tímidas, no sentido de atender demandas específicas das indústrias

locais. É certo que a absorção dos egressos do SENAI-CG no mercado local, naquele período, esbarrava nas limitações de um parque industrial restrito e predominantemente tradicional. Lopes (2004) constata que boa parte dos melhores alunos dos cursos da área de mecânica se deslocava para São Paulo. Nessa medida, a inserção dos concluintes aprendizes nas empresas da cidade "parecia mais um favor às pessoas que faziam o SENAI", do que uma necessidade da indústria local (LOPES, 2004, p. 48). É possível dizer também que, conforme as fontes consultadas, apesar da identificação de demandas de cursos de qualificação profissional no mercado local ser feita pelo Departamento Regional de maneira assistemática e, noutra ocasião, através de uma pesquisa de mercado realizada pela própria Escola de Aprendizagem, foram empreendidas tímidas ações no sentido de uma maior integração e adaptação das ações do SENAI às demandas do mercado campinense. Ao que tudo indica, essa foi uma situação que se prolongou até anos mais recentes.

Destaque-se, ainda, que o SENAI-CG também acabou preenchendo, nos seus primeiros anos de existência, o papel de qualificação que caberia ao SENAC, o qual ainda não se estabelecera na cidade. Isso, por exemplo, ao realizar um curso de auxiliar de escritório, com duração de 720 horas, que funcionou nas dependências do Colégio Estadual da Prata. O público alvo era de mulheres com no mínimo 16 anos e com escolaridade mínima de 1º grau concluído. O currículo era composto de datilografia, mecanografia, redação técnica, matemática comercial, noções de legislação do trabalho, relações humanas, prática de escritório e etiqueta social.

Duas iniciativas marcaram a expansão do SENAI pela Paraíba a partir da base de Campina Grande. A primeira delas ocorreu com a instalação de uma unidade do SENAI na cidade de Bayeux, em 1966. Inicialmente, tal unidade operou com cursos na área de mecânica e, posteriormente, dedicou-se à área de construção civil. Apenas em 1979 foi inaugurado o Centro de Formação Profissional de João Pessoa, incorporando áreas de mecânica e de manutenção de veículos automotores, de eletricidade, de editorial e gráfica, assim como de vestuário e artefatos de tecidos. A segunda iniciativa ocorreu na década de 1970, com a criação dos "cursos volantes" (embriões das atuais Unidades Móveis), que contou com apoio financeiro do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra – PIPMO, do Governo Federal, e da Secretaria Estadual do Trabalho. Constituíam-se em cursos de curta duração para preparar alunos adultos do interior do Estado. Com turmas de no máximo 12 alunos e duração que em algumas experiências chegaram a até cinco meses, os cursos volantes formavam: mecânico de motores de automóveis, serralheiro-soldador,

eletricista instalador, eletricista reparador de eletrodomésticos e bombeiro hidráulico (encanador). Inicialmente, funcionaram no mês de férias da Escola de Aprendizagem de Campina Grande, "levando máquina e equipamentos que pudessem ser facilmente transportados" (LOPES, 2004, p. 59). Em 1988, foi inaugurado um Centro de Treinamento, operando em apoio às Unidades Móveis, em Sousa e, em 1989, um Centro de Treinamento em Guarabira.

A ação de *Qualificação Profissional* esteve centrada nos ofícios básicos e estratégicos de montagem e reparação (metal-mecânica, madeira e eletricidade), cuja orientação técnico-pedagógica se baseou na Série Metódica de Oficina - SMO, referenciada no paradigma taylorista-fordista e associada aos fundamentos da "instrução programada", baseada na psicologia behaviorista de Skinner. Aplicando as orientações advindas da padronização da metodologia de ensino do SENAI Nacional, a unidade de Campina Grande adotou e aperfeiçoou ao longo de 45 anos de funcionamento o que era denominado de "Tecnologia Educacional". Esta expressão significou basicamente a aplicação sistemática do conhecimento científico para a solução adequada dos problemas de educação. Para qualquer pessoa, em quaisquer tempo e lugar, se objetiva uma aprendizagem empiricamente fundamentada e orientada para a forma mais ágil e racional, cujo objetivo claro é a obtenção do máximo de proveito. Tal entendimento nasceu sob a referência da noção de Formação Profissional recomendada por organismos internacionais da década de 1950, tais como a OIT e a UNESCO. Essa noção compreendia duas dimensões principais: de um lado, significava "adequação do homem ao posto de trabalho, comportando os conhecimentos, habilidades específicas requeridas pelo trabalho". De outro lado, de sentido mais amplo, implicava os "conhecimentos e comportamentos relacionados com as condições e relações laborais, situando o homem em uma perspectiva de desenvolvimento pessoal e social" (LOPES, 1992, p. 26). A *ocupação* é considerada o eixo em torno do qual orbitam as chamadas disciplinas teóricas (português, matemática, ciências e desenho). Nada é visto nessas disciplinas que não tenha uma aplicação imediata na aprendizagem da operação. Aprender fazendo é o postulado básico. As habilidades motoras, organizadas metodicamente são aprendidas por meio de demonstrações e da prática supervisionada. O SENAI-CG se orientou pela adoção de "uma seqüência de operações de dificuldade crescente, representadas por peças que eram confeccionadas pelos aprendizes, ou em operações manuais com o uso de instrumentos, ou em máquinas operatrizes por eles manipulados" (LOPES, 2004, p. 26). O princípio lógico era basicamente ir do mais simples para o mais complexo, partir do concreto para chegar ao abstrato, repetir as atividades como forma de fixação da aprendizagem. O aprendizado do ofício

comportava quatro fases: estudo, demonstração, execução e avaliação da tarefa. Esse foi o principal instrumento pedagógico no ensino de ofícios e profissões, aliado à observação de operações, à incorporação do estudo dirigido em grupo, tanto na prática de oficina, como nas disciplinas teóricas e no uso de material didático (texto impresso e audiovisual). Esse último recurso usado a partir da década de 1980.

Foi só na década de 1990 que o SENAI-CG começou a sentir os impactos das profundas transformações que vinham atingindo o mundo do trabalho em escala mundial e nacional. Os novos modelos de organização industrial e a introdução da automação de base microeletrônica exigiram uma massa de novos conhecimentos e atitudes bastante diferentes do padrão de qualificação oferecido pela "tecnologia educacional" do SENAI, ao longo de seus 45 anos de atuação local. Sob orientação institucional do SENAI Nacional, através da atualização de sua missão[30], do novo contexto sócio-econômico e político, tanto em âmbito nacional como local, o CEPSL-SENAI empreendeu em 1998 uma avaliação sistemática de suas ações, da qual resultou a elaboração de um plano estratégico projetado para o período 1997-2002. Nesse foram consideradas as situações de ameaças e de riscos e as principais fraquezas da unidade local em Campina Grande, assim como, identificados suas principais forças, oportunidades e potencialidades.

Suas linhas de ação geral, que antes da década de 1990 estavam centrados apenas na *Qualificação Profissional*, passaram estrategicamente a ser orientadas para: a *Informação Tecnológica*, realizada por meio da Biblioteca, da Internet e da Olimpíada do Conhecimento - evento promovido pelo Sistema S, que visa integrar e nivelar conhecimentos, técnicas e processos na formação profissional dos alunos, a nível nacional; a *Assistência Técnico-Tecnológica*; e a *Educação para o Trabalho*. Neste último caso, foram mantidos os cursos de Aprendizagem Industrial, com funcionamento no período diurno, mas a oferta de cursos foi ampliada, nas modalidades de nível básico (treinamentos, qualificação, aperfeiçoamento). Recentemente, foi criado no CEPSL o curso técnico (aquele equivalente ao ensino médio) em eletroeletrônica.

30 Em âmbito nacional, a missão atualizada do SENAI passou a ser: "contribuir para o fortalecimento da indústria e para o desenvolvimento pleno e sustentável do país, promovendo a educação para o trabalho e a cidadania, a assistência técnica e tecnológica, a produção e disseminação de informação e adequação, geração e difusão de tecnologia". Disponível no portal www.senai.br.

Tendo em vista sua missão local de "contribuir para o fortalecimento das indústrias da região, promovendo a educação para o trabalho e a cidadania, a assistência técnica e tecnológica, a produção e a disseminação de informações" (CEPSL-SENAI, 1998, p. 10), o CEPSL manteve sua área de atuação nos chamados ofícios básicos, reestruturando seus currículos: metal (metrologia, tornearia-fresa mecânica, ajustagem mecânica, solda elétrica e oxiacetilênica), mecânica (de autos e injeção eletrônica); mobiliário (marcenaria e lustre de móveis); e eletricidade (predial, industrial e de motores). Mas introduziu novas áreas, como eletrônica (básica, digital), artes gráficas (impressão *off-set* e tipográfica), alimentos (panificação e confeitaria), automação industrial (controle lógico programável, pneumática, hidráulica, programação de torno) e informática (operação, computação gráfica, programação, *webdesigner* e manutenção e reparo em *hardware*), muitos desses cursos oferecidos em modalidade de curta duração.

As transformações recentes vêm alterando, além dos currículos, a orientação técnico-pedagógica. A partir de 1990, se impõe a *Qualificação Competente*, entendida como aquela cujas bases estão assentadas no aspecto comportamental, isto é, na formação de um profissional que seja capaz de contribuir com a solução de problemas inusitados, e não apenas habilitado a operar máquinas, tal como no paradigma anterior.

> É exatamente nesse período da década de 90 até hoje que a gente percebe essa virada de rumo na educação profissional. O mundo do trabalho mudou, o mundo da educação precisa se adequar para estar à altura de colocar no mercado de trabalho profissionais que venham a atender esse leque de mudanças que aconteceu. É exatamente nesse período que você vai perceber que o SENAI começa a enfocar questões mais estratégicas (...) provocar mudanças nos currículos, inclusive, em nível de conteúdo (...) as mudanças que cada vez mais exigem um profissional que seja capaz de contribuir com soluções e não apenas operar máquinas (...). Nós temos hoje uma abrangência na parte teórica que vai desde aspectos de qualidade a aspectos comportamentais[31].

Conseguiu-se identificar em tal experiência, tanto ao nível do discurso dos gestores e dos instrutores, como nos documentos norteadores, uma ótica

31 Entrevista com gestor do SENAI-CG, em 05/05/2006.

competitiva, que busca ampliar oportunidades, maximizar a utilização de recursos logísticos, materiais e humanos, sempre referenciados em modelos flexíveis de ensino-aprendizagem. A qualidade dos produtos e serviços para o CEPSL-SENAI implica ter poder de decisão e responsabilidade com as atividades, firmeza, rapidez no atendimento ao cliente-aluno e respeito aos prazos negociados. Com base nessas idéias-força, a aprendizagem é vista como

> ...flexível a mudanças, e essa flexibilidade dá-se ante a necessidade que surge no desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem considerando o perfil do aluno (cliente), tempo e economia, respeitando as características e processos na execução de tarefas (...) Com esta ênfase, procura-se atender as exigências da nova Lei de Diretrizes e Bases, entendendo-se o aluno como elemento individualizado, respeitando-se suas necessidades individuais e dotes particulares, sem, contudo, fugir ao conteúdo programático (CEPSL-SENAI, 1998, p. 48).

Até onde foi possível apurar e ainda que em caráter parcial, os desafios colocados ao atual momento da trajetória do SENAI da Paraíba e de Campina Grande, passam por aspectos como:

» a defasagem tecnológica de equipamentos das unidades locais aliada à defasagem tecnológica do próprio parque industrial local, predominantemente tradicional, o que gera distorções na preparação/formação profissional dos alunos;

» conseqüentemente e aliado à crescente inovação tecnológica do mercado, em termos mais gerais, há um déficit, um descompasso verificado pela própria instituição quanto às grades curriculares;

» a continuidade da dificuldade histórica de absorção no mercado de trabalho local dos egressos do CEPSL-SENAI, cuja estimativa para a modalidade de Aprendizagem aponta para algo em torno de 20% desses;

» a inserção (formas de integração) do Sistema S na rede de formação profissional e no sistema público de trabalho, emprego e renda no território estadual.

Considerações finais

Considerando o caráter de continuidade e aprofundamento desta pesquisa, aqui levantamos algumas questões, a título de hipóteses a serem melhor investigadas, a respeito da implantação e ação político-institucional

desenvolvida pelo SENAI em um espaço e contexto sócio-econômico periférico. Ou seja, no Estado da Paraíba (região Nordeste), na cidade de Campina Grande, cuja importância no contexto da indústria nacional, particularmente frente ao parque instalado no Centro-Sul, foi e continua sendo inexpressiva, embora tenha desempenhado um papel importante como entreposto comercial de abrangência meso-regional.

Seguem as questões:

- » O SENAI implantou-se em todo o território nacional, com o objetivo principal de preparar mão-de-obra especializada para a indústria do tipo dinâmica, aquela que dirigia a expansão do capitalismo no país, na sua esmagadora maioria situada no Sudeste;
- » O SENAI atuou, também, uma vez baseando-se em todo o território nacional, com a função de formador da força de trabalho industrial e dos serviços ligados à produção, por meio da divulgação, disseminação e sedimentação nas subjetividades dos trabalhadores, ou futuros trabalhadores, da representação social do Brasil como uma sociedade modernizada e industrial;
- » O SENAI, além das funções de formador de mão de obra qualificada, sobretudo para a indústria do Sudeste, e de promotor de uma perspectiva do Brasil enquanto uma sociedade de tipo industrial, também atuou no sentido de construir as bases dos serviços necessários ao processo de industrialização, mesmo que na forma de economia informal. São os casos, em destaque, das oficinas de reparação de automóveis. Tal estratégia subsidiou particularmente as indústrias automobilísticas e de eletro-eletrônicos, de modo a tornar viáveis a produção e o consumo em massa desses bens duráveis nas condições da economia brasileira (questão que se coloca na perspectiva da tese de Oliveira (1987), a respeito da imbricação das formas "modernas" e "tradicionais" presentes na dinâmica da industrialização do país);
- » Todavia, uma vez situando-se em espaços diferenciados do centro dinâmico da industrialização brasileira, como o foi o caso do Nordeste e da Paraíba, o SENAI não pôde se estabelecer, no sentido de cumprir as funções acima indicadas, sem que, ao mesmo tempo, tivesse que se dispor a adentrar a realidade local, abrindo-se a uma série de situações-problemas que não podem ser entendidas como meras reproduções mecânicas das relações e demandas nacionais. Com isso se quer dizer que, no seu processo de implantação em regiões como a Paraíba, o SENAI precisou se abrir à possibilidade de adaptações locais;

» O processo de adaptação do SENAI, em termos nacionais, às novas exigências do trabalho industrial e das relações de trabalho, colocou, por sua vez, desafios especiais para sua atuação em regiões, como a Paraíba e Campina Grande, que continuam situadas como de tipo periférica. Destacam-se, nesse caso:

a) A necessidade de gerar sua própria sustentação financeira. Tendo, para isso, que "privatizar-se". Ou seja, tendo que adotar um comportamento de empresa (que busca vender seus produtos no mercado), e não mais de prestadora de serviços (que, como o Estado, sob certa base de financiamento, oferecia um serviço de caráter social a parcelas significativas da população trabalhadora). Com isso, altera sua grade de ações de qualificação oferecidas ao público, diversificando-as e priorizando aquelas mais rentáveis. Por outro lado, passa a encarar os públicos aos quais destinava seus serviços (alunos) e o segmento a quem procurava atender (indústria), agora, como clientes dos serviços que passa a vender como produtos comerciais;
b) A adoção de uma estratégia de especialização de funções, de modo a atender, com mais eficácia e em perspectiva de rede nacionalmente distribuída, cada um dos segmentos mais importantes da indústria. É o caso do setor courocalçadista na Paraíba, a partir do qual foi instalado pelo SENAI um núcleo tecnológico em Campina Grande, voltado para dar suporte ao setor em âmbito regional. Isso, em termos de pesquisa, de assistência e de qualificação profissional.

Referências bibliográficas

AFFONSO, C.. *A CUT conselheira, tripartismo e formação profissional*: concepções e práticas sindicais nos anos 90. Dissertação de Mestrado, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

ANTUNES, L.. Notas gerais sobre processos de formação profissional, de reconhecimento e de avaliação de competências em Portugal. *In*: Véras de Oliveira, R. (org.). *Qualificação para quê?* Qualificação para quem? Do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje. São Paulo/Campina Grande: UNITRABALHO/ EDUFCG, 2006.

ARAÚJO, T. B. de. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? *In*: *Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro*: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

AZEREDO, B.. Políticas Públicas de Emprego no Brasil: limites e possibilidades. *In*.: Oliveira, M. A. (org.) *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp, 1998a.

_____. *Políticas públicas de emprego***:** a experiência brasileira. São Paulo: ABET, 1998b.

BRAVERMAN, H.. *Trabalho e capital monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

CARVALHO, M. L. D. *et al*. Política pública e o setor industrial de Campina Grande-PB, *Revista Raízes***,** Campina Grande, n. 12, janeiro de 1996.

CASTEL, R.. *As Metamorfoses da questão social***:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTIONI, R.. *Da qualificação à competência***:** dos fundamentos aos usos, o PLANFOR como dissimulador de novos "conceitos" em educação**.** Tese de Doutorado, IE/Unicamp: Campinas, 2002.

COSTA, C.. Do Planfor ao PNQ: mundo do trabalho, qualificação profissional e políticas públicas. *In*: Véras de Oliveira, R. (org.). *Qualificação para quê?* Qualificação para quem? Do global ao local: o que se espera da qualificação

profissional hoje. São Paulo / Campina Grande: UNITRABALHO/ EDUFCG, 2006.

DAIN, S; SOARES, L. T.. Reforma do Estado e políticas públicas: relações intergovernamentais e descentralização desde 1988. *In*: Oliveira, M. A. (org.) *Reforma do estado e políticas de emprego no Brasil.* Campinas: IE/Unicamp, 1998.

DEDECCA, C. S.. Emprego e qualificação no Brasil dos anos 90. *In*: Oliveira, M. A. (org.). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil***.** Campinas: IE/Unicamp, 1998.

DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Dieese, 2001.

FERRETTI, C. J.. Brasil: educação e formação profissional nos anos recentes. *In*: *Formação sindical em debate nº II*. São Paulo: Escola São Paulo/CUT, 1999.

FRIEDMANN, G; NAVILLE, P.. *Tratado de Sociologia do Trabalho*. São Paulo: Cultrix, 1973.

FONTGALLAND, I. L.. A economia paraibana: particularidades e algumas discussões sobre indicadores de emprego de 1986 a 2001. *In*: Campos, F. L. S. *et al* (org.) *A economia paraibana*: estratégias competitivas e políticas públicas. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2006.

GENTILI, P.. O conceito de empregabilidade. *In*.: Lodi, L. (org.). *Avaliação do PLANFOR***:** uma política pública de educação profissional em Debate. São Paulo: Unitrabalho, 1999.

HARVEY, D.. *A condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

MANFREDI, S. M.. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Qualificação e educação:* reconstruindo nexos e inter-relações. Brasília: MTE/SPPE/DEQ, 2005.

_____. Certificação profissional: concepções, institucionalidades e experiências. *In*: Véras de Oliveira, R. (org.). *Qualificação para quê?* Qualificação para quem?

Do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje. São Paulo/ Campina Grande: UNITRABALHO/ EDUFCG, 2006.

MORAES, C. S. V.. *Diagnóstico da formação profissional:* ramo metalúrgico. São Paulo: CNM/UNITRABALHO, 1999.

MTE/SPPE/DEQP. Educação profissional no Brasil: Construindo uma nova institucionalidade. *Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador***:** Guia do PLANFOR 2001. Brasília: MTE, 2001.

OFFE, C.. Trabalho como categoria sociológica fundamental? *In*.: *Trabalho e Sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, F. de. *Economia brasileira*: crítica a razão dualista. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Elegia para um re(li)gião*: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POCHMANN, M.. *O emprego na globalização*: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. Campinas: Boitempo, 2001.

PRESTES, Emília. Considerações sobre o Planfor e suas experiências de avaliação". *In*: Véras de Oliveira, R. (org.). *Qualificação para quê?* Qualificação para quem? Do global ao local: o que se espera da Qualificação Profissional Hoje.São Paulo/ Campina Grande: UNITRABALHO/EDUFCG, 2006.

RAMOS, P.. As contradições da modernização conservadora. *In*.: *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHWARTZ, Y.. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. *In*: *Revista Educação e Sociedade*.Campinas: nº 65, Cedes, 1998.

TARGINO, I. *et al*. Políticas de incentivos fiscais e geração de emprego na indústria paraibana. *In*.: Campos, F. L. S. *et al* (org.). *A economia paraibana*: estratégias competitivas e políticas públicas. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R.. Qualificação Profissional: um campo de disputa. *In*: Veras de Oliveira, R. (org.). *Qualificação para quê?* Qualificação para quem? Do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje.São Paulo/Campina Grande: UNITRABALHO/ EDUFCG, 2006.

_____. *A qualificação profissional como política pública*. Brasília: MTE/SPPE/DEQ, 2005.

XAVIER, J. A.. A questão regional no exemplo de Campina Grande. *Revista Raízes*, ano IX, vol 05, nº 07. Campina Grande: GPS-UFPB, dezembro, 1990.

ZARIFIAN, P.. A gestão da e pela competência. *Anais do Seminário Internacional Educação Profissional, Trabalho e Competência*. Rio de Janeiro: SENAI/CIET, 1995.

Documentos:

LOPES, J. S.. *Uma escola e algo mais*. Campina Grande: SENAI-PB, 2004.

LOPES, J. S.. *Senai 50 Anos:* retrato de uma instituição brasileira. Campina Grande: SENAI, 1992.

SENAI. *A missão nacional & estrutura***.** Disponível em:< www.senai.br> Acesso em: 20 de fevereiro, 2005.

SENAI-CEPSL. *Relatório de auto-avaliação & planejamento estratégico (1997-2002).* Campina Grande: SENAI-PB, 1998.

SENAI/DN. *Relatório anual 2005*. Brasília: SENAI/DN, 2006.

SENAI/DN. *Focalizações regionais: plano estratégico do SENAI revisão 2000-2010*. Brasília: SENAI/DN, 2000.

SENAI-CEPSL. *Plano de ação 2006*. Campina Grande: SENAI-PB, 2001.

VASCONCELOS, M. S. B.; AZEVEDO, E. A.. *Alguns dados históricos*. Campina Grande: SENAI-PB, 2001.

A nova reprodução do trabalho precário e os mototaxistas de Campina Grande[32]

Jucelino Pereira Luna
Roberto Véras de Oliveira

Introdução

O presente artigo trata da constituição do segmento de mototaxistas de Campina Grande, Paraíba, assim como da sua condição de trabalhadores *informais* e *precários*. Consideramos essa situação uma expressão da resposta dos trabalhadores e da sociedade, por meio de estratégias diversas, à crise contemporânea do trabalho, de magnitude global e com expressões diferenciadas nos contextos recentes do país.

As relações de trabalho no Brasil, nos anos 1990, estiveram fortemente marcadas pelo desemprego e por processos de *informalização*, *desassalariamento* e *precarização* do trabalho (POCHMANN, 2001), assim como, do ponto de vista da ação governamental, por medidas diversas de *desregulamentação* das relações de trabalho (OLIVEIRA, 2002; KREIN, 2009). Mas se na década seguinte os níveis de emprego subiram, as taxas de assalariamento se expandiram, os processos de informalização do trabalho sofreram certa reversão e a ação governamental já não se orientou por um propósito desregulamentador, a condição precária do trabalho no país, sobretudo nas regiões periféricas, como a Paraíba, ainda está longe de ser revertida em sentido estrutural.

Com especial destaque no contexto de crise dos anos 1990, novos setores surgiram na forma de "trabalho autônomo" e informal, a exemplo do

---

32 Este artigo se baseia em Tese de Doutorado defendida por Jucelino Pereira Luna, em 2010, no PPGCS/UFCG, sob a orientação de Roberto Véras de Oliveira, com o título *O trabalho reconfigurado e a nova condição do trabalho informal e precário: a saga dos trabalhadores de mototáxi em Campina Grande*. O mesmo foi originalmente publicado na Relet, Ano 16, N. 25, 2011.

que ocorreu no segmento do "transporte alternativo" nas grandes e médias cidades do país. Historicamente, inúmeras manifestações de "trabalho por conta própria" ocultam o seu caráter subordinado ao processo de acumulação capitalista (OLIVEIRA, 2003a; CACCIAMALI, 1982). Muitas vezes se estabelecem como relações salariais disfarçadas, regidas por contratos *informais* e *precários*, na forma de trabalho a domicílio, de cooperativas constituídas ou incentivadas pelas próprias empresas, de "pessoas jurídicas" subcontratadas, entre outras (POCHMANN, 2001; ANTUNES, 2002; LIMA, 2002). Por outro lado, sobretudo em momentos de retração do setor formal da economia, o "trabalho autônomo" se constitui como a única "opção" disponível para contingentes expressivos de trabalhadores. Conforme Cacciamali (1982), o "trabalho autônomo" persiste intersticialmente na produção capitalista. Para Pochmann (2008: 202), "desde a década de 1980, com o baixo crescimento econômico nacional, combinado com o desemprego e o rebaixamento da renda do trabalho, tem restado à atividade informal uma das poucas possibilidades de produção e reprodução de alternativas de trabalho e renda". Novas políticas públicas têm sido geradas para lidar com tal problema. No âmbito municipal, nas últimas décadas, vêm se colocando medidas regulamentadoras, sob certos parâmetros (problemáticos), do "transporte alternativo", das atividades dos camelôs (com a criação de "*shoppings* populares"[33]), do trabalho dos "flanelinhas" etc.

O fenômeno do mototaxismo, que emergiu nas cidades do interior do Brasil em meados da década de 1990, pode propiciar elementos para a análise das dinâmicas recentes de reprodução, mesmo que em bases renovadas, do caráter *informal* e *precário* das relações de trabalho no país, e das implicações que tais situações têm trazido para a subjetividade dos trabalhadores.

Este artigo se propõe a uma caracterização das relações de trabalho e formas de sociabilidade presentes nesse novo segmento de trabalhadores em Campina Grande. Centra sua atenção nas práticas e percepções sociais, em construção, em conflito, entre os atores sociais envolvidos na atividade do mototaxismo, como se veem e são vistos, e como dialogam (conformando-se, resistindo e reinventando-se) com as condições que lhes são impostas por tal situação.

Foram utilizados os seguintes recursos metodológicos: a) pesquisa documental junto a órgãos públicos de regulação da atividade do mototaxismo em Campina Grande (com destaque para a Superintendência de Transportes

---

33 Ver, por exemplo, Neves *et al* (2006).

Públicos – STTP) e junto ao Sindicato dos Mototaxistas e Entregadores de Encomendas em Motocicleta e Similares de Campina Grande – Sindimotos-CG, bem como junto aos arquivos da CG Motos, empresa que explora o serviço de transportes de passageiros na cidade; b) observação direta, por meio de sistemáticas visitas aos pontos de mototaxismo da cidade e de conversas informais com antigos e atuais trabalhadores do setor; c) aplicação de questionários junto aos três segmentos de mototaxistas atuantes na cidade, incidindo sobre uma parcela de aproximadamente 10% do total de trabalhadores de cada segmento, resultando em 110 mototaxistas *clandestinos*; 72 *permissionários*; e 24 vinculados à CG Motos[34]; d) realização de 33 entrevistas semiestruturadas, assim distribuídas: dez com os *permissionários*; dez com os vinculados à empresa CG Motos; e dez com os *clandestinos*. Foram entrevistados ainda o presidente do Sindicato, o diretor da STTP, o proprietário da CG Motos e alguns usuários do serviço.

Este artigo encontra-se estruturado em cinco partes. Além desta *Introdução*, passamos a algumas considerações sobre o caráter informal e precário da dinâmica atual de relações de trabalho, em particular, no Brasil. Seguimos com um quadro panorâmico sobre a emergência e estruturação do setor de mototaxismo em Campina Grande. Passamos a uma abordagem sobre as práticas e percepções dos mototaxistas a respeito de sua condição. Concluímos com algumas considerações.

Sobre a atualização da problemática do trabalho informal e precário na dinâmica capitalista e no Brasil

A problemática do trabalho *informal* e *precário* é constitutiva do padrão de relações de trabalho que se estabeleceu com a industrialização do país, ao mesmo tempo em que vem ganhando novas conformações, a partir de mudanças pelas quais passa o mundo do trabalho em termos globais e locais.

A sociedade capitalista, sob o *Welfare State* e o *fordismo*, consolidou-se *institucionalizando-se*. No que se refere aos países periféricos, produziu-se um contraste, visto que a industrialização, o assalariamento e a proteção social se

34 Segundo informação da STTP, havia naquele momento 720 mototaxistas *permissionários*. Quanto aos *clandestinos*, a STTP nos passou a estimativa de mil a 1.500. No caso dos mototaxistas vinculados à CG Motos, a empresa nos informou que se mantinham sob tal condição entre 230 e 250.

estabeleceram em condições tardias, parciais e precárias, respectivamente. Na expressão de Lipietz (1989), situações como a brasileira caracterizar-se-iam como um "fordismo periférico". A industrialização se fez fortemente ancorada no tripé: capital nacional privado, capital estatal e capital privado multinacional, com dominância deste último. O processo de assalariamento, embora crescente, se estabeleceu parcialmente. Constituiu-se uma combinação discrepante entre um polo dinâmico, fortemente integrado à economia mundial e dotado de alguns mecanismos de proteção social, e outro, vinculado subalternamente àquele, capaz de integrar amplas parcelas da população trabalhadora, mas sob padrões precários. Produziu-se, nesse processo, uma clara discrepância nas condições de trabalho e de vida entre trabalhadores rurais e urbanos, "nortistas" e "sulistas", da indústria e dos serviços, qualificados e não qualificados, assalariados e "autônomos", formais e informais.

A expressão "setor informal" foi cunhada pela OIT por meio do Relatório do Quênia, divulgado em 1972, o qual concluiu que, para além do desemprego, havia um significativo contingente de "trabalhadores pobres" ocupados em atividades sem registro, proteção e regulamentação públicos (OIT, 1972). Tal noção gerou controvérsias, mas estabeleceu um marco referencial quanto às ações governamentais e aos estudos sobre a problemática da economia e do trabalho em bases precárias, particularmente nos países periféricos. Um destaque foi o Programa de Emprego para a América Latina e o Caribe – PREALC (CACCIAMALI, 1982).

O esgotamento do ciclo de crescimento econômico no Brasil, no início da década de 1970, coincidiu com a crise do *fordismo* nos países desenvolvidos, que criou condições para uma reorganização técnico-produtiva do capitalismo e para a renovação das suas forças de expansão. Para Harvey (1992), a incapacidade do *fordismo keynesianismo* de conter as contradições do capitalismo, tão evidentes entre 1965 e 1973, decorreu de sua "rigidez" nos investimentos (pressupondo um crescimento estável em mercados de consumo invariantes), nos mercados de trabalho (especialmente no setor "monopolista") e quanto aos compromissos do Estado-Providência (pressionados pela crise fiscal). Da crise daí resultante decorreu um novo momento da dinâmica capitalista: a "acumulação flexível", com fortes impactos sobre as relações de trabalho. Quanto a estas, tende a configurar-se uma segmentação: aos empregados regulares, identificados como o *centro* (cada vez em menor quantidade), impõe-se a flexibilização das funções e da jornada de trabalho; em contraste com esses, expandem-se os contingentes de trabalhadores *periféricos*, abrangendo dois subgrupos: os empregados em tempo integral com

baixa qualificação, em geral submetidos a uma alta taxa de rotatividade, e os empregados em tempo parcial, casuais, temporários, subcontratados e treinados com subsídio público. Se ao *fordismo* correspondeu um crescente grau de *formalização* das relações de trabalho e de institucionalização da vida social em geral, com a *acumulação flexível* e o *neoliberalismo* estabeleceu-se uma tendência inversa, quanto mais se impôs o discurso da "desregulamentação", seja a respeito dos mercados em geral, seja em relação ao mercado de trabalho em particular[35]. Uma nova dinâmica social emerge daí.

No que se refere ao Brasil, segundo Castro e Leite (1994) e Antunes (1997), foi somente a partir de 1990, com a adoção no país das medidas de *liberalização* e *privatização* da economia, que a *reestruturação produtiva* se intensificou. Associando-se às mudanças na gestão do trabalho ocorridas no interior das empresas, no sentido de favorecer a sua *flexibilização*, sucedeu-se, ao longo da década, um conjunto articulado de ações governamentais visando à *desregulamentação* das relações de trabalho: lei das cooperativas profissionais (desobrigando-as de verificar os encargos trabalhistas), em 1994; desindexação salarial, em 1995; restrição do poder de fiscalização do MTE, em 1995; denúncia da convenção 158 da OIT, em 1996 (que limitava a dispensa imotivada); instituição do trabalho por tempo determinado, do trabalho voluntário (sem encargos sociais e trabalhistas), do "banco de horas", do trabalho por tempo parcial, da suspensão do contrato de trabalho, em 1998, etc. Em 1998, o governo apresentou a PEC 623, propondo mudanças na legislação sindical e na contratação coletiva (OLIVEIRA, 2002; KREIN, 2009). Argumentava-se que com isso seriam reduzidos os custos com encargos sociais, incentivando-se as contratações e a sua *formalização*.

Quanto mais, nos anos 1990, avançaram o desemprego, a *terceirização* e a *desregulamentação* do trabalho, decresceu a ação fiscalizatória do Estado sobre as leis trabalhistas e desencadearam-se os processo de privatização da economia e de transferência de postos de trabalho da indústria para os serviços, mais ampliou-se, diversificou-se e renovou-se no país o fenômeno da *informalidade*, agravando um padrão historicamente *precário* de relações de trabalho.

35 Na verdade, tal discurso implica um outro paradigma de regulação: ao invés da centralidade no Estado e nos processos de negociação social, a centralidade na dinâmica autonomizada do mercado.

Com isso, ocorreu uma revitalização dos estudos sobre "trabalho informal", "economia informal", "informalização", "nova informalidade"[36]. Para Dedecca e Baltar (1997, p. 66), tornou-se evidente a crescente vulnerabilidade de uma massa cada vez maior de trabalhadores: o setor não organizado da economia (*informal*) adquiriu um papel cada vez mais importante, ao se constituir como alternativa de ocupação para expressivos contingentes de trabalhadores expulsos do setor organizado (*formal*).

Cacciamali (2000a) trouxe o conceito de "processo de informalidade". Observou que cresciam as taxas de desemprego e de autoemprego, modificavam-se as condições de ingresso no mercado de trabalho, disseminavam-se as formas de contrato temporário e parcial, aprofundavam-se as desigualdades salariais. Processava-se uma crescente *informalidade*, consistindo em "un proceso de cambios estructurales en la sociedad y en la economía, que redefine las relaciones de producción, las formas de inserción de los trabajadores en la estructura productiva, los procesos de trabajo y las instituciones" (CACCIAMALI, 2000ª, p. 103).

Filgueiras *et al* (2004, p. 212), em um balanço dos estudos sobre *informalidade*, propôs uma síntese das principais posições sobre o tema. Em um primeiro momento havia a posição desenvolvida pela OIT no início dos anos 1970, quando foi introduzida a noção de "setor informal". Observava-se que, diante da incapacidade de os setores modernos absorverem adequadamente os fluxos migratórios oriundos do campo, produzia-se um contingente populacional cuja única possibilidade de sobrevivência era a ocupação em atividades não assalariadas e não protegidas socialmente. Da crítica ao caráter dualista dessa formulação, propôs-se uma compreensão da *informalidade* como o conjunto das atividades *não tipicamente capitalistas* (não orientadas pelo lucro, não baseadas em clara distinção entre capital e trabalho). Essa posição, apesar de manter a referência de "setor informal", admitiu uma relação mais dinâmica deste com o "setor formal" (capitalista), tendo aquele como subordinado a esse último. Uma terceira concepção surgiu no final dos anos 1970, referenciada na realidade dos países capitalistas centrais. Com a *flexibilização* das relações de trabalho, ressurgiam as atividades não regulamentadas, gerando um novo contingente de trabalhadores não protegidos. O termo

36 Algumas referências: Cacciamali (1982; 2000a; 2000b); Dedecca e Baltar (1997); Malaguti (2000); Lima e Soares (2002); Machado da Silva (2003); Noronha (2003); Tiriba (2003); Filgueiras, Druck e Amaral (2004); Kon (2004); Tavares (2004); Lima (2006); Hirata e Machado (2007); Véras de Oliveira, Gomes e Targino (2011).

informalidade ganhou o sentido de *ilegalidade*, identificando-se com "economia subterrânea", incluindo nessa categoria os trabalhadores assalariados contratados informalmente e não podendo, com isso, ser definido como um "setor" da economia. Ao invés de um critério econômico, passou-se a um critério jurídico. Os impactos da *flexibilização* das relações de trabalho nos países periféricos agravaram um quadro já demarcado pela precariedade, produzindo o fenômeno da "nova informalidade". Uma quarta posição, com a qual os autores se identificam, compreende *informalidade* como as atividades ilegais (relações de trabalho não registradas) e/ou aquelas tidas como não tipicamente capitalistas (legais e ilegais). Ou seja, envolve todas as atividades e relações de trabalho *não fordistas* ou *precárias*: fora das relações salariais regulamentadas. Também não faz sentido, aqui, a ideia da *informalidade* como um "setor". Por tal ângulo, permite-se apreender o grau de *precarização* das relações de trabalho.

Nos termos de Gerry Rodgers (1989, *apud* LEITE, 2009), em um esforço de maior precisão conceitual quanto a um termo que ele admite ser ambíguo, o caráter *precário* do trabalho deve ser avaliado a partir de vários critérios tomados em conjunto, com destaque para: o grau de instabilidade; o nível de controle, por parte dos trabalhadores, quanto à definição das condições de trabalho; a proteção social a ele associado; o rendimento propiciado.

A problemática do trabalho *informal* e *precário*[37] vem sofrendo, no caso brasileiro, novos redimensionamentos com a situação produzida a partir de 2003, quando passam a se apresentar mudanças de destaque nos indicadores do mercado do trabalho, com a elevação da taxa de emprego, do grau de formalização dos contratos, dos níveis salariais etc. (KREIN e MORETTO, 2005; BALTAR *et al*, 2009).

Para se ter um parâmetro quanto a isso, na Tabela 1 apresentamos taxas anuais, de 1992 a 2009, correspondentes ao percentual de empregados sem

---

37 A perspectiva que adotamos nesta abordagem busca lidar com essas noções tomando-as em associação. Não partimos do pressuposto de que todo trabalho *informal* é *precário*. O que nos interessa realçar é o quanto os processos de *informalização* e de *precarização*, nos termos em que cada um foi aqui proposto, contaminam-se reciprocamente, contribuindo, sobretudo, para sinalizar uma tendência amplamente presente nas relações de trabalho na fase atual do capitalismo mundial.

carteira somados aos trabalhadores por conta própria frente ao conjunto da População Economicamente Ativa[38]:

Tabela 1 – Grau de Informalidade do Trabalho no Brasil – 1992/2009

Ano	**1992**	**1993**	**1995**	**1996**	**1997**	**1998**	**1999**	**2001**
Grau de Informalidade	54,3	55,0	55,2	54,9	55,2	55,6	56,2	55,1
Ano	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**
Grau de Informalidade								

Elaboração: IPEA (a partir de dados da PNAD/IBGE, vários anos)

Notam-se, claramente, duas tendências inversas quanto ao "grau de formalidade" do trabalho no país, marcando os períodos 1999-2002 e 2003-2009. Entretanto, como enfatizam Baltar *et al* (2009), tais mudanças se estabeleceram sem que, com isso, tenham atingido dimensões propriamente *estruturais*:

> Essa formalização não alterou basicamente o quadro geral de um mercado de trabalho heterogêneo, com excedente estrutural de força de trabalho, elevada desigualdade de renda, emprego muito flexível, alta rotatividade da mão de obra, amplo descumprimento da lei. (BALTAR *et al*, 2009, p. 40).

A problemática do trabalho *informal* e *precário* mantém-se, assim, em evidência no contexto brasileiro, não obstante variações sofridas nas últimas décadas nas formas e intensidade com que se manifesta.

A emergência do mototaxismo em Campina Grande

Campina Grande está situada em uma região intermediária entre a Zona da Mata e o Sertão da Paraíba, o Agreste. Por causa de tal localização, historicamente cumpriu um papel de entreposto comercial, delineado, sobretudo, na transição do século XIX para o século XX. Ainda durante o Império, Campina Grande alcançou a condição de cidade. Sua primeira projeção decorreu da

38 Elaboração do IPEA, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, dos anos correspondentes (http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx).

importância regional adquirida por sua feira semanal. A chegada da estrada de ferro, em 1907, contribuiu decisivamente para que a cidade assumisse cada vez mais um papel estratégico no comércio da região. Conforme Lima (2004), ao lado da principal atividade econômica, o comércio de algodão, estabeleceram-se outras atividades produtivas, principalmente comerciais. Os anos 1930 e 1940 se configuraram como marcos no processo de modernização do município.

Com a aceleração da industrialização e da urbanização do país, nos anos 1950, ganhou evidência o debate sobre os desequilíbrios regionais. Daí emergiu o projeto da Sudene, cujos desdobramentos levaram à integração da "região" à dinâmica de acumulação de capital irradiada a partir do Centro-Sul (OLIVEIRA, 1981). Com o Nordeste apresentando taxas de crescimento do PIB acima dos alcançados pelo país[39], Campina Grande se destacou como uma das mais dinâmicas cidades no cenário regional:

> A Sudene, através de generosos incentivos fiscais e investimentos infraestruturais, dinamizou e diversificou o parque industrial da região metropolitana de Recife, criou o Polo Petroquímico de Camaçari na Bahia, um polo confeccionista na região metropolitana de Fortaleza e distritos industriais nas proximidades das capitais, como Natal e João Pessoa, ou em cidades médias da região, como Feira de Santana (BA) e Campina Grande (PB) (LIMA, 2002, p. 29).

Entretanto, a economia da cidade recebeu os impactos da crise do modelo de industrialização da Sudene. Ao mesmo tempo, com a continuidade dos afluxos de migrantes, especialmente oriundos das zonas rurais e das cidades do Agreste e do Sertão, cresceu flagrantemente a aglomeração de pessoas em condições precárias de trabalho e de moradia e sem acesso aos serviços básicos, como saneamento, saúde e educação. Mesmo os novos investimentos industriais que resultaram, nos anos 1990, da "guerra fiscal", que envolveu, em especial, os estados do Nordeste[40], não foram suficientes para gerar um quadro mais favorável no mercado local de trabalho.

---

39 "No global, nas décadas dos 60, 70 e 80, o Nordeste foi a região que apresentou a mais elevada taxa média de crescimento do PIB, no País." (ARAÚJO, 1995)

40 "A crise do Estado brasileiro e suas políticas de proteção industrial, seu esgotamento fiscal nos anos 80 com a sucessão de crises econômicas e altas taxas de inflação, num contexto

A crise do mercado de trabalho que se abateu sobre os trabalhadores brasileiros nos anos 1990 atuou no sentido de agravar essa situação, no caso da Paraíba e de Campina Grande. As taxas de desocupação saltaram, em Campina Grande, de 3,4%, em 1980, para 6,6%, em 1991, e 19,1%, em 2000. Nesse mesmo ano, a taxa de desocupação medida pelo IBGE para a Paraíba foi de 14,3%, sendo a do Nordeste 15,9%, e a do Brasil, 15,3% (ALVES e SILVA JÚNIOR, 2009).

É nesse contexto que emerge o fenômeno do mototaxismo em Campina Grande. Trata-se de um novo serviço, do ramo dos transportes urbanos, oferecido em bases *informais* e *precárias*, com uma trajetória marcada por conflitos envolvendo atores sociais diversos, entre eles: trabalhadores de mototáxi, entidades sindicais, taxistas, proprietários de empresas de ônibus urbanos, Polícia, Ministério Público, gestores públicos municipais, usuários.

O uso de motocicletas como transporte alternativo de passageiros tem se disseminado em vários países, particularmente nos de economia periférica ou emergente, como opção de transporte acessível às camadas mais pobres e oportunidade de trabalho, a despeito do perigo que oferece ou da precariedade em que se efetiva. Assim ocorre em diversas cidades do Brasil, da Venezuela, da Argentina, do Vietnã, da Indonésia, do Camboja, da Índia, entre outros países (NUNES, 2010).

No Brasil, os condutores de mototáxi não são cadastrados na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, ao contrário do que ocorre com os *motoboys*, ocupados em transporte de objetos ou pequenas cargas (na família ocupacional de "Motociclistas e ciclistas de entregas rápidas"). Entretanto, foi sancionada, em 29 de julho de 2009, a Lei nº 12.009, que regulamenta o exercício da atividade de profissionais que transportam passageiros em motocicletas ou que usam esse meio de transporte para entregar mercadorias. Antes disso, o serviço de mototáxi só se encontrava regulamentado em algumas cidades brasileiras, por pressão de associações e sindicatos (NUNES, 2010).

---

internacional de eliminação de barreiras nacionais à circulação de mercadorias, levou ao abandono das políticas centralizadas de planejamento econômico, industrial, ou até podemos dizer, de qualquer planejamento. Nesse contexto, cada estado da federação (uns mais do que outros) passou a disputar investimentos industriais com as vantagens locacionais de seu território, frente a um mercado globalizado. Na 'guerra fiscal' desencadeada entre os diversos estados da federação, os incentivos incluem a renúncia fiscal, o fornecimento de infraestrutura, preços subsidiados (...)." (LIMA, 2002, 29-30)

O serviço de mototáxi em Campina Grande surgiu em 1996. No início, não havia nenhuma regulamentação pública. Bastava a alguém dispor de uma moto e sair pela cidade em busca de passageiros. Mas, paulatinamente, o setor foi ganhando dimensões significativas e convertendo-se em uma importante opção de transporte público e de "refúgio" dos sem trabalho. Com a expansão da atividade surgiram algumas pequenas empresas para explorar o serviço. Dentre elas, a CG Motos. O vínculo do mototaxista à empresa acontece nos seguintes termos: o proprietário da moto cadastra-se e recebe uma credencial de autorização para transportar passageiros, além de uma jaqueta padronizada; a contrapartida é o pagamento de uma taxa diária (que, na época da pesquisa, era de R$ 5,00) pela utilização da marca da empresa.

Inicialmente, estabeleceu-se uma grande resistência por parte dos motoristas e proprietários de táxis convencionais e das empresas de ônibus. Mas, por outro lado, houve sempre um forte apoio por parte dos moradores da cidade, milhares de usuários do serviço, devido à sua agilidade e seus preços, mais amplamente acessíveis. O período de 1996 a 1998 foi marcado por fortes tensões envolvendo esses diversos atores. Dentre as empresas que exploravam o serviço, a CG Motos foi a única que conseguiu uma liminar na Justiça, autorizando o seu funcionamento. As demais permaneceram na clandestinidade. Com isso, o segmento de mototaxistas ficou dividido em duas categorias: a dos *legalizados* (provisoriamente) e a dos *clandestinos*.

Quanto aos *clandestinos*, passaram a ser perseguidos sistematicamente pelas autoridades do trânsito, convertendo-se no segmento submetido às condições mais precárias. Na maioria das vezes, suas motos, assim como os condutores, não se encontravam com a documentação em dia. Mesmo estando em situação regular (quanto aos documentos do veículo e à habilitação), uma vez sendo alcançados pela fiscalização municipal eram tirados de circulação, com seu veículo sendo retido. A liberação acontecia após o pagamento de uma multa.

Na sequência, o serviço de mototaxismo ganhou proporções tais que o Poder Público Municipal se viu pressionado a regulamentá-lo. Em 1999, o Poder Executivo apresentou um projeto de lei à Câmara Municipal visando, por intermédio da STTP,

> licenciar, gerenciar, fiscalizar, operacionalizar e regulamentar o sistema de transporte individual de passageiros em veículo automotor, tipo motocicleta, respeitada a legislação Federal, Estadual e Municipal, em matéria de trânsito e transporte, dentro da competência que lhe é deferida pela lei nº 9.503 de 23 de Setembro de 1997,

> código de trânsito brasileiro. (Art.2º, PL nº 150/99, Câmara Municipal, 1999)

Conforme a Lei nº 2.827, aprovada em 2000 (CÂMARA MUNICIPAL, 2000): o condutor deve estar devidamente cadastrado na STTP, o que implica o pagamento de uma taxa pela delegação outorgada sobre a prestação dos serviços; o serviço de mototáxi deve ser executado de forma contínua e permanente em locais estabelecidos pela STTP, sendo de total responsabilidade do permissionário qualquer dano causado ao usuário, a terceiros e ao município, exigindo-se do mototaxista o pagamento de um seguro; quanto às tarifas, são determinadas pela STTP, em consonância com o Conselho Municipal de Transportes Públicos – COMUTP; o condutor que extrapolar o serviço de mototáxi em desacordo parcial ou total com as prescrições legais será penalizado e poderá ter a suspensão da motocicleta pela STTP.

A condição de mototaxista *permissionário*, no entanto, não alterou substancialmente o caráter precário do seu trabalho. O Poder Público se dispôs à regulamentação do serviço lançando mão apenas dos procedimentos judiciais de regularização do exercício da atividade (alvará de tráfego, selo de vistoria e carteira de identificação), não atentando para a garantia de formas básicas de proteção social aos trabalhadores. Embora a nova lei tenha, a partir de então, formalizado o serviço de mototaxismo em Campina Grande, não conseguiu, de um lado, alterar a sua condição geral de serviço e trabalho precários e, de outro, impedir a expansão do seu exercício clandestino.

Assim, atualmente, esses trabalhadores estão distribuídos em três segmentos: os mototaxistas *permissionários*, regularizados pelo Poder Público Municipal e filiados ao Sindimotos-CG (totalizando, em dezembro de 2010, pouco mais de 700 condutores); os mototaxistas vinculados à empresa CG Motos, provisoriamente legalizados, por meio de mandado de segurança expedido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em 1996, e posteriormente confirmado pelo Tribunal Superior de Justiça, com vigência até hoje[41] (incluindo um contingente de cadastrados que oscila entre 200 e 250)[42]; e os

41 A referida empresa funciona, também, como comércio de peças para motos e prestação de serviços de entregas e encomendas em motocicleta.

42 A CG Motos disponibiliza aos cadastrados um serviço de apoio por sistema de rádio, declaração de renda, apoio jurídico e uniforme (jaqueta com identificação da empresa). É cobrada mensalmente pela empresa aos seus filiados uma taxa por tais serviços.

mototaxistas *clandestinos*, que circulam na cidade sem o alvará de tráfego e, sob tal condição, se encontram em um patamar maior de precarização e vulnerabilidade em relação aos demais segmentos.

No que diz respeito às condições de trabalho, ao mesmo tempo em que, em algum grau, se apresentam diferenciadas entre os três segmentos, encontram-se, no conjunto, situadas em patamar precário. A partir dos dados apurados com a aplicação dos questionários, a realização das entrevistas e as inúmeras conversas informais, alguns elementos, quanto a isso, merecem destaque. Não raras vezes a jornada de trabalho excede 11 horas. Mesmo no que se refere a *permissionários* e vinculados à CG Motos, não há qualquer regulamentação sobre esse item. Muitos mototaxistas, das três categorias, destacaram o trabalho à noite como um dos problemas do exercício cotidiano do trabalho. Uma outra situação por eles realçada diz respeito aos riscos e constrangimentos quando do transporte de pessoas alcoolizadas, o que se agrava no período noturno. Foram destacados ainda outros problemas, tais como: assaltos, trânsito ruim, pedestres imprudentes, concorrência "desleal" entre os próprios mototaxistas, perseguições promovidas pelos órgãos de vigilância, manifestações de discriminação por parte de diversos segmentos da sociedade local, riscos de acidentes nos períodos de chuvas, entre outros. No tocante às condições de saúde desses trabalhadores, associadas ao exercício do trabalho (longas jornadas, exposição à poluição sonora e do ar, calor etc.), destacaram-se: dores na coluna, dores de cabeça, problemas de circulação e outros males. No que diz respeito à incidência de acidentes, este foi um item bastante enfatizado pelos mototaxistas.

Fenômenos como o do mototaxismo como estratégia de trabalho "autônomo" realçam aspectos da nova dinâmica *formal-informal* e como essa tem se tornado mais heterogênea, complexa e imbricada. Um desses aspectos já foi denominado de *formalização" do informal* (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011), ao restringir-se a medidas parciais, tomadas no âmbito sobretudo do Poder Público Municipal, de regularização do trabalho "autônomo" informal (caso dos "perueiros", mototaxistas, camelôs, "flanelinhas", entre outros segmentos). No caso aqui em questão, essa é a situação dos mototaxistas *permissionários* e, em menor medida, dos vinculados à CG Motos quando comparados, ambos, aos *clandestinos*.

Como tais segmentos se veem e são vistos pelos pares e por aqueles com os quais se relacionam no seu cotidiano de trabalho? Como, diante de processos de diferenciação entre eles e da persistência de elementos de identificação, elaboram as novas condições nas quais se encontram? É o que discutiremos a seguir.

Práticas e percepções: a experiência dos mototaxistas

"Eu já tenho 50 anos. Quem é que me dá emprego mais? Por isso eu não tenho outra alternativa, a não ser mototáxi. Todo mundo pensa que um homem de 50 anos não serve pra nada, mas eu sou homem pra tudo" (SEBASTIÃO, 50 anos, *clandestino*). "Tive outras experiências de trabalho anteriormente, mas o fato é que cheguei ao mototáxi porque estava cansado de procurar trabalho em várias empresas e não consegui. Por isso, essa foi a alternativa que me restou" (SAMUEL CLEMENTE, 44 anos, *permissionário*). Tais declarações revelam o quanto o mototaxismo se colocou como uma alternativa para os que se viram sem lugar no mercado de trabalho. Nos termos de Castel (1998), são expressão do que ele denominou de "supranumerários". Sob tais condições, nos "interstícios da produção capitalista" (CACCIAMALI, 1982), os trabalhadores criam estratégias de sobrevivência e reinventam formas de se reinserir no mundo do trabalho.

Por outro lado, se veem sob a necessidade de reconstruir sua identidade social. Ao mesmo tempo em que, como os depoimentos acima sugerem, admitem a dificuldade de se (re)inserir no mercado formal de trabalho, se fez muito presente em suas falas um discurso de autolegitimação de sua nova condição, com base em noções como "liberdade" e "autonomia", conforme indica o trecho abaixo:

> No mototáxi existe a liberdade de você tá ali fazendo. Caso tenha um imprevisto, como um passeio, você pode parar, ou outro motivo. Se precisar parar você para. No caso do empregado, isso não pode. Nesse sentido você é o seu próprio patrão. Esse é o lado bom pra quem roda de mototáxi... Nós somos donos do nosso tempo, quando dá cinco horas da tarde eu vou pegar minha filha na escola e vou pra casa. Se eu fosse empregado não podia. (JUAREZ, 38 anos, *permissionário*)

A condição de excluído do trabalho formal, realçada no discurso do mototaxista como um traço de sua autopercepção (*negativa*), tem sido (re)formulada por eles próprios, de modo a inverter a sua negatividade, destacando na nova condição o que há nela de *vantagem*: ser "dono do próprio negócio", "patrão de si mesmo", "autônomo". Claro está que, como bem destacou Tavares (2004), a ideologia dominante, diante da crise do emprego trazida pela nova dinâmica de acumulação de capital, cuidou de disseminar o discurso que faz a apologia da "autonomia":

> Nesse sentido, é muito comum encontrar trabalhadores que defendem a possibilidade de trabalhar por conta própria como sendo a melhor alternativa nesta sociedade. No entanto, essa suposta autonomia, além de mascarar as reais dimensões do desemprego, fragmenta a classe trabalhadora, opera o culto ao individualismo, desqualifica as organizações representativas do trabalho, fomenta a ordem ideológica dominante e distancia o horizonte revolucionário. (TAVARES, 2004, p. 24)

Captamos, ainda, no discurso dos mototaxistas, enquanto figurações de sua autopercepção, o (re)conhecimento de sua condição como precária. Mas o fazem realçando distinções entre os três segmentos. Para os *clandestinos*, por exemplo, os *permissionários* e os vinculados à CG Motos se encontram em uma situação "um pouco melhor". Há aqui uma *passagem* entre a *diferenciação* e a *identificação*, sugerindo uma dupla possibilidade:

> O nosso dia a dia é muito sofrido, pode chover ou fazer sol que estamos trabalhando, pois dependo desse trabalho para manter minha família (...). A concorrência é muito grande e desigual, porque nós, clandestinos, precisamos escapar o tempo todo da fiscalização. Quando eles apertam demais, não tem jeito, temos que parar. Assim, é preciso se virar fazendo outras coisas. Com os cadastrados da STTP e CG Motos, a situação é um pouco diferente, eles não sofrem essa perseguição, trabalham com mais liberdade e grande parte deles tem outras fontes de renda. Por isso eu acho que as condições deles são um pouco melhor do que as nossas. A única coisa que é melhor na nossa situação é o fato de não pagarmos nenhuma taxa, seja à empresa CG Motos ou à STTP (...). Somos obrigados a trabalhar e viver como marginais, as autoridades e a sociedade nos veem assim. (JOSÉ ALVES, 43 anos, *clandestino*)

Note-se, no entanto, que mesmo para os *clandestinos*, cuja condição é a mais precária, o ingresso na atividade de mototáxi também é percebida, em alguma medida, como uma "melhora", quando posta em contraste com situações anteriores. Evidencia-se, em casos assim, o quanto os processos de

reprodução do trabalho precário não podem ser confundidos, em sentido estrito, com *precarização* do trabalho[43]. Observe-se o depoimento a seguir:

> Eu tenho 58 anos de idade, já estou mais pra lá do que pra cá. Para sobreviver e manter minha mulher e dois filhos, eu tenho que me virar (...). A vida está passando e eu estou vendo que não vivi quase nada, pois não tenho tempo para a minha família, mas eu não tive escolha. Depois do mototáxi a coisa melhorou, comecei a aproveitar um pouco os finais de semana, porque comecei a ganhar um dinheirinho a mais. Agora estou pagando a Previdência, pra ver se me aposento. Já faz dez anos que eu estou nesse rojão, estou sentindo que chegou a hora de me aposentar, pois a velhice está chegando e eu já estou muito doente, preciso descansar. Depois de me aposentar, caso eu aguente eu continuo no mototáxi porque a aposentadoria de um salário mínimo é pouco. (JOSÉ DOS SANTOS, 58 anos, *clandestino*)

Da parte dos *permissionários* e vinculados à CG Motos, é possível identificar no seu discurso, igualmente, tanto elementos de *identificação* como de *diferenciação*, seja ao se referirem um ao outro, seja quando se veem, ambos, em comparação com os *clandestinos*. O realce, entretanto, nos casos abaixo, recaiu mais fortemente, levando em conta os três segmentos, sobre o primeiro elemento (uma condição comum, sobretudo, envolve todos):

> As condições de trabalho são muito ruins, tanto num lado como no outro. A empresa oferece o serviço de rádio e isso aumenta a chance de pegar passageiros sem estar circulando, basta estar na central ou no ponto de apoio e aguardar a sua vez. Em média a gente espera entre 20 e 30 minutos para conseguir um passageiro, mas a gente paga muito caro por isso. (SAMUEL CLEMENTE, 44 anos, *permissionário*)

> Nós não temos o que fazer, se correr o bicho pega e se ficar o bicho come. A empresa não oferece o mínimo pra gente trabalhar, se a gente quiser água tem que comprar, se quiser ir ao banheiro tem que pedir um favor. (FRANCISCO DE SOUSA, 48 anos, vinculado à CG Motos)

---

43 Ver, quanto a isso, por exemplo, Leite (2009) e Véras de Oliveira (2011).

> Nós começamos o dia de trabalho devendo R$ 7,00 à empresa[44], além disso, temos que ter todos os dias R$ 10,00 para a gasolina, sem contar com o desgaste da moto e o custo para mantê-la. Por isso eu tenho uma meta: só paro de rodar quando faço uma média de R$ 40,00. Tenho quatro filhos para dar de comer, não posso parar. Tem dia que eu trabalho em torno de 15 horas para atingir a média, mas tem dia que apenas na parte da manhã eu faço essa média, mesmo assim eu continuo por conta da minha responsabilidade. Apesar das nossas condições de trabalho ser muito ruins, eu prefiro trabalhar no mototáxi do que ganhar um salário mínimo chorado em outro trabalho (...). Mas as nossas condições de trabalho em relação aos outros mototaxistas é igual ou até pior, porque a gente paga todos os dias, devíamos ter condições um pouco melhor. (JACÓ, 39 anos, vinculado à CG Motos)

Há casos em que, como estratégia para melhorar o rendimento, o mototaxista se cadastra ao mesmo tempo na STTP e na CG Motos. Veja-se o depoimento abaixo:

> Eu sou cadastrado na STTP desde a primeira licitação, mas também trabalho na CG Motos. Estou nos dois lugares para poder me virar um pouco melhor (...). Eu escolhi essa forma de trabalhar como estratégia de sobrevivência. Mas vejo que o Poder Público não nos respeita como trabalhadores, pois não assegura nenhum direito para nós, se quisermos ter um pouco mais de segurança temos que contribuir com a Previdência como autônomos, isso é um absurdo! (JOÃO FELIPE, 34 anos, vinculado à CG Motos e *permissionário*)

Contudo, em certos momentos, as diferenças ficam bem delimitadas, inclusive na forma de conflitos claros de interesses, sobretudo envolvendo os *legalizados*, de um lado, e os *clandestinos*, de outro:

> Existe uma concorrência desleal na cidade... Por causa da concorrência desleal já houve morte entre os mototaxistas... O passageiro contribui pegando os motoqueiros

44 Este é o valor da taxa paga pelos mototaxistas vinculados à CG Motos, quando da realização da pesquisa.

> não cadastrados. Eu já perdi vários passageiros para os não cadastrados, não tem fiscalização de maneira nenhuma. (SEVERINO DOS SANTOS, 55 anos, *permissionário*)

Do que pudemos apreender das falas dos três segmentos de mototaxistas, em uma mão, sobressaíram elementos que sinalizam a possibilidade de afirmação de uma identidade comum, tais como aqueles relacionados: às afinidades socioculturais quanto às suas trajetórias de vida; às dificuldades, em geral presentes, de (re)inserção no mercado formal de trabalho; à "opção" pelo mototaxismo como estratégia "autônoma" de sobrevivência; ao reconhecimento por eles próprios do quão precárias são as condições do exercício cotidiano do trabalho para os três segmentos; às percepções do quão estigmatizado tem sido o modo como segmentos da sociedade local se referem a eles (sobretudo os *clandestinos*); à manifestação de momentos de solidariedade entre eles (o que tem sido mais comum por ocasião de ocorrências de acidentes envolvendo algum mototaxista). O fato de vários mototaxistas terem tido a oportunidade de percorrer mais de uma dessas condições, possibilitando uma mescla de experiências, propicia, evidentemente, elementos de identificação recíproca:

> Quando o mototáxi começou em 1996 eu trabalhei como clandestino, depois surgiram várias empresas, trabalhei em algumas delas, depois a Justiça proibiu todas, restou apenas a CG Motos, que em 2000 foi proibida pela Justiça de explorar o serviço, a solução foi me cadastrar na STTP, pois eu não tinha outra fonte de renda além da moto. Atualmente, eu trabalho na Alpargatas e nas horas vagas eu dou umas bandeiradas como clandestino para complementar a renda familiar. (CARLOS, 36 anos, *clandestino*)

Ao mesmo tempo, na outra mão, nos referidos depoimentos se destacaram elementos que, certamente, vêm dificultando um processo de identificação coletiva. Entre os quais: um quê de individualismo subentendido na ideia de "dono do próprio negócio" (o que os torna, do ponto de vista das relações econômicas que os envolvem, agentes "autônomos" e concorrentes entre si); um elemento de diferenciação entre si, no que se refere às percepções recíprocas entre os três segmentos, incluindo a configuração de estigmas (os *clandestinos* sendo tratados como "desleais" pelos *legalizados*, por exemplo); as dificuldades, embora sob formas diferenciadas entre os três segmentos, de

se ter no Sindicato uma referência para a ação coletiva; a ausência de uma posição comum dos três segmentos na sua interlocução com o Poder Público.

Uma reflexão muito pertinente, quanto às dificuldades de construção de uma perspectiva *de classe* entre trabalhadores "por conta própria", pode ser encontrada em Oliveira (2003b, p. 71, grifo do autor). Para este, em tais atividades "o capital *não é o sujeito* dessas relações, e a força de trabalho não é pressuposta e posta no movimento da reprodução, não é uma mercadoria". Mais à frente, conclui:

> Os trabalhadores do "informal" estão separados dos meios de produção – parafraseando Althusser – apenas de uma maneira *sobredeterminada* pela globalidade abstrata do modo de produção capitalista. Mas essa sobredeterminação fica lá: ela não passa pelo *real* concreto do cotidiano dos que estão no "informal": está-se em presença apenas de processos de troca, que certamente têm a moeda como meio de circulação, mas não a têm como *expressão de igualdade*, há trabalho no "informal", mas não trabalho abstrato. A identidade permanece, pois, numa espécie de *circuito externo* às determinações dos trabalhos concretos, o que resulta num impasse. (OLIVEIRA, 2003b, p. 75, grifos do autor)

No que se refere à organização sindical, a única experiência existente até o momento é o Sindimotos-CG, o qual associa apenas os *permissionários*. Nas palavras de um *clandestino*:

> O Sindicato dos Mototaxistas não cadastra clandestino. O Sindicato é para os permissionários. Por isso eles não lutam por nós. Tentamos criar um sindicato dos clandestinos, mas não deu certo, o atual Sindicato entrou na Justiça contra os clandestinos, então ficou difícil lutar por alguma coisa. (JOSÉ ALVES, 43 anos, *clandestino*)

No dia 12 de fevereiro de 2008, os mototaxistas *clandestinos* realizaram uma manifestação pública, com o propósito de questionar o cerco empreendido pela STTP contra o segmento e as multas sistematicamente aplicadas sobre os mesmos. Segundo informações do *Jornal da Paraíba* (13/02/2008), participaram da manifestação cerca de 200 mototaxistas. Tal iniciativa fez parte de um movimento que chegou a colocar em discussão a criação de um sindicato próprio, mas que não prosperou.

Por sua vez, o Sindimotos-CG não manifestou intenção de se construir como uma organização representativa do conjunto dos mototaxistas. Ao contrário, o discurso do dirigente expressa uma clara oposição de interesses entre os *permissionários* (dos quais se coloca como representante) e, sobretudo, os *clandestinos*, chegando a cobrar uma ação mais enérgica do Poder Público no sentido de coibir a ação desses últimos:

> A prefeitura passou vistas grossas e deixou que todo mundo explorasse o serviço de mototáxi (...). Na verdade, hoje não há mais perseguição, esse é um grande problema para nós, pois o mototaxista regulamentado está em situação difícil devido à omissão da prefeitura. (...) O processo de licitação foi muito rigoroso e todos os cadastrados na STTP passaram por isso, tiveram um custo muito alto e obedeceram a todas as exigências do órgão, inclusive, fizeram cursos de capacitação: direção defensiva; primeiros socorros; meio ambiente e cidadania; legislação de trânsito e relações interpessoais. Hoje nós temos aproximadamente 300 (trezentos) sindicalizados, mas temos um processo de concorrência desleal, o que diminuiu muito o nosso faturamento. Quando o mototáxi começou, a procura pelo Sindicato era grande, a procura estava relacionada ao fato de que os mototaxistas precisavam de um sindicato que lutasse em favor da categoria, da regulamentação da profissão, pois no começo a profissão era exitosa, o mototaxista obtinha uma diária de R$ 80, hoje dificilmente chega a R$ 40, em virtude da concorrência desleal. (Presidente do Sindimotos-CG)

Mas, mesmo entre os *permissionários*, o Sindicato não goza de muito prestígio, seja por não aceitação ou não compreensão do seu papel de representação coletiva:

> Eu prefiro ficar trabalhando do que participar de qualquer mobilização, pois sei que não vai chegar a nada, principalmente quando tem sindicato metido no meio. Eu não acredito no Sindicato, se eu não rodar não vou ganhar minha feira e meus filhos vão passar fome. O Sindicato não vai dá minha feira. Caso eu fique doente o Sindicato não me dá assistência. Por isso eu não acredito. A luta principal da categoria é pela sobrevivência,

> pois sabemos que não temos direito de nada a não ser de pagar imposto. (FLAVIANO PEREIRA, 28 anos, *permissionário*)

Seja por um questionamento quanto à sua diretoria:

> O Sindicato existe desde o começo do mototáxi em Campina Grande, em 1996. Até hoje é o mesmo presidente. Quando tem eleições no Sindicato a gente só sabe do resultado, ele sempre continua, ele tá lá pra lutar pelo seu interesse, agora ele até se formou, é advogado. Na eleição passada tentou eleger seu irmão para vereador usando a categoria. (...) Caso a gente fique doente o Sindicato não ajuda em nada, caso a moto seja roubada nós é quem perdemos. O Sindicato é praticamente uma folhinha seca. Eu estou no Sindicato e pago imposto sindical porque a STTP obriga, se não a gente perde o cadastro, caso contrário eu já estava fora, eu não quero ser fora da lei, por isso sou cadastrado. (FRANCISCO SALES, 45 anos, *permissionário*)

Quanto à relação dos mototaxistas com o Poder Público, os efeitos têm sido muito mais no sentido da fragmentação de uma identidade comum do que o contrário. Primeiro, porque a ação pública, em nome da regulação do setor, produziu a distinção institucional dos três segmentos. Segundo, porque os mototaxistas agem muito mais movidos por um *ethos* individualista (subentendido, e algumas vezes explicitado, como no depoimento acima, no discurso da "luta pela sobrevivência", posta para cada um), sendo vagas as referências a uma identidade coletiva referida ao segmento ao qual pertencem, e mais vaga ainda quando se trata da identidade coletiva da condição geral de mototaxista. Frente ao seu principal interlocutor, o Poder Público Municipal, os segmentos diversos de mototaxistas têm agido fragmentariamente, aceitando os termos propostos por aquele.

Os *clandestinos*, diante do Poder Público, colocam-se entre desprotegidos (quanto à condição de *trabalhadores* e *cidadãos*) e perseguidos (quanto à condição de trabalhadores que exercem atividade clandestina):

> As autoridades precisam olhar para nós, estamos completamente abandonados, eles se preocupam apenas com a lei, esquecem que somos seres humanos e precisamos viver e trabalhar, temos família e muita gente depende do nosso trabalho. A perseguição é muito grande, a solução

> eu não sei, mas a obrigação de resolver os problemas é dos políticos, eles não podem simplesmente aplicar multas e recolher o nosso instrumento de trabalho, a moto. (GERALDO SIMPLÍCIO, 29 anos, *clandestino*)

Há um elemento de desconfiança, por parte dos motaxistas *clandestinos*, em relação aos órgãos públicos que regulam o setor: "Eu prefiro correr o risco [ao atuar clandestinamente], porque a forma como é administrado o serviço em Campina Grande só favorece aos poderosos" (Pedro Cândido, 33 anos, *clandestino*). E também em relação ao Poder Público, que os trata como "bandidos".

> Outro dia caí numa *blitz* conjunta da Polícia com a STTP e o Detran e me mandaram descer da moto, como se eu fosse um marginal. Pediram a documentação da moto e meus documentos pessoais, eu entreguei tudo. Eles disseram que estava tudo certo, mas a moto estava presa e notificada, eu teria que pagar uma multa para que o veículo fosse liberado (...). Fiquei revoltado, fui tratado como bandido, como é que a gente quer trabalhar e as autoridades não deixam? (EDUARDO, 26 anos, *clandestino*)

O mesmo entrevistado, sintomaticamente, admite, no entanto, que se justificaria uma ação pública com o fim de distinguir quem está "certo" e quem está "errado", referindo-se à documentação do veículo e do condutor (diferenciando, para efeito de ação do Poder Público, os *clandestinos* sem documentos em dia e os *clandestinos* com documentos em dia):

> Eu sou clandestino porque não tenho uma alternativa melhor. Eu estou de acordo com a fiscalização, mas acho que eles têm que pegar quem está errado, no caso de quem está certo eles deviam encontrar uma solução para nós continuar trabalhando. (EDUARDO, 26 anos, *clandestino*)

Os *permissionários* se queixam do rigor dos critérios de cadastramento adotados pela STTP, contrastando com a insuficiente contrapartida dada pelo Poder Público, seja quanto à garantia de proteção social e de suporte logístico para o seu trabalho, seja no que tange ao controle da ação, "desleal", dos *clandestinos*.

Os vinculados à CG Motos, por sua vez, reclamam que o Poder Público também os persegue:

> Os guardas da STTP multam a gente da CG Motos a troco de nada, nós trabalhamos com o alvará da CG porque a Justiça nos autorizou, somos legalizados, mesmo assim eles nos perseguem. Mas a CG entrou na Justiça e o juiz mandou retirar as multas. Eles não podem mais fazer nada, eles tentaram tirar a gente de circulação, mas não conseguiram. (PEDRO FIRMINO, 27 anos, vinculado à CG Motos)

No que diz respeito ao controle da atividade dos *clandestinos*, o próprio diretor da STTP admite dificuldades: "O sistema de mototáxi é muito difícil de controlar, a STTP admite a sua inoperância e dificuldade em controlar o transporte irregular de passageiros". A posição do Poder Público, em flagrante oposição aos *clandestinos*, se justifica como uma medida em favor da sociedade. A legitimidade para tal orientação é buscada no realce dessa oposição (sociedade x *clandestinos*), empenhando-se em associar a imagem dos *clandestinos* à condição de "criminosos".

> A maioria dos clandestinos não tem habilitação nem moto, aluga o veículo para fazer transporte clandestino. Grande parte destes é albergado ou cometeu algum tipo de crime. A deficiência da fiscalização faz com que eles procurem ingressar sistematicamente na atividade de mototáxi, o que enseja uma concorrência desleal. O sistema de ônibus não melhora porque não tem passageiro, pois os clandestinos levam os passageiros dos regulamentados e dos ônibus. Por isso temos que acabar com os clandestinos. (Diretor da STTP).

Tendo como base uma constatação evidente e socialmente aceita de que o transporte público em Campina Grande é marcadamente deficiente, também a empresa CG Motos lança mão desse argumento para se legitimar junto à população, ao qual acrescenta o fato de ser esta uma fonte de ocupação e de ser a empresa um instrumento de mobilização da categoria com vistas à negociação com o Poder Público:

> O transporte em Campina Grande melhorou depois do mototáxi (...). A empresa CG Motos é hoje uma válvula

> de escape para o desemprego. Hoje eu transporto em média 10.710 pessoas por dia, que significa em média 30 corridas por moto. Vejamos só, hoje nós temos em média 2.500 mototaxistas em Campina Grande, o que significa uma média de 12 corridas por moto, ou seja, no total o mototáxi transporta 20.960 pessoas por dia, isso constata a deficiência dos ônibus (...). A nossa influência é muito forte, teve mobilização que eu já consegui colocar 2.300 mototaxistas no parque do povo, dependendo da necessidade, nós temos um poder de mobilização muito grande. (Proprietário da CG Motos).

Da parte dos usuários, pelo volume diário de passageiros, na casa dos milhares, conforme reconhecem os agentes públicos e privados relacionados com a atividade do mototaxismo, sugere-se um quadro de generalizada aceitação e defesa. Nessa linha, segue depoimento de uma usuária assídua do serviço:

> Eu sou usuária assídua do mototáxi, acho que essa alternativa chegou para melhorar a vida dos campinenses. Eu não me preocupo de maneira alguma se o mototaxista é cadastrado ou clandestino, todos são trabalhadores e precisam sobreviver, o problema da violência está em toda parte, por isso pego o primeiro mototaxista que passar. Antes do mototáxi em Campina Grande eu esperava em média 30 minutos nas paradas de ônibus, ainda mais exposta à violência do que agora. De alguma maneira, o mototáxi é um concorrente dos táxis e dos ônibus, isso forçou as autoridades municipais a criarem o sistema integrado de ônibus, o que melhorou um pouco o transporte, embora o preço da passagem seja um absurdo. Mesmo assim não deixei de usar o mototáxi, pois é um transporte rápido e eficiente, embora seja um transporte de risco. (GEISA DOS SANTOS, 25 anos, *usuária*)

Com o processo de institucionalização do mototaxismo em Campina Grande, nos termos em que esse tem ocorrido (configurando segmentações, remetendo à clandestinidade a maioria dos mototaxistas, prevendo frágeis garantias sociais aos poucos cadastrados, ao mesmo tempo em que lhes impõe exigências para além do que comportam seus ganhos), o problema do trabalho precário e informal continua atual. O que se observa, com fenômenos como

o do mototaxismo em Campina Grande, é como a *precariedade* e a *informalidade*, sob processos renovados, mais heterogêneos e complexos, continuam se reproduzindo enquanto padrão de relações de trabalho.

Considerações finais

A emergência do mototaxismo em Campina Grande pode ser lida como uma resposta da população trabalhadora local à crise do emprego que se abateu sobre o país nos anos 1990, em um contexto no qual a *sociedade salarial* (CASTEL, 1998) jamais se constituiu plenamente. Para além de oportunidades geradas a partir da ação do Estado (a exemplo do que se produziu, entre os anos 1960 e 1980, por meio da Sudene, e nos anos 1990, com a "guerra fiscal"), resultou da busca de alternativas de trabalho, produto de estratégias de sobrevivência, geradas nos interstícios da dinâmica de acumulação de capital. Por outro lado, se legitima como opção de transporte público, como "transporte alternativo", no vácuo de ações governamentais nessa área dos serviços urbanos.

O nosso foco recaiu sobre o processo de constituição do segmento de mototaxismo em Campina Grande, suas dinâmicas, as tensões envolvidas e as implicações para a subjetividade dos trabalhadores. Até onde pudemos apurar, constatamos que: trata-se de uma situação consolidada; envolve um contingente significativo de trabalhadores para os padrões locais: no patamar dos dois milhares; requereu uma ação dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, embora de tipo predominantemente reativa e em termos, ainda, bastante insuficientes; predominam, entre os trabalhadores mototaxistas, sobretudo entre os *clandestinos*, mas também entre os *permissionários* e os vinculados à CG Motos, condições de trabalho marcadamente *precárias* e *informais*.

Se, no que se refere ao processo de construção social de sua identidade coletiva, foi possível notar alguns sinais favoráveis (elementos de identificação, gestos de solidariedade, esboços de ação coletiva), o que sobressaiu, no entanto, foram indicações de fracionamentos (quanto às suas autoimagens e às percepções recíprocas, entre os três segmentos). Ao que se nos mostrou, estão distantes as possibilidades, hoje, de os mototaxistas colocarem em evidência pública, por meio da ação coletiva, sua problemática social e de trabalho. Como consequência, são grandes as dificuldades de que venham a atuar, de modo mais contundente, diante da sociedade e dos Poderes Públicos, em favor de medidas políticas para um enfrentamento mais radical dessa situação. Das tensões, conflitos e alianças, que põem em ação os diversos sujeitos envolvidos nesse processo, é que resultarão os caminhos a seguir.

Referências bibliográficas

ALVES, J.; SILVA JÚNIOR, G.. A dinâmica recente do mercado de trabalho campinense: mudanças e permanências. *In*: Véras de Oliveira, R. (org.). *Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas*. Campina Grande: EDUEP/EDUFCG, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho*? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Cortez, 5ª Ed, 1997.

_____. *Os sentidos do trabalho:* ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARAÚJO, T. B. Nordeste, Nordestes. Que Nordeste?, *In*: Affonso, Rui; Silva, Pedro (orgs.). *Federalismo no Brasil*: desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: Fundap/Editora Unesp, 1995.

BALTAR, Paulo; KREIN, Dari; Leone, E.. Economia e mercado de trabalho no Brasil. *In*: Leite, Marcia; Araújo, Ângela (orgs.). *O trabalho reconfigurado:* ensaios sobre Brasil e México. São Paulo: Annablume, 2009.

CACCIAMALI, Maria C. *Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção*. Tese de Doutorado, São Paulo: FEA/USP, 1982.

_____. Proceso de informalidad y sector informal: reexamen de una discusión. *Revista Venezuelana de Economia y Ciencias Sociales*, Caracas, v. 6, nº 3, Sep./Dic, 2000a.

______. Globalização e processo de informalidade. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, nº 14, jun, 2000b.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Projeto de Lei n° 150, de 25 de novembro, 1999.

______. Decreto n° 2.827, de 25 de abril, 2000.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social:* uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Nadya; LEITE, Marcia. A sociologia do trabalho industrial no Brasil: desafios e interpretações. *BIB*, Rio de Janeiro, nº 37, 1º sem, 1994.

DEDECCA, Claudio; BALTAR, Paulo. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 1990. *Estudos Econômicos*, São Paulo, nº 27 (especial), pp. 65-84, 1997.

FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G.; AMARAL, M. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, nº 41, mai-ago, 2004.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HIRATA, G. I.; MACHADO, A. F.. Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, IPEA, Brasília, nº 34, Nov, 2007.

IBGE. Censo 2000. Brasília: IBGE, 2001.

KON, A. Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro. *Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia – ANPEC*, 2004.

KREIN, Dari. *Tendências recentes das relações de emprego no Brasil: 1990-2005.* Tese de Doutorado, Campinas: FE/Unicamp, 2009.

KREIN, Dari; MORETTO, Amilton. O crescimento da formalização do emprego: como explicá-lo? *Anais do IX Encontro Nacional de Estudos do Trabalho – ABET*, Recife, nov., 2005.

LEITE, Marcia. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. *In*: Leite, Márcia; Araújo, Angela (orgs.). *O trabalho reconfigurado:* ensaios sobre Brasil e México. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. *O futuro do trabalho:* novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

LIMA, D. *Impactos e repercussões socioeconômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984).* Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2004.

LIMA, Jacob. *As artimanhas da flexibilização*: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

_____. Trabalho informal, autogestionário e gênero. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 9, nº 2, 2006.

LIMA, Jacob; SOARES, M. J.. Trabalho flexível e o novo informal. *Caderno do CRH*, Salvador, 2002.

LIPIETZ, Alain. O fordismo periférico. *Revista Ensaios*, Porto Alegre, v. 2, nº 10, 1989.

MACHADO DA SILVA, Luiz A.. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. *In*: Santana, M.; Ramalho, J. R. (orgs.). *Além de fábrica*: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

MALAGUTI, M. *Critica à razão informal*: a materialidade do salariado. São Paulo: Boitempo/EDUFES, 2000.

NEVES, M.; JAYME, J.; ZAMBELLI. P. Trabalho e cidade: os camelôs e a construção dos shoppings populares em Belo Horizonte. *Anais do 30º Encontro Nacional da Anpocs*, Caxambu, out., 2006.

NORONHA, Eduardo. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.18, nº 53, 2003.

NUNES, J. Dilemas de identidade em ocupações subalternas: o serviço de mototáxi. *Anales del VI Congreso de la Associación Latinoamericana de Sociología del Trabajo*, Ciudad de Mexico, 20 al 23 abr., 2010.

OIT. *Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*. Ginebra: OIT, 1972.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *Crítica à razão dualista* – O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003a.

_____. *O elo perdido:* classe e identidade de classe na Bahia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003b.

OLIVEIRA, Marco. A. *Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil:* da Era Vargas ao Governo FHC. Tese de Doutorado, IE/Unicamp, Campinas, 2002.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008.

TAVARES, Maria. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista*: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TIRIBA, L.. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. *Proposta*, Rio de Janeiro, nº 97, jun-ago., 2003.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Para discutir os termos da nova informalidade: a questão da informalidade enquanto uma categoria de análise válida para a apreensão da realidade atual das relações de trabalho. *In*: Véras de Oliveira, R.; Gomes, D.; Targino, I. (orgs.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho*: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora UFPB, 2011.

A invenção cotidiana do trabalho no limiar da exclusão social: a condição social dos "flanelinhas" em Campina Grande[45]

Rosa Emília Araújo Idalino
Roberto Véras de Oliveira

Introdução

O presente artigo se propõe a um estudo da condição social dos "flanelinhas" atuantes na cidade de Campina Grande, na Paraíba. Os "flanelinhas" se converteram em um segmento bastante disseminado especialmente nos médios e grandes centros urbanos do país, inclusive na Paraíba. Trata-se de um tipo de trabalhador informal que se apresenta como guardador de carros estacionados em espaços públicos. Compõe a problemática mais ampla da informalidade, tão presente no desenvolvimento urbano-industrial brasileiro.

O mercado de trabalho no Brasil foi formado dentro de uma perspectiva dual, característico de países subdesenvolvidos, vinculado ao crescimento da urbanização e da industrialização, onde se configurou um segmento restrito de trabalhadores mais qualificados, melhor pagos e com vínculos mais estáveis, em contraste com outro segmento, formado pela maioria, no âmbito do qual prevaleceu o subemprego e o auto-emprego informal. A migração do campo para as cidades, como na maioria dos países latino-americanos, contribuiu para a formação de um excedente de mão-de-obra urbana, dando azo ao trabalho por conta própria, ao "bico", às formas mais precárias de inserção no mudo do trabalho.

---

45 Este artigo se baseia na Dissertação de Mestrado defendida por Rosa Emília Araújo Idalino, em 2012, no PPGCS/UFCG, sob a orientação de Roberto Véras de Oliveira, com o título *A reinvenção do trabalho no limiar da exclusão social: um estudo sobre a condição social dos "flanelinhas" na cidade de Campina Grande – Paraíba*.

A temática da informalidade ressurge atualmente, diante da composição e das transformações no campo das relações de trabalho que vêm ocorrendo nas últimas décadas, em âmbito mundial, sob fortes pressões desregulamentadoras e flexibilizadoras. Na contemporaneidade, assistimos a uma nova dinâmica sócio-econômica em esfera global, marcada pela financeirização dos capitais e pela liberalização dos mercados. O novo contexto vem se estabelecendo, desde os anos 1970, sob os efeitos da desarticulação do sistema de produção fordista[46], que predominou no pós-guerra nos países industrializados. As relações de trabalho vêm ganhando novas configurações, ao mesmo tempo em que reproduzem e modificam formas antigas. Os empregos e atividades que se distanciam dos padrões anteriores se apresentam com baixos salários, ausência de vínculo trabalhista e de contribuições sociais, mas dando base a uma nova dinâmica de acumulação de capital. O fenômeno da informalidade se agrava como consequência dessas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, que implicam em processos de precarização das condições de vida e de trabalho.

No Brasil, as transformações econômicas e institucionais trazidas com a industrialização jamais alcançaram o conjunto das massas trabalhadoras. Sobretudo a partir da década 1990, com a crise do modelo desenvolvimentista e a ascensão neoliberal, o governo brasileiro associou abrupta liberalização da economia a abrangente processo de privatizações, agravando ainda mais a situação da classe trabalhadora, da *classe-que-vive-do-trabalho*[47]. Essa nova realidade social configurou um cenário de agravamento do padrão já flexível e precário que tem marcado as relações de trabalho no país. Cresceu naquele momento o número de trabalhadores que passou a conviver com o drama do desemprego e com seus efeitos sociais, em que a busca de uma ocupação como estratégia de sobrevivência vai ser encontrada na informalidade. Passou a ser ainda mais comum a presença de trabalhadores de rua (re)inventando atividades informais, porém, sem muitas vezes terem tais atividades reconhecidas como *trabalho*. Um exemplo disso é a atividade exercida nos centros urbanos pelos "flanelinhas" e lavadores de carro, que ganham o seu sustento guardando e ou lavando carros estacionados em vias públicas.

A presente pesquisa teve como propósito analisar esse tipo de atividade informal, particularmente focando na situação verificada na cidade de

---

46 De acordo com Lipietz (1989), o *fordismo* é um regime de acumulação em bases capitalistas, que se desenvolveu na maior parte dos países da OCDE, após a Segunda Guerra Mundial, cujas principais características é a produção e o consumo em massa.

47 Termo utilizado por Antunes (1999).

Campina Grande. A ampliação recente do número de “flanelinhas” e lavadores de carros compõe o quadro de respostas ao agravamento das condições de inserção no trabalho, especialmente vividas no país, com reflexos em Campina Grande, a partir dos anos 1990. A condição do “flanelinha”/lavador de carro é uma invenção social da parte daqueles que, sob o primado da luta pela sobrevivência, se vêem totalmente excluídos das oportunidades de emprego formal e, mesmo, informal. A sua ocupação, o seu trabalho, a sua utilidade social, e a renda que a partir daí auferem, é resultado de uma estratégia de sobrevivência que se situa no limiar daquilo que pode ser socialmente considerado como *trabalho*.

Foi assim que nos perguntamos: como os “flanelinhas”/lavadores de carro apreendem sua própria condição social e o trabalho que exercem? Como são percebidos pelos “outros” com os quais se relacionam quando da prestação desse “serviço” (“clientes” e poder público local)? Que dinâmicas marcam essa condição social e que tendências se apresentam?

A informalidade como questão histórica no Brasil

O termo “setor informal” surgiu de estudos realizados no âmbito do Programa Mundial de Emprego, lançado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, na década de 1970. Em seu relatório sobre o Quênia, a OIT concluiu que para além do desemprego havia um significativo contingente de “trabalhadores pobres” ocupados em atividades sem registro, proteção e regulamentação públicos (OIT, 1972). Tal noção gerou controvérsias, mas estabeleceu um marco referencial para ações governamentais e os estudos sobre a economia e trabalho particularmente nos países periféricos.

Nessa mesma trilha, a OIT lançou o Programa de Emprego para a América Latina e o Caribe – PREALC, para quem a origem do trabalho informal na América Latina e Caribe teria sido resultante da desordenada migração campo-cidade, principalmente desencadeada com o fim da Segunda Guerra Mundial, em um contexto de industrialização tardia. As transformações econômicas, pelas quais vinham passando os países da região, teriam contribuído para a expulsão de trabalhadores das atividades agro-pecuárias em direção às zonas urbanas, em busca dos empregos industriais. Mas a capacidade de absorção de trabalhadores, pela incipiente e ainda frágil estrutura industrial, se mostrou limitada, a ponto de se constituir com isso um excedente de força de trabalho, que foi levado a buscar, por conta própria, prover sua sobrevivência em atividades criadas no improviso, precárias, principalmente no comércio e no setor de serviços. No âmbito dos estudos do PREALC, a noção de “setor

informal" foi mantida nos seus fundamentos principais: referindo-se a iniciativas individuais e familiares, dotadas de nenhum ou quase nenhum capital, se utilizando de pouca tecnologia, intensivas em trabalho, com baixa produtividade, com atuação em mercados concorrenciais e não regulamentados.

Os estudos da OIT estabeleceram, assim, um padrão de abordagem sobre economias periféricas e formas de produção e trabalho diferenciadas daquelas que haviam se estabelecido nos países centrais. Entretanto, conforme toda uma linhagem de críticas que se seguiu, não conseguiu ir além de uma perspectiva dualista, que toma o formal e o informal como regiões paralelas, expressão de uma dicotomia entre o *moderno* e o *atrasado*.

Foi nesse contexto que se inseriu a crítica de Francisco de Oliveira (1987) ao que denominou de *razão dualista*, quanto ao modelo que sustentou o processo de industrialização do país:

> A especificidade particular de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga periferia onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema (OLIVEIRA, 1987, p. 44).

Propõe-se, assim, que é a própria dinâmica capitalista que, além de produzir e reproduzir as condições de existência das atividades formais, propiciam o surgimento e a reprodução de formas produtivas compreendidas no setor informal. Segundo Cacciamali (2000), entre o informal e o formal se estabelece um fluxo de produtos, de mão de obra e de renda.

Mas sob tais condições, a questão da informalidade se apresenta como um fenômeno típico dos países periféricos. Nos países centrais, vigia nesse período os chamados "anos dourados" da era fordista. Entretanto, na passagem da década de 1970 para 1980, com a crise do que a Escola da Regulação francesa chamou de *pacto fordista*, inaugura-se uma nova fase da dinâmica mundial do capitalismo, na qual caem as taxas médias de crescimento, reorientam-se as prioridades das políticas públicas, liberalizam-se os mercados financeiros, de produtos e de serviços, implementa-se políticas de privatizações, adotam-se inovações tecnológicas e organizacionais nos processos produtivos, gerando com isso transformações nos padrões de relações de trabalho, em geral no sentido da *flexibilização*, *precarização*, *informalização*. Nos países centrais

emergiu a noção de *informalidade* como *ilegalidade*, nominada de *economia submersa*, referida a uma gama de atividades não reguladas, em geral praticadas por migrantes clandestinos, mas também por empresas formais cada vez mais propensas a empregar informalmente (FILGUEIRAS *et al*, 2004). Para Harvey (1992, p. 145), a "subcontratação organizada" possibilita "que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista ('padrinhos', 'patronos' e até estruturas semelhantes à da máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo". A questão da informalidade ganha nova evidência.

A informalidade como questão atual

Cacciamali (2000) foi encontrar no conceito de "processo de informalidade" uma compreensão mais adequada sobre reemergência do referido fenômeno na atualidade. Na América Latina, dos anos 1990, estaria se processando uma crescente informalidade. A autora destaca dois fenômenos: um referido às mudanças nas relações e contratos de trabalho nas empresas formais, com crescente ausência de regulamentação trabalhista (assalariados não registrados); outro relacionado às estratégias de auto-emprego empreendidas pelos que não conseguem uma inserção no mercado de trabalho formal (trabalhadores por conta própria). Tais segmentos têm em comum o fato de serem *informais*, mas se encontram submetidos a processos diferenciados e, portanto, devem ser analisados distintamente.

Para Filgueiras *et al* (2004), é preciso ir além do caráter dualista da noção de "setor informal", derivado das posições desenvolvidas pela OIT a partir do início dos anos 1970. Mas mesmo o conceito de "economia subterrânea", surgido nos países capitalistas centrais no final dos anos 1970, que incluiu nessa categoria os trabalhadores assalariados contratados informalmente, não consegue dar conta da problemática da informalidade, na sua complexidade, especialmente considerando como essa se coloca atualmente. É preciso compreender nessa condição todas as atividades e relações de trabalho não-fordistas ou precárias, situadas fora das relações salariais regulamentadas. Ou seja, não faz sentido, nessa perspectiva, a idéia da informalidade como um "setor".

Dedecca e Baltar (1997), diante do crescimento da informalidade nos anos 1990, propõem que a essa estaria passando a uma nova função na dinâmica da economia, ao se constituir como alternativa de ocupação para os expressivos contingentes de trabalhadores assalariados expulsos do setor organizado (formal). Por outro lado, completa os autores:

> As novas relações entre o segmento organizado e o não-organizado são, ademais, importantes para uma maior flexibilidade produtiva do primeiro, pois a externalização de atividades pode ser, quando desejado, rapidamente revertida (ao menos parcialmente) nas conjunturas de queda do nível de atividade, mediante uma reincorporação de funções ou produção subcontratadas (DEDECCA e BALTAR, 1997, p. 74).

Com isso, as relações entre os segmentos formal e informal ganham ainda mais laços de interdependência. É quando emerge a ideia de uma *nova informalidade*.

Nos termos de Malaguti (2000, p. 14): "o 'não-formal' manifesta-se em regiões ou países de inequívoca vocação capitalista, em empresas públicas ou privadas, em instituições governamentais ou civis. Portanto, não é algo que possa ser eliminado da dinâmica social e econômica capitalista". Para esse autor, os segmentos dominantes, em busca de se legitimar socialmente, "enaltecem e reproduzem um sistema ideológico onde o trabalho árduo é eufemisticamente confundido com 'empreendimento', as virtudes da independência com 'liberdade' e o trabalho por conta própria com 'realização pessoal'" (MALAGUTI, 2000, p. 89).

Mais recentemente, com a retomada do crescimento econômico e um maior incremento nas políticas sociais, quando se observam relevantes alterações nos indicadores sociais e do trabalho, alguns estudos vêm procurando adaptar se anterior às novas situações. Um destaque: Leite e Araújo (2009). Em um dos capítulos da referida coletânea, por exemplo, Baltar *et al* (2009, p. 44-45) assim concluem sua análise:

> A reativação da economia brasileira, a partir de 2004, num contexto de manutenção do elevado superávit primário, provocou crescimento das oportunidades de emprego e crescente formalização das relações de trabalho. Entretanto, há uma enorme fração da PEA voltada para o trabalho por conta própria e no mercado de trabalho assalariado uma combinação de expressivo desemprego aberto e de emprego sem carteira assinada. No próprio emprego formal continua a existir muita rotatividade e baixos salários. O impacto da retomada da economia em termos de modificar o mercado de trabalho é limitado, exigindo muitos anos de intenso crescimento econômico, mesmo porque deverá continuar a expressiva

> intensidade da ampliação da população ativa. A continuidade do crescimento da economia irá lentamente melhorando a situação do mercado de trabalho especialmente se for sendo aperfeiçoada a regulação pública das relações de trabalho (melhorando a contratação coletiva e elevando os padrões mínimos de condições de trabalho e remuneração, imposto pelo Estado passo a passo com a elevação da produtividade do sistema de produção), inclusive a fiscalização (pelo Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Justiça de Trabalho e Sindicatos) do cumprimento das leis trabalhistas.

Sob tais condições, a questão da informalidade, nos estudos sobre dinâmicas das relações de trabalho no Brasil, continua pertinente, ainda mais em regiões como o Nordeste e a Paraíba, historicamente mais marcadas por tal realidade.

Flanelinhas em Campina Grande: a invenção cotidiana do trabalho

A desestruturação de um mercado de trabalho historicamente dual e marcado pela precariedade, como ocorrido no Brasil especialmente a partir da década de 1990, também repercutiu na cidade de Campina Grande[48]. Vários processos, relacionados a transformações ocorridas em escala mais ampla, concorreram para afetar a condição de entreposto comercial que Campina Grande exerceu na Paraíba e no Nordeste ao longo do Século XX. Ao mesmo tempo, a crise do projeto da Sudene afetou a estruturação do seu Distrito Industrial. A economia municipal se viu diante de uma encruzilhada especialmente a partir dos anos 1980, situação que desembocou em uma crise que a abalou de modo importante, época em que muitas empresas foram fechadas, resultando numa forte onda de desempregos. Associada à queda na oferta de empregos formais, ocorrida nos anos de 1980 e de 1990, o quadro social em Campina Grande se agravou nesse período também com a diminuição do fluxo migratório com destino ao Sudeste do país e até mesmo com o retorno de alguns dos antigos migrantes, desencantados com a falta de oportunidades naquela região.

Aspectos como esses foram responsáveis pelo agravamento da informalidade nessa e em outras cidades do país. Nas diversas ruas de Campina Grande foi

---

48 Ver, a respeito, Alves e Silva (2009).

possível se observar o crescente número de pessoas em luta diária para obter uma forma de sobrevivência, visto que não conseguiam inclusão no mercado de trabalho formal. Entre esses, os assim chamados "flanelinhas" e os lavadores de carros.

Preliminares sobre a situação dos "flanelinhas"/lavadores de carros estudados

Diariamente, sobretudo nas ruas mais centrais de Campina Grande, inúmeros são os que, não encontrando oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho, nem mesmo um lugar enquanto assalariado sem carteira assinada, nem conseguindo se estabelecer em uma ocupação melhor estruturada enquanto um *trabalhador por conta própria*, se inventam como "flanelinhas" e ou lavadores de carros. Se estabelecem e passam a cobrar, aos motoristas que estacionam seus carros em áreas públicas, um preço pela vaga e segurança de seus veículos e ou um preço pela lavagem do carro. Desse modo demarcam um território, criam uma ocupação e um "serviço" ao público, constituem uma "clientela", estabelecem regras (tácitas) de convivência e de prestação de serviço (portanto, um padrão de sociabilidade) e, assim, recusando a condição de exclusão social extremada a que são submetidos ("vagabundo" ou "marginal"), se inventam como *socialmente úteis*[49]. Não permitindo que outros "flanelinhas" e lavadores de carro atuem na sua área, garantem a percepção de uma renda. Os espaços assim conquistados são praticamente tudo o que "possuem". O valor do "serviço" algumas vezes é estipulado por eles

49 Para Castel (1998, p. 120), "inútil para o mundo" é a condição reservada "à franja mais marginal" da sociedade. Trata-se daqueles que se encontram "totalmente desterritorializados". Para esses é que, com a emergência da sociedade moderna, capitalista, foi designado o termo "vagabundo", na Europa a partir do Século XVI: "os dois critérios constitutivos da categoria de vagabundo tornaram-se explícitos: a ausência de trabalho, isto é, a ociosidade associada à falta de recursos, e o fato de ser sem 'fé nem lei', isto é, sem pertencimento comunitário". Um longo processo se estabeleceu com o desenvolvimento do capitalismo, o qual em um primeiro momento levou ao aprofundamento da "vulnerabilidade de massa" (até o Século XIX e início do Século XX) e, em seguida, à sua superação relativa (Século XX, especialmente até os anos 1970), quando sob um regime salarial moderno se construiu todo um sistema de proteção social. Até que, com a crise do *fordismo* e do *Welfare State*, se instala uma "nova vulnerabilidade de massa", emergindo assim uma "nova questão social": "o desemprego é apenas a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego. A *precarização* do trabalho constitui-lhe uma outra característica, menos espetacular porém ainda mais importante, sem dúvida" (CASTEL, 1998, p. 514). A nova condição dos "inúteis sociais" Castel (1998) a atualiza sob a denominação de "supranumerários".

próprios, outras vezes, por conta do proprietário do veículo. Ressentem-se da discriminação ordinária a que estão submetidos, mas defendem a atividade que realizam como sendo um tipo de *trabalho* que deve ser respeitado, *reconhecido socialmente*[50]. A afirmação e reprodução da condição de "flanelinha"/lavador de carros requer uma luta diária, sem trégua, pela sobrevivência e pelo reconhecimento, contra a *exclusão social*[51].

Calcula-se que existam centenas de "flanelinhas" atualmente em Campina Grande. 210 é o número registrado pelo cadastramento da Associação de Lavadores de Carros de Campina Grande, mas o atual presidente considera já representar bem mais do que isso. Em termos nacionais tal atividade é regulada pela Lei 6.242, de 23 de setembro de 1975, que dispõe sobre o exercício da profissão de guardador de veículos automotores ("flanelinha") e pelo Decreto 79.797, de 8 de junho de 1977, que regulamenta a lei citada acima. No que se refere à Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, "guardadores de veículos" e "lavadores de carros" são classificados diferentemente: enquanto o primeiro é identificado pelo código 5199-25, o segundo o é pelo código 5199-35. Entretanto, a partir da observação *in loco*, constatamos ser possível a concomitância de funções a um mesmo trabalhador, ainda que isso não se verifique em

---

50 Ainda conforme Castel (1998, p. 120), "ser 'reconhecido' é um velho termo emprestado do direito germânico e que, na sociedade feudal, significa a condição daquele que é 'homem' de um suserano a quem jurou fidelidade e obediência; este, em troca, o protege. Ao contrário, o vagabundo foge da inscrição em uma linhagem e dos vínculos de interdependência que constituem uma comunidade. Esse homem sem trabalho nem bens é também um homem que não tem um senhor, nem onde cair morto. 'Morando em toda parte', para retomar uma expressão freqüente nos processos contra a vagabundagem, é um ser de lugar nenhum".

51 Em tempo, aqui cabe um comentário: para Castel (1998), a "nova questão social" não resulta de uma questão situada na margem da sociedade, ao contrário, diz respeito ao seu "coração". Assim, compreende: "a questão da exclusão que há alguns anos ocupa o primeiro plano é um de seus efeitos, essencial sem nenhuma dúvida, mas que desloca para a margem da sociedade o que a atinge primeiro no coração" (CASTEL, 1998, p. 526). Por isso concordamos com autor quando afirma: "o problema atual não é apenas o da constituição de uma 'periferia precária', mas também o da 'desestabilização dos estáveis'". Nesses termos, quando usamos a expressão "exclusão social", estamos considerando esse entendimento de Castel, ao mesmo tempo que com isso realçamos a situação especial de segmentos como os "flanelinhas"/lavadores de carros, quando tal condição é levada ao extremo.

todos os casos. Algumas das falas dos entrevistados marcam, inclusive, a impossibilidade de acúmulo de função em ponto em que já haja definição específica do que faz cada um, sendo invasão do espaço do outro o querer proceder fora do que já está posto. Isso pode servir como elemento de demarcação de território.

No dia 20 de agosto de 2006, o Jornal da Paraíba noticiou assim a criação da Associação dos Lavadores de Carro de Campina Grande:

> Após a criação da Associação dos Lavadores de Carro de Campina Grande – com o apoio da Prefeitura Municipal – o número de clientes aumentou, assim como a renda obtida pelas 200 pessoas que trabalham neste setor. A confiança dos motoristas também cresceu e melhorou a imagem da categoria. A Associação foi criada há menos de dois meses. A Prefeitura Municipal de Campina Grande prestou apoio com a entrega de fardamento, crachás, *kit* com o material para a lavagem de carro, além da promoção de cursos profissionalizantes aos sócios da entidade (Jornal da Paraíba, Caderno Cidades, 20/08/2006).

Constatamos, no entanto, que o poder público local tem se mostrado praticamente alheio à problemática em questão. Na consulta à AMDE, nenhuma informação nos foi concedida. Lá apenas nos informaram que houve de fato a criação da referida Associação, com sinalizações de que o poder público municipal apoiaria a categoria. Para mais informações nos foi sugerido que procurássemos o atual presidente da Associação. Quanto à STTP, não foi diferente, nos informaram que não existia nenhum tipo de relação deste órgão com o trabalho executado pelos “flanelinhas”, sendo que a implementação dos estacionamentos regulados pelo poder público local, conhecidos como *Zona Azul*, em algumas ruas onde estes atuam, não traz nenhuma ação correspondente para esta categoria. Descobrimos, no entanto, nas entrevistas realizadas e em pesquisas na mídia, que pelo menos mais uma ação foi implementada pelo poder público nos últimos anos, a qual consistiu na entrega pela Prefeitura, no dia 25 de julho de 2007, de 200 *kits* com material de trabalho para os membros cadastrados na Associação de Lavadores de Carros de Campina Grande, incluindo uniforme com identificação, balde, flanelas, escova, sabão e cera para polimento[52].

---

52 Veiculado em íParaíba Notícias, 25/07/2007, disponível no endereço http://www.iparaiba.com.br/noticias,95191,5,veneziano+entrega+kits+a+lavadores+de+car-

O presente estudo optou por realizar entrevistas semi-estruturadas com 10 "flanelinhas"/lavadores de carros[53]. Além desse recurso, a pesquisa de campo consistiu em entrevistas com o presidente da Associação de Lavadores de Carros (o 11º "flanelinha"/lavador entrevistado), com gestores públicos da Agência Municipal de Desenvolvimento – AMDE e da Superintendência de Trânsito e Transportes Público – STTP e com usuários dos serviços (neste último caso, totalizando 7 pessoas[54]), além de procedimentos de observação direta e análise documental. Reportamos como relevante questionar os "flanelinhas"/lavadores sobre seu perfil sócio-demográfico, condições de trabalho, trajetória nessa atividade, rendas auferidas, formas de relações entre os próprios e destes frente aos poderes públicos e aos "clientes".

Os "flanelinhas"/lavadores e usuários entrevistados foram abordados em estacionamentos localizados na região central da cidade. Recortamos quatro pontos: 1) imediações da Superintendência do INSS e do hotel ONIGRAT – localizado no início da Rua João Lourenço Porto (entrevistados 3 dos 6 "flanelinhas"/lavadores ali atuantes); 2) antigo estacionamento do Cine Capitólio – localizado nas imediações da Praça Clementino Procópio e a ela articulado (entrevistados 3 de 8 "flanelinhas"/lavadores); 3) imediações da Faculdade de Administração da UEPB – localizado no inicio da Av. Getúlio Vargas e nas proximidades dos Correios (entrevistados 3 de 16 "flanelinhas"/lavadores); 4) ponto da Feira Central – localizado no final da Rua João Lourenço Porto (entrevistados 2 de 3 "flanelinhas"/lavadores).

Entre os "flanelinhas"/lavadores que atuam nos pontos e ruas referenciados, encontramos indivíduos de 23 aos 58 anos de idade. A grande maioria com baixa ou nenhuma instrução escolar, havendo apenas um que concluiu o ensino médio. Quase todos os outros nem o ensino fundamental chegaram a concluir. Dentre os 11 entrevistados, 7 se disseram casados e com filhos. Entre os 4 solteiros, um se disse com filhos, 2 moram com as mães, as quais dependem deles para sobreviver, e apenas um vive sozinho. De acordo com as informações prestadas pelo atual presidente da Associação, atualmente as atividades de guardar e lavar carros só são realizadas por indivíduos do sexo masculino, mas já existiram mulheres atuando. Os entrevistados arrolados aqui são todos homens. Até onde apuramos, tal atividade é o que garante a sustentação de suas famílias.

---

ros+e+destaca+inclusao+social.html.

53 Aqui identificados como Entrevistados de *Fa*, *Fb*, *Fc*... a *Fl*.

54 Aqui identificados como Entrevistados de *Ua*, *Ub*, *Uc*... a *Ug*.

Quanto à renda auferida nesse tipo de ocupação, comporta-se de modo totalmente oscilante, dependendo das condições climáticas, do humor dos "clientes", de como se estabelece a divisão dos territórios disputados etc. A renda depende sobretudo da freqüência diária ao ponto. Dos 4 pontos pesquisados, aquele que tem propiciado uma maior rentabilidade corresponde ao da Faculdade de Administração da UEPB, no qual nas melhores semanas e para os "flanelinhas"/lavadores de melhor *performance* se pode chegar a uma renda de mais de R$200,00. O de menor rentabilidade tem sido o do INSS/Hotel ONIGRAT, no qual o pico se situa no patamar semanal dos R$100,00.

A determinação do valor do "serviço" de guarda dos veículos não se pauta por qualquer critério objetivo, depende mais do que o dono do veículo estipula, mas podendo oscilar a partir de uma barganha estabelecida a cada vez. Perguntado sobre tal situação, um dos entrevistados comentou: "não, a gente não cobra nada, não (...) A gente recebe o que eles dão (...) Não existe taxa, não (...) A gente nunca estimou, não" (*Entrevistado Ff*). Outro entrevistado assim se colocou: "É, quando *tá* fraco, a gente não ganha nada aqui, todos *ganha* com lavagem de carro, esse aí, esse aqui, tudo batalhador. Quando não dá lavagem de carro, realmente, a gente não ganha, não. Aí os *cara bota* os *carro* aqui, uns dão uma coisa, outros não dão, é assim" (*Entrevistado Fg*). Nas palavras do *Entrevistado Fl*: "A gente cobra a lavagem, a olhada, a gente chega em cima da pessoa, espera a atenção dela, um Real, cinqüenta centavos, que não é forçado, não é forçado. Agora, no exato momento que o cliente, a cliente, quiser lavar o carro, a gente cobra nosso serviço". Outro, ainda: "aqui a gente só *somo* dependente do tanto que a pessoa quiser dar (...) A gente não cobra valor, não (...) Se a pessoa tiver bom coração, ele dá; se não tiver, ele pode dar nada, por que aqui é público, né?". Mas, diante da recusa do pagamento, uma conversa tensa pode se estabelecer. Ou mesmo diante de um valor considerado muito baixo, o prestador do "serviço" pode retrucar: "só isso, doutor?" e, com um quê de negociação e de tensão, conseguir um pouco mais. O valor pode ser estipulado em centavos, ou em um ou 2 Reais, raras vezes ultrapassando esse patamar. Já no que se refere à lavagem de veículos, o preço é em geral previamente acertado e depende também do tipo de serviço a ser feito, "lavagem simples", "lavagem completa", "só por fora" etc. Fato é que o valor da lavagem é menos oscilante, ainda que o exercício da atividade também se mantenha sempre muito irregular, com variações por diversos motivos na quantidade de veículos lavados.

Nos depoimentos colhidos ficou evidenciado o quanto a informalidade tem marcado suas trajetórias de vida e ocupação. Dos 11 entrevistados, 5

já tiveram empregos com carteira assinada. Entretanto, sempre por pouco tempo e em empregos que demandam baixa qualificação profissional (servente de pedreiro, comércio e serviços, etc.). O trecho abaixo indica o quão frágil têm sido as tentativas de vínculo com o mercado de trabalho formal:

> Já *trabaiei* no lava jato, que era, como eu tava dizendo, pra *mode* tentar *trabaiá* com carteira assinada (...) Tava no *mêis* de experiência (...) Passei três *mêis*, mas depois de três *mêis* teve uma discussão com o rapaz do lava jato e ele me botou pra fora. (*Entrevistado Fj*).

Outro entrevistado, após mais uma tentativa frustrada, desabafou: "depois, só lavando carro na rua" (*Entrevistado Fb*). No caso daqueles que já fizeram parte do mercado formal de trabalho, a questão de um retorno a essa condição se coloca como um ideal distante, quase inatingível. Alguns dos entrevistados realçaram casos em que aquele que hoje é "flanelinha" e/ou lavador de carro ingressou na atividade ainda na infância, tendo sido essa toda sua experiência de ocupação.

Observamos que os "flanelinhas"/lavadores que atuam no estacionamento do antigo Cine Capitólio têm essa percepção mais evidenciada, por motivo de lá ter existido alguma regulação pública do ponto, em uma já longínqua gestão municipal, a qual permitia que tivessem uma identificação outorgada pela Prefeitura. Mesmo aqueles que lá chegaram depois repetem a história, sob o desejo de que haja um retorno a esse tempo. Os mais antigos falam que conseguiam uma renda bem melhor, se comparada com a média atual. Um dos entrevistados comentou: "fizeram o cadastro de todas as pessoas daqui. (...) Faz muito tempo, eu acho que há uns trinta anos atrás (*Entrevistado Ff*). No ato da entrevista, houve quem propusesse que a entrevistadora intermediasse mensagem do grupo junto à Prefeitura: "Se a senhora puder falar com uma pessoa que venha ajeitar aqui, legalizar, chamar a gente. Por que aqui já foi legalizado umas duas *veiz*. (...) Era bom que legalizasse" (*Entrevistado Fg*).

Condições de atuação

Conforme pudemos apreender das entrevistas e da observação direta, as condições de atuação dos "flanelinhas"/lavadores, nos diversos territórios cobertos pela pesquisa, se mostraram extremamente precárias. Esses atuam expostos às adversidades climáticas, em geral sem contar com meios minimamente apropriados ao desempenho de suas atividades e convivem com uma total ausência de proteção social e de garantia de direitos, colocando-se assim sob total vulnerabilidade social.

Ao indagá-los sobre a forma como agem diante das adversidades climáticas, a ênfase recaiu sobre a necessidade de sempre se fazer presente no ponto, em qualquer situação, sob pena de deixar de ganhar sua remuneração e de perder espaço no território. Nas palavras dos entrevistados:

> Quando tá chovendo, tem de *tá* aqui de todo jeito, faça chuva ou faça sol, tem de *tá* aqui, não pode abandonar a área, né? Não pode abandonar, senão chega... Tem de aguentar mesmo... (*Entrevistado Fa*).
> [Quando está chovendo] não, não lavo carro, não, fico ali só olhando os carros (...), diminui a renda, aí não ganha dinheiro (...) [Sob o sol] eu boto esse bonezinho aqui na cabeça (*Entrevistado Fb*).

Sobre a jornada de trabalho, a fala que segue ilustra o quanto, em geral, diante das imposições da garantia da renda, da manutenção do território ocupado, do compromisso com os "clientes", acaba sendo esticada até o limite:

> Praticamente, eu digo por mim, eu trabalho de domingo a domingo, feriado... Eu não tenho repouso, não tenho nenhum dia de descanso. Descanso é chegar em casa, tomar banho, jantar e dormir. A partir das 5 horas a gente já *estamos* aqui nas ruas. No meu caso, né, eu vou até à 9, 10 horas da noite, aqui de frente à Universidade (...) É, só tem como ir pra casa à noite, uma vez só, porque se for pra ir pra casa fazer a alimentação e voltar a despesa vai sair muito mais cara, muito mais pesada pra mim (*Entrevistado Fi*).
> (...) Domingo a domingo, feriado... Sempre foi assim. E temos nossa freguesia fiel do domingo (...) que vem, que vem. Descanso, só à noite mesmo (*Entrevistado Fl*).

Nos pontos do centro da cidade, o normal, no entanto, é que a jornada preencha o dia inteiro e se estenda da segunda ao sábado. A inclusão do domingo ocorre em casos em que as atividades do entorno continuam nesse dia, como nas imediações de *shoppings*, entre outras. Ou em situações especiais, como em eventos (comemorações, *shows*, manifestações religiosas etc.). Em quaisquer casos, é preciso permanecer no ponto até o último carro.

As precárias condições de atuação dos "flanelinhas"/lavadores se revelam extremas também quando referidas ao que ocorre nos casos de doenças. Os custos dos medicamentos frente ao ganho médio, a necessidade de se fazer

presente cotidianamente no ponto e as estreitas margens de possibilidade de solidariedade nesse tipo de atividade foram sinalizações do quão difícil é para, os mesmos, a compatibilização entre doença e trabalho.

> (...) O que ganhou tem que gastar com remédio. Quando adoece, gasta o que ganhou. Não tem substituto. Não vai ninguém, não. Fica sem ganhar. Aí, não tem condições, não (...) Ninguém deixa nada na casa da pessoa, ninguém deixa lá (*Entrevistado Fa*).
>
> [Quando doente] passei 90, 60 dias sem trabalhar... [e nesse período] juntei um dinheirinho, pronto. (*Entrevistado Fb*).
>
> Mesmo eu *tando* doente eu venho trabalhar. Trabalho, trabalho... Fico sentado num canto, esperando o freguês, aviso que não *tô* pudendo andar, não *tô pudeno* correr atrás, sabe que eu não *tô* mentindo, aí ele chega e entrega o dinheiro. Fico sentado aqui... tem gente lá de baixo, vem aqui e me dá o dinheiro... (*Entrevistado Fc*).

Tensões cotidianas

Os mesmos revelaram que tanta insegurança os tornam expostos a tensões cotidianas, seja na relação com órgãos públicos (com destaque para a STTP), seja frente aos "clientes" ou, ainda, no âmbito das relações entre eles próprios (ao lado de formas de solidariedade e apoio mútuo, tais relações são também marcadas por disputas, que muitas vezes resvalam para ameaças recíprocas).

O depoimento do *Entrevistado Fl* ajuda a ilustrar as relações tensas com a STTP:

> O problema que eu tenho agora é o Zona Azul, porque faz 27 anos, como já falei, que eu trabalho aqui e já conheci vários pais, avós, que trabalhavam com a gente, e já morreram. Que isso aqui é um patrimônio histórico de Campina Grande, essa lavagem de carro da [Avenida] Getúlio Vargas [onde se localiza a Faculdade de Administração da UEPB]. É a única praça aqui que nós temos água própria, dada, graças a Deus, pela Reitora. O problema é que querem acabar com isso aqui (...) Ou seja, vamos pra onde? Vamos roubar? (...) Se tiver que botar Zona Azul, bom que bote, mas que bote nós pra trabalhar, que bote nós pra operar.

O *Entrevistado Ff* assim se colocou: "já quiseram botar aqui, já [Zona Azul], quiseram botar. *Lutemo* pra não botar, não foi? Se botar acaba com *nóis*". O referido problema veio à tona na forma de um longo desabafo, no depoimento do *Entrevistado Fl*, no qual tal tensionamento se revela não apenas frente à Superintendência, mas também em relação aos seus agentes de campo, os guardas de trânsito:

> Olha rapaz, é o seguinte, a STTP parece que ela tem uma grande marcação com a gente. Porque já aconteceu de vários carros *ser multado* aqui, a gente com marcha à ré pra estacionar o carro e eles falam que é mão dupla. Quando eles chegam, eles não buzinam, não *faz* nada, *pegou* o celularzinho dele, *tirou* a fotozinha, pronto, chegou. Então, essa é a dificuldade que a gente tem, é com a STTP. *Que* se é pra multar um carro, que fale com o proprietário quando ele *tá* dentro do carro, dizendo: "você *tá* errado, vou multar você por isso e por isso..." Eles multam a pessoa, nós que *tamos* dentro do carro, nós *tamos* dirigindo, e nós temos carteira de motorista e por isso que a gente pega nos *carro* aqui, eles *ri* da gente: "ó, eu multei o carro, cá, cá, cá..." (...) Esse é, como você fala, o problema, e realmente é um grande problema porque ele não *tá* simplesmente multando nós *lavador* de carro, *tá* multando dono de carro, que vai ficar chato pro dono do carro vir aqui novamente, já perdemos alguns *freguês*, né (...) Bom, se é pra multar, a pessoa *tá* na fila dupla, tudo bem, *tá* errado, cara, você é pago pra você botar em ordem, não desordem. Chegue, desça do carro pelo menos: "ó, você tá errado, pô". Você chegar, dentro do carro, todo bonitinho, fardadinho, sem descer, cara, pegar a máquina de tirar foto, sem você nem buzinar, cara. Sem fazer o au, au, *qué* isso?! Ou seja, a meu ver, é roubo. Tu *tá* roubando o dinheiro daquela pessoa e *tá* discriminando o lavador de carro, flanelinha, *qué* isso!? (...) "Salomão, esses seus guardas aí, tão sujando você, rapaz! Ou você não tá sabendo explicar a ele como é que funciona o trânsito? Eduque eles, que nós somos lavador de carro, mas somos educados". Temos ciência que carro na fila dupla tá errado, mas tava esperando um carro sair pra outro colocar. Ou Salomão é conivente e trabalha errado, ou ele não sabe de nada. Vocês que tão

> me escutando aí, passe aqui na [Avenida] Getúlio Vargas, passa na Getúlio Vargas, aqui, e veja como é que eles trabalham aqui. Aliás, não sabem trabalhar [no fundo alguém fala: "já multaram meu carro três vezes"]. Ó, o cliente falando aí, isso é verdade.

Na entrevista realizada com o presidente da Associação foi possível observarmos ser o confronto com a STTP um dos aspectos de grande preocupação dos "flanelinhas"/lavadores, e que esse se apresenta enquanto um campo de disputa em torno do controle dos locais de estacionamento do centro da cidade. O mesmo chegou a se referir à possibilidade de uma ação organizada contra a instalação do Zona Azul em certas ruas da cidade:

> Mas, é que nem eu digo, se todos nos unir nós vamos vencer essa batalha. Porque eu *tô* lutando. Hoje mesmo dei entrevista em uma emissora de rádio e falei, desafiei o superintendente da STTP, e falei pra ele se acaso ele inventasse em qualquer rua da nossa cidade, nosso centro, ele instalasse mais alguma Zona Azul, nós vamos interditar a [Avenida] Floriano Peixoto.

O mesmo, na ocasião, também se referiu a um princípio de negociação recente com a Prefeitura, mas que não tem se efetivado:

> É que nem eu digo, [na atual gestão] foi prometido até uma parceria, entre os flanelinhas e a STTP. É uma coisa que não está acontecendo. O superintendente que está agora no comando, ele acha que ele é o dono da verdade e que ele é o dono da cidade (...) Do mesmo jeito que ele depende do cargo dele pra sobreviver, todos nós dependemos do nosso pra sobreviver. Então, tem que sentar pra nós conversarmos, pra gente ver, dialogar e ver que são muitos pais de família que *depende* desse setor pra sobreviverem. Tem pai de família aqui com até 40 [anos de atuação] e até seus filhos já estão nas praças envolvidos, né. Aí, ele não pode chegar assim e dizer que vai tomar de conta do espaço, que vai tomar, que é ele *que* manda, que pode fazer e desfazer. Eu acho muito errado a ... essa situação dele, que ele *tá* levando pra frente. Querendo ser o dono da cidade, que vai tomar de conta da cidade. Como se ele mandasse na cidade (...) Aí, eu tenho que sentar com todos e ver o que eles acham melhor (...)

> Estou à disposição pra sentar com o prefeito, secretário e qualquer um, pra gente sentar e debater sobre isso. E, no caso, se meus colegas, meus sócios, meus irmãos de trabalho acharem melhor assim, nós vamos fazer assim. O que eu acho errado é ele dizer que vai fazer e *tá* todos aí, muitos com 20, 30 com 40, 40 anos de rua, de lavar carro, ele chegar dizer que vai tirar e sem nos dizer onde nós vamos ficar e onde vão nos colocar, né. Hoje em dia o que eu posso lhe informar é que nós não trabalhamos com nenhum tipo de apoio governamental. (...) É todos, todos os flanelinhas unidos. É a união, é de nós todos. Como diz aquele ditado: "a união faz a força".

A queixa do presidente da Associação se estende até o prefeito e às suas promessas. Aquele, depois que assumiu a presidência da instituição, em 2010, tem orientado os "flanelinhas"/lavadores a não usarem o uniforme distribuído pela prefeitura, por não concordar com o tratamento que vem sendo dispensado à Associação e seus representados e por não admitir que o pouco que receberam como apoio os caracterize como funcionários públicos:

> [O atual prefeito] nos prometeu... A contribuição ia ser... era nos oferecer um curso de capacitação e uma ajuda de custo pra que todos os flanelinhas de nossa cidade saibam manobrar os veículos, tirar sua habilitação, que foi mais uma coisa que não foi cumprida na gestão do atual prefeito (...) O que nós recebemos foi um *kit* de balde, cera, flanela, escova, sabão e o fardamento. Inclusive eu até achei muito errado porque nós não somos funcionários da prefeitura pra trabalhar de fardamento, com emblema da prefeitura. É tanto que eu pedi, alguns lavadores ainda usa, eu pedi aos restantes que não usassem e eles me atenderam.

Um outro entrevistado corrobora tal percepção:

> [Quanto à atual gestão] nada! Fui três vezes lá e... Ele aqui foi até lá [aponta um colega]. Até agora não chamaram a gente (...) Fomos lá, três vezes, e nada desse secretario... Chegava, atendia o telefone, tudo... Foi, e nada... Vai fazer mais de mês, né, uns dois meses, quase dois meses... pra acertar a questão do estacionamento... Legalizar, né.

Uma outra área de permanente tensionamento no cotidiano dos "flanelinhas"/lavadores se encontra na relação com os "clientes". Nos depoimentos, foram vários os momentos em que a dimensão desse conflito foi amenizada: "é besteira!", "deixa pra lá!", "se um não dá, outro dá". Mas o tensionamento é evidente, como ilustram os depoimentos abaixo:

> O problema às vezes é dono de carro abusado com a gente... É, tem esse problema, deixa pra lá, né (*Entrevistado Fa*).
>
> Tem uns que são meio abusados, mas a gente leva na brincadeira (*Entrevistado Fb*).
>
> Quando nega, eu digo: "vá *simbora*, vá com Deus". Não insisto, não, "vá *simbora*, vá com Deus" (...). Doutra vez que vem, paga o dobro, não tem nenhum problema com isso (*Entrevistado Fc*).

Em várias situações, o conflito resvala mesmo para a agressão ou ameaças:

> Tem um bocado que passa o dia todinho e não dá nada (...) A gente quer uma pessoa que ajude a gente (...) É maior ignorância... Já puxaram até revolver aqui pra gente, pedaço de pau... Quem não quer pagar, a gente diz: "rapaz, a gente *veve* daqui, sustenta a família daqui". Se a gente for roubar, vai preso, vai pro presídio, vai sofrer mais ainda na cadeia (*Entrevistado Fh*).
>
> Tem gente que não paga. A gente cobra, quer enganar a gente, vem com bocão, com brabeza (...) [Já houve] problema de puxar revolver pra alguma coisa, desfazer da gente, humilhar (*Entrevistado Fg*).

Quanto aos usuários, também há muitas queixas. Dentre os entrevistados, as abordagens mais negativas recaíram sobre o trabalho dos "flanelinhas", quando comparado ao trabalho dos lavadores de carros. Questiona-se desde os resultados propriamente do serviço, por exemplo, sobre a capacidade daqueles impedirem o roubo de um aparelho de som ou outras investidas por parte de assaltantes ou até mesmo ações de vândalos. Mas também se questiona se se pode classificar tal atividade como *trabalho* e os "flanelinhas" como *trabalhadores*. A isso ainda se liga o fato de se sentirem, os usuários entrevistados, obrigados a práticas tidas como de extorsão, por parte dos "flanelinhas". A lavagem de veiculo tem melhor recepção, ainda que esta seja oferecida a quem

nem sempre se encontra em busca do serviço e, para evitarem contrariedades, se submetem à oferta. Dois dos usuários entrevistados apontaram modos contrastantes de lidar com a questão. O *Entrevistado Uc* disse que se deveria tratar do assunto como caso de polícia: "a gente já paga imposto, quem tem carro já paga emplacamento, IPVA, então isso tudo é embutido em quem está utilizando as vias". Este cita um texto de revista que leu sobre uma cidade de São Paulo em que a prática desse tipo de trabalho passou a ser coibida, tornando-se questão de polícia. Já o *Entrevistado Ud* reconhece ser essa uma situação complicada, por ter consciência de que os "flanelinhas" não chegaram a tal condição por vontade própria, mas por falta de oportunidades. Alega que caberia ao poder publico aproveitar esses trabalhadores na atividade de zoneamento Azul das ruas, o que poderia ser um benefício para os "flanelinhas" e para o usuários dos estacionamentos públicos:

> A gente sabe que não é culpa deles, porque eles têm que sobreviver de alguma forma, então eles *tão* batalhando. Pelo menos, assim, não *tão* roubando diretamente. Mas se tivesse uma política pública da prefeitura ou governamental, ou nacional, é mais difícil talvez, mas que regularizasse como uma profissão e que eles fossem lavar carros... Aqueles também, os flanelinhas que lavam pára-brisas no sinal, poderiam ser regularizados de uma certa forma com um projeto social adequado.

Por último, não se pode falar em tensionamentos no fazer cotidiano dos "flanelinhas"/lavadores sem que nos refiramos aos conflitos presentes entre eles próprios, envolvendo disputas por território, por "clientes", pelos meios necessários (sempre escassos) à prestação dos "serviços" (água, balde, flanela, sabão etc.). Uma das maneiras dessas tensões serem demarcadas se refere aos conflitos entre os antigos, os já estabelecidos no território, e os novos, os que buscam no mesmo território um novo espaço de atuação.

> (...) Briga, polícia, tudo, porque a gente tá aqui há muitos anos. Os *cara tão tudo* velho aqui dentro. Isso aqui é velho, tem uns 30 anos aqui dentro. Esse aqui entrou nos braços do pai [aponta para um colega] e o meu filho ali também... *Tudinho* é velho, meu amigo, *tudinho* (*Entrevistado Fg*).
>
> Tem discussão da gente aqui que tem uns que diz *mermo*: "eu sou mais *véi* que você aqui, isso e aquilo...". Mas

> *mermo* assim a gente leva normal, na brincadeira, já pra não... porque eles não são *dono* da rua, a gente também não *somo dono* da rua, né? (...) Cada um por si, aí ele não tem direito de expulsar *eu*, já que ele é mais *véi* que eu, né. Ele pode reclamar assim, se ele vê eu fazendo alguma coisa errada, se ele vê eu roubando alguma coisa, aí ele pode chegar pra mim e dizer: "você *tá* fazendo errado, você vai sujar é a praça, tá entendendo? Só que faz tempo, foi no começo, eu *mermo* fui bancar terror. Pronto, como eu tava lhe dizendo, se chegar um novato e querer bancar onda de herói, sempre só sobra pro novato, né. Aí pronto, fui bancar onda de terror, aí deu no que deu. Só foi uma vez *mermo*, a gente já fala e tudo, brinca... (*Entrevistado Fj*).

É bem verdade, como atesta o depoimento que segue, que esse processo de renovação também pode ocorrer sem maiores conflitos:

> Eu tinha problema na minha perna... problema na minha perna, aí eu não podia trabalhar de jeito nenhum. Vim pra cá, fiquei por aqui, aí tinha um menino, morava no [bairro do] Pedregal, ficava até às 11 horas, 11 horas ia embora... E eu ficava o resto do dia (*Entrevistado Fe*).

Outra maneira das tensões internas às relações dos "flanelinhas"/lavadores diz respeito à distinção entre parentes e não parentes. É muito comum se notar pessoas da mesma família dividindo o controle sobre um ponto ou atuando em substituição a alguém que se encontra doente. É quando se nota, de modo mais explícito, o quanto tensão, de um lado, e solidariedade, do outro, são faces de uma mesma realidade

Redes e formas de solidariedade e de apoio

A subsistência do "flanelinha"/lavador requer que seja reafirmada cotidianamente, sempre sob condições muito adversas. Esse vive sob o primado de uma luta diária pela sobrevivência, enfrentando tensões de toda ordem, lutando por um mínimo de reconhecimento social e público (da sua ocupação como *trabalho*, deste com um valor monetário, da sua condição social com algum valor social e político). Desse modo, a apreensão das condições e possibilidades que socialmente se colocam ao cotidiano desse segmento social se, de um lado, requer que sejam bem evidenciadas as adversidades que os desafiam

à existência permanentemente, por outro, não pode ignorar o decisivo papel das diversas formas de apoio e solidariedade, mais informais do que formais, que são mobilizadas por eles próprios e por outrem. Ao mesmo tempo essas se estabelecem em um patamar tal que não conseguem alterar suas características condições de reprodução social. Conflitos, disputas e formas de solidariedade são elementos constitutivos dessa realidade.

Por exemplo, o *Entrevistado Fb* informa que o acesso a água, a banheiro e outras formas de apoio são garantidos por um estabelecimento das imediações, no caso um hotel: "tudo aqui é no hotel". Em outra situação, os "flanelinhas" e lavadores conseguiram a instalação de uma torneira para seu uso:

> Pra gente pegar água e não ficar entrando lá pra dentro [nas dependências da Faculdade de Administração da UEPB], que a gente pegava aqui dentro da faculdade, e não ficar *moiano* o chão... Ele pegou, teve a ordem da prefeitura e a gente pegou, fez a instalação da água aqui *mermo* da faculdade, falou com o responsável e... (*Entrevistado Fj*).
>
> É a única praça aqui em Campina Grande que nós *temo* água própria, dada, graças a Deus, pela reitora, e luz (*Entrevistado Fl*)
>
> (...) Água, graças a Deus, agradeço muito à reitora da Universidade... Que tive a oportunidade de conversar com ela e ela nos forneceu uma torneira, um bico de água e é com que nós conseguimos... E várias e várias vezes já tentaram até tirar, mas não conseguiram, porque quem paga a água é a Universidade, a água é da Universidade. Eles não conseguiram retirar a nossa água (*Entrevistado Fi*).

Sobre o uso de banheiro e acesso a água pra beber, o *Entrevistado Fi* acrescenta:

> [O uso de banheiro e acesso a água de beber] é na Universidade também. Graças a Deus, com o conhecimento que nós temos aqui, com todos os professores e funcionários, nós ainda temos essa mão aberta pela reitora e pelo presidente da ADUEPB[55].

55 Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba.

Apesar de atuarem na informalidade, os "flanelinhas"/lavadores não deixam de contar com o suporte de alguns dos que se encontram no lado formal da economia. É o que se observa, nos pontos por nós estudados, com a autorização para "pegarem água" (indispensável na lavagem dos carros), para fazerem uso de banheiros, se protegerem da chuva e do sol, beberem e se alimentarem, entre outras formas de ajuda de servidores do INSS, professores, funcionários e gestores da Faculdade, funcionários e gestores do Hotel, e outros profissionais atuantes em instituições públicas e privadas situadas nas imediações. Por outro lado, é esse público que frequenta e trabalha nos estabelecimentos do entorno que se constitui em "clientes" dos "serviços" por eles ofertados. Alguns comentários ilustrativos dessa relação:

> Lavo os *carro* dos médicos do INSS, dos médicos, funcionários... Lavei o carro da doutora agorinha, aquele que saiu daqui era o carro duma doutora, eu lavei... Eu lavo do pessoal que trabalha aí no comércio e *shopping* dos camelôs... e no Hotel. Eu lavo do pessoal que vai se hospedar, dos hóspedes (*Entrevistado Fb2*).

> A gente lava carro aqui de juiz, promotor, advogado, advogado é pela a gente (...) A gente lava os *carro* da delegacia, os delegados gostam da gente, quer bem a gente (*Entrevistado Fh*).

Já o *Entrevistado Fc*, que atua no ponto do INSS e já trabalhou no hotel ONIGRAT, se apoia em um vínculo de confiança com o gestor do hotel como garantia de sua permanência no ponto, fator que destaca em seu comentário sobre o assunto: "só quem lava carro na garagem do hotel é eu, aí. Na garagem do hotel é eu que lavo (...) O gerente do Hotel, é só eu aí. Minha irmã trabalha aí, nesse hotel. Minha irmã trabalha aí faz três anos". Outro entrevistado, perguntado como faz quando precisa ir ao banheiro, respondeu: "aqui, ó, nessa loja, ali" (*Entrevistado Fe*). Já o *Entrevistado Fd*, sobre o acesso a água, afirmou: "eu consigo água com as *pessoa* que eu conheço, né?". E sobre o uso do banheiro: "eu vou lá pra feira, no mercado".

As imbricações entre o informal e o formal, os "flanelinhas"/lavadores e seus "clientes", ganham outras formas, com os primeiros se prestando a "fazer mandados" para os donos de estabelecimentos, a ajudar em mudanças, a vigiar as suas dependências, a afastarem usuários de drogas e ladrões das imediações dos estabelecimentos, entre outros pequenos serviços.

No que se refere à configuração de redes de solidariedade entre os próprios "flanelinhas"/lavadores, são decisivas relações de parentesco e ou de amizade. Um exemplo veio com o depoimento do *Entrevistado Fc*: "quem trabalhava aqui era meu sobrinho. Aí ele saiu, adoeceu, o INSS aposentou ele, ele não pôde trabalhar, aí eu que fiquei no lugar dele. Mais até hoje nunca tive problema não... Não é meu sobrinho, mais ele me considera como tio e eu como sobrinho".

Quanto aos que atuam no ponto da Faculdade de Administração, por exemplo, o *Entrevistado Fl* fez recorrentes referências ao fato de que, nesse caso, dos 15 ou 16 que lá atuam, 14 são vinculados por laços de parentesco, em primeiro ou segundo graus, ou por relação de casamento, havendo lá filho seu, irmão, cunhado, concunhado etc. Para além das relações de parentesco, algum grau de solidariedade, em meio aos conflitos e disputas intestinas, é indispensável, especialmente em situações de maior risco externo. Em razão disso, esses se mantêm o tempo todo muito atentos a movimentações de estranhos. Esse foi um elemento que, aliás, tornou mais difícil a nossa aproximação junto aos mesmos. Inicialmente questionavam os motivos da nossa presença e se mostravam resistentes e com poucas palavras. A grande preocupação era saber se éramos da prefeitura. Observamos também que nunca ficavam sozinhos. Quando alguém se aproximava de um deles, os companheiros que estavam por perto se acercavam no intuito de saber o que estava acontecendo. Mas, à medida que íamos estabelecendo uma relação amigável, e que eles iam passando a nos ver como uma possibilidade positiva de relacionamento e de articulação, sentiam-se lisonjeados por alguém se importar com eles, com o problema deles, e chegavam até a pedir que nós representássemos suas demandas junto aos órgãos públicos da cidade.

Outro elemento que entra em linha de conta na constituição de formas de solidariedade se refere à antiguidade. Certo é que qualquer um que chegue com o intuito de inserção no ponto vai depender "dos antigos". O *Entrevistado Fd*, por exemplo, ao ser perguntado sobre como proceder com os que chegam em busca de um espaço no território já ocupado, respondeu: "a gente não sabe nem como é que faz [meio desconcertado], a gente pede assim, diz que já faz muito tempo, pra não criar problema, né? (...) Cada *cá* no seu *cantim*, né?". Conforme comentamos em seção anterior, são comuns os conflitos criados em situações como essas, quando alguém tenta se estabelecer nos locais já ocupados sem nenhuma ligação amigável com os seus atuais ocupantes. Nesses casos, a administração dos conflitos é um dado decisivo, conforme sugere o depoimento a seguir do *Entrevistado Fl*, sobre como vêm

procedendo os antigos no ponto onde atua, quando se passou de formas mais abertas a formas melhor administradas de conflitos com os novos:

> (...) Não, esse tempo aí já acabou, mais chegava, chegou de vez em quando, depois de três *mêis* chegava um de vez em quando, *tapiano*, se *escalano*, aí eu combinava com Doda e dizia assim: "e aí, Doda, quem é esse *caba*, ai?", [Doda] que é mais *véi* do que eu. Aí ele: "não é conhecido meu". E eu: "já sabe, né *véi*, qualquer coisa que acontecer aqui a responsabilidade é sua, você que trouxe ele. Aqui a gente toma a responsabilidade da gente se a gente *trazer* alguém de fora, *tá* entendendo?" (...) Cada um toma sua responsabilidade, porque senão se esse *caba* que a gente *trazer* roubar, ou *fazer* alguma coisa que não presta, aí a culpa é de quem trouxe. Não vai ser culpa de todos, aí ele vai ter que se resolver com os *dono* dos *carro*.

Sentidos do trabalho e perspectivas futuras

A atividade de guardar e lavar carros, em estacionamentos públicos, que propicia ocupação e renda e determina socialmente a condição de "flanelinha"/lavador de carros, está sendo tratada aqui como uma *invenção cotidiana do trabalho no limiar da exclusão social*. Não quer isso dizer que tal situação implica na criação a cada vez e em cada momento de formas e técnicas caracterizadoras desse trabalho. Algum grau de invenção de formas e técnicas é algo inerente a essa ocupação, assim como a toda modalidade de trabalho, conforme nos informa o pensamento marxiano. O que se quer dizer com a referida expressão, em contraste, é que, sob as condições postas à reprodução social de tais segmentos, sobressai o fato de que não é a dinâmica sócio-econômica dominante (capitalista) que institui esse tipo de ocupação/trabalho. É, sobretudo, a luta (extremamente adversa) pela sobrevivência e por formas de inclusão social, econômica e (no nosso caso, com pouca, embora presente, sinalização) política, da parte dos próprios excluídos, que entretanto o tem engendrado. Para isso, é preciso que a cada vez esse espaço seja reafirmado, reconquistado, reconhecido. Nas palavras do presidente da Associação:

> A importância que nós temos, né, é mostrar à sociedade, já que o índice de desemprego é muito grande, né, a gente mostrar à sociedade que nós ..o nosso lado, de nossa sobrevivência, de sustentar nossas famílias... e desse modo que todos *vê*, de professor, aluno, empresário de loja...todos *verem* que a nossa situação é essa.

Mas, para eles próprios, trata-se de uma situação ambígua. Se, de um lado, se referem a essa como uma atividade não plenamente digna de ser chamada de *trabalho*:

> É um ganha pão, trabalho mesmo, *né não*, ganha pão. Trabalho é aquele que ganha... com carteira assinada... recebe salário. É um ganha pão, né, Léo?, pra arrumar um trocado. Ganha pão, né, senhora? Tem dia que arruma, tem dia que num arruma (*Entrevistado Fa*).

Por outro lado, é não só o que lhes traz o sustento, é também algo que permanece, que se reproduz e que, assim, perfaz suas trajetórias de vida e identidades:

> Pra mim isso é um grande *trabaio*. Já vale ouro, pra mim, vale ouro, porque se a pessoa não *tá* aqui, tá no *mei* da rua e se for esperar pelos outros, os outro não *vai dá fáci* à pessoa. Se a pessoa for pedir é chamada de vagabundo. Se a pessoa tá *trabaiano*, ganhando pouco, já é muito melhor. Aí, como se diz, aqui pra mim é uma benção, por que ao *meno* eu *tô* fora da rua, *tô* fora de *tá* na rua *pensano* em roubar, fazer mal aos outros. Aqui *tá* pouco, mas é muito, por isso eu digo: o pouco pra mim é muito (*Entrevistado Fh*).

Se, a exemplo do primeiro depoimento acima, o parâmetro adotado for o trabalho formal, "com carteira assinada", o realce recai sobre o caráter improvisado e precário dessa atividade: "não é trabalho", "é ganha pão". Entretanto, se, conforme o segundo depoimento, o parâmetro passar a ser a situação daqueles que não apenas se encontram sob o primado da exclusão social, mas, mais do que isso, se vêem enredados nas teias da criminalidade ou se encontram sem qualquer ocupação passível de ser socialmente reconhecida como "útil", como a de pedinte, "vagabundo", o realce recairá sobre o seu sentido como "um trabalho", "um grande *trabaio*", "o pouco que é muito". A *invenção cotidiana do trabalho no limiar da exclusão social* é não só uma luta permanente pelo reconhecimento social dessa atividade como *trabalho* (que, como vimos, articula dinâmicas, ao mesmo tempo, de conflito e de solidariedade), mas também um exercício permanente de autoconvencimento (que, também como vimos, articula momentos, ao mesmo tempo, de afirmação e de negação da condição social identificada como "flanelinha"/lavador de carro). Trata-se

da busca do reconhecimento público e do autoconvencimento de que o que se faz é *trabalho*, de que embora "pouco" isso representa "muito", de que essa "opção" é melhor do que o "crime" ou a "vagabundagem".

Assim, perguntados o que esperam do futuro, em geral, prevaleceu a opinião de que o desejo seria o de se alcançar um lugar como trabalhador formal, com carteira assinada, mas, por outro, lado não há a expectativa de que isso venha a ocorrer. O presidente da Associação, por exemplo, sintetizou sua opinião como segue:

> [Diante da hipótese de surgimento de oportunidades de emprego formal] na verdade nós sairíamos [dessa atividade], porque na verdade nós queremos, não só eu, mas todos eles... Se você for fazer a pergunta a todos eles, vão responder que sim, porque nós teríamos nosso direito de pagar nosso INSS, que nós aqui na rua não conseguimos.

Submetido à mesma questão, o *Entrevistado Fa* concorda com a resposta acima e acrescenta: "Carteira assinada tem futuro, a pessoa tem um futuro". Já o *Entrevistado Fj*, embora concordando, ponderou: "sim, mas primeiro eu queria conhecer o dono. Eu *mermo* tinha que dar meu prazo pra conhecer ele", ao mesmo tempo desenvolve um raciocínio confuso, que estabelece um lugar ambíguo, incerto, para si:

> Gostaria, com certeza! [de trabalhar com carteira assinada] Porque, assim, a gente não vai morrer nisso, a gente um dia vai querer se aposentar. Eu *mermo*, eu nunca *trabaiei*, não, de carteira assinada, e eu acho que por mim eu nunca ia querer *trabaiá*, *tá* entendendo? Porque esse negócio de carteira assinada é um negócio de responsabilidade. Você não sabe se vai ficar *véi*, se vai ficar com a idade que *tá*, é por isso que eu não ligo, seja o que Deus quiser, eu ganhando o meu, tá bom.

Outro apresenta a idade avançada como argumento para a impossibilidade de se converter em trabalhador formalizado:

> Pela idade, a gente não tem como arrumar outro [emprego] pra assinar carteira mais. A gente tem que ficar nesse mesmo (...) Não, eu não quero *trabaiá* mais pra ninguém, não, é chato. Eu não tenho condição mais, não, a pessoa passou dos 55 anos pra frente eles não querem mais pra *trabaiá*... Eu tenho 58 agora. *Tô*

> dentro de 59. [Sobre a possibilidade de emprego formal] rapaz, não tem condições mais... Eu acho que não... O jeito é *trabaiá* clandestino, fazendo *biscaite*, essas coisas (*Entrevistado Fe*).

Há no rol dos entrevistados quem diga já ter perdido a oportunidade, como se estivesse no fim da vida produtiva, mesmo não sendo de faixa etária avançada. O informante de que recolhemos a fala que segue tem 34 anos e a desilusão marca a expectativa de vir a ter uma oportunidade no mercado formal de trabalho:

> Apareceu [oportunidade de emprego] há muito, mas eu perdi. Eu perdi *mode* meu pai. A dona daquela loja ali queria me levar pra Recife, hoje eu tava bem lá. [Não fui] porque meu pai não deixou, aí *mataro* ele na [Comunidade] Ramadinha, aí eu fiquei aqui. Perdi os meus tempos de vida aqui (*Entrevistado Fh*).

Fato posto é que muitos já estão nas ruas há muito tempo, e se não estão desiludidos, adquiriram resistência. Essa última pode ser encarada como uma resposta que os protege da vergonha sentida pela forma como são encarados pela sociedade e que findam por assimilar como sendo suas identificações. Um certo conformismo serve também como consolo: "pelo menos todo dia o *cabra* tem um trocadinho, fazer o que, né? O que Deus dá, *tá* bom" (*Entrevistado Fg*). E quanto ao *Entrevistado Fb*: "o futuro é eu me aposentar e tchau!"[56]. O mesmo, perguntado se pretende deixar as ruas e a atividade de "flanelinha"/ lavador de carro, quando se "aposentar", respondeu: "talvez". Veio então a pergunta seguinte: "então o senhor gosta dessa atividade?"; resposta: "gosto"; pergunta: "o senhor acha que isso que faz aqui é trabalho?"; resposta: "é trabalho! lavo o carro e dou polimento (*Entrevistado Fb*)".

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a temática da informalidade na atualidade. Tal fenômeno, embora tenha emergido em correspondência ao processo tardio e dependente de industrialização que se estabeleceu em países como Brasil e na América Latina, tem ganhado novas conformações

56 Na verdade se trata de um benefício denominado "amparo ao idoso", visto que esse jamais contribuiu a Previdência Social

na atualidade, seja com a dinâmica mundial da *flexibilização/precarização* do trabalho, quando a informalidade adquire um lugar cada vez mais central no novo regime de acumulação capitalista; seja com as drásticas conseqüências trazidas com a onda neoliberal que varreu a América Latina e o Brasil especialmente nos anos 1990, momento em que os processos de informalização do trabalho se intensificaram; seja, ainda, com a persistência da presença da informalidade na dinâmica das relações de trabalho no país, mesmo quando, como agora, se estabelecem indicadores bem mais favoráveis de crescimento econômico, emprego e renda.

Escolhemos, para tanto, um segmento social situado no limite da exclusão social, condição de "inúteis para o mundo": os "flanelinhas" e lavadores de veículos estacionados em vias e praças públicas. Questionamos sobre a necessidade, a esses imposta pelas condições sociais que lhes são dadas, de empreenderem uma luta cotidiana para *inventarem* uma ocupação, uma atividade remunerada, e com isso se afirmarem como socialmente *úteis* economicamente e *reconhecidos* socialmente.

Vimos o quanto se trata de uma luta marcada por adversidades extremas, contradições, ambigüidades sociais. Os meios disponíveis para o exercício do trabalho são precários e incertos. As tensões são cotidianamente recorrentes e se estabelecem em várias frentes (seja na relação com o poder público, com os "clientes" e entre eles próprios). Mas, ao mesmo tempo e em contraditórias e ambíguas relações com tais tensões, se mostram indispensáveis diversas formas de solidariedade e de apoio. Também aqui envolvendo agentes públicos, "clientes" e os próprios "flanelinhas"/lavadores. Ser capaz de ocupar um território, de estabelecer articulações internas (entre os pares, por meio de vínculos de parentesco, de amizade, pactos) e externas (com gestores e funcionários de instituições sediadas no entorno, com representantes de órgãos públicos, com "clientes" e outros), de desenvolver atividades diversas e que possam ser tidas como "úteis" a possíveis "clientes" (como guardar e lavar carros, fazer pequenos favores, incorporar alguma função de proteção dos estabelecimentos do entorno etc.), de se articularem como Associação e de buscar formas de inserção de suas demandas na agenda pública, entre outras, são algumas dos principais requisitos e estratégias para a conquista, pelos "flanelinhas"/lavadores de carros, ao mesmo tempo, de garantia de sobrevivência e de reconhecimento social. Tanto esforço, é o que se exige como condição para que não sejam confundidos com "bandidos", "drogados", "vagabundos", situação para a qual não há possibilidade de reconhecimento social, embora possa propiciar rendimentos maiores. Trata-se, como procuramos aqui realçar, de uma situação limite. No Brasil atual, ou vivemos um momento de reorientação da

dinâmica socioeconômica, que será capaz de superar positivamente situações como essas, ou não conseguiremos ir além de um intervalo momentâneo e, diante das tendências mundiais, agravadas com a crise global recentemente desencadeada, o que nos espera será a continuidade de um ciclo de precarização social que as multiplicará.

Referências bibliográficas

ALVES, Jorge Souza; SILVA JÚNIOR, Geraldo Francisco da. A dinâmica recente do mercado de trabalho campinense: mudanças e permanências. 2008. *In*: Véras de Oliveira, R. (Org.). *Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas*. Campina Grande: EDUEPB/EDUFCG, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* – ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.

BALTAR, Paulo; KREIN, Dari; LEONE, Eugênia. Economia e mercado de trabalho no Brasil. *In*: Leite, M. e Araújo, A. (orgs.). *O trabalho reconfigurado:* ensaios sobre Brasil e México. São Paulo: Annablume, 2009.

CACCIAMALI, C. Globalização e processo de informalidade. *In*: *Economia e Sociedade*, Campinas, Unicamp, Instituto de Economia, n. 14, jun. 2000.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social* – uma crônica do salário. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

DEDECCA, Cláudio; BALTAR, Paulo. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 1990, *Estudos Econômicos*, São Paulo, nº 27 (especial), 1997, pp. 65-84.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, nº 41, mai/ago 2004, pp. 211-229.

HAVEY, David. *A condição pós-moderna:* uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LEITE, Márcia; ARAÚJO, Ângela. (orgs.). *O trabalho reconfigurado:* ensaios sobre Brasil e México. São Paulo: Annablume, 2009.

LIPIETZ, Alain (1989). O fordismo periférico. *In*: *Ensaios FEE*. Porto Alegre, nº 10, vol. 2, 1989;

MALAGUTI, Manoel Luiz. *Critica à razão informal*: a imaterialidade do salariado. São Paulo: Bomtempo, 2000.

OIT. Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya. Ginebra: OIT, 1972.

OLIVEIRA, Francisco de. *Critica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1987.

PARTE II

Políticas Sociais como Campo de Disputas: Continuidades e Descontinuidades

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba sob o impacto das recentes políticas federais de formação profissional[57]

Diogo Fernandes da Silva
Roberto Véras de Oliveira

Introdução

Este artigo se propõe a analisar as formas através das quais o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB vem reagindo diante das novas situações e referências postas pelas mudanças no mundo do trabalho à educação profissional no Brasil e no mundo. Coloca-se, sob tal contexto, as tarefas de reconstituir a trajetória social e institucional do IFPB, situar as principais mudanças verificadas ultimamente quanto ao papel que vem desempenhando localmente no campo da educação profissional e identificar, entre os agentes diretamente envolvidos na referirida instituição, suas referências em disputa sobre *formação profissional*.

O debate acerca da formação profissional no Brasil não é recente, porém, nas últimas décadas, podemos observar um incremento nas discussões e formulações – seja por meio da disseminação de novas concepções empresariais e do redirecionamento das políticas públicas da área, seja por meio de um reposicionamento das entidades de trabalhadores sobre o tema. Os prismas dos agentes citados ora estão em consonância entre si, ora desafinam, em vista das disputas em torno das questões que envolvem, em geral, o trabalho, a educação e formação profissional.

57 Este artigo se baseia na Dissertação de Mestrado defendida por Diogo Fernandes da Silva, em 2010, no PPGCS/UFCG, sob a orientação de Roberto Véras de Oliveira, com o título *A educação profissional diante dos novos desafios do mundo do trabalho: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.*

O contexto mais geral, que informa tais mudanças, se relaciona com a crise do paradigma *taylorista-fordista* de acumulação capitalista e com a emergência do que vem sendo identificado como o paradigma da *acumulação flexível* (HARVEY, 2002). A tendência à *flexibilização* dos processos produtivos, dos modelos de gestão empresarial e dos padrões de relações de trabalho se confronta com a "rigidez" da acumulação *fordista*, repercutindo de forma contundente nas relações de trabalho.

> A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego 'estrutural' (em oposição ao 'friccional'), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista (HARVEY, 1992, p. 140-141).

Diversos processos se associam para conformar um novo quadro nas relações de trabalho: *flexibilização*, *heterogeneização*, *fragmentação*, *terceirização*, *informalização*. Em uma palavra, opera-se, em escala global, uma clara e generalizada tendência de *precarização*, quanto aos vínculos e às condições de trabalho. Inverte-se uma tendência anterior (mais claramente presente nos países *centrais*), ao se estabelecer um franco processo de desassalariamento e de dissociação entre a condição de assalariado e a proteção social. Na perspectiva de Castel (1998), daí resulta um quadro de nova "vulnerabilidade de massa", fazendo emergir uma "nova questão social".

Novas exigências se colocam à qualificação profissional. O novo modelo produtivo passou a demandar um novo perfil de trabalhador, mais atualizado e informado, com níveis mais elevados de escolaridade, o que, ao impactar na realidade brasileira, redirecionou a ação das políticas educacionais na década de 1990, com um amplo movimento de reformas que atingiu todos os seus níveis (FERRETTI, 2002). A própria noção de *qualificação profissional* foi ressignificada, dando lugar à noção de *competência*: enquanto a noção de *qualificação* surgiu referenciada no paradigma *fordista* de produção[58], a noção de *competência* derivou da sua crise e substituição por um novo paradigma, o da *produção flexível*. No primeiro caso, demandava-se do trabalhador a capacidade de cumprir o que lhe fora prescrito, donde a qualificação exigida é

58 Para uma discussão clássica, nos termos da Sociologia do Trabalho, sobre o tema da qualificação profissional, ver Friedmann (1972), Fiedmann e Naville (1973), Braverman (1987), entre outros.

parte da prescrição atribuída a cada posto de trabalho – havia, aqui, um realce social-coletivo e objetivo. No segundo caso, a demanda do sistema produtivo para o trabalhador passou a concentrar-se na capacidade deste em colaborar criativa e comprometidamente com a empresa no seu desafio de enfrentar eficientemente a crescente competitividade do mercado – o realce passou a ser maior no aspecto individual e subjetivo-motivacional. Em um contexto de crescente instabilidade das relações de emprego, ao trabalhador se colocou, cada vez mais, a exigência de uma qualificação mais ampla, mais versátil e mais continuada, de modo a garantir melhores oportunidades de inserção em um mercado de trabalho mais exigente, mais restrito e submetido a uma dinâmica de mutações cada vez mais acelerada. Além do "saber fazer", demanda-se do trabalhador o "saber ser" e o "saber agir", entendidos como capacidades de se portar criativa e eficientemente, do ponto de vista da empresa, frente às situações que se apresentam como problema e àquelas que exijam respostas rápidas e inovadoras (ZARIFIAN, 1995).

Quanto ao Brasil, segundo Castro e Leite (1994), Antunes (1997), entre outros, se na década de 1980 foi possível observar-se algumas inovações tecnológicas e organizacionais no parque industrial brasileiro, somente a partir de 1990, com a adoção no país de uma agenda *neoliberal*, a *reestruturação produtiva* se intensificou. O país foi introduzido no paradigma da *globalização* mais efetivamente a partir do governo Collor, por meio da adoção de uma agenda de *liberalização* e *privatização* da economia. Mas foi sob o Governo de Fernando Henrique Cardoso que, associando-se às mudanças na gestão do trabalho no interior das empresas, e no sentido de favorecer a sua *flexibilização*, sucederam-se, ao longo da década, um conjunto articulado de ações governamentais visando a *desregulamentação* das relações de trabalho (OLIVEIRA, 2002).

Sob tais condições, o governo brasileiro, submetido à influência de organismos multilaterais, como o Banco Mundial, o BID, a UNESCO, a OIT, entre outros, trouxe para si a responsabilidade de empreender um conjunto articulado e sistemático de iniciativas, visando colocar sob novas referências a questão da qualificação profissional. Conforme Castioni (2002), a instituição, em 1995, do Plano Nacional de Educação Profissional – PLANFOR, sob a coordenação do então Ministério do Trabalho – MTb, teria sido o veículo introdutor de novos "conceitos". A Reforma do Ensino Técnico, empreendida em 1997, através do Decreto 2.208/97, deu um passo decisivo na direção indicada, em sintonia com as orientação dos organismos multilaterais no sentido da constituição de um sistema de formação profissional diferenciado do ensino propedêutico, adequando-se às novas demandas de uma economia

competitiva (Moraes, 1999). Com a referida mudança na estrutura do ensino técnico, avançou-se com o processo de reforma curricular para a introdução da noção de *competência* como referência primordial (RAMOS, 2002).

A Reforma do Ensino Técnico teve fortes repercussões sobre a configuração da Educação Profissional no país, principalmente sobre as estratégias pedagógicas e o desenho institucional das Escolas Técnicas Federais. A partir do Decreto 5.154/04, que revogou o Decreto 2.208/97, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs, que é como essas passaram a ser donominadas, vivem novas transformações, com destaque para a ampliação de novas unidades, com a duplicação do número de *campi*, com a contratação de novos efetivos e com a reforma na estrutura administrativa, passando a ser dotada de mais autonomia, de modo a se vassemelhar à estrutura das Instituições de Ensino Superior. Além disso, o IFET passa a articular, da Educação Básica à Superior, a formação geral e a profissional.

Discutir as repercussões de tais mudanças no IFPB e as formas de sua recepção pelos principais atores que a constituem é o que se propõe esse artigo. Na sequência, recuperaremos a trajetória da rede oficial de ensino profissionalizante no Brasil e abordaremos as implicações que sobre essa tiveram a Reforma do Ensino Técnico, do Governo Fernando Henrique, e as políticas adotadas, nesse campo, pelo Governo Lula. Em seguida, focaremos nas consequências de tais mudanças sobre o IFPB e sobre como foram recepcionadas por seus principais agentes. Concluiremos com algumas considerações.

A trajetória das Escolas Técnicas no Brasil

Desde a segunda metade do Século XIX se tem notícias da existência de Liceus de Artes e Ofícios, constituídos por iniciativa de benfeitores (membros da burocracia do Estado, fazendeiros, comerciantes, entre outros). Em geral se tratava de iniciativas de caráter assistencialista, voltadas a enfrentar o problema da pobreza por meio do trabalho. No período republicano tais instituições foram a base da constituição de uma rede nacional de escolas profissionalizantes. Seja como resposta aos primeiros impulsos industrializantes do país, seja como medida de contenção da disseminação das primeiras formas de organização operária (MANFREDI, 2002).

O fator desencadeador da organização de uma rede de escolas voltadas à educação profissional no Brasil ocorreu em 1909, quando o então presidente Nilo Peçanha assinou o Decreto n° 7.666, criando em quase todas as unidades federativas *Escolas de Aprendizes e Artífices*, em um total de 19:

> A finalidade educacional das escolas de aprendizes era a formação de operários e de contra-mestres, por meio do ensino prático e de conhecimentos técnicos transmitidos aos menores em oficinas de trabalhos manuais ou mecânicas mais convenientes e necessárias ao Estado da Federação em que a escola funcionasse (MANFREDI, 2002, p. 83).

A formação para o trabalho foi o expediente encontrado pelas elites dirigentes, no início da República, como forma de conter o que os mesmos consideravam como fatores de desordem social. A formação profissional estava associada ao controle social dos filhos dos estratos sociais mais populares. Tal concepção foi expressa no Decreto presidencial de 1909, ao destinar as *Escolas de Aprendizes e Artífices* aos "desfavorecidos de fortuna":

> (...) torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (BRASIL, 1909, p. 01).

Nos anos subseqüentes, o Congresso Nacional realizou diversos debates sobre o tema. Em 1922, o deputado Fidélis Reis apresentou o projeto de lei que estabeleceu o ensino profissional obrigatório no país, sendo sancionado em 1927. Em 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública estruturou a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, sob a qual as *Escolas de Aprendizes de Artífices* agora ficariam subordinadas (até então eram diretamente ligadas ao Ministério da Agricultura). Em 1934, a Inspetoria foi transformada em Superintendência do Ensino Profissional, num período de grande expansão das unidades educacionais desse segmento do ensino e de introdução de novas especializações nas escolas existentes, tendo em vista o contexto histórico de um novo impulso da industrialização do Brasil (BRASIL/MEC/SETEC, 2009).

A Educação Profissional ganhava uma relevância cada vez maior em um contexto de significativas transformações sócio-econômicas que o país vivenciava. Diversos atores disputavam entre si os sentidos que deveriam ser imprimidos aos projetos de formação profissional. Conforme Manfredi (2002, p. 94):

> Ao lado da concepção assistencialista e compensatória, surgiram a concepção católico-humanista, orientada pelo trabalho como antídoto à preguiça, à vadiagem e às idéias

> revolucionárias, a concepção anarco-sindicalista de educação integral e, finalmente, a visão de formação profissional para o mercado de trabalho – para o exercício de funções e atribuições dos postos de trabalho, segundo os padrões do regime fabril e do trabalho assalariado capitalista.

A partir da década de 1930, a economia brasileira se desloca do modelo agrário-exportador para o industrial, tendo o Estado como condutor desse processo. As *Escolas de Aprendizes e Artífices* se orientam cada vez mais para as necessidades da industrialização. A formação profissional foi ganhando tal importância para as políticas governamentais que, na Constituição do Estado Novo, de 1937, constou o seguinte artigo:

> O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (Constituição de 1937, Artigo 129).

Nesse mesmo ano, por meio da Lei 378, as *Escolas de Aprendizes e Artífices* foram transformadas em *Liceus Profissionais*, destinados agora ao ensino profissional em todos os ramos e graus. Na década de 1940, a Reforma Capanema reestruturou a educação brasileira, consolidando a "lógica dualista, calcada na distinção de classes sociais": educação propedêutica para a formação das elites dirigentes e educação profissional para os filhos dos trabalhadores (MANFREDI, 2020, p. 101). Nesse momento, as agora denominadas *Escolas Industriais e Técnicas* passam a oferecer formação profissional em nível equivalente ao ensino secundário, iniciando a vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino geral do país (BRASIL/MEC/SETEC, 2009).

Paralelamente à rede pública de Educação Profissional se constituiu uma rede subsidiada com recursos públicos, mas gerida por entidades sindicais patronais, denominada de Sistema S, tendo sido iniciada com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, em 1942 e 1943. Conforme Manfredi (2002, p. 183),

> O SENAI, desde sua fundação, representa a maior rede de Educação Profissional formadora de força de trabalho para os diferentes setores empresariais, notadamente para as empresas do setor industrial.

Na sequência da política *desenvolvimentista*, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), com seu Plano de Metas, favorece os investimentos públicos em Educação Profissional.

> Os investimentos priorizam a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país. Foi no ano de 1959 que se iniciou o processo de transformação das Escolas Industriais e Técnicas em autarquias. As instituições ganham autonomia didática e de gestão e passam a ser denominadas Escolas Técnicas Federais. Com isso, intensificam, gradativamente, a formação de técnicos: mão-de-obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização (BRASIL/MEC/SETEC, 2008, p. 14).

A denominação de *Escolas Técnicas Federais* ainda permeia o imaginário das pessoas quando se fala em educação profissional. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabeleceu que todo currículo de segundo grau fosse técnico-profissional, como forma de atender à crescente demanda por técnicos, estabelecendo a profissionalização compulsória no nível secundário, "estabelecendo, formalmente, a equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos" (MANFREDI, 2002, p. 105). Entretanto, a mesma foi extinta em 1982, por falta de condições objetivas de ser implementada, quando retorna a "velha dualidade" (MANFREDI, 2002, p. 107). Nesse contexto há um aumento expressivo das matrículas e implantação de novos cursos técnicos, notadamente nas Escolas Técnicas Federais (BRASIL/MEC/SETEC, 2008).

Um novo contexto político, social e econômico se configurou no país sob os ares da *reestruturação produtiva*, da *globaliza*ção e das *políticas neoliberais*. "Novas demandas e necessidades iriam tensionar velhas estruturas e fazer emergir, a partir da segunda metade dos anos 90, os debates para a reestruturação do ensino médio e profissional" (MANFREDI, 2002, p. 107). Das disputas entre os principais atores ao mundo do trabalho e aos processos educativos e profissionalizantes resulta a promulgação de uma nova LDB e, em sintonia com esta, da Reforma do Ensino Técnico. Em meados de 1994, o governo federal, através da Lei n° 8.984, instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, possibilitando que as ETF's se transformassem em *Centros Federais de Educação Tecnológica* - CEFET e as Escolas Agrotécnicas Federais fossem integradas a esse processo. Mas a implantação de novos CEFET

só veio a ocorrer no final da década, em 1999[59]. As iniciativas reformistas do governo visavam adequar a Educação, em geral, e a Educação Profissional, em particular, às orientações dos organismos multilaterais para o Brasil. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, nº 9.394, foi aprovada, e, no ano seguinte, o Decreto nº 2.208/97 regulamenta os artigos da nova LDB que tratam especificamente da Educação Profissional. A Reforma do Ensino Técnico configurou uma nova institucionalidade para a Educação Profissional no país, tornando mais enfática a separação entre formação geral e a formação tecnológico-profissionalizante (MORAES, 1999).

Ao mesmo tempo em que atuou desarticulando o ensino profissional de qualidade (abrigado na Rede Federal de Escolas Técnicas), os Governos FHC gerou uma política de formação profissional básica de baixa qualidade e totalmente desvinculada das escolas de educação profissional, voltada sobretudo aos desescolarizados e desempregados, que passou a ser operacionalizada, desde 1995, fundamentalmente por meio do PLANFOR. De acordo com Campos e Oliveira (2008, p. 03), o Decreto 2.208/97 determinou:

> A extinção da integração entre educação geral e profissional; a priorização das necessidades do mercado; o afastamento do Estado do custeio da educação; o fim da equivalência entre educação profissional e ensino médio. A Portaria 646/97 determinou, nos CEFET's, a expansão crescente da matrícula no ensino profissional e a drástica redução do número de matrículas, no ensino médio.

De modo a consolidar tal orientação, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 1641-42, em 1998, determinando que a expansão da rede de educação profissional passasse a ocorrer somente em parceria com os Estados ou com a comunidade (sindicatos, entidades empresariais e ONGs): "Assim, o Estado se desobrigaria de ampliar a rede" (CASTIONI, 2002, p. 224). Fica evidenciada a restrição da oferta de educação média no ensino público federal em favor da privatização e do redirecionamento para o mercado, com a ampliação de entidades e instituições privadas, que foram contempladas com recursos públicos para a educação profissional. Acrescente-se que, nas Escolas

---

59 Os primeiros CEFET foram criados em 1978, com a Lei nº 6.545, por meio da conversão de três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro). Tal medida conferiu àquelas instituições mais uma atribuição: formar engenheiros de operação e tecnólogos.

Técnicas Federais, a restrição inicial de 50% das vagas destinadas ao ensino médio, em 1997, deveria crescer progressivament, até a extinção completa das vagas nesse nível de ensino. Essa regra foi imposta como uma medida de controle na concessão de recursos pelo *Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP*[60] (BRASIL/MEC/SEMTEC/PROEP, 2003, p. 31).

A partir de 2003, no entanto, o novo Governo produziu uma clara reorientação na política de formação profissional do país. Em julho desse ano, foi lançado o Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional, baseado em um modelo de desenvolvimento de longo prazo, que extrapola os limites do seu mandato presidencial. Como parte dessa ação, foi criado o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, em substituição ao PLANFOR, com objetivos de articular diretrizes e ações de *qualificação social e profissional*, como estratégia de integração das políticas de emprego, trabalho, renda, educação e desenvolvimento. Nos documentos oficiais a partir de 2003, se estabeleceu um realce crítico à política de educação profissional do governo anterior e seus pressupostos ideológicos e discursivos, tais como as noções de *competência* e de *empregabilidade*, além da perspectiva privatista das instituições públicas de ensino técnico (referenciada em uma política de autofinanciamento). Questões que eram cobradas pelas centrais sindicais, entidades e movimentos populares foram, pelo menos em parte, incorporadas à concepção da política do novo Governo. O próprio nome Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia adveio da cobrança desses segmentos pela unificação e congregação dessas três esferas em torno da política de educação profissional. Em 2004 o Governo revogou o Decreto 2.208/97 e em seu lugar instituiu o Decreto 5.154/04, adotando uma perspectiva de articulação do ensino médio à educação profissional nas modalidades integrada, concomitante e subseqüente e abrindo um novo ciclo de expansão da rede oficial de ensino profissionalizante no país. Outras ações ainda foram empreendidas, tais como: a instituição de programas como Escola de Fábrica (em 2005), Saberes da Terra (em 2005), PROEJA (em 2005/06) e PROJOVEM (2006); a realização, em 2006, sob a coordenação do MEC/SETEC, da 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, visando afirmar uma política nacional de educação profissional e tecnológica. Em 2008, a Lei nº 11.892, criou os *Institutos*

60 De acordo com o documento *Concepção e Diretrizes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia*, em 1999, o governo brasileiro "assinou convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a implantação do Programa de Expansão da Educação Profissional – Proep" (BRASIL/MEC/SETEC, 2008c, p. 15).

Federais de Educação Ciência e Tecnologia - IFETs, com o objetivo de ampliar a oferta pública de Educação Profissional:

> A primeira fase dessa expansão, iniciada em 2006, teve como objetivo implantar escolas federais de educação profissional e tecnológica em Estados ainda desprovidos dessas instituições, além de outras, preferencialmente, em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes dos centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho. Na segunda fase da expansão, iniciada em 2007, sob o tema "Uma escola técnica em cada cidade-pólo do país", está prevista a implantação de 150 novas unidades de ensino, totalizando a criação de 180 mil vagas ofertadas na educação profissional e tecnológica. Com isso, projeta-se uma rede federal de educação tecnológica para 500 mil matrículas até 2010, quando a expansão estiver concluída e na plenitude de seu funcionamento (BRASIL/MEC/SETEC, 2008, p. 17).

Foram criadas 214 escolas técnicas, somadas às 140 já existentes, com o objetivo de cobrir todos os pólos geoeconômicos e arranjos produtivos, sociais e culturais do Brasil (PACHECO, 2008). Considerando a primeira e a segunda fases de expansão, o plano prevê passar das 160 mil vagas então existentes para um número em torno de 500 mil, em 2010 (PACHECO *et al*, 2009). Soma-se a estas ações em Educação Profissional o Programa Brasil Profissionalizado (PEC-CT) e o E-Tec Brasil (na modalidade a distância) que busca levar Educação Profissional a todo o território brasileiro.

Os IFET's possuem estrutura semelhante a das universidades federais, com fomento à pesquisa e extensão. A estrutura administrativa também é semelhante, com reitor e vice-reitor, além dos pró-reitores. Só não terá autonomia plena, por ter que cumprir, no entender do governo, uma missão republicana, ou seja, ampliar a oferta de matrículas de Educação Profissional Técnica e preparar mais professores na área científica para os sistemas educacionais (COLOMBO, 2008).

Da Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba ao IFPB

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba é a atual denominação de uma instituição que já conta com 100 anos de história.

Esta Iniciou suas atividades em 1910, numa ala do quartel da Força Policial, em João Pessoa, cedida pelo governo do Estado, tendo permanecido neste local por 19 anos. Depois foi transferida para um edifício próprio situado na Av. João da Mata, onde funcionou até os primeiros anos da década de 1960, finalmente instalando-se no atual prédio na Avenida 1° de Maio, no bairro do Jaguaribe. Ao longo desse período recebeu diversas denominações: Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba - de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa - de 1937 a 1961; Escola Industrial "Corioloano de Medeiros" ou Escola Industrial Federal da Paraíba - de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba – ITFPB - de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – CEFET/PB - de 1999 a 2009 e, desde então, IFPB (ETFPB, 1979).

No início oferecia cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Encadernação e Sapataria, para crianças e jovens das camadas mais pobres, na faixa etária entre 10 e 13 anos. Os ofícios ensinados voltavam-se principalmente para o artesanato de interesse local. Havia poucos ensinamentos de tipo mais industrial, visto que tal atividade ainda era insipiente no Estado e, mesmo, no país (ETFPB, 1979).

O corpo docente das Escolas de Aprendizes e Artífices, como observa Biagini (2005), era constituído de dois tipos de educadores: o *normalista*, cujas disciplinas ministradas eram a de formação geral (Português, Matemática e Religião) e os *contramestres*, que eram recrutados diretamente nas fábricas e oficinas para ministrar a formação profissional. No ano de 1911, o Decreto n. 9.070 estabeleceu a oficialização do tratamento de mestre aos aprendizes que concluíssem o curso após quatro anos regulares de estudos. Na avaliação de Lima (1995), tal medida significou um importante estímulo para o ingresso e permanência na Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba, ao mesmo tempo em que facilitou a entrada do aluno no mundo do trabalho qualificado.

De acordo com o documento ETFPB (1979), no início, a instituição não contava com o apoio da população, haja vista que havia um descaso com o ensino profissional. A educação era elitista e intelectualizante e estava a serviço das classes dominantes. As escolas profissionais, que se destinavam às classes populares, por sua vez, eram quase equiparadas a centros correcionais. O trabalho era visto como algo penoso, como um castigo e até certo ponto vergonhoso. A Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba funcionava precariamente:

> A precariedade de suas primeiras instalações, os poucos recursos de que dispunham, a impossibilidade de

> formação de contra-mestres, incluída no Plano Nilo Peçanha, a carência de professores e mestres especializados dificultavam sobremodo o funcionamento da escola, nos primórdios de suas atividades (ETFPB, 1979, p. 11).

A carga horária dos cursos era de oito horas diárias, sendo dividida em um turno na oficina e outro para o curso primário e de desenho. Os conteúdos curriculares, de acordo com Lima (1995), eram bem simplificados no início, mas, com o passar dos anos, foram ganhando complexidade pelas novas exigências das transformações sócio-econômicas. Na década de 1930, ganharam semelhanças com os cursos destinados aos alunos que se preparavam para fazer um curso superior.

Os artefatos produzidos pelos alunos eram expostos no término do ano letivo e vendidos. Mas, como com a Primeira Guerra Mundial as importações foram substancialmente afetadas, o Governo Federal determinou que as escolas profissionais fossem autorizadas a receber encomendas, desde que as partes interessadas fornecessem a matéria prima, pagasse a mão-de-obra e as despesas necessárias. A Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba não aceitou tal medida, pois avaliava que essa medida enfraquecia o ensino ministrado nas oficinas e transformava a Escola num estabelecimento mercantil (ETFPB, 1979).

Em 1937, a partir da promulgação da Lei 378, a Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba ganhou a denominação de *Liceu Industrial de João Pessoa*, passando a ministrar ensino profissional em todos os ramos e graus. O ensino técnico-profissional tornou-se alvo de maiores investimentos por parte do Governo Federal (ETFPB, 1979). Enquanto as Escolas de Artífices tinham um cunho fundamentalmente assistencialista, os Liceus voltaram-se prioritariamente para o atendimento das demandas da indústria. Nesse momento foram estabelecidos dois ciclos de ensino industrial: um voltado para os segmentos serralharia, marcenaria, alfaiataria, artes e couro, tipografia e encadernação; o outro, para técnico de estradas e técnico de construção de máquinas e motores. Até 1961, o Liceu Industrial de João Pessoa só ministrava o primeiro ciclo (ETFPB, 1979).

Em 1965, por força de ato ministerial, o estabelecimento passou a se chamar Escola Industrial "Corioloano de Medeiros" ou Escola Industrial Federal da Paraíba, sendo transferida para a atual sede. Em 1967 ganhou a denominação de Escola Técnica Federal da Paraíba. Neste momento, havia mais de 800 alunos matriculados, quando em 1939 somavam algo como 400. Segundo apurou Lima (1995), daí por diante, a tendência foi quase sempre de

aumento nesse número, tendo atingido 3.283 alunos matriculados em 1991 (ETFPB, 1979).

Em 1989, foi criada, por meio da Lei 7.741, a Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras – UNED, tendo início o seu funcionamento apenas em 1994. Já a UNED de Campina Grande foi criada em 2007. O CEFET-PB, assim denominado a partir de 1999, passou a orientar suas ações em ensino, extensão e pesquisa, nas seguintes áreas: comércio, construção civil, educação, geomática, gestão, indústria, informática, letras, meio ambiente, química, recursos pesqueiros, saúde, telecomunicações, turismo e hospitalidade, agrícola, e não se exclui a possibilidade da pecuária. (CEFET-PB, 2008b).

No Relatório do ano de 2000, sob uma clara influência da orientação imprimida pelo Governo Federal à política nacional de formação profissional, surge um diagnóstico de que é necessário ampliar os serviços da instituição na área de consultoria empresarial, sob a justificativa de que havia uma demanda nesse sentido. No referido Relatório, o CEFET-PB avalia que tais serviços são de grande importância para a realimentação curricular, oportunizando as possibilidades de flexibilização e adequação dos currículos às necessidades do mercado do trabalho. Entre 1999 e 2001 se ampliam e se diversificam significativamente as parcerias do CEFET-PB, seja na forma de consultorias para o setor privado, seja para o setor público. As áreas abrangidas foram: médica, água e esgoto, educação, estradas de rodagem, gestão municipal, telefonia, TV a cabo, justiça, mecânica, entre outros (CEFET-PB, 2000, 2001 e 2002). Em que pese as continuidades, o Relatório de 2003 traz novidades com relação à análise do ano anterior. No documento, ressalta-se a importância de ações que visam o fortalecimento das relações com o mundo do trabalho, principalmente no sentido de observar as novas tendências e exigências para os perfis de profissionais, com o desenvolvimento de atividades fora da Instituição, ampliando as parcerias e consolidando as articulações com órgãos públicos e privados, nos diversos segmentos. Entretanto o faz sem fazer referência ao termo *consulta empresarial*. O termo *parceria*, à primeira vista, é substituído, não em sua totalidade, pelo de *extensão* (CEFET-PB, 2003). Tal referência, no entanto, retorna em alguma medida no Relatório de 2005, quando é reafirmado o interesse pelas relações empresariais, tendo como objetivo avaliar as tendências e perspectivas estratégicas futuras com o mundo produtivo, visando estabelecer intercâmbio com as empresas. Na visão da Instituição, como está expresso no Relatório, o destino do então CEFET-PB ligava-se às empresas, seja através de parcerias, seja por meio da prestação de serviços, consultorias, projetos, assistência técnica ao setor produtivo, no âmbito da extensão. Em

2006, a novidade é o aparecimento do termo *empreendedorismo* e a inclusão de uma modalidade de formação do Técnico Empreendedor. O Relatório de 2008, por sua vez, não faz nenhuma referência às parcerias com as empresas, seja de cooperação técnica ou de consultoria empresarial. Conforme sugere o documento, as parecerias vêm sendo realizadas com intuitos diferentes daqueles propostos nos Relatórios de 2000, visando atender demandas por formação profissional (e não com vistas à venda de serviços), além da busca por estágios para os alunos em término de curso.

Já em um processo de *ifetização*, o CEFET-PB propôs como perspectiva de atuação, entre outras ações:

- orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação, o fortalecimento e as potencialidades dos arranjos produtivos, culturais e sociais, de âmbito local e regional, privilegiando os mecanismos de inclusão social e de desenvolvimento sustentável;
- promover a cultura do empreendedorismo e cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda;
- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, voltado à investigação empírica e qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas escolas públicas;
- estimular a pesquisa e a investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e de inovação, ressaltando a pesquisa aplicada;
- disponibilizar para a sociedade as conquistas e benefícios da produção do conhecimento, na perspectiva da cidadania e da inclusão (CEFET-PB, 2008b, p. 41).

No que tange às modalidades, conforme as orientações do Plano Nacional de Educação, tomou por objetivos:

- ministrar em nível de educação superior cursos: de tecnologia; de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica; de bacharelado e engenharia; de pós-graduação *lato sensu*, de aperfeiçoamento e especialização; e de pós-graduação *stricto sensu*, de mestrado e doutorado.
- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.

- realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.
- desenvolver atividades de extensão, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.
- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (CEFET-PB, 2008b, p. 41).

A instituição chegou em 2007 com 650 servidores, sendo 344 docentes e 306 técnico-administrativos, além de 131 funcionários terceirizados. Quanto aos 344 docentes, 298 têm vínculo de dedicação exclusiva, 38 como T-49 e 8 como T-20. Ainda quanto ao corpo docente, 10,2% tem apenas graduação, 32,5% são especialistas, 44,8% são mestres e os demais 12,5% são doutores (CEFET-PB, 2008a). A partir dos Relatórios de 2000 a 2004, observa-se que o foco das ações do CEFET-PB foi mudando, em conformidade com a Reforma da Educação Profissional e com a mudança de governo a partir de 2003, segundo indica a tabela abaixo. A própria forma de tabulação das informações nos Relatórios foi sendo alterada. Os níveis dos cursos eram diferenciados de forma mais especificada, no entanto, a partir de 2003, passaram a ser agrupados em três segmentos: Ensino Médio, Ensino Técnico e Ensino Tecnológico.

Tabela 1 – Número de alunos do CEFET-PB (2000 a 2004)

Modalidades	**Nº de Alunos**				
	2000	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**
Cursos Superiores (Tecnológico)	242	565	911	1.193	1.492
Cursos Regulares e Ensino Médio	1.656	1.350	1.033	--	
Ensino Médio	--	--	--	891	790
Ensino Técnico	--	--	--	1.614	4.060
Cursos Pós-médios (Técnicos)	870	470	161	--	--
Cursos Modularizados (Técnicos)	--	954	1.447	--	--
Cursos Especiais (Técnicos)	150	72	38	--	--
Cursos de Qualificação	--	33	--	--	--
Cursos Extraordinários (Básicos)	2.745	3.417	3.149	829	--
Total	**5.663**	**6.861**	**6.739**	**4.527**	**6.342**

Fonte: CEFET-PB, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004.

O número de alunos egressos, em termos percentuais e absolutos, conforme indica a Tabela 2, revela uma situação discrepante, sobretudo quando comparamos os comportamentos dos anos 2005 e 2006, entre si e em relação a 2007 e 2008. Segundo o próprio Relatório de Gestão 2008, o número reduzido de concluintes em 2005 se deveu à diminuição da oferta de matrículas de cursos técnicos *subseqüentes*, os quais são realizados em um período de dois anos. Entretanto, houve uma oferta maior nos cursos técnicos *integrados* a partir de 2006, que possuem duração de quatro anos e, nesses termos, as primeiras turmas serão formadas no término de 2009.

Tabelas 2 – Número Concluintes no CEFET-PB (2005 a 2008)

Ano	N° de concluintes	Alunos	Razão Concluintes/Alunos
2005	373	8.690	4,29
2006	835	9.946	8,40
2007	672	10.471	6,42
2008	650	9.553	6,80

Fonte: CEFET-PB, 2008a.

Com o objetivo de auferir o grau de inclusão social da política governamental através do perfil sócio-econômico dos ingressantes e concluintes nas Instituições de Educação Profissional e Tecnológica, o CEFET-PB, a partir 2007, começou a levantar informações sobre a renda *per capta* dos alunos da Instituição. Vejamos a Tabela 3:

Tabela 3 – Renda Familiar Per Capita dos Alunos do CEFET-PB (2007 a 2008)

Quantidade de Alunos por Renda Familiar Per Capita (RFP)		
Renda Familiar Per Capita (RFP)	**Alunos em 2007**	**Alunos em 2008**
0,5 Salário Mínimo	244	321
0,5 a 1 Salário Mínimo	793	890
1 a 1,5 Salário Mínimo	999	855
1,5 a 2,5 Salários Mínimos	503	550
2,5 a 3 Salários Mínimos	343	426
Acima de 3 Salários Mínimos	176	261
Total da Amostragem	3.058	3.303
Total de Alunos	5.223	5.611
Percentual da Amostragem Informada	58,55%	58,87%

Fonte: CEFET-PB, 2008a.

Destaque-se que o público majoritário atendido pelo CEFET-PB, imediatamente antes de se converter em IFPB, possuía renda de até um salário mínimo e meio. Um dos argumentos do Ministro da Educação para justificar a Reforma da Educação Profissional, em 1997, foi o de que as escolas técnicas federais serviam de trampolim para os alunos das classes mais favorecidas para prosseguirem seus estudos nas universidades. Mas, por meio desses dados, observa-se que a realidade pode ser bem diferente daquela propagandeada pelo Governo Federal nos anos 1990.

Recentemente, por meio da Lei nº 11.892 de 29-12-2008, o CEFET-PB foi transformado em IFPB, agregando a Escola Agrotécnica Federal de Sousa, conjuntamente com as UNED's de Cajazeiras e Campina Grande. Tais unidades foram transformadas em *campi*, caracterizando-se assim como uma Instituição multicampi. O IFPB passa a contar com nove *campi* no total: João Pessoa, Campina Grande, Cajazeiras, Souza, Patos, Cabedelo, Picuí, Monteiro e Princesa Isabel (IFPB, 2009a).

Para cada uma das categorias de cursos ofertados pelo IFPB, foram estabelecidas as normas didáticas, com diretrizes educacionais. Nos cursos superiores, delimitaram-se três modalidades: tecnologia (focados na inovação, no desenvolvimento e na aplicação da tecnologia), licenciatura (focados na formação de docentes da Educação Básica em nível superior) e bacharelado (focados na formação prática, de desenvolvimento e aplicações de tecnologias na área em que são ofertados). No caso dos cursos técnicos subsequentes, estão mais claramente especificados os objetivos, finalidades e currículos. Os currículos estão definidos por competências e habilidades, apresentando estrutura modular, com oportunidades de certificações profissionais intermediárias, podendo incluir estágio supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso. O ingresso nos cursos de educação profissional de nível técnico é realizado por meio de teste de seleção pública, tendo como requisito a conclusão do Ensino Médio. A modalidade de Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio proporciona ao aluno uma habilitação de nível médio, sendo oferecida aos estudantes que tenham concluído o Ensino Fundamental, por meio de seleção pública. Visa dar a oportunidade de continuidade dos estudos na educação de nível Superior. Tal modalidade tem duração de 4 anos, integrando a formação geral com uma carga horária mínima de 2.400 horas e a formação técnica conforme a carga-horária mínima exigida no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos do MEC, para a respectiva habilitação profissional, acrescida da carga horária destinada ao estágio curricular ou TCC. Os conhecimentos adquiridos de maneira não formal poderão ser aproveitados (IFPB, 2009b).

Além dessas modalidades, o IFPB abriga o Programa de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA nos *campi* de João Pessoa e Cajazeiras (IFPB, 2009a).

O IFPB, tendo por base o Decreto 5.224/04, assume como suas finalidades e objetivos:

> Promover a educação contemplando as vertentes tecnológica, científica e humanística, buscando promover a formação do cidadão consciente, crítico e reflexivo, traduzido em um profissional competente tecnicamente e eticamente comprometido com as transformações sociais, políticas e culturais, na perspectiva da construção de uma sociedade que oportunize igualdade de condições a todos os indivíduos, através da formação inicial e continuada de trabalhadores; da oferta de educação técnica de nível médio, de cursos superiores de tecnologia; de Bacharelados; de cursos de formação de professores e na oferta de pós-graduação tecnológica (IFPB, 2009, p. 09).

Tal finalidade, mesmo com suas limitações, opõe-se à perspectiva do Decreto 2.208/97, que na crista da onda neoliberal expressava uma tendência de adequar a educação às necessidades e demandas econômicas e sociais diagnosticadas pelos organismos multilaterais, para o Brasil.

As percepções dos agentes sobre as mudanças atuais

Para captar os processos de mudanças, rupturas e resistências, segundo as perspectivas dos agentes atuantes no IFPB, o presente estudo se baseou, além da pesquisa documental, na realização de entrevistas semi-estruturadas com professores, coordenadores pedagógicos, coordenadores de área, bem como com gestores da Instituição. O foco recaiu sobre as mudanças adotadas, no campo da Educação Profissional, nos Governos FHC e Lula, mais particularmente quanto às conversões de ETFPB para CEFET-PB e deste para IFPB. Em que medida tais processos se expressaram em termos de adaptação, de resistência ou de reelaboração? As entrevistas foram realizadas com agentes dos *Campi* de João Pessoa e de Campina Grande, priorizando aqueles que passaram pelas duas últimas grandes mudanças institucionais acima referidas. Quanto aos *gestores*, foram entrevistados: o Diretor de Ensino Superior da Instituição (A1)[61], do *campus* de João Pessoa, com 15 anos de atuação na casa

61 De agora por diante os entrevistados serão identificados assim: A1, A2, A3 e A4 (Gestores); B1 e B2 (Pedagogas); C1, C2 e C3 (Professores).

como professor (tendo sido aluno da Instituição); o Diretor Geral *Pro Tempore* do *Campus* de Campina Grande (A2), que atua na Instituição há 16 anos; o seu Chefe de Gabinete (A3), que entrou há 2 anos; e um Técnico em Assuntos Educacionais (A4), que entrou na Instituição há apenas um ano. Quanto às *coordenações pedagógicos* foram realizadas duas entrevistas, no *campus* de João Pessoa, com duas pedagogas, aqui denominadas por B1 e B2 (ambas trabalham há 15 anos na Instituição). No que se refere ao *corpo docente*, foram entrevistados três professores, designados por C1, C2 e C3.

Sobre a Reforma do Ensino Técnico do Governo FHC

Da parte dos *gestores*, para A1, a passagem da Escola Técnica para o CEFET trouxe como novidade principal a incorporação de cursos de graduação:

> Porque com a cefetização possibilitou-se o oferecimento de cursos de graduação. Então é um primeiro passo diferente, importante, do que se fazia anteriormente, que era no máximo um curso técnico de nível médio e um curso de qualificação, no máximo (A1, 2009).

Na avaliação de A4, a entrada dos cursos superiores marca essa mudança por gerar uma nova mentalidade.

> Eu acho que a grande modificação, que veio a mudar muito a filosofia, a mentalidade dos professores, de alunos inclusive, servidores, foi a entrada dos cursos superiores. Acho que ali deu outro caráter à Instituição. Enquanto ela tratava de cursos técnicos apenas, a clientela de estudantes estava bem definida e o superior é um nível que engloba pessoas de diversas idades (A4, 2009).

Quanto a A2, expressa uma avaliação destoante das anteriores, ao incorporar a perspectiva dos que se colocaram em oposição a Reforma, particularmente a visão sindical:

> Havia uma concepção de ensino que patrocinava a conjugação do propedêutico com o tecnicismo e o Decreto estabeleceu uma ruptura com esse paradigma. O governo fez um estardalhaço muito grande na época, houve uma repercussão muito grande no movimento sindical, de pessoas que se opuseram, houve bastante resistência. Porque, na verdade, essa mudança de paradigma vislumbrava um privilegiamento de uma nova modalidade de

> ensino, o seqüencial. Então teve o ensino seqüencial e essa conjugação do propedêutico humanista com o tecnicismo foi rompido. O governo passou a privilegiar o tecnicismo mais bruto, mais concentrado e o tempo se encarregou de mostrar o equívoco muito grande dessa concepção, tanto é assim que as instituições enfrentaram um período de muito transtorno para elaborar novas matrizes curriculares e com o tempo houve um esvaziamento dos cursos, infelizmente, um índice de evasão muito elevado (...) É como se você quisesse exatamente formar um técnico meramente calcado numa competência técnica desprovido desses embasamentos humanos. Então eu diria em linhas gerais que esse foi o grande pecado e que ocasionou de fato uma reação muito grande (A2, 2009).

As duas *coordenadoras pedagógicas* entrevistadas avaliaram que o referido Decreto consistiu em uma imposição do Governo, tendo sofrido, por essa razão, resistência por parte da maioria dos professores.

> A Reforma não foi positiva no período FHC. Porque tudo o que é autoritário ele vai ter muito mais rejeição. Ao invés de as pessoas amadurecerem, questionarem e aprimorarem, elas passam primeiro por um processo de conflito e rejeição. Não houve discussão com a comunidade. E não era nem uma discussão se pode ou se não pode, mas pelo menos de sensibilização ou de envolvimento. Foi uma imposição por decreto e foi o que travou o aperfeiçoamento de uma proposta inicial. Houve muita resistência, conflitos internos em termos de pessoas (B1, 2009).

Conforme enfatizou B2, além do caráter autoritário da medida, o esvaziamento da dimensão humanista do currículo trouxe implicações particularmente para os professores responsáveis por disciplinas relacionadas com tal dimensão:

> Houve também um certo receio por parte dos professores da formação geral: "desvincula e eu vou fazer o quê?" Essa proposta deu uma ênfase muito grande na questão da formação profissional, dos conhecimentos técnicos (B2, 2009).

No período da Reforma, de acordo com B2, o MEC enviou um representante para apresentar as mudanças nos currículos, afirmando que as *disciplinas* deveriam ser esquecidas, que as bases seriam as *competências*:

> E a gente ficava: "e a questão da importância da Língua Portuguesa?" E ele: "esqueçam". Aí, depois de muita luta, ele (o representante do MEC) disse: "tudo bem, a gente pode inserir nesse currículo Português, agora tem que ser Português instrumental". Toda aquela base com ênfase muito grande no instrumental. Então eu teria que fazer recortes nesse currículo para garantir essa base instrumental. Aí a gente conseguiu Matemática Aplicada, Português, Inglês. Mas tudo direcionado para a formação técnica (B2, 2009).

Sob tais condições, comenta a mesma entrevistada, houve uma grande corrida por parte dos professores da *formação geral*, para tentar dar algum caráter de aplicabilidade prática às suas disciplinas.

> Preparamos projetos para chegar lá e dizer: "olhe, a minha disciplina, digamos, a geografia aplicada, ela se encaixa aqui". De repente vai, desvinculou e eu vou fazer o quê? (B2, 2009).

Mas avalia a entrevistada que se houvesse diálogo naquele momento o processo não teria sido tão traumático e com tantas resistências:

> Então a questão da resistência tem, mas eu acho que se tivesse sido algo discutido, construído, eu acho que não teria... da forma como foi, na verdade. Então a gente trouxe pessoas que estavam discutindo isso. Vinha para cá e nós percebemos que cada pessoa que vinha tinha um discurso e aí dificultava mais ainda esse entendimento (B2, 2009).

Considere-se, ainda, como foi enfatizado na mesma entrevista, que o MEC teve dificuldade em introduzir os novos referenciais junto aos gestores e professores, pelo menos é o que se verificou no caso do CEFET-PB. Isso particularmente ocorreu com a noção de *competência*.

> O que é essa competência? Esquemas mentais. Mas a gente tinha que estruturar o currículo. Então era muito

> vago, para entender, para estruturar o currículo. Então não havia. Mudou e joga para a Instituição e agora "te vira". Não houve subsídio para que se construísse esse projeto. Foi a gente que foi autodidata, a equipe pedagógica estudando, vendo a legislação, fazendo sínteses, discutindo com os professores e tentando elaborar um projeto baseado nas diretrizes, mas sem perder de vista aquela preocupação de que a gente está formando para compreender o que está acontecendo no processo produtivo, para saber fazer mas entender toda essa engrenagem aí (B2, 2009).

No que se refere à posição dos *professores*, C1 (com formação na área de física) demonstrou-se favorável à separação entre ensino propedêutico e ensino técnico, pois avalia: "eu sempre fui muito radical nisso aí, na minha concepção, curso técnico é curso técnico, realmente é para sair e ir trabalhar mesmo" (C1, 2009). Na avaliação do mesmo, não é possível, dentro do espaço de horas atualmente existente, trabalhar os conteúdos propedêuticos e técnicos. Só poderia dar certo o integrado se fosse trabalhado no tempo integral. Contraditoriamente, o próprio C1, em outro momento da entrevista, afirma que a formação do aluno não deveria estar orientada apenas para o mercado, pois os IFETs não devem se moldar ao mercado. Para C2, essa formação tem que dar uma base para que os alunos possam ter domínios sobre os conteúdos. Sobre o Decreto, em particular, C2 e C3 se limitaram a afirmar que teve um caráter autoritário, que tinha sido imposta pelo governo da época. C1, por sua vez, afirmou que não sentiu grandes impactos na passagem de Escola Técnica para CEFET, a não ser em termos mais institucionais. Não soube informar se havia imposição ou não por parte do MEC, mas disse que na época houve rumores de que as instituições que não se adequassem ao processo não receberiam recursos suficientes.

Revela-se a partir das falas acima *aceitação*, por parte de uns, *confusão* (por desinformação e imprecisão na apreensão das idéias-chave), por parte de vários, *resistência*, por parte de outros. Assim como, quanto a estes, foram indicadas razões diferentes para resistir: ora como crítica ao conteúdo da medida (a exemplo de A2), ora como crítica ao caráter autoritário da medida e quanto à sua implementação (B1 e B2). Mas também, como sugeriu B2, teria havido, especialmente por parte dos professores, um esforço de *adequação* aos novos parâmetros, inclusive sob certo receio de perda do emprego. Estabeleceu-se um clima de confusão e incertezas. Confusão porque muitas vezes não ficaram

claros os novos parâmetros para muitos dos agentes locais. Incertezas porque especulava-se sobre novos desdobramentos daquela medida com implicações para professores e gestores.

Apesar de não haver referências do tipo nos documentos oficiais, os agentes mais antigos da Instituição, dentre os entrevistados, que estavam no período da Reforma, incluindo os gestores, as coordenadoras pedagógicas e os professores, afirmaram que se falava em estadualização das escolas técnicas, sob o argumento de que não era de competência do governo federal tal modalidade de ensino.

> Se falava muito, havia muitas especulações, se falava em estadualização. Havia ameaças, por exemplo, de privatizações, de transformação em sociedade de economia mista, dentro desse contexto maior de diminuição do Estado e as instituições foram vistas como instituições onerosas para o erário público. O discurso não focava a ação social, o alcance social e a responsabilidade social dessas instituições. Veja, colocava em termos absolutos, como se a instituição fosse até nociva para a sociedade, devido aos custos que causava para a sociedade. É uma lógica invertida do processo (A2, 2009).

Note-se que, conforme indicou o discurso oficial, um dos argumentos centrais do governo, além daquele de que as Escolas Técnicas eram elitizadas e serviam apenas para enviar egressos para a universidade, era o de que havia um alto custo na manutenção da Rede, que havia sido diagnosticado, ainda no início da década de 1990, por organismos multilaterais.

Sobre a Política de Educação Profissional do Governo Lula

Em relação à passagem recente do CEFET-PB ao IFPB, foi algo perceptivo na fala dos *gestores* entrevistados de que ainda se trata de um processo em transição, que está sendo vivenciado. Foi o que expressou A1:

> Ainda estamos na fase de transição, estamos na fase de construção de documentos institucionais, como o estatuto da Instituição, regimento geral, plano de desenvolvimento institucional, depois vem o regimento interno de cada campus. Então tudo isso está sendo construído e também estamos inclusive no processo eleitoral para a composição do conselho superior (A1, 2009).

Ao mesmo tempo em que predominou a percepção do atual momento como de *transição*, há um claro entendimento de que a Rede Federal de Educação Profissional vive um processo de expansão e de que tal processo é muito positivo para o país, por levar o ensino técnico-profissionalizante público e de qualidade para regiões que historicamente se encontravam distantes das unidades de ensino.

Na avaliação de A3, também é digno de destaque na passagem do CEFET para o IFET a autonomia didático-financeira de cada *campus*:

> A autonomia é maior. Agora cada campus terá um orçamento próprio que antes era centralizado na unidade sede em João Pessoa. *Não* existe mais unidade sede e sim reitoria e os campi espalhados (A3, 2009).

Perguntado como o novo Decreto havia sido recebido no âmbito dos gestores da Rede Federal, o Diretor do *Campus* de Campina Grande respondeu:

> Festivamente, porque houve de fato um resgate de possibilidades que até então tinha sido subtraída pelo governo anterior, que foi a possibilidade de você ter cursos de acordo com os arranjos produtivos locais, considerando as potencialidades, considerando as premências da cidadania do alunado. Então esse decreto flexibilizou os serviços educacionais oferecidos pela instituição. O tempo se encarregou de mostrar que equivocado foi o Decreto 2.208, porque na verdade você tinha uma precarização do ensino ou um esvaziamento, uma elevação dos índices de evasão, de abandono. E, na verdade, um declínio da instituição. O governo atual percebeu esse declínio, e vários outros fatores, e começou a tentar resgatar o papel da instituição. Esse novo decreto propicia a flexibilização. As instituições passaram novamente a ofertar a modalidade integrado e também o seqüencial, mas também os cursos de tecnologia, incrementando a sua qualidade. E isso veio de fato a resgatar um processo que a gente havia perdido (A2, 2009).

Da parte da *coordenação pedagógica*, também prevaleceu uma percepção do momento como de transição. Houve um claro reconhecimento de que os investimentos na Educação Profissional por parte do Governo Federal haviam aumentado. Quando comparado à década de 1990, o novo momento

expressa, com a criação de novas unidades de ensino e a reestruturação das já existentes, uma situação de flagrante contraste. Mas, para as mesmas, a cultura organizacional, os valores, os comportamentos, constituídos no período em que vigeu o modelo CEFET, persistem, trazendo dificuldades para a assimilação das mudanças, especialmente quanto às novas orientações *pedagógicas* e ao novo desenho *institucional*. Consideram que ainda é cedo para se avaliar em que medida os novos parâmetros serão incorporados efetivamente por aqueles que fazem o cotidiano da instituição.

Sobre a dimensão *pedagógica*, as posições esboçadas dão um indicativo da complexidade do quadro. Em uma direção, apresentou-se, a partir de B2, uma crítica no que tange à duração dos cursos, com a implantação da Reforma. Segunda a mesma, teria havido uma sensível redução da carga horária.

> A gente tinha um curso de quatro anos, só para ter uma idéia, aí os cursos ficaram em um ano e meio em três módulos. No caso de eletrônica, que eu acompanhava. Tinha eletricidade básica, tinha conteúdos que eram essenciais para ele ver. Não podia ter pré-requisitos. Ele teria que estar disseminado dentro do módulo. Então é muito complicado, se ele não faz uma base boa como é que ele... então a gente teve dificuldades em relação a isso: o aluno que ainda não estava se sentindo ou ainda precisava mais conhecimento. Essa carga horária aqui era de 150 horas, agora só está em 60, e aí o professor querendo dá aquela carga horária anterior, foi outro problema. Ele sabia que era outro curso, mas ele queria dar aquele curso nessa carga horária que era a metade (B2, 2009).

Outra crítica se refere à permanência dos cursos seqüenciados, embora a ênfase das mudanças tenha recaído no retorno dos cursos integrados.

> A gente teve um avanço em relação ao 2.208, mas vejo também assim, as diretrizes não foram revogadas, todo caráter ideológico, o ideário está lá, está posto, não foi... manter a questão do subseqüente... Colocou o integrado, mas ainda manteve algumas coisas do 2.208 (B2, 2009).

Em outra direção, com B1, a ênfase recaiu sobre os avanços trazidos com a flexibilização do currículo, de modo a tirar maiores conseqüências das orientações da LDB promulgada em 1996:

> A forma como nós discutíamos currículos até esse processo histórico da LDB, a grade era de fato uma grade. Hoje aqui acolá alguém ainda escorrega e fala em grade, mas logo se corrige, já pensa numa matriz. Já pensa num currículo mais aberto, mais flexível, que não cabe mais a palavra grade. Mas até essa data partíamos da discussão de currículo como uma grade. E de fato era uma grade, o desenho inclusive era uma grade. E dentro dessa discussão quando a gente passou a discutir o perfil de conclusão por competências, o perfil de conclusão por módulo, forçou o corpo docente, as equipes pedagógicas, a olharem para o currículo como um objetivo a conseguir. E isso ficou como marca. Com isso amplia-se também o conceito de técnico. Técnico para ser somente de manutenção, de articulação, instalação. Ele passa a ser um profissional. Começa a ter perfis de responsabilidades sociais. Isso estava imbuído no currículo, mas agora é claro e objetivo e agora pode ter cobranças sobre isso (B1, 2009).

B1 também se posicionou em defesa a *avaliação por competências*, ao mesmo tempo que criticou a volta ao sistema anterior por provas, por disciplinas etc. De outra parte, admite que da parte dos professores tem havido uma reação mais negativa do que positiva à avaliação por competências.

Dos depoimentos de B1 e B2, sugere-se, de um lado, algo de continuidade, em relação ao período anterior, na condução atual da política de Educação Profissional, aqui ilustrado com a referência à *flexibilização* dos currículos, de modo a orientarem-se para o atendimento das necessidades de uma organização produtiva e do trabalho mais *flexível*; e, de outro, o quanto esses referenciais se encontram incorporados pelos que efetivamente realizam tais atividades na ponta (como sugere o depoimento de B1 a respeito do *currículo flexível* e da *avaliação por competências*). Ao mesmo tempo indica-se uma releitura dessas noções, por exemplo quando é realçado o caráter social da formação técnico-profissional, no sentido de impregnar nos educandos um senso mais apurado de *responsabilidade social*. Note-se que, no estudo documental, tornaram-se evidente certas continuidades entre esses dois momentos. Foi o caso dos Referencias Curriculares da Educação Profissional, publicados em 2000, os quais não foram substituídos. E este documento do MEC está estruturado a partir de noções como *cursos modulares* e *modelo das competências*.

Sobre a dimensão *institucional* das mudanças, apesar de não haver um consenso geral, a avaliação entre ambas foi positiva, especialmente quanto ao método de sua implantação:

> A gente teve um momento, foi um processo que foi considerado muito mais rico, porque ali foi decreto, forçosamente. O outro também foi decreto, mas para tentar corrigir aquilo que foi bem drástico. Só que a gente também não concordava que fosse via decreto, mas foi. Mas aí houve um aprofundamento e houve uma construção coletiva desse projeto de cursos técnicos integrados, definindo o que? Que tipo de profissional a gente está querendo formar? É esse profissional. Quais são os conteúdos necessários para a gente formar isso? Foi algo construído com essa integração. Agora a dificuldade é a gente garantir isso em sala de aula, mas o projeto em si... (B2, 2009).

Quando perguntamos de que forma as novas propostas da educação profissional foram levadas aos professores, B2 afirmou que houve dificuldades porque há professores que desejam tudo o mais sucinto possível, o que levou a equipe pedagógica a elaborar sínteses das novas orientações para facilitar seu entendimento. Outra consideração trazida pelas coordenadoras pedagógicas referiu-se à constatação de que, apesar de um ambiente mais propício ao diálogo, tem havido pouca disposição dos agentes em participar dos debates, o que os tornaram em geral esvaziados.

Da parte dos *professores* entrevistados, os três foram unânimes em acusar uma dificuldade em manter as novas turmas com o atual processo de expansão, com um aumento do índice de evasão, bem como com uma queda no rendimento de um segmento de alunos que ingressa nos IFETs por meio da modalidade do PROEJA. Apontam dificuldade de acompanhamento das aulas pelos alunos do PROEJA, por causa do horário de trabalho e da suposta rapidez com que os cursos são ministrados. A crítica se estende à mistura entre alunos do técnico com alunos dos cursos superiores e à incorporação pelas escolas técnicas de ensino superior, incluindo pós-graduação, desvirtuando sua missão original. Sobre a expansão, para C1 e C2, embora necessária, estaria sendo influenciada por propósitos políticos mesquinhos, ao não ficarem claros os critérios das cidades escolhidas. Ao mesmo tempo, os três entrevistados também foram unânimes quanto a uma posição favorável à atual política, com ênfase para o aumento dos investimentos, a expansão da rede, as

oportunidades de capacitação dos docentes e técnicos, mais diálogo na implementação das mudanças, em um total contraste com o período anterior.

Considerações finais

A Rede Federal de Educação Tecnológica sofreu um duro golpe, primeiro com a separação nunca antes tão clara entre ensino propedêutico e ensino técnico e depois com a edição da Medida Provisória nº 1.641-42, de 07 de abril de 1998, que assegurava que a expansão da rede de educação profissional se daria somente em *parceria* com as esferas municipal ou estadual do poder público ou com organizações do chamado *terceiro setor*.

Na Paraíba, durante os oito anos do governo anterior, não houve a possibilidade do IFPB expandir suas atividades. Conforme apontou esta pesquisa, limitou-se a tentar adaptar-se às novas determinações legais, ao mesmo tempo que o fez em um movimento se deu de forma complexa e contraditória. As críticas, nas falas dos agentes, estão bem presentes mesmo após dez anos da Reforma da Educação Profissional.

De forma também contraditória, o novo governo atuou revogando dispositivos legais estabelecidos no governo anteior, ao fazer um balanço crítico em relação à política de Educação Profissional anteriormente desenvolvida, mas manteve os *Referencias Curriculares*, com clara orientação mercadológica. Em certa medida, noções oriundas do modelo anterior, como a de *competência*, embora não tendo sofrido uma crítica sistemática, têm sofrido certos deslocamentos, mas ao mesmo tempo outras noções se colocam sem que tenham sido criticamente tratadas, a exemplo da noção de *empreendedorismo*, tão presente nos Relatórios mais recentes do CEFET-PB e do IFPB.

Entretanto, dentro das continuidades, há as rupturas. Tem havido um claro esforço no sentido de garantir a Educação Profissional como um *direito social*, um dever do Estado. Podemos concluir que os últimos anos talvez sejam os mais importantes para o IFPB em toda sua história, haja vista sua ampliação, em termos físicos e de pessoal e a elevação da titulação dos professores e dos técnicos administrativos. Vem ocorrendo reforma e ampliação das unidades já existentes, além da aquisição de novos veículos e outros tipos de equipamentos. O raio de atuação, antes limitado aos extremos da Paraíba, João Pessoa e Cajazeiras, consta no momento atual de praticamente todas as regiões e cidades pólos do Estado.

A expansão de duas para nove unidades, das quais seis tiveram o início de suas atividades em setembro de 2009, sem dúvida terá grandes impactos

em termos econômicos, com a geração de novas oportunidades de emprego e renda, assim como com a oferta de educação geral e técnico-profissional para regiões historicamente não contempladas com tal oferta. A Rede Federal de Educação Tecnológica, atualmente, representa o que há de melhor em termos de educação básica e técnico-profissional públicos. A segunda fase de expansão, iniciada ainda em 2007, teve como lema *uma escola técnica em cada cidade pólo do país*, estando prevista a implantação de 150 novas unidades de ensino em todo Brasil, totalizando 180 novas mil vagas na Rede Federal de Educação Tecnológica, projetando-se para 2010 500 mil vagas no total. As suas conseqüências sociais, institucionais e pedagógicas, decididamente, ainda estão por ser analisadas.

Em termos de ensino, o IFPB, que antes só possuía a vocação da modalidade técnico-profissional, agora possui três níveis: o básico (técnico), tecnológico, licenciatura e bacharelado (superior), além da pós-graduação, almejando chegar aos cursos de doutorado.

O IFPB encontra-se em momento de transição que só com a continuidade dos estudos será possível identificar melhor os desdobramentos das medidas que vêm sendo implementadas nacionalmente. Sobretudo quando ficar mais evidente para os agentes locais o que há de continuidades e rupturas em relação à trajetória da Rede Federal de Educação Profissional e, sobretudo, em relação às orientações adotadas pelo Governo anterior.

Referências bibliografias

BIAGINI, Jussara. *Reforma do ensino:* a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a reestruturação curricular do CEFET de Minas Gerais**.** São Paulo: Tese (Doutorado), PUC de São Paulo, 2009.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

BRASIL. MEC/SEMTEC. *Educação profissional*: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL/MEC/SETEC. *Princípios norteadores e objetivos da Educação Profissional de nível tecnológico*. Brasília: MEC, 1999.

_____. MEC/SETEC. *Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica*. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. MEC/SEMTEC/PROEP. *Educação Profissional:* concepções, experiências e propostas. Anais do Seminário Educação Profissional: concepções, experiências e propostas. Brasília: MEC, 2003.

CASTIONI, Remi. *Da qualificação profissional às competências:* dos fundamentos aos usos – o Planfor como "dissimulador" de novos 'conceitos' em Educação. Campinas, Tese (Doutorado), Unicamp/FE, 2002.

DUBAR, Claude. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. *Educação e Sociedade*, vol. 19, n. 64, 1998.

ETFPB. Sinopse histórica da Escola Técnica Federal da Paraíba (1909 - 1979). João Pessoa: ETFPB, 1979.

FERRETTI, Celso. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? *Educação e Sociedade*, vol. 23, n. 81, 2002.

FRIEDMANN, Georges. *O trabalho em migalhas especialização e lazeres*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

HAVEY, David. *A condição pós-moderna:* uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LIMA**,** Antonio Almerico Biondi. *As mudanças do campo qualificação:* trabalho, educação e sujeitos coletivos no Brasil contemporâneo. Salvador, Tese (Doutorado), UFBA/FE, 2005.

MANFREDI, Silvia. *Educação profissional no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, C. S. V. *Diagnóstico da formação profissional no Brasil* – ramo metalúrgico Brasil. São Paulo, CNM/ Rede UNITRABALHO, 1999.

TARTUCE**,** Gisela. *O que há de novo no debate da "qualificação do trabalho"?* Reflexões sobre o conceito com base nas obras de Georges Friedmann e Pierre Naville. São Paulo: Dissertação (Mestrado), USP, 2002.

_____. Algumas reflexões sobre a qualificação do trabalho a partir da sociologia francesa do pós-guerra*. Educação e Sociedade,* vol. 25, n. 87, 2004.

RAMOS, Marise. A educação profissional pela pedagogia das competências: para além da superfície dos documentos oficiais. *Educação e Sociedade,* vol. 23, n. 80, 2002.

SANTOS, Jailson. Inicio dos anos 1990: reestruturação produtiva, reforma do estado e do sistema educacional. *In*: Frigotto, G; Ciavatta, M. (orgs,). *A formação do cidadão produtivo*: a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: INPEAT, 2006.

A Qualificação Profissional e o desafio da inserção social a partir do PNQ/PLANTEQ-PB[62]

Rejane Gomes Carvalho
Eliana Monteiro Moreira

Introdução

Neste artigo, analisou-se a política de qualificação profissional no estado da Paraíba, a partir do Plano Nacional de Qualificação e do Plano Territorial de Qualificação - PNQ/PlanTeQ, no período compreendido entre 2003 e 2010, abordando, especialmente, a relação entre qualificação profissional e inserção social em um contexto de desinserções no mundo do trabalho.

Considerando a conjuntura de baixo crescimento econômico, aumento do desemprego e da pobreza nos anos de 1990, em decorrência da aplicação da política neoliberal e da reforma do Estado, as políticas sociais passaram a ser vistas como uma resposta necessária à questão social. Dado o caráter emergencial de enfrentamento do problema da fome e do desemprego, essas políticas concentraram-se, inicialmente, em ações mais voltadas para a assistência aos excluídos. Ao lado das políticas sociais, os programas de emprego e renda também foram instados a reelaborar suas estratégias, de atuação de forma a atender às novas necessidades do mercado, ao mesmo tempo em que deveriam responder à questão da reinserção social, tendo em vista o número crescente de desocupados.

As políticas públicas, voltadas para o mercado de trabalho, não podiam mais limitar-se ao papel de intermediação e formação de mão-de-obra, apenas com um caráter instrumental. Os programas públicos de emprego passaram a

62 Este artigo se baseia na Tese de Doutorado defendida por Rejane Gomes Carvalho, em 2011, no PPGS/UFPB, sob a orientação de Eliana Monteiro Moreira, com o título *Entre a qualificação profissional e a formação cidadã: um árido desafio para o PNQ/PlanTeQ na Paraíba*.

incorporar em seus objetivos o problema da inserção social pelo trabalho. No caso mais específico do programa de qualificação profissional, representado inicialmente pelo Plano Nacional de Educação Profissional - PLANFOR, criado em 1995, além da inserção social, o caráter da empregabilidade dos indivíduos foi considerado uma de suas principais características, congregando a noção de competência e o desenvolvimento de um sujeito com comportamento autônomo e empreendedor no mercado de trabalho. Estes elementos são o reflexo de como o sujeito passou a ser encarado no mercado, sendo aparentemente estimulado a desenvolver suas habilidades técnicas particulares e poder tornar-se autônomo e gestor ou empreendedor de sua própria força de trabalho. Esta mentalidade está permeada pelos preceitos neoliberais que norteiam, não somente o comportamento dos empresários, mas invadem o cotidiano dos trabalhadores despossuídos de meios de produção, determinando uma postura moderna e empreendedora para gerenciar ou contornar as dificuldades em tempos de crise ou de desemprego. É preciso desenvolver a postura de um sujeito "proativo", "competente", "flexível", o suficiente para saber se colocar diante das exigências do mercado de trabalho, de modo a mudar de função e de lugar quando for necessário, sem que isso lhe cause danos insuperáveis, seja na vida material ou no mundo das subjetividades. Assim, assiste-se à formação de um novo sujeito - um trabalhador flexível, não somente no trabalho, mas com valores também flexíveis - adequado a um mundo onde as relações de trabalho e as relações pessoais também são fluidas; um sujeito naturalizado às mudanças do seu tempo, acreditando ser mais autônomo e senhor de suas decisões. Foi nestes termos que os programas públicos de emprego passaram a incorporar, em seus objetivos, a inserção social pelo trabalho. Por outro lado, a reformulação destes programas envolvia conceitos que se mostravam antagônicos no contexto da reforma neoliberal dos anos de 1990, como a tentativa de aproximar a compreensão de empregabilidade e competência à noção de cidadania, prejudicando o enfrentamento qualitativo sobre a questão da inclusão social.

Na década seguinte, o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, criado em 2003, apareceu com a intenção de recuperar parte dos lugares perdidos pelos trabalhadores com o processo de desinserções provocado pela política econômica dos anos de 1990, concebendo a formação profissional como ação capaz de instruir o sujeito para o mercado de trabalho e para o resgate de sua condição de cidadão. Propõe a (re)inserção profissional e social dos sujeitos acometidos pelo processo de exclusão, compreendendo a qualificação profissional como um direito e como política pública. Admite, ainda, ampliar a participação da sociedade no processo de construção e no controle social da política pública.

A partir dessa mudança de orientação política entre os dois programas de qualificação, busca-se analisar como o PNQ/PlanTeQ-PB tem tratado o problema do emprego e da (re)inserção profissional e social, diante da realidade local. Ademais, é importante compreender se esta inserção pode ser promovida, simultaneamente, pela qualificação profissional e pela formação cidadã dos sujeitos, com o sentido de fazê-los conhecedores do seu lugar social e capazes de proposição e ação na construção da sociedade.

Como parte dos procedimentos metodológicos, foi consolidado um estudo documental, além de ser desenvolvida pesquisa de campo sobre o PNQ/PlanTeQ-PB e a observação participante em cursos de qualificação profissional. Na pesquisa direta efetivou-se entrevistas com gestores do programa de qualificação, no âmbito do governo, dos representantes dos trabalhadores, do empresariado, além das executoras dos cursos de qualificação e de educandos. A pesquisa de campo realizou-se entre 2009 e 2010 e esteve concentrada nos municípios de Cabedelo e João Pessoa.

Com o objetivo de examinar melhor esta questão, na primeira seção deste artigo, buscou-se localizar a relação entre o processo de exclusão social pelo trabalho, como parte do movimento próprio do sistema capitalista de produção. Na seção seguinte, aborda-se o contexto de reformulação das políticas públicas de emprego e o surgimento do PNQ/PlanTeQ-PB, destacando seus principais objetivos, intenções e a relação entre qualificação profissional e inserção social. A última seção ficou centrada em analisar esta relação sob a perspectiva dos agentes responsáveis pela gestão e execução do programa de qualificação no estado, a partir da pesquisa de campo.

Exclusão social como expressão da dinâmica do capital

Em decorrência de todas as transformações vistas com a reestruturação produtiva, assiste-se a um movimento de determinação de novos lugares e de poderes, em função da recomposição das forças produtivas para a viabilização da continuidade da acumulação de capital. Este movimento admite, na sua lógica, velhas e novas formas de produção, típicas ou atípicas, com trabalho mais ou menos qualificado, numa funcionalidade própria, marcada pela heterogeneidade.

O avanço das forças produtivas sacudiu o lugar do trabalho e do trabalhador na sociedade do capital, o que não implica dizer que o trabalho humano perdeu a sua centralidade como força socializadora. O caráter ideológico do progresso técnico científico parece promover a desqualificação do trabalho

humano como orientador da vida social, provocando uma perda de referência do trabalho, enquanto regulador das relações sociais (ANTUNES, 2005).

A sociedade parece estar marcada mais pela orientação técnica e menos pela "formação profissional", perdendo-se a referência sobre o trabalho humano enquanto forma de construção da sociedade. A desqualificação do trabalho na convivência social, terminou por desqualificar a dimensão política na vida dos sujeitos, uma vez que o seu modelo de sucesso não parece ser mais encontrado no trabalho, levando-o a buscar outras referências para definir uma identidade social que tende a reforçar mais o comportamento individualista em detrimento do sentido de coletividade. Contudo, estas mutações nas relações sociais de produção não foram, de modo algum, alheias ao capitalismo, mas vieram significar a adaptação do trabalho ao novo padrão de acumulação, em que se reafirmou a submissão do trabalho ao capital numa relação técnica atualizada. Sendo assim, uma nova subjetividade do trabalho foi criada como reflexo da acomodação da relação entre trabalho e capital, exigindo do segmento dos trabalhadores o desenvolvimento de novas formas de enfrentamento contra a dominação capitalista.

A contradição entre capital e trabalho representa a permanente exclusão social dos trabalhadores e sua luta para criar novas alternativas de inclusão, buscando participar direta ou indiretamente da distribuição de riqueza. Os princípios do neoliberalismo cada vez mais parecem contaminar o comportamento dos trabalhadores, fazendo com que o debate a respeito da exclusão social seja dissimulado e se promova a responsabilização individual pela condição de desempregado. Por este prisma, não é o modelo de desenvolvimento, portanto, que precisa ser reformado; os indivíduos é que precisam adaptar-se às novas tecnologias, acompanhar o avanço da informação e remodelar-se, diante das exigências do mundo moderno. Precisam estar incluídos e não esperar ser inseridos (PAIVA, 1995).

A condição de pobreza, geralmente, resulta da dificuldade de o indivíduo encontrar emprego e renda sustentáveis, frente às mudanças estruturais na economia e às políticas de desenvolvimento, decorrentes dos novos modelos produtivos, insuficientes para atender às demandas sociais do público mais carente. Em sociedades como o Brasil, difícil seria não reconhecer a pobreza e a desigualdade social formando um par inseparável, em que se combina a dificuldade do acesso aos bens de subsistência com uma presença política frágil. Em todo caso, apesar da pobreza poder ser fator relevante e determinante para a condição social de excluído no país, a noção de exclusão, mesmo passível de mistificação, ressalta outros elementos importantes para a reflexão, no tocante

à dimensão política, como a participação e a capacidade que os sujeitos têm de influenciar os processos políticos. Diante dessas considerações,

> (...) o excluído não necessita cometer nenhum ato de transgressão, inversamente ao desviante e à semelhança dos que sofrem discriminação pura e simples. A condição de excluído lhe é imputada do exterior, sem que para tal tenha contribuído direta ou mesmo indiretamente (NASCIMENTO, 2000, p. 59).

A interpretação de Nascimento aborda a categoria "exclusão" enquanto uma "ruptura de vínculos sociais" e, consequentemente, como um ato de "não-reconhecimento do outro", o que significa um processo de enfraquecimento das relações sociais, embora, paradoxalmente, seja uma (re)criação de novas sociabilidades sob os termos do individualismo. Conforme o autor,

> Se o termo exclusão social diz respeito ao ato de excluir, de colocar à margem um determinado grupo social, o conceito sociológico refere-se sempre a um processo social de não-reconhecimento do outro ou de pura rejeição. Trata-se de uma representação que tem dificuldades de reconhecer no outro direitos que lhe são próprios, como se representando e representado não fossem semelhantes (NASCIMENTO, 2000, p. 60).

A nova dinâmica do trabalho flexível e a modificação das relações de trabalho, originada da precarização e flexibilização do processo produtivo, criou outro modo de vida, baseado na instabilidade e no desemprego. Sendo assim, Nascimento (2000) compreendeu que a exclusão está caracterizada pela falta de emprego, uma consequência do modelo capitalista de produção, que expulsa definitivamente um número cada vez maior de trabalhadores para a zona da inutilidade, indivíduos que jamais terão condições de reingressarem na atividade produtiva formal, por não reunirem mais os requisitos exigidos pelo processo de trabalho. Estes sujeitos passaram a ser excluídos, socialmente, por não ser mais "necessários" à produção de valores. Portanto, os "novos pobres" e a "nova exclusão social" se anunciam, principalmente, na insuficiência de emprego, produzindo indivíduos que são desnecessários ao trabalho, ao mesmo tempo em que se observa um intenso estímulo do mercado para que estes indivíduos excluídos se façam presentes na sociedade por intermédio do consumismo.

Neste mesmo contexto, para Oliveira (1997), os pobres excluídos "desnecessários", também poderiam ser considerados necessários, contrapondo a própria noção de exclusão, pois os excluídos fazem parte de um todo social, sendo funcionais ao modo de produção capitalista. Distante de promover a igualdade, o sistema harmoniza-se pelas diferenças e contradições, sendo que os trabalhadores, pobres e desinseridos, continuam representando potencial consumidor e reprodutor de riquezas, mesmo que seja pela informalização e precarização do trabalho.

A abertura do mercado nos anos de 1990, estimulou as empresas a reestruturarem-se para atender aos novos conceitos de qualidade e competitividade, adotando procedimentos que caminhavam para a flexibilização do processo produtivo e das relações de trabalho. Desse modo, o processo de modernização tecnológica no Brasil e as novas estratégias gerenciais, desenvolveram-se com um controle mais forte sobre o trabalhador no processo de trabalho, submetendo-o aos novos modelos gerenciais e aos conceitos de competência e qualificação, tendo como maiores consequências o aumento do desemprego, da informalização e da precarização do trabalho e das condições de vida.

Considerando a nova dinâmica da economia global e do aprofundamento da questão social no Brasil, o grande desafio do Estado, a partir da década de 1990, foi desenvolver políticas públicas que visassem atenuar o impacto das desinserções, tendo como principal preocupação a adaptação da mão-de-obra às condições do mercado, funcionando como mecanismo de (re)inserção ou assistência àqueles indivíduos em situação vulnerável. Desse modo, a política pública de emprego e as políticas sociais, passaram a orientar-se no sentido de tentar minimizar a exclusão social diante da crise social.

A (re)inserção social aparece como um importante desafio para as políticas públicas, uma vez que, com a tendência de desinserções pelo trabalho, a ação pública orienta-se para a construção de programas que contemplem também a dimensão política dos sujeitos por meio de medidas que visem a inclusão social e a restauração da cidadania, conforme verificou-se na proposta atual de qualificação profissional que será apresentado na seção seguinte.

Políticas públicas e o novo caráter da intervenção frente ao problema do emprego

No âmbito das políticas públicas, observou-se uma mudança de postura do Estado, ao longo dos anos de 1990, na medida em que se voltou para a criação de políticas econômicas, com o intuito de promover a estabilidade

da economia, criando condições internas que transmitissem confiança para o mercado, ao mesmo tempo em que estimulou a ativação de políticas públicas de emprego, visando à redução do desemprego e dos seus impactos sobre a sociedade.

Do lado do trabalhador, a perda da segurança no trabalho, devido ao processo de produção flexível e o enfraquecimento dos sistemas de seguridade social, fizeram com que fosse desenvolvida uma nova postura para se manter no mercado de trabalho. Além de buscar atender à necessidade de adaptação da força de trabalho às novas tecnologias que surgiram no processo produtivo, a qualificação profissional, na contramão, também pareceu incorporar o caráter, ideologicamente construído pela política neoliberal, de responsabilizar o trabalhador por sua própria condição de desempregado. Os princípios asseguradores da liberdade e da igualdade do mercado reafirmavam-se como norteadores da vida social, sendo disseminado os conceitos de eficiência e competência para determinar a conduta do sujeito na sua vida profissional e pessoal. Por outro lado, o Estado também se posicionou como agente detentor da responsabilidade de criar possibilidades de políticas públicas que atendessem a esta nova racionalidade.

As políticas de emprego foram sendo conduzidas de modo a atender ao chamado público em situação de maior fragilidade, como os jovens, as mulheres, indivíduos com baixo grau de escolaridade, com mais de 45 anos de idade, desempregados e com dificuldades de encontrar outro emprego. Mas, observou-se que o desemprego poderia atingir todas as categorias de trabalhadores, por resultar das mudanças na estrutura e na gestão do processo de trabalho. Apesar de necessários, numa situação de extrema carência, os programas assistenciais ainda passam por ajustes, buscando superar seus impasses e melhorar a efetividade. Ademais, são muito criticados por também aparecerem com um caráter imediatista e não atenderem satisfatoriamente ao problema da (re) inserção do trabalhador no mercado de trabalho (DEMO, 2003).

Quanto à política de qualificação profissional, além de refletir a necessidade de melhorar a formação do trabalhador em relação às novas condições do mercado de trabalho, possibilitou uma mudança de postura do trabalhador na medida em que passou a admitir e absorver a ideia de que o indivíduo deve buscar os meios para sair da condição de desempregado. Ou seja, o desemprego pode ser visto como uma situação provisória, encarada como um momento para aprimorar a qualificação profissional e encontrar uma colocação melhor. O trabalhador passou da situação de desempregado, desprotegido e incapaz, para a posição de sujeito ativo, que busca a qualificação para tornar-se mais

eficiente e competitivo. Desse modo, parece desenvolver-se a responsabilização do trabalhador pela sua própria condição de desempregado, pois, do ponto de vista do mercado, o sistema lhe oferece oportunidades e, se não souber aproveitá-las, a "culpa" é somente sua, visto que é de sua responsabilidade qualificar melhor a própria força de trabalho.

O desemprego, na sociedade contemporânea, passou a ser encarado como falta de ambição e de iniciativa pessoal, tornando menos visível a importância das causas estruturais que promovem a eliminação de postos de trabalho, ao mesmo tempo em que diminui a responsabilidade social do Estado para com a questão. Neste contexto, também foi difundida a ideia de "empreendedorismo" pessoal, uma vez que a realização de um curso profissionalizante vem acompanhada da possibilidade do trabalhador transformar-se em dono do seu próprio negócio, podendo ser livre e controlador do seu tempo. Lentamente, foi sendo incutida a mentalidade da iniciativa empresarial na cabeça do trabalhador, contribuindo para a criação de atividades alternativas ligadas, principalmente, ao setor de serviços, passando do conceito de emprego para o de ocupação e dissimulando a criação de uma série de atividades precarizadas.

Para alguns críticos da política pública de emprego no Brasil, como Dedecca (1998) e Azeredo (1998), apesar de fundamentar uma das ações do Estado, para o trabalhador sem ocupação, a formação profissionalizante aparece como uma forma de contornar os problemas advindos da desinserção. Para o Estado, representa, em certa medida, uma resposta política para a sociedade que demanda ações concretas, diante do problema do desemprego. Outra importante questão para este debate é o fato de que a política de emprego, com o intuito de promover a inserção social, muitas vezes pode estar associada à política de assistência social, em que os programas de qualificação aparecem atuando junto com os programas de transferência de renda e seguro-desemprego, entre outros.

A partir dos anos de 1990, a política pública de emprego e as políticas de assistência social contra a pobreza encontravam-se cada vez mais próximas, "(...) ambas convergen y tienden a unificarse en las políticas de inserción, que funcionan de manera entrecruzada: lo asistencial se torna cada vez más inserción por el empleo y, a su vez, la inserción por el empleo se torna cada vez más asistencial" (ORTEGA, OCAÑA e FARELO, 2004, p. 245).

Um grande desafio para as políticas públicas, no enfrentamento da questão do emprego, é elaborar formas criativas para tornar possível a inserção dos sujeitos na sociedade por meio do trabalho. Porém, é importante que os projetos de qualificação profissional e de assistência social não se tornem medidas permanentes, com caráter meramente assistencialista, sob o risco de perder o

sentido da inclusão na ausência de saídas, em meio à crescente exclusão social. A próxima seção vai procurar discutir como o PNQ compreende a questão da formação profissional dos trabalhadores, elevando esta à condição de direito e atribuindo-lhe papel importante do processo de construção cidadã.

PNQ: qualificação profissional, inclusão social e cidadania

A discussão em torno da "competência" e da política pública como "direito do trabalhador" foi o que fomentou e acalorou o debate sobre a política de qualificação profissional no transcorrer dos anos de 2000. O surgimento do PNQ representou uma ruptura na própria concepção de qualificação, voltada para a competência e a empregabilidade, presente no antigo PLANFOR[63]. Mais do que formação profissional, o PNQ se propunha recuperar a dimensão política com a formação cidadã dos sujeitos envolvidos, resultado da demanda dos trabalhadores e expressando o revigoramento dos movimentos sociais, após terem enfrentado um período de encolhimento, em virtude do forte conteúdo repressor da política neoliberal implementada nos anos de 1990.

O PNQ propunha a ampliação da participação da sociedade civil, reforçando a dimensão da cidadania e o fortalecimento da democracia, conforme aparecia no documento oficial:

> (...) O caráter participativo significa um enriquecimento permanente do planejamento e da gestão das Políticas Públicas e marca uma nova relação entre Estado e Sociedade. De um lado, consolida um Estado eficiente, ágil e controlado pelos cidadãos, um Estado adaptado às exigências do novo ciclo de desenvolvimento. De outro lado, reforça a sociedade na perspectiva da cidadania ativa, de um novo contrato social, do fortalecimento da democracia em todas as suas dimensões, da radicalização do processo democrático como um grande movimento cultural (BRASIL, 2003, p. 17).

---

63 Em 1995 foi criado o Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR), denominado de Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador em 1999, embora se tenha conservado a mesma sigla. Como principal objetivo, pretendia mobilizar e articular toda a capacidade e competência de educação profissional disponível no País, para qualificar e requalificar, anualmente, 20% da PEA. Mais informações em Moretto, 1999.

Os principais objetivos sobre os quais se fundamentou o PNQ foram: inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda; e, promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia (BRASIL, 2003, p. 17).

Buscando incorporar um posicionamento crítico na construção da política de qualificação, o PNQ apresentou como objetivo geral:

> (...) contribuir para promover a integração das políticas e para a articulação das ações de qualificação social e profissional do Brasil e, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, deve promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação (BRASIL, 2003, p. 26).

Estas intenções estavam fundamentadas em seis dimensões: política, ética, conceitual, institucional, pedagógica e operacional. É importante ressaltar o caráter político, presente no PNQ, uma vez que apresenta a "(...) compreensão da qualificação profissional como direito, como Política Pública, como espaço de negociação coletiva e como um elemento constitutivo de uma política de desenvolvimento sustentável" (BRASIL, 2003, p. 20).

As bases da nova política pública de qualificação, incorporadas no PNQ, ancoraram-se em dois aspectos fundamentais: o primeiro refere-se a tratar a qualificação como construção social, em que possa afirmar-se como "fator de inclusão social e de desenvolvimento econômico", buscando diferenciar-se das orientações individualistas presentes no PLANFOR e que visavam meramente atender às exigências do mercado (BRASIL, 2003, p. 23).

O segundo aspecto basilar, presente no PNQ, tratou a qualificação como "direito" e como "política pública", reelaborando a questão da formação profissional para a dimensão da cidadania e conclamando a participação dos sujeitos envolvidos. Assim, ampliou o conceito simples de qualificação para qualificação social e profissional "(...) como aquela que permite a inserção e a atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas" (BRASIL, 2003, p. 24).

O PNQ tinha sua implementação prevista para ocorrer por intermédio das ações dos Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs) nos estados da federação; dos Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs); e, dos Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs), utilizados como principal instrumento para a construção social da qualificação. Para a sua execução, o PNQ previa a

integração com programas e projetos que faziam parte do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR).

Considerando este resgate dos fundamentos principais do PNQ, na seção seguinte analisou-se a relação da qualificação profissional com a inserção social a partir da atuação do PNQ/PlanTeQ no estado da Paraíba.

A qualificação profissional e a inserção social cidadã: um olhar a partir do PlanTeQ-PB

A compreensão a respeito da relação entre a qualificação profissional com a capacidade de empregabilidade e a formação cidadã dos trabalhadores se deu de modo diferente entre os entrevistados, considerando os três segmentos envolvidos na gestão e na execução do PlanTeQ na Paraíba: governo, trabalhadores e empresariado.

Quando se tratou do governo, a qualificação profissional, enquanto prerrogativa para a aquisição de uma ocupação no mercado de trabalho foi encarada com ressalvas, atribuindo-se importância, não só à instrução técnica, mas aos conteúdos que pudessem contribuir para a formação política e crítica dos sujeitos. Ao serem provocados no sentido de responderem sobre a questão da qualificação profissional diante do problema do emprego, as declarações dos gestores foram mais cautelosas, buscando generalizar o problema do emprego e associá-lo aos elementos conjunturais da economia. Um gestor do PlanTeQ procurou valorizar os aspectos relacionados à pedagogia e ao educando como sujeito social, conforme apareceu em seu depoimento:

> Ela é imprescindível! Agora, ela tem que conter esses outros elementos... na qualificação social... Se ela não tiver os elementos da criticidade do sujeito histórico, que é o educando, como protagonista dessa sua história... pra ele entender o que é o mundo do trabalho, o que é o mercado de trabalho... pra ele entender que o mercado não é igual, porque tem razões distintas, né? Pra ele entender que existe, por exemplo, que ... toda a qualificação não é suficiente, tem que ter outros processos educacionais de educação continuada (...) (Gestor 1).

No quesito que tratou da inserção social e da formação cidadã, considerados como objetivos centrais do PNQ/PlanTeQ, constatou-se falta de compreensão e confusão sobre o conceito de cidadania, bem como sobre o

que seria uma inserção social cidadã. Esta dificuldade ficou clara com o posicionamento de outro gestor. Quando perguntado a respeito dos conceitos de formação social e cidadã, novamente pôde-se perceber a falta de domínio sobre estes temas, relacionando-os à "questão da psicologia" e da "autoestima". Conforme sua declaração:

> Nós tentamos ao máximo essa questão da psicologia, né? A gente tenta bastante trabalhar a autoestima desse pessoal. Nós temos recursos (...) Nós oferecemos, por exemplo, fazemos café da manhã periodicamente ... Não todos os dias, a gente não teria condição. Mas tem um período aí que a gente faz isso... A gente chama os trabalhadores... Assim... na medida do possível, a gente vai arcando um pouco com a responsabilidade desse trabalhador (Gestor 2).

Todos os entrevistados do segmento do governo mencionaram a dificuldade de inserção dos egressos no mercado de trabalho, tendo em vista a realidade socioeconômica pouco dinâmica do estado da Paraíba, em relação ao resto do país e às exigências, tanto do setor produtivo, em meio às inovações tecnológicas, como do setor de serviços, com os novos padrões de atendimento e postura profissional. A inserção dos trabalhadores no mercado formal não constitui tarefa simples para os programas da política de emprego, fazendo com que alguns gestores admitissem a inserção informal de parte da força de trabalho, especialmente, quando a principal forma desta inserção ocorre pela intervenção dos SINEs, tanto o estadual quanto os municipais. Além de intermediarem a mão-de-obra que se cadastra voluntariamente, os SINEs também recebem a oferta de trabalho qualificada, advinda do PlanTeQ e de outros programas da política de emprego, tendo que gerenciar e encaminhar uma massa muito heterogênea de trabalhadores que, nem sempre será absorvida pelo mercado de trabalho. Diante dessa problemática, foi assim que um gestor se posicionou:

> A nossa obrigação aqui é ir no mercado de trabalho é... procurar todos os empresários de qualquer ramo, de indústria, de serviço, de comércio e pedir pra eles disponibilizarem essas vagas (...) para os desempregados. Por sua vez, a gente tenta colocar nessas vagas as pessoas inscritas no SINE, seguro-desemprego ou alguns que chegam aí ... A procura maior é de gente... com baixa qualificação. Desempregado, gente com baixa

> qualificação. Ao mesmo tempo que a gente tá tentando junto ao PlanTeQ... efetivando cursos de qualificação em todo o estado (...) Porque você qualifica 100 pessoas numa profissão só e não tem vaga pra todos... você tem que sair, espalhar por aí, buscar vaga noutros cantos. Mas você tendo uma ... uma profissão... E os patrões querem gente, mas gente com formação (Gestor 3).

Nas entrevistas com os gestores públicos, foi admitida abertamente a fragilidade do PlanTeQ quanto ao acompanhamento dos egressos, apresentando como responsáveis para esta dificuldade, os seguintes pontos: a disfunção dos conselhos de trabalho e emprego na definição das demandas, a ausência de estudos de mercado, o não desenvolvimento de instrumentais pedagógico-metodológicos, bem como a própria conjuntura econômica do estado. Diante de tais complicadores, como alternativa para a inserção de parte da mão-de-obra, admitiram o incentivo à formação de associações ou cooperativas de trabalho, seguindo a dinâmica da economia solidária, conforme destacou um dos gestores do PlanTeQ:

> Pela natureza do próprio sistema a empregabilidade ela não tá dada pra todos, não é? Então vão existir outras modalidades de empregabilidade... Tem a economia solidária, tem as cooperativas de produção, tem o autoemprego também que é normal... Eu acho que coabita com essas modalidades (Gestor 1).

Ao longo das entrevistas, alguns sujeitos aludiram ao papel da economia solidária, como alternativa produtiva viável, no que se refere a questão da inserção. Embora externado este reconhecimento, não formularam nenhuma ação prática para a sua efetivação.

A percepção dos representantes dos trabalhadores, sobre o tema da qualificação profissional, apontou para o reconhecimento do papel determinante da sua atuação para a definição de demandas mais condizentes com a realidade da economia paraibana, considerando os avanços tecnológicos e as exigências do mercado. Contudo, alguns representantes dos trabalhadores se colocaram de forma imprecisa no tratamento das questões relacionadas à formação cidadã, à inserção social e à participação dos sujeitos na construção da política pública, demonstrando pouco aprofundamento sobre o tema da qualificação profissional. A esse respeito, assim se colocou um dos conselheiros do segmento dos trabalhadores, no Conselho Estadual de Emprego (CETE):

A qualificação sempre foi um desafio muito grande pra classe trabalhadora. Primeiro porque a base da educação brasileira (...) não trabalha com... isso, salvo poucos investimentos que a gente teve, inclusive com ... os próprios recursos do trabalhador, através do Sistema S. Hoje inclusive está até mais clara a relação. Quando não se tem isso, você termina submetendo a um povo, a um trabalhador de pouca escolaridade que tem uma dedicação exclusiva, mas vamos dizer assim ... uma carga horária de trabalho muito grande e tem uma dificuldade muito grande de se adequar à realidade do trabalho e às novas tecnologias hoje apontadas (Representante dos trabalhadores).

Ao tentar articular a relação da qualificação profissional com o problema do emprego, o segmento dos trabalhadores também se posicionou de modo a considerar a necessidade da integração entre as políticas públicas para uma maior efetividade do programa de qualificação, como destacou o entrevistado:

> Eu acredito que seja, vamos dizer... ela é uma base. Ela é uma base... um alicerce disso, mas não seja a solução. A qualificação não seja isso. Se a gente não tiver políticas públicas que seja de... distribuição de renda, de melhoria na economia, nós não vamos ter formação. Você pode ter a formação que tiver, o currículo que tiver, o que você não vai ter é espaço para a questão do emprego, né? (Representante dos trabalhadores).

As colocações dispersas a respeito da qualificação profissional e da atuação do PlanTeQ no estado, expressaram um problema encontrado, em vários momentos, nas entrevistas realizadas com o segmento dos trabalhadores, ao demonstrarem pouco domínio a respeito dos objetivos, metas e procedimentos referentes ao programa de qualificação. O pouco envolvimento destes sujeitos com o programa de qualificação também foi percebido quando se buscou o seu posicionamento a respeito da importância de uma formação cidadã para os trabalhadores, compreendida como um dos princípios fundamentais do PNQ/PlanTeQ. Também foram observadas diferentes impressões a respeito da noção de formação profissional e inserção social cidadã, indicando desarticulação e pouca intimidade entre os membros da bancada dos trabalhadores, no CETE-Paraíba, para discutir os temas de seu interesse.

Quanto à inserção social dos sujeitos formados pelos cursos de qualificação profissional, não foi mencionada nenhuma estratégia por parte das entidades dos trabalhadores para estimular a inclusão social e profissional. A compreensão da questão limitou-se ao serviço oferecido pelos SINEs, na

intermediação do trabalhador no mercado de trabalho e, mesmo assim, com críticas sobre a forma inadequada e insuficiente de atendimento e de acompanhamento promovido por estes órgãos. Não foram registradas sugestões qualitativas para uma reorientação sobre a forma como a inserção profissional vem sendo feita pelos SINEs e nem como os sindicatos têm se manifestado no enfrentamento desta problemática.

Mesmo com colocações imprecisas, relativas aos conceitos de qualificação profissional, inserção social e cidadania, os representantes dos trabalhadores no CETE sempre questionaram como vem se dando a atuação do PlanTeQ-Paraíba. Prevaleceu, entre estes conselheiros, a visão de que não há um projeto específico que atenda às necessidades da realidade local, causando prejuízos nas ações de formação profissional dos sujeitos e na capacidade de inserção social, conforme foi enfatizado por um deles:

> Então fica só naquela história da contrapartida, mas não tem uma política de qualificação, com objetivo. Aqui, na Paraíba, nós temos uma grande dificuldade. Nós ainda não tivemos projetos específicos... é ... pensando a (...) a vocação das cadeias produtivas, certo? Então nós ficamos só no feijão com arroz. Tem alguns planos especiais, mas esses planos especiais ainda não foram ainda... é... consolidado no estado todo. Então você pega um curso, e você coloca numa cidade de... é... um curso de mecânica de moto. É uma necessidade, você bota lá pra 20, 30 pessoas... e é só um curso pra uma cidade. Numa cidade, vamos dizer assim ... uma cidade de... 10 mil habitantes. Você vai ter 30 pessoas trabalhando ali só com motos? Não vai ter, de maneira nenhuma. Ou ele vai deslocar-se ou aquela coisa, não vai fazer usufruto da educação que teve (Representante dos trabalhadores).

O posicionamento dos trabalhadores a respeito do programa de qualificação profissional, no estado da Paraíba, reafirmou a necessidade de repensar o sentido da participação da sociedade civil no processo de construção da política de qualificação profissional, assim como o nível de comprometimento da política pública com a realidade local, quanto ao enfrentamento do problema do emprego, muito embora não tenham sinalizado a forma como isso poderia ser feito.

A respeito do posicionamento das executoras do Sistema S, a qualificação profissional foi vista enfaticamente como elemento imprescindível

para enfrentar o problema do emprego, destacando-se a compreensão geral de que faltam trabalhadores qualificados no mercado. Os educandos foram compreendidos como meros receptores das orientações constantes da formação profissional, sendo transformados e moldados em conformidade com os padrões determinados pelo mercado.

De acordo com as declarações colhidas, o histórico do Sistema S junto ao setor privado, lhes credenciava conhecer melhor as necessidades do mercado, conforme a declaração de um dos responsáveis pela educação profissional numa das instituições do Sistema S:

> [Temos] um histórico de parceria com a indústria... parceria, apesar de ser uma díade e administrado pela indústria. Mas, é (...) até isso mesmo trouxe uma parceria muito grande, que sempre se trabalhou a contextualidade e a temporalidade. É... nossos alunos sempre foram preparados para atender o perfil que a indústria necessita.Nós existimos pra isso. Então a gente vem acompanhando a evolução das relações de trabalho, principalmente, da indústria, já que nós somos mantidos e administrados por ela e estamos evoluindo nesse sentido. Claro, que incorporando algumas filosofias e algumas tendências pedagógicas mais modernas, mas sempre com olho na realidade, com olho no contexto industrial, né? (Executora S).

Para o Sistema S, a qualificação profissional foi compreendida como uma necessidade do sujeito, indispensável para capacitá-lo a desempenhar uma atividade produtiva. Contudo, prevaleceu a noção de que esta necessidade estava sempre em sintonia com o mercado, não sendo assimilada como um direito de cidadania. Na visão mercadológica do Sistema S, a cidadania é efetivada após o sujeito adquirir uma instrução profissional e conquistar uma ocupação no mercado. De acordo com esta compreensão, a cidadania não é um direito e uma condição do sujeito social, mas é algo adquirido pela sua posição no trabalho, contrariando a concepção de qualificação profissional e cidadania como direitos, enquanto princípios do PNQ/PlanTeQ.

Os entrevistados do Sistema S insistiram em destacar seu mérito na criação e manutenção de setores responsáveis pela inserção de mão-de-obra nas empresas, o Banco de Oportunidades no SENAC e o Setor de Orientação Profissional no SENAI. Os gerentes das unidades de educação profissional fizeram questão de enfatizar a credibilidade da instituição junto ao setor privado, associando aos cursos oferecidos a ideia de qualidade e eficiência.

A questão da qualificação profissional, da inserção social e da formação cidadã também foi abordada junto às ONGs executoras dos cursos do PlanTeQ. De um modo geral, estas instituições demonstraram também pouca aproximação com os princípios fundamentais do PlanTeQ. As declarações evidenciaram a falta de compreensão sobre a amplitude de uma política pública que visa a inserção social dos sujeitos, como forma de reconhecer a existência de um processo de desigualdades.

Para as ONGs executoras de cursos profissionalizantes, a inserção no mercado de trabalho está associada, em parte, às estratégias para estimular a formação de associações ou cooperativas de trabalhadores, caracterizando uma tendência ao empreendedorismo individual ou a formação de pequenos negócios. Tais medidas, ainda apareceram condicionadas à articulação com o poder público local, quanto ao desenvolvimento de infraestrutura, criação de serviços e subsídios para garantir a absorção da mão-de-obra formada, conforme destacado na seguinte declaração:

> Não é fácil! A gente procura... tenta prefeituras (...) Fui na prefeitura, conversei com o prefeito pra que esse prefeito pegasse os doces, que elas iam fazer... os doces caseiros com as frutas da cidade... e comprasse para o lanche dos meninos em creche. Então eu tenho as estratégias .. quer dizer, já que a gente tem essa estratégia, vamos fazer. E a partir de então, essas mulheres que aprenderam a fazer doce e... também... extrato de tomate... passaram a vender para a prefeitura. A prefeitura ficou comprando para os meninos do (...) esses lanches; essas coisas pra lanche. Isso é uma estratégia que a gente tem que buscar. Eu já vi muita coisa dessa natureza por aí é... eu sempre vou na prefeitura, converso com o prefeito (Executora ONG).

Ao mesmo tempo, quando colocaram a criação de associações e cooperativas como alternativas para encaminhar os egressos, as ONGs deixaram escapar que este não se constituía num movimento sustentável, podendo estar sujeito à saturação e inchamento, uma vez que a inserção dos indivíduos dependia de fatores conjunturais, referentes à própria situação econômica da Paraíba. Também foi indicada a necessidade de se criarem demandas em correspondência com as necessidades de cada localidade, para que os cursos pudessem oferecer condições de inserção aos educandos. Isso poderia ser feito por meio de estudos de mercado, função atribuída aos conselhos de trabalho e emprego, identificando as potencialidades de cada município atendido para, assim, alcançar uma maior efetividade do programa de qualificação.

A realidade apresentada, a partir das experiências das executoras dos cursos profissionalizantes, demonstrou que a falta de educação escolar e doméstica, acumulada ao longo do tempo, se configurou em obstáculo para a contratação do trabalhador. Este problema não foi encarado como resultado das falhas no sistema de educação e das desigualdades sociais no país, mas como uma carência típica de um sujeito pobre e sem ambição. Neste contexto, observou-se que o conteúdo da formação cidadã foi ressignificado e absorvido pelas executoras dos cursos de qualificação profissional, principalmente, no que se referia ao Sistema S, com o sentido de formar indivíduos para uma cidadania instrumental, prática, comportamental, para a civilidade, e não exatamente como formação de um sujeito reivindicativo, propositivo, participativo e transformador do seu meio, mas adaptado, "acomodado" na sociedade. A dimensão política da vida social tem sido relegada a uma convivência civilizada, substituindo o sujeito crítico pelo indivíduo "colaborador", competente no domínio das mais novas tecnologias, mas incapaz de se reconhecer verdadeiramente como cidadão (PAIVA, 1995).

Ainda no Sistema S, também foram registrados relatos de que a baixa escolaridade dos alunos do PlanTeQ, no caso daqueles classificados em situação de vulnerabilidade social, prejudicou o processo de aprendizagem, já que, com esta deficiência, muitos não tinham condições de assimilar e acompanhar os conteúdos ministrados. Este entendimento também foi reproduzido por outras executoras, fazendo com que a noção de inserção social ficasse reduzida à aquisição de uma instrução técnica básica permitindo ao sujeito, com isso, ser absorvido em alguma ocupação no mercado de trabalho. Assim, a formação social e cidadã encontrou-se restringida às instruções de educação doméstica e de comportamento social, requisitos que visam "adequar" ou "domesticar" o trabalhador às exigências do mercado, criando um sujeito resignado às situações diversas de trabalho que lhes são impostas.

Pelo que a pesquisa sinalizou, a efetivação da formação profissional e cidadã, nos cursos profissionalizantes, encontrou obstáculos, não somente devido às falhas constatadas na forma de condução da execução do PlanTeQ na Paraíba e nos processos de ensino aprendizagem, mas, também identificou respostas na própria realidade social dos sujeitos que carregavam déficits sociais históricos. São dificuldades oriundas do próprio sistema de educação, da condição de pobreza e da visão conservadora de que o crescimento econômico seria capaz de incluir socialmente, o que é resultado das insistentes escolhas dos governantes por políticas econômicas que tem tido como principal consequência a manutenção do processo de desigualdade social.

De acordo com depoimentos de instrutores dos cursos, admitiu-se que, antes de qualquer conteúdo político relacionado à formação cidadã, os assuntos constantes da formação social dos cursos de qualificação, estavam limitados à educação doméstica desses educandos. Ainda segundo a experiência dos educadores, encontraram-se casos recorrentes de alunos com dificuldades de efetuar matrícula por não possuírem RG ou CPF, principalmente, nas cidades do interior. Apesar destes problemas, prevaleceu a noção de que os cursos de qualificação poderiam transformar o sujeito, permitindo que exercessem uma atividade profissional e fossem conduzidos à empregabilidade. A impressão dos instrutores sobre o educando ingresso foi a de um aluno sem identidade e sem a compreensão de si, a respeito do que planejava para seu futuro profissional.

De um modo geral, os educandos não identificaram os problemas didáticos, metodológicos e até a falta de conhecimento dos instrutores, o que foi atribuído à deficiência de criticidade destes sujeitos, prejudicados por um sistema educacional que não formou para a vida e nem para a contestação da realidade. Os cursos que foram acompanhados, por meio da pesquisa, apresentaram conteúdos técnicos e práticos elementares, com poucas condições de preparar realmente o sujeito para uma atividade profissional. Daí a necessidade do indivíduo estar sempre buscando uma nova formação para complementar a instrução recebida anteriormente, embora os alunos tenham avaliado os educadores e os cursos sempre positivamente. É exatamente este comportamento acomodado, por parte dos educandos, que cria as condições necessárias para que sejam manipulados de acordo com os interesses do sistema produtivo.

Os educandos que participaram da pesquisa demonstraram a compreensão sobre a necessidade de ter uma instrução profissional ou de atualizar suas habilidades, para aqueles que já estavam no mercado de trabalho. Foi este sentimento que pareceu servir de estímulo a que buscassem fazer novos cursos e não se contentarem com apenas um, no intuito de ampliar seus "conhecimentos" e as possibilidades de empregabilidade.

O discurso, presente no mercado, de que a qualificação profissional é importante, pareceu contaminar a mente e os ideais dos indivíduos, como algo capaz de conduzi-los a um lugar melhor, mas os incapacitou a assimilarem, qualitativamente, os efeitos da qualificação profissional e da formação cidadã em suas vidas. Interessava apenas ter a instrução para, com isso, conseguir uma ocupação que promovesse uma inserção imediata. Frente às exigências do mercado de trabalho e à urgência para ter emprego e renda e tornar-se um consumidor, não havia tempo para desenvolver estratégias voltadas para uma

formação profissional que proporcionasse a estes sujeitos um trabalho com maior remuneração e, menos ainda, para compreender o seu lugar social e o seu papel como cidadãos.

A noção de instrução profissional pareceu adaptar-se muito melhor a esse ambiente do trabalho temporário, flexível, volátil, de homens também temporários e flexíveis que não necessitavam, no seu conjunto, de uma formação mais elaborada para desenvolver uma profissão, até porque o mercado passou a privilegiar mais o sentido de habilidades ou capacidades, em detrimento da profissão, como formação social. A mensagem simbólica que povoa o mundo do trabalho na contemporaneidade é de que o sujeito tem que ser "proativo", ou seja, tem que estar disposto a toda espécie de exigência no trabalho e considerar isso como sendo competência, eficiência e produtividade. É uma espécie de indivíduo que não cria, não pensa, apenas realiza uma instrução própria para o momento, já que o trabalho assume um caráter cada vez mais efêmero, interferindo na subjetividade do trabalho (PAIVA, 1995).

A partir destas considerações, verificou-se que a formação cidadã dos sujeitos, assim como a sua inserção social, enquanto propostas presentes no PNQ/PlanTeQ-PB, encontram-se comprometidas, tendo em vista os cursos não oferecerem condições para preparar os educandos para uma atuação política participativa. Assim, é difícil esperar um sujeito consciente do seu lugar social e exercendo plenamente a sua cidadania, pois, da forma como a qualificação profissional vem sendo conduzida, apresentando fissuras graves no processo de construção e execução da política pública, pode estar ocorrendo a continuidade de uma formação profissional instrumentalizada para acolher os interesses do capital, privilegiando instruções elementares para adequarem-se às engrenagens da reprodução capitalista, em detrimento da formação do saber e de uma inserção social duradoura.

Considerações finais

Mesmo com as ausências e a falta de conhecimento sobre os princípios e objetivos do PNQ/PlanTeQ, por parte de alguns entrevistados, de um modo geral, todos concordaram não ser fácil encaminhar uma política pública de qualificação profissional no estado da Paraíba, uma vez que a inserção social e profissional vem se mostrando bastante complexa e exigindo a integração de outros programas sociais para a sua efetividade. É preciso que os cursos sejam oferecidos com o sentido de formar pessoas aptas para o mercado de trabalho e em condições de exercer cidadania.

Como consequência do fraco envolvimento dos agentes na gestão e execução do programa de qualificação, a política de qualificação profissional tende a concentrar-se e identificar-se com uma abordagem mais quantitativa e mercadológica sobre o problema do emprego, em que mais importam os números da qualificação e da empregabilidade, sem maior preocupação com a inserção social cidadã.

O tratamento da relação entre qualificação profissional e inserção cidadã, presente no PNQ/PlanTeQ, apresentou-se complexo, expressando a difícil compatibilização entre mercado e cidadania. Além dos impasses encontrados na gestão e execução do programa, esta dificuldade está presente na própria forma de atuação dos sujeitos (gestores, empregadores, executores e trabalhadores), em determinados momentos ausentes e não alcançando a dimensão que o significado da inserção social representa em um ambiente de permanentes desinserções.

O processo da qualificação profissional, através das políticas públicas, faz-se perverso por alimentar a fé no sujeito participante, competente e independente. Isso não quer dizer que a concepção do programa de qualificação profissional deixe de contemplar princípios políticos que tenham a intenção de privilegiar uma maior participação da sociedade, formando sujeitos pensantes e de ação. A partir da pesquisa realizada, apreendeu-se que, na prática, a ideologia do capital e as relações de poder são articuladas de forma a contaminar parte do processo de construção social da política pública, transformando os sujeitos de ação em indivíduos, aparentemente, incapazes e desqualificados politicamente.

Apesar de constituir-se numa proposta de visível importância, a formação social e cidadã dos sujeitos, com a intenção de enriquecer a dimensão da participação política, tem sido dificultada por uma ordem de poderes estabelecidos para controlar o processo de recriação e reprodução de riqueza e, neste, o trabalhador e suas capacidades. Neste movimento, resta ao trabalhador lutar para manter-se vivo e útil à produção, renovando ou qualificando o valor de uso de sua mercadoria força de trabalho.

Se não houver uma interferência mais qualitativa por parte dos representantes dos trabalhadores, do modo como vem se processando, a qualificação profissional tende a evoluir apenas pelo lado da instrução profissional, tornando o sujeito mais passivo e acomodado às exigências do mercado. A formação política e cidadã só interessa aos trabalhadores, pois é contrária à postura do sujeito adestrado e não conduz a um comportamento prático e eficiente para atender às condições do mercado. Por isso, é fundamental

aperfeiçoar as formas de controle social da política pública e fortalecer a participação dos agentes envolvidos nas ações de qualificação profissional para que os educandos possam ter, de fato, uma formação de qualidade, que lhes possibilite inserção social permanente e condizente com as exigências do mercado de trabalho.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 2005.

AZEREDO, Beatriz. Políticas públicas de geração de emprego no Brasil: limites e possibilidades. *In*: OLIVEIRA, M. A. de (Org.). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas, Unicamp-IE, 1998.

BRASIL. Plano Nacional de Qualificação - PNQ. 2003. http://www.mte.gov.br/pnq. Acesso em 26 de janeiro de 2010.

DEDECCA, Claudio. Emprego e qualificação no Brasil dos anos 90. *In*: OLIVEIRA, M. A. de (Org.). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas, Unicamp-IE, 1998.

DEMO, Pedro. "Focalização" de políticas sociais: debate perdido, mais perdido que a "agenda perdida". São Paulo, *Revista de Serviço Social*, Ano XXIV, nº 76, nov./2003.

MORETTO, Amilton, GIMENEZ, Denis e PRONI, Marcelo. Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil. *In*: PRONI, M. e HENRIQUE, W. (Orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade*: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

MORETTO, Amilton. Políticas de emprego no Brasil: algumas considerações sobre os anos 90. *In*: DIEESE. *Emprego e desenvolvimento tecnológico*: artigos dos pesquisadores. São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 1999.

NASCIMENTO, Elimar do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. *In*: BURSZTYN, M. (Org.), *No meio da rua*: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos 'existem'? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, nº. 33, ano 12, pp. 49-61, fevereiro de 1997.

ORTEGA, Antonio; OCANÃ, Carmen; FARELO, Rocio. *Paro, exclusión y políticas de empleo*: aspectos sociológicos. Valencia, Tirant lo Blanch, 2004.

PAIVA, Vanilda. *Inovação tecnológica e qualificação*. Campinas, Educação & Sociedade, Papirus, v. XVI, n. 50, p. 70-92, abril/1995.

A experiência da comissão municipal de emprego de Campina Grande como espaço de participação e controle sociais[64]

Josilene Felix Marinho
Roberto Véras de Oliveira

Introdução

A participação e o controle sociais nas/das políticas públicas têm ganhado relevância no Brasil nos últimos 20 anos, com a criação de espaços próprios para essas práticas, a partir da Constituição Federal de 1988. Quando esses espaços, na área das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda – PPETR, começaram a ser constituídos, na forma do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador – CODEFAT, em âmbito nacional, e de Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, nos âmbitos das esferas subnacionais, no início dos anos 1990, o país já se encontrava em um contexto político e econômico marcado pela desresponsabilização do Estado para com as questões sociais e pela desregulamentação da economia, sob a influência do neoliberalismo. Tais políticas, não obstante as possibilidades trazidas pela Nova Constituição na perspectiva da universalização de direitos, orientaram-se, nesse novo contexto, para públicos específicos e restritos, em uma perspectiva de focalização.

Aqui interessa discutir em que medida, sob as referências e condições acima indicadas, a Comissão Municipal de Emprego de Campina Grande – CMTER/CG, enquanto espaço de participação e controle sociais, tem

---

64 Este artigo se baseia na Dissertação de Mestrado defendida por Josilene Felix Marinho, em 2009, no PPGCS/UFCG, sob a orientação de Roberto Véras de Oliveira, com o título *Participação e controle sociais no Sistema Público de Emprego: um olhar a partir da Comissão Municipal de Emprego de Campina Grande*. O mesmo foi originalmente publicado na Revista Política e Trabalho, N. 32, abr/2010.

conseguido influir na estruturação e condução das PPETR do município. Se constitui como uma experiência importante do ponto de vista da construção de uma prática de gestão participativa e democrática, que articula sob outras bases, diversas daquelas historicamente sedimentadas, Estado e sociedade civil? Em que medida a experiência das Comissões de Emprego, por meio de um estudo particularmente centrado no caso da CMTER/CG, indica avanços na perspectiva de construção de uma nova cultura baseada em valores republicanos e democráticos?

Com vistas a uma contextualização do ambiente social e político para permitir minimamente situar a experiência em questão, requer que se retome aqui os elementos característicos do padrão de relações de trabalho que se estabeleceu no país com o seu processo de industrialização. Associado a isso, reconstituímos, em linhas gerais, a trajetória histórica de desenvolvimento das políticas públicas sociais e de construção da cidadania no país. Na seqüência, recuperamos sucintamente o processo de construção das políticas públicas de emprego, trabalho e renda e das comissões de emprego. Armado o cenário, opera-se uma análise da experiência da CMTER/CG, nos termos aqui propostos, seguindo-se algumas considerações finais.

Quanto ao padrão histórico de relações de trabalho e de políticas sociais no Brasil

O processo de industrialização brasileiro se deu tardiamente, comparativamente aos países centrais do capitalismo. Conforme Oliveira (1987), esse processo intensificou-se, sobretudo, após a crise de 1929, quando o país foi levando a operar a passagem de um modelo agroexportador para um modelo urbano-industrial. Um primeiro impulso consistiu na implementação de uma *política de substituição de importações65*. Nesse período, começou a ser incorporado no país os procedimentos *tayloristas* de organização da produção, já em pleno desenvolvimento sobretudo nos EUA, trazendo mais enfaticamente a referência da racionalização para a produção e para as relações de trabalho. Ao mesmo tempo, os equipamentos aqui utilizados eram de tecnologia

65 Ver análise trazida por Oliveira (1987, p. 39) sobre essa fase do processo de industrialização brasileiro. Segundo ele, as relações externas entraram em crise, criando condições propícias para o desenvolvimento de um novo modelo de acumulação, mas não de maneira suficiente, sendo necessário "encontrar um novo modo de acumulação que substitua o acesso externo da economia primário-exportadora".

ultrapassada, descartada pelos países centrais (OLIVEIRA, 1987; LIPIETZ, 1989). Para viabilizar as condições necessárias à implementação dessa perspectiva de desenvolvimento, o Estado trouxe para si a responsabilidade de orientar, normatizar e intervir diretamente na organização econômica, o que incluiu uma decidida atuação no sentido de controlar a força de trabalho e a organização sindical. Nesse particular, em meio a um articulado e complexo arsenal de medidas político-institucionais, destacaram-se a constituição de aparatos legais nos campos trabalhista, sindical e previdenciário (OLIVEIRA, 1987).

A partir dos anos 1950, o país fez um novo movimento para se inserir na economia mundial, quando a sua economia se encontrava cada vez mais orientada à industrialização: agora se tratava de baseá-la em uma composição triangular, envolvendo o capital privado nacional (voltado aos segmentos mais populares e tradicionais da indústria e ao comércio local), o capital estatal (centrado na infra-estrutura e produção de bens intermediários) e o capital multinacional (orientado para a produção de bens de consumo duráveis, ocupando o lugar mais dinâmico e rentável). Com a crescente incorporação de multinacionais ao parque industrial do país, irradiaram-se traços do *padrão fordista* de produção. Contudo, no caso brasileiro, esse modelo não se efetivou em caráter mais completo, como havia ocorrido nos países centrais, adquirindo características de um *fordismo periférico*[66]. Para consolidar-se – mesmo que de maneira incompleta – requereu um Estado forte e centralizador, capaz de conter ou minimizar as práticas de resistência dos trabalhadores e da sociedade civil e, ao mesmo tempo, operar certas concessões de benefícios sociais a segmentos limitados das populações trabalhadoras (OLIVEIRA, 1987; LIPIETZ, 1989; DRUCK, 1999).

66 O modelo de acumulação aqui adotado é denominado de *fordismo periférico* porque, diferentemente do que ocorreu nos países centrais, no Brasil, esse modelo se deu de maneira incompleta, não se incorporando, sob a configuração de uma sociedade salarial, benefícios sociais em caráter mais amplo e universal e processos de negociação social envolvendo representações sindicais de trabalhadores, empregadores e Estado. Ao contrário, no país, o modelo não foi capaz de promover a integração ao mercado de trabalho e ao consumo senão de parcela restrita das massas de trabalhadores, assim como os benefícios sociais incorporados o foram sempre em caráter restrito e sob forte tutela do Estado. Assim, não se efetivou aqui um Estado de Bem-Estar Social (LIPIETZ, 1989; DRUCK, 1999).

Esse modelo se firmou como padrão de acumulação até a passagem dos anos 1970 aos 1980, quando o país, sob um alto custo social, atingiu o auge do seu "milagre econômico". Com isso, aprofundou-se ainda mais sua incapacidade de atender a anseios básicos de amplas parcelas dos trabalhadores, as quais se viam impedidas de usufruir da riqueza que ajudavam a produzir, à medida que o seu nível de rendimento, além de não possibilitar sua inserção em um padrão de consumo minimamente próximo daquele dos países do capitalismo central, apresentava-se declinante em relação a níveis já obtidos em anos anteriores (OLIVEIRA, 1987).

As relações de trabalho no país estiveram marcadas, nesse percurso histórico, por forte segmentação e desigualdade, sendo que às maiorias impuseram-se condições de extrema precariedade: baixos salários, baixa qualificação, vínculos precários, informalidade, expressiva presença de trabalhadores autônomos. Entretanto, até esse momento prevalecia uma tendência a um assalariamento crescente e à formalização dos vínculos de emprego (POCHMANN, 1999, 2001a, 2001b, 2006). Tal configuração leva a uma inserção diferenciada do país no novo contexto mundial trazido com a crise do *fordismo* e a emergência da *produção flexível,* como também com a globalização e a disseminação do pensamento neoliberal. Ou seja, as transformações que passam a ocorrer aqui sofrem importante influência de tendências mundiais, relacionadas com a crise do *modelo de acumulação fordista* (ANTUNES, 2006). Assim, a passagem da década de 1980 para a década de 1990 assinala uma inflexão relativa às relações de trabalho, já sob o marco do esgotamento do modelo desenvolvimentista e da emergência da *produção flexível.* Tais mudanças assumem características singulares no caso brasileiro, frente ao que ocorria nos países centrais do capitalismo, em função do perfil de relações de trabalho constituído no país, acima sinalizado. A flexibilização das relações de trabalho desencadeada, sobretudo nos anos 1990, aprofundou um quadro de desigualdades, de flexibilidade e de precariedade historicamente presente, invertendo as tendências anteriores de crescentes assalariamento e formalização dos vínculos de trabalho (SINGER, 1998; PROCHMANN, 1999).

Considere-se, ainda, que entre o final dos anos 1970 e o final dos anos 1980, o país vivenciou um processo político marcado por intensas lutas sociais e políticas, quando, parafraseando Eder Sader (1988), "novos personagens entraram em cena", na forma de *novos movimentos sociais* e de um *novo sindicalismo*. Os principais resultados políticos dessas lutas expressaram-se nas conquistas sociais e políticas inscritas na Constituição de 1988, que assegurou direitos civis, políticos e sociais com uma abrangência e alcance inéditos no

país. Apesar das conquistas trazidas pela Nova Constituição, a implementação de uma nova orientação macroeconômica de teor neoliberal, de uma ação governamental desregulamentadora dos mercados de produtos, financeiro e de trabalho, de uma ação de Reforma do Estado no sentido de sua adequação às exigências do mercado, associadas à introdução de novos métodos de gestão da produção e do trabalho, por parte das empresas, tudo combinado e articulado em uma fina sintonia de discursos nos planos empresarial, governamental e midiático, trouxe impactos desagregadores à estrutura e dinâmica das relações de trabalho no país, ao longo dos anos 1990 e se estendendo pelo menos até o começo da década seguinte. Nesse período, ocorreu significativo aumento do desemprego e da precarização das relações de trabalho, ou seja, por um lado, o emprego assalariado formal sofreu clara redução e, por outro, as vagas assalariadas sem registro e as ocupações não-assalariadas cresceram proporcionalmente (POCHMANN, 2001).

Nesse novo padrão, o mercado de trabalho passou a exigir, dos cada vez mais restritos trabalhadores que permaneceram sob vínculos formais de emprego, maiores níveis de qualificação profissional e de escolarização e maior versatilidade no exercício de suas funções (multifuncionalidade, polivalência), de modo a não responderem apenas por uma atividade específica, mas por um conjunto de atividades antes realizadas por um maior número de trabalhadores. Aos demais, segmentos cada vez mais numerosos, relegaram-se condições e vínculos de trabalho ainda mais precários (na forma de trabalho informal, terceirização, trabalho doméstico etc.). Assim, o nível de exploração da força de trabalho ampliou-se e, ao mesmo tempo, os direitos trabalhistas foram afetados, pois a flexibilização atingiu, além do processo produtivo, as próprias relações trabalhistas, que sofreram um efeito fragmentário (com a instituição do trabalho em tempo parcial, do trabalho temporário, da terceirização, do trabalho domiciliar, etc.), com importantes perdas de direitos (ANTUNES, 2006; DRUCK, 1999; KREIN, 2001).

Foi sob tal contexto que se estabeleceram, em bases históricas e atuais, as políticas sociais e de emprego no Brasil. Como se articularam e se articulam e se influenciam mutuamente as esferas do trabalho e das políticas sociais e de emprego no país? Quais são os efeitos e as repercussões dessa interação? Para adentrar nessa discussão, faz-se aqui necessário uma recuperação, em perspectiva histórica, sobre como se desenvolveu a questão social no país. Por um longo período, que foi do final do século XIX até o final dos anos 1920, a questão social no país foi compreendida e tratada como *problema social*, portanto, como uma situação social que se apresentava fora da normalidade – esta

definida segundo critérios éticos e/ou morais –, e dependente da filantropia religiosa e privada. Nesse cenário, não existia um padrão mínimo de cidadania e de espaço público a partir do qual as demandas dos indivíduos pudessem ser apresentadas e tratadas como legítimas demandas sociais públicas. Essa situação modificou-se, em alguma medida, a partir da década de 1930, quando a questão social passou a ser vinculada ao trabalho assalariado e ganhou ares de questão de Estado. A partir deste momento, estabeleceu-se uma distinção entre *cidadãos* e *pobres* (COHN, 2000). Eram considerados cidadãos aqueles que estavam formalmente vinculados ao mundo do trabalho, passando a adquirir certos direitos e garantias – na forma de uma *cidadania regulada* (SANTOS, 1987). Aqueles que estavam fora do mercado de trabalho, destituídos de qualquer direito e garantia, continuavam sendo alvo apenas das ações de filantropia e de caridade privadas e religiosas. Assim, a questão social dos trabalhadores assalariados passou a ser uma questão de cidadania (tutelada) e a questão da pobreza continuou sob a responsabilidade da esfera privada.

Os direitos sociais adquiridos pelos trabalhadores (em sentido restrito, assalariados com carteira assinada), nesse período, foram imputados à ação do Estado, que instituiu uma forte regulamentação das relações de trabalho por meio das legislações trabalhista, sindical e previdenciária. Esses segmentos de trabalhadores foram retirados do domínio irrestrito da classe patronal e colocados sob a proteção e dependência do Estado. Sob esses novos parâmetros é que se balizaram as políticas desenvolvidas para a área do trabalho. A partir da década de 1950, a questão social sofreu nova inflexão. O Estado passou a prover os direitos sociais mais amplamente, fornecendo-os a partir do suporte de serviços produzidos pelo setor privado. Essa articulação entre o público e o privado possibilitou a estruturação de um setor de serviços privado bastante forte, sobretudo, porque não estava submetido aos riscos inerentes ao mercado, sendo sua demanda assegurada pelo Estado (COHN, 2000).

No caso brasileiro, por razões históricas, a sociedade civil, num movimento de resistência marcado por avanços e recuos, por um longo tempo, foi tolhida de atuar mais efetivamente nos destinos do país. Com o Regime Militar, que se estabeleceu a partir de 1964, os espaços de organização social e política das classes populares tornaram-se ainda mais restritos e reprimidos. Tal situação sofre importante mudança, a partir do final da década de 1970, com o surgimento dos *novos movimentos sociais*, os quais muito contribuíram para o fim do regime militar. A partir de então, segmentos historicamente marginalizados do processo político brasileiro passaram a assumir um papel mais ativo na sociedade, ganhando força com a abertura política e o processo de redemocratização do país, ao longo da década de 1980, e com a

promulgação da "Constituição Cidadã", em 1988. Esta se tornou um marco quanto à incorporação de direitos políticos, sociais e trabalhistas no país (TELLES, 1999; COHN, 2000; DAGNINO, 2002). A Constituição de 1988 representou a ampliação dos direitos civis, políticos e sociais e a instituição de parâmetros para a criação de espaços de intervenção da sociedade civil na gestão pública, como esforço para a democratização do Estado. Possibilitou novas conquistas no sentido da participação direta dos cidadãos nas definições e acompanhamento/controle das políticas públicas em diversas áreas – saúde, educação, assistência social, assistência ao menor, agricultura familiar, gênero, emprego, trabalho e renda, fortalecendo a nova articulação entre Estado e sociedade civil.

Daí resultaram os Conselhos de Gestão de Políticas Setoriais[67]6 e as experiências de Orçamento Participativo, mecanismo que passou a possibilitar à população uma maior intervenção na gestão local, com vistas à definição das áreas prioritárias para aplicação dos recursos públicos. Repercutiu também na área do trabalho, com a estruturação das Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda e, ao mesmo tempo, com a descentralização de sua gestão e controle, tanto em relação aos Estados e municípios, como em relação aos agentes nelas envolvidos (trabalhadores, empregadores e governos), assim como por meio da criação das Comissões e Conselhos, estaduais e municipais, de caráter triparte e paritário (RIBEIRO e KRAUSE, 2007; VÉRAS DE OLIVEIRA e SOCHACZEWSKI, 2007).

Essas mudanças no âmbito social e político ocorreram em um momento em que a economia e o mundo do trabalho também estavam vivenciando alterações significativas, sob a influência de transformações na dinâmica mundial do capitalismo. Nos anos 1990, o país vivenciou uma nova inflexão no modo de lidar com a questão social, ocasionada pelo processo de *contra-reforma* do Estado, em um contexto de intenso movimento de desregulamentação dos mercados e de abertura econômica, sob o argumento da necessidade de a economia nacional tornar-se competitiva frente aos mercados estrangeiros, sendo priorizada a esfera econômica em detrimento das esferas política e social (DINIZ, 1997). Nesse novo cenário, perde centralidade a referência dos direitos de cidadania e o princípio da universalização dos serviços públicos e em seu lugar se estabelece a referência das políticas compensatórias e focalizadas

---

67 Conselhos de Assistência Social, de Educação, de Saúde, de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, de Defesa do Meio Ambiente, entre outros (TATAGIBA, 2002, BAVA, 2004).

e a desresponsabilização do Estado quanto à questão social (TELLES, 1999; COHN, 2000).

Essa postura assimilou o processo de descentralização das políticas sociais que estava sendo reivindicado pela sociedade civil, criando condições para a implantação de diversas iniciativas no âmbito do que se convencionou denominar por *terceiro setor68*, constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, tendo como objetivo gerar serviços de caráter público, a serem viabilizados em parceria com o Estado, em complementação e/ou substituição às ações estruturadas no âmbito governamental (KANITZ, 2006; MONTAÑO, 2007).

Esse quadro adverso começa a ser revertido, em alguma medida, a partir de 2003, quando a questão social volta a ganhar maior relevância e o debate sobre participação e controle sociais ganha novo fôlego, a partir da realização de conferências nas diversas áreas – saúde, assistência social, meio ambiente, etc. –, da criação de espaços de concertação social, dentre outras iniciativas (VÉRAS DE OLIVEIRA e SOCHACZEWSKI, 2007).

As Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil e seus espaços de participação e controle sociais

Quanto às PPETR, o processo de sua construção no país sobretudo tem ganhado maior relevância mais recentemente. Algumas medidas de proteção ao trabalhador começaram a ser instituídas desde os anos 1920 e nas décadas seguintes foram regulamentadas as legislações trabalhista, previdenciária e sindical. Contudo, tais iniciativas, além de marcadas por um caráter autoritário, clientelista e de tutela do Estado, não passaram de medidas pontuais e restritas (BARBOSA e MORETO, 1998). Em 1975, sob pressão internacional, foi criado o Sistema Nacional de Emprego – SINE[69], o qual passou a atuar apenas, e ao mesmo tempo sob grande limitação, na função de intermediação de mão de obra.

---

68 Do ponto de vista político, essas iniciativas surgem dentro da lógica neoliberal do "Estado mínimo", o qual deve passar a atuar apenas como regulador das relações econômicas e garantia do direito de propriedade, serviços de saúde e educação (Montaño, 2007).

69 O SINE foi instituído através do Decreto nº. 76.403, de 08 de outubro de 1975, baseado na Convenção nº. 88 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Foi principalmente com a ascensão das lutas sindicais, ao longo da década de 1980, e com a promulgação da Constituição de 1988, que se colocaram novas condições ao processo de construção das PPTER no país. O seguro-desemprego foi instituído em 1986 e, na sequência, incorporado ao texto constitucional. A partir da Nova Carta se estabeleceram parâmetros para a estruturação de espaços de participação e controle sociais quanto às políticas públicas em geral e às políticas públicas referidas ao trabalho, em particular. Para viabilizá-las financeiramente foi criado o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e regulamentado o Conselho Deliberativo do FAT – CODEFAT[70], este tendo o papel de gerir, em regime tripartite e paritário, os recursos daquele e também regulamentar a constituição dos conselhos/comissões de emprego, trabalho e renda, nos níveis estaduais e municipais, as quais começaram a ser instituídas em 1994 (BARBOSA e MORETO, 1998).

A partir de 1994, os recursos do FAT passaram a financiar políticas de micro-crédito, por meio do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER e, a partir de 1996, do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF. Em 1995, também contando com recursos do FAT, foi instituído o Plano Nacional de Formação Profissional – PLANFOR, com a meta de atingir no final da década cerca de 20% da População Economicamente Ativa – PEA. Em 2003, foi criado o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, em substituição ao PLANFOR. Em 2004, foi criado o Programa do Primeiro Emprego. Em 2004 e 2005, ocorreram, respectivamente, o I e o II Congresso Nacional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, envolvendo gestores de políticas de trabalho, membros de comissões de emprego, intelectuais e organizações representativas da sociedade.

Diante de uma trajetória tardia e fragmentada de construção das políticas públicas de emprego no Brasil, tais congressos colocaram-se o desafio prioritário de criar as condições da integração sistêmica das funções de seguro-desemprego, intermediação de mão de obra, formação profissional, orientação profissional, certificação profissional, políticas específicas para a juventude, programas de geração de emprego, trabalho e renda, sistema de informação sobre o mercado de trabalho. Definiram, ainda, como prioridade, o fortalecimento das comissões de emprego, a atualização da legislação sobre o sistema público de emprego, trabalho e renda, a articulação com as políticas públicas de desenvolvimento, de educação e de saúde e previdência. Em 2005, o CODEFAT, por meio da Resolução nº 466 (CODEFAT, 2006), deu um

---

70 O FAT e o CODEFAT foram criados através da Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990.

passo adiante e instituiu o plano plurianual nacional e estadual do sistema público de emprego, trabalho e renda.

A experiência histórica dos conselhos de gestão, em geral, e das comissões de emprego, em particular, desenvolveu-se, assim, perpassada por duas referências principais. De um lado, encontra-se marcada pelas conquistas sociais dos anos 1980, particularmente quanto à ampliação de espaços de participação na gestão das políticas públicas, na forma de conselhos e fóruns públicos. Encerra um imenso desafio, haja vista a tradição autoritária presente no processo de formação social e política do país[71]. De outro lado, tem sofrido uma forte pressão por parte de um contexto no qual os assuntos relacionados ao trabalho e às políticas públicas sociais foram deslocados da referência dos *direitos sociais* para a referência da *parceria* (com o Terceiro Setor) e de uma *nova filantropia social* (TELLES, 1999). A experiência dos conselhos de gestão pública estabeleceu-se, assim, marcada por uma forte ambigüidade: entre a condição de espaços e de oportunidade de *participação cidadã* e a condição de recurso e de estratégia de *cooptação política*.

Trata-se, portanto, de uma experiência marcada por limitações e potencialidades. Para um balanço preliminar sobre a experiência das Comissões de Trabalho e Emprego, em particular, Véras de Oliveira e Sochaczewscki (2007) apontaram os seguintes aspectos principais: até o momento as referidas comissões não incorporaram um papel deliberativo mais relevante na condução das PPTER, restringindo-se quase sempre a um papel homologador; em geral, contam com importantes limitações enquanto espaços de representação dos interesses e demandas da sociedade no campo das relações de trabalho (seja quanto aos segmentos representados nas comissões frente ao conjunto dos que atuam nesse campo, seja quanto às entidades designadas como representantes desses segmentos, seja ainda com relação aos membros escolhidos como representantes dessas entidades); quase sempre as comissões não contam com condições de financiamento e infra-estrutura adequados ao desempenho de suas atribuições, contribuindo para limitar seu campo de ação; em muitos

---

71 Para Dagnino (2002, p. 09), apoiando-se em Avritzer (1994), "a sociedade civil brasileira, profundamente marcada pela experiência autoritária do regime militar instalado em 1964, experimenta, a partir da década de 70, um significativo ressurgimento. Esse ressurgimento, que tem como eixo a oposição ao Estado autoritário, foi tão significativo que é visto, por alguns analistas, como de fato a fundação efetiva da sociedade civil no Brasil, já que sua existência anterior estaria fortemente caracterizada pela falta de autonomia em relação ao Estado".

casos, o poder executivo tem exercido um papel desproporcional à sua representação, comprometendo na prática seu caráter tripartite e paritário.

É sob tais referenciais que passamos a analisar a experiência da Comissão Municipal de Trabalho, Emprego e Renda de Campina Grande.

A experiência da Comissão Municipal de Trabalho, Emprego e Renda de Campina Grande em questão

O município de Campina Grande, Paraíba, tem sido, historicamente, uma referência na Região Nordeste. Vivenciou o Ciclo do Algodão, da primeira para a segunda metade do Século XX, momento em que se configurou como um importante entreposto comercial regional. A partir dos anos 1950, e sob o impacto dos incentivos fiscais da SUDENE incorporou a industrialização em sua dinâmica econômica e social. A população do município sofreu, nesse período, uma grande expansão, sobretudo, durante os anos de 1970 e 1980, conforme Silva Júnior (2003). Entretanto, sobretudo a partir do final dos anos 1970, o modelo de industrialização patrocinado pela SUDENE deu sinais de crise, com o fechamento de suas maiores indústrias. Os anos 1980 foram marcados por um declínio expressivo do Produto Interno Bruto local e a cidade perdeu importância regional (SILVA JÚNIOR, 2003).

A combinação desses elementos passou a exercer uma forte pressão sobre o mercado de trabalho local, principalmente durante a década de 1990, período em que passou a viger a política neoliberal no país, trazendo sérias implicações para o desenvolvimento regional e nacional. O reflexo desse movimento apareceu através do crescimento da informalidade, como a criação de alternativas de sobrevivência por parte das pessoas não absorvidas pelo mercado de trabalho formal, que se fizeram presentes em vários setores da economia local. Alves e Silva Júnior (2008), em estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho de Campina Grande no período recente (1985-2005), constatam que os setores primário e secundário perderam importância no município. No caso específico da indústria, constatou-se um decréscimo de sua importância relativa ao total das ocupações, passando de 16% em 1980 para 14,8% em 2000. Por outro lado, o setor terciário (comércio e serviços) apresentou um crescimento relativo de aproximadamente 20%. Mas isso não significou melhora na qualidade dos postos de trabalho gerados no setor, tanto que, em 2000, aproximadamente 54% das ocupações existentes no município foram consideradas no referido estudo como precárias, marcadas pela informalidade e pelos baixos rendimentos.

Mas o processo de desconcentração industrial verificado no país, nas últimas décadas, que beneficiou o Nordeste, em geral, trouxe algum ganho para a Paraíba e Campina Grande, em particular. Conforme Alves e Silva Júnior (2008), a participação de Campina Grande no emprego formal da Paraíba passou de 12,3%, em 1985, para 13,3%, em 2005. Essa realidade do mercado de trabalho local, com seus avanços e recuos quanto à ocupação da mão de obra, repercute na estruturação e oferta das PPETR. Conforme análise trazida por Carvalho *et al* (2008) sobre as PPETR desenvolvidas no município no período de 1997 a 2007, as políticas ativas estiveram centradas, sobretudo, nas ações de qualificação profissional, microcrédito orientado, incentivo à Economia Solidária e apoio ao artesanato, sejam elas desenvolvidas por entes municipais, estaduais e/ou federal. Quando se analisa as iniciativas na área da qualificação profissional, constata-se a forte presença de cursos voltados para a auto-ocupação, o que em geral ocorre em bases informais. O microcrédito orientado destina-se, em sua maior parte, ao setor informal, incentivando a criação de micro e pequenos empreendimentos ou potencializando os já existentes. As ações voltadas para o setor de artesanato e da Economia Solidária também têm essas mesmas características. Tratam-se de iniciativas, em geral, ainda muito frágeis e descontínuas. Quase sempre, quando muito, acompanham o período de vigência de um mandato, quando são reinventadas a cada vez.

É neste cenário histórico e atual que se situa a experiência da Comissão Municipal de Trabalho, Emprego e Renda de Campina Grande. Tendo sido criada pelo poder executivo municipal, em 28 de agosto de 1995[72], em consonância com as determinações do CODEFAT, quando foram definidas as instituições representantes das bancadas governistas, dos trabalhadores e dos empregadores, à CMTER foi atribuído o propósito maior de prover a adequação do município perante as políticas do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o qual colocava esta como condição para Municípios e Estados acessarem os recursos do FAT destinados a tais políticas. Para cada bancada foram designadas 05 representações titulares e 05 suplentes, totalizando 30 membros. Além destes, foi prevista a participação da Secretaria Executiva, exercida desde então pelo Gerente do SINE/PB.

A CMTER, conforme o papel definido pelo MTE, tem a responsabilidade e a função de: conhecer o mercado de trabalho local; orientar e controlar

72 Conforme publicação da Portaria nº 0955 no Diário Oficial do Estado da Paraíba, de 01 de novembro do mesmo ano, emitida pelo Poder Executivo.

a execução local das PPETR; e realizar articulação institucional. Diante de tais atribuições, coloca-se a questão: em que medida tem correspondido ao que preconiza o CODEFAT/MTE, quanto às suas responsabilidades e funções? Ou tão somente tem cumprido uma exigência legal para que o município possa acessar recursos federais para investimento nessa área, sem, contudo, ter uma intervenção decisiva sobre sua aplicação? Em outras palavras: qual o papel que a CMTER de Campina Grande tem desempenhado? Em que medida ela está discutindo a problemática do trabalho, emprego e renda em âmbito local e, nesta perspectiva, quais relações estabelece com os cenários regional e nacional, situando o município nessa conjuntura? Em que medida a CMTER pode ser tomada como espaço democrático, ou seja, enquanto espaço efetivo de representação e participação política (qual a influência do poder público, qual o envolvimento das organizações, qual sua capacidade representativa)? Em que medida tem sido capaz de formular um projeto de ação pública, referida ao trabalho e ao emprego para a cidade, capaz de influir sobre o desenvolvimento municipal? Estes questionamentos fundamentam-se na compreensão de que a CMTER constitui-se, formalmente, como um espaço de participação – representação e formulação estratégica – e controle sociais.

Embora esses espaços de participação e controle sociais tenham surgido como resultados das lutas pela democratização do país, quando da sua instituição, em muitos casos representaram mais a necessidade de adequação às legislações do CODEFAT para que Estados e municípios estivessem aptos a acessar os recursos do FAT para executar PPETR definidas pelo Governo Federal. É o que se verificou na experiência da CMTER de Campina Grande. Caso deixe de existir essa obrigatoriedade, vários entrevistados não apostam na sua permanência.

Por outro lado, esses espaços têm suas agendas muito pautadas pelas deliberações do Governo Federal, relativas às PPETR, conforme analisam Ribeiro e Krause (2007). Tanto é assim que, no início de sua atuação, a CMTER estava focada nas ações do PROGER, que consistia na liberação de recursos para pessoas de baixa renda que tinham ou queriam iniciar algum empreendimento, cujos projetos necessariamente precisavam passar pela CMTER. A partir de 2001 sua atuação voltou-se para as ações de qualificação profissional, mantendo-se até o momento esse como seu eixo principal. No ano de 2007, a CMTER ganhou maior relevância com sua participação efetiva no processo de municipalização das ações do SPETR, através da implantação do Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda – CPETR, órgão responsável pela execução das PPETR implementadas com recursos do FAT. A criação da CPETR significou maior poder de ação e decisão para o município, que passa

a ter a possibilidade de construir sua agenda de ações com maior autonomia sobre a gestão dessas políticas executadas em parceria com o governo federal. O município passou a ter melhores condições de estabelecer PPETR mais sintonizadas com as demandas e características do mercado de trabalho e realidade locais. Em outros termos, adquiriu melhores condições de estruturar e executar seu próprio projeto, voltado para as necessidades e vocações locais.

Antes, porém, a CMTER passou de dois a três anos sem atuação regular, levando a crer que não existe um movimento forte da sociedade civil capaz de garantir a permanência e a efetividade social desse espaço. Assim, reforça-se a necessidade de se ter uma sociedade civil forte e atuante, de maneira a ocupar estes espaços instituídos para sua participação, na perspectiva de consolidá-los e ampliá-los, conforme analisa Pontual (2008). É neste sentido que se coloca o desafio à CMTER, além de cumprir seu papel legalmente definido, de se constituir como ambiente efetivo de representação e participação social, validando a paridade formal.

A CMTER, além de ter seu funcionamento pautado pelas diretrizes e políticas definidas pelo CODEFAT e MTE, não consegue atuar em todas as frentes por eles apontadas, como, por exemplo, pesquisa sobre o mercado de trabalho para nortear sua atuação quanto à definição de ações, de modo a estabelecer com maior pertinência as necessidades que prioritariamente precisam ser atacadas. Mesmo em relação às ações de qualificação profissional e social, do PROGER, da intermediação de mão de obra e do seguro-desemprego, não consegue ter uma atuação efetiva junto a todos os órgãos executores dessas políticas no município. Sua atuação restringe-se, atualmente, às iniciativas que são desenvolvidas pelo CPTER. Pode-se afirmar, portanto, que a CMTER não tem uma atuação plena sobre as PPETR advindas do Governo Federal e desenvolvidas de maneira descentralizada com o Estado, o Município e entidades executoras.

Quando se analisa sua atuação em relação às PPETR desenvolvidas com recursos de outras fontes que não o FAT, verifica-se que ela não tem nenhuma intervenção. Pode-se dizer que até mesmo o conhecimento sobre essas iniciativas ocorre de maneira informal, não institucionalizada. Por sua vez, as discussões mais gerais sobre o mundo do trabalho acontecem à margem da discussão formal, não constando como pontos de pauta. Assim, verifica-se que a atuação da CMTER limita-se às PPETR que dependem de sua intervenção para haver a liberação de recursos especificamente do FAT. Seu papel, apesar de formalmente amplo, conforme resoluções do CODEFAT, na prática, torna-se muito restrito e pontual, sendo sua pauta de trabalho praticamente definida

em função da agenda governamental e segundo os prazos estabelecidos para a pactuação de convênios e repasses de recursos da esfera federal. Tanto é assim que as discussões constantes em ata são relativas às PPETR executadas pelo Governo Federal de maneira descentralizada com o município e entidades executoras, não havendo qualquer referência à discussão de outras iniciativas.

Dessa maneira, observa-se um descompasso entre as ações que a CMTER realiza e as competências que são preceituadas pelo CODEFAT/MTE, pois sua atuação, atualmente, restringe-se às políticas públicas de qualificação profissional e social, seguro-desemprego e intermediação de mão de obra, que são financiadas com recursos do FAT e executadas através do CPTER. Assim, não atua sequer sobre todas as PPETR integrantes do SPETR, e essa atuação inexiste em relação àquelas que são executadas com recursos originários de outras fontes de financiamento. Portanto, a CMTER não consegue desenvolver plenamente o exercício da participação e do controle sociais sobre as PPETR executadas no município.

Alguns fatores foram indicados como limitantes da atuação da CMTER. Um deles refere-se ao fato de seus Conselheiros não disporem de tempo suficiente para uma maior dedicação às atividades da Comissão, restringindo sua participação praticamente às reuniões, as quais são focadas basicamente nas questões específicas da qualificação profissional e social, e em algum acompanhamento das ações de intermediação de mão de obra e seguro-desemprego atinentes ao CPETR, conforme já mencionado. Um segundo fator indicado foi a falta de infraestrutura adequada (espaço próprio, equipamento, equipe de apoio)[73] para o seu funcionamento. Outro aspecto citado foi a falta de orçamento próprio, que repercute na falta de uma maior autonomia para o exercício do seu papel de controle social. Essas limitações também apareceram na análise de Véras de Oliveira e Sochaczewski (2007), quando do estudo sobre Conselhos/Comissões de Emprego atuantes no Brasil.

Nesse novo momento do SPETR, onde é preceituada a integração e a articulação das diversas PPETR e a necessidade de buscar sua convergência com as políticas voltadas para a proteção e a inclusão social, o desafio da CMTER amplia-se, devendo assumir presença mais efetiva na deliberação, na gestão e no controle do Sistema, conforme se discutiu no II Congresso Nacional do SPETR. Dessa maneira, as instituições que possuem representação na

---

73 A CMTER se utiliza da estrutura do SINE/CG para a realização de suas reuniões. O SINE/CG ainda permanecia desempenhando a função de Secretaria Executiva da CMTER.

CMTER têm sido chamadas a assumir uma maior responsabilidade para a consolidação das PPETR e do SPETR, no sentido de buscar fortalecer e respaldar sua atuação junto às suas bases, adquirindo, assim, maior efetividade na sua representação, o que conforme avaliam Dowbor, Houtzager e Serafim (2008) poderia concorrer mais efetivamente para legitimar esse espaço de participação e contribuir para o fortalecimento da democracia participativa.

Considerações finais

Os espaços próprios para a participação e controle sociais na área das PPETR começaram a ser instituídos a partir dos anos 1990 e foi nesse período que a CMTER de Campina Grande foi constituída. Sua atuação pode ser dividida em três momentos, a saber: a) no início de suas atividades esteve focada no Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER; b) em seguida, redirecionou sua atuação para a qualificação profissional, porém, sem poder de intervenção nessa política, por ser executada sob convênio do Governo Federal com o Governo Estadual; c) no momento atual, com a municipalização das ações do SPETR, a Comissão passa a ter uma atuação mais efetiva na definição e controle das PPETR executadas pelo Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda, contudo, não foi capaz de manter um debate mais estratégico sobre essas políticas, no sentido de formular um projeto articulando as ações conveniadas com o MTE com outras que se realizam e possam ser desenvolvidas sob outras fontes de recursos, inclusive do orçamento municipal.

Foram apontadas algumas das limitações enfrentadas pela Comissão, as quais consistem em: falta de uma infraestrutura adequada para seu funcionamento (indisponibilidade de equipamentos e de espaço específico); inexistência de um Grupo de Apoio à Pesquisa – GAP, que seja capaz de articular contribuições técnicas de instituições de pesquisa de modo a dar suporte às discussões, decisões e ações da Comissão; ingerência do poder executivo, de tal modo que retira autonomia da Comissão no que se refere às suas atribuições formais; falta de financiamento próprio, entre outras dificuldades.

Ainda assim, mesmo diante dessas limitações vivenciadas, a CMTER constitui-se como um espaço com potencial dinamizador da participação democrática na área das PPETR no município, sendo integrada por diferentes segmentos sociais que, em alguma medida, estão intervindo em decisões que antes eram tomadas exclusivamente pelo Poder Executivo. Os entrevistados foram unânimes em considerar essa como uma experiência válida,

sobretudo pelo potencial que o referido espaço indica com vistas a um exercício (e aprendizagem) de participação e controle sociais de políticas públicas. Cabe considerar que a experiência de conselhos gestores é muito recente no país. Sua existência consta de aproximadamente 20 anos e quando se analisa o processo histórico brasileiro com base nas relações socioeconômicas e políticas que se estabeleceram no país, é possível se entender as dificuldades para o desenvolvimento e a consolidação de experiências desse tipo.

Diante disso, entendem-se as dificuldades vivenciadas pela CMTER. Mas, sua consolidação enquanto espaço de participação e controle sociais vai depender de como seus representantes se posicionem frente a essas dificuldades para enfrentá-las, bem como intervenham na elaboração, gestão e controle das PPETR, buscando ampliar sua atuação para além daquelas iniciativas implementadas através do CPETR e, ao mesmo tempo, articulando essas políticas com as demais políticas sociais desenvolvidas no município, propiciando condições para uma gestão mais democrática e participativa.

Referências bibliográficas

ALVES, Jorge Souza; SILVA JÚNIOR, Geraldo Francisco da. A dinâmica recente do mercado de trabalho campinense: mudanças e permanências. 2008. *In*: Véras de Oliveira, R. (Org.). *Campina Grande em debate*: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas. Campina Grande: EDUEPB/EDUFCG, 2009.

ANTUNES, Ricardo. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: Silva, Maria O.; Yazbeck, Maria C. (Orgs.). *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez; São Luís: FAPEMA, 2006, p. 41-51.

BARBOSA, Alexandre; MORETO, Amilton. *Políticas de emprego e proteção social.* São Paulo: ABET, 1998.

BAVA, Sílvio Caccia. *Participação para quê?* 2004. Disponível em: <http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=54>, Acesso em: 07 jul. 2007.

CAMPINA GRANDE. Regimento Interno da Comissão Tripartite e Paritária de Emprego do Município de Campina Grande, 1995.

BRASIL. II Congresso Nacional: Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. São Paulo: MTE, CODEFAT, FONSET, 2005.

CARVALHO, Alberto *et al*. Políticas públicas de emprego, trabalho e renda: as experiências desenvolvidas em Campina Grande. 2008. *In*: Véras de Oliveira, R. (Org.). *Campina Grande em debate*: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas. Campina Grande: EDUEPB/EDUFCG, 2009.

CENTRO PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA**.** Disponível em: <http://www.portal.pmcg.pb.gov.br> Acesso em: 26 de maio de 2008.

COHN, Amélia. A Questão Social no Brasil: a difícil construção da cidadania. *In*: Mota, Carlos G. (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000):* a grande transação. São Paulo: Senac, 2000.

DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.* Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

DINIZ, Eli. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. *In*: Diniz, Eli; Azevedo, Sérgio de (Orgs.). *Reforma do Estado e democracia no Brasil:* dilemas e perspectivas. Brasília: Editora UNB, 1997.

DOWBOR, Monika; HOUTZAGER, Peter; SERAFIM, Lizandra. *Enfrentando os desafios da representação em espaços participativos.* São Paulo: CEBRAP/IDS, 2008.

DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica*. São Paulo: Boitempo; Salvador: Edufba, 1999.

KANITZ, Stephen. *O que é o Terceiro Setor?* Disponível em <http://www.filantropia.org/OqueeTerceiroSetor.htm>. Acesso em: 28 ago. 2006.

KREIN, José Dari. *As Mudanças institucionais e as relações de trabalho no Brasil após o Plano Real.* Campinas: 2001. Disponível em: <http://www.emprego.sp.gov.br/downloads/observatorio/mudancas_institucionais.doc>. Acesso em: 26 maio de 2009.

LIPIETZ, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. *In*: *Ensaios FEE*. Porto Alegre, nº 10, vol. 2, 1989, p. 303-335.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social:* crítica ao padrão emergente de intervenção social**.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira*: crítica à razão dualista. 5ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1987.

POCHMANN, Márcio. *O Trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto: 1999.

_____. *O emprego na globalização*: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial: 2001a.

_____. *A década dos mitos:* o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. São Paulo: Contexto: 2001b.

______. Rumos da Política do Trabalho no Brasil. *In*: Silva, Maria O.; Yazbeck, Maria C. (Org.). *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.* São Paulo: Cortez; São Luís: FAPEMA, 2006, p. 23-40.

PONTUAL, Pedro. Desafios à construção da democracia participativa no Brasil: a prática dos conselhos de gestão das políticas públicas. *Cadernos da CIDADE*, Nº. 14, volume 12, novembro 2008.

RIBEIRO, Natália; KRAUSE, Silvana. Participação e Representação Política nas Comissões/Conselhos de Emprego, Trabalho e Renda: a democracia participativa em construção. *In*: Véras de Oliveira, R. (org.). *Novo Momento para as Comissões de Emprego no Brasil?* Sobre as condições da participação e controle sociais no Sistema Público de Emprego em construção. Volume 2. São Paulo: A+ Comunicação, 2007.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça:* a política social na ordem brasileira. 2ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1987.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego:* diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto: 1998.

SILVA JÚNIOR, Geraldo Francisco da. *A Dinâmica do mercado de trabalho formal em Campina Grande nos anos 90*. Campina Grande, 2003. Campina Grande: Dissertação (Mestrado), Mestrado em Economia Rural – UFCG.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. *In*: Dagnino, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.* São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais:* afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. *Qualificar para quê? Qualificação para quem?:* do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje. São Paulo: Fundação Unitrabalho; Campina Grande: EDUFCG: 2006.

_____. A Constituição de 1988, a questão da participação e o sindicalismo: problematizações. *In*: Krein, J.; Santana, M.; Biavaschi, M (org.). Vinte anos da Constituição cidadã no Brasil. São Paulo: LTr, 2010.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SOCHACZEWSKI, Suzanna. Comissões/Conselhos de Emprego Atuantes no Brasil: traços do perfil e problematizações. *In*: Véras de Oliveira, R. (org.). *Novo Momento para as Comissões de Emprego no Brasil?* Sobre as condições da participação e controle sociais no Sistema Público de Emprego em construção. Volume 2. São Paulo: A+ Comunicação, 2007.

Agricultura familiar e políticas de inclusão social: o Programa Agroamigo em Lagoa Seca[74]

Aldenôr Gomes da Silva
Roseli de Fátima Corteletti
Edgard Leitão de Albuquerque Neto

Introdução

Com as transformações atuais no mundo do trabalho, ocorridas principalmente a partir dos anos 70, por meio da reestruturação produtiva e da flexibilização das relações de trabalho, muitos estudiosos vêm analisando seus reflexos no mundo rural, de modo mais amplo, e na *agricultura familiar*, em especial. De maneira geral, todos concordam que existem novas situações, as quais vêm provocando inovações nas formas de organização do trabalho, bem como nas formas de sociabilidade entre os atores envolvidos.

Segundo Navarro (2010), a agricultura familiar entrou na agenda política nacional a partir dos anos 1990. Antes disso os estabelecimentos familiares eram chamados de "minifundiários", "pequenos produtores", "agricultores de subsistência" ou "agricultores de baixa renda". Já a designação de "camponeses" foi utilizada na pesquisa social, principalmente por sociólogos e antropólogos de tradição marxista. O autor se refere ainda à existência de expressões regionais, como "lavradores" no Nordeste e "colonos" na região sul, as quais também fazem parte da história da agricultura familiar.

De acordo com Abramovay e Piketty (2005, p. 5), a expressão "agricultura familiar" é recente na linguagem acadêmica e governamental, pois até pouco tempo atrás a designação dada a esta atividade era a "expressão

---

74 Este artigo é resultado da primeira etapa da pesquisa *Políticas de desenvolvimento e inclusão social no Semiárido Nordestino*, desenvolvida sob a responsabilidade de Aldenôr Gomes da Silva (coordenador) e Roseli de Fátima Corteletti, no âmbito do PPGCS/UFCG, contando com financiamento da CAPES.

econômica marginal, com futuro incerto devido ao desenvolvimento capitalista". Para esses autores dois fatores importantes contribuíram para modificar esta visão. O primeiro diz respeito ao aumento no número de estudos na área e o segundo está relacionado aos avanços nas lutas políticas empreendidas pelos movimentos sociais ligados às questões agrárias.

Além disso, acontecimentos como a assinatura do Tratado de Assunção, que deu origem ao Mercosul (1991), as lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –MST,, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e do antigo departamento rural da CUT, os incentivos financeiros vindos com a criação do PRONAF[75], com uma crescente participação do Estado como regulador do setor, entre outros, estão relacionados com a origem da expressão *agricultura familiar*. No entanto, segundo Navarro (2010), apesar de considerar essa como uma vitória política dos pequenos produtores, tal expressão não consegue expressar adequadamente a heterogeneidade presente no meio rural, ou seja, para falar de *agricultura familiar* torna-se necessário especificar de qual se está falando.

Em total discordância com o entendimento que reduz o conceito de *agricultura familiar* a uma definição operacional do Estado brasileiro, subsumida na instituição da política do PRONAF, Nazareth Wanderley (2009) resgata a sua historicidade, referindo-a à noção de *camponesinato*. Lembra a autora, que a categoria *agricultura familiar* possui uma história *camponesa*. Mesmo reconhecendo que as transformações decorrentes da modernização da agricultura atingiram também as comunidades camponesas as levando à denominação de *agricultores familiares*, enfatiza que esse processo não se deu de forma homogênea e, portanto, não foram todos os camponeses que passaram por essas transformações. Nesse sentido, resgata que esta "evolução" do camponês à condição de agricultor se constituiu em uma trajetória de "permanências" e "rupturas" da forma de vida do camponês tradicional em relação à forma de vida desses sujeitos após a modernização.

Aquino e Schneider (2010) destacam que embora o termo *agricultura familiar*, em nosso país, seja relativamente novo, representa a aproximação entre "trabalho, produção e unidade doméstica" e se constitui como uma "categoria reconhecida econômica e politicamente". Para os autores, a partir do PRONAF,

---

75 De acordo com Aquino e Schneider (2010), o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf foi criado por meio do decreto presidencial número 1.946, no mês de junho de 1996 e por meio da promulgação da lei 11.326/2006, conhecida como a lei da Agricultura Familiar.

a referida noção passou a ganhar destaque tanto pelos resultados desse programa de crédito rural quanto, nos meios acadêmicos, por meio do aumento dos estudos e pesquisas sobre o mundo rural. Com isso, ao longo dos anos o Programa foi fortalecido, passando a atender demandas específicas dos grupos A, B, C, D, e E e dos movimentos sociais, o que gerou muitas contradições no interior desses, provocando intenso debate acadêmico e, na sociedade em geral, resultando em mudanças que aprofundaremos mais adiante neste trabalho.

Este artigo busca refletir sobre as mudanças na *agricultura familiar*, tendo como universo de análise os(as) beneficiários(as) do Programa de Microcrédito Agroamigo, do BNB, em relação ao qual serão verificados até que ponto essa Política Pública de Inserção Social no Semiárido nordestino vem contribuindo efetivamente para melhorar as condições de trabalho e de vida dos(as) pequenos(as) agricultores(as) familiares. Desta forma, primeiramente discutiremos algumas abordagens sobre a dinâmica da agricultura familiar na atualidade e, posteriormente, apresentaremos uma análise de entrevistas realizadas junto a 10 mulheres agricultoras e 4 agricultores, ambos grupos beneficiários do Programa Agroamigo e residentes no município de Lagoa Seca, na Paraíba, mais especificamente nas comunidades de Pai Domingos, Amaragi, Mineiro, Campinote e Almeida. Ao final, apresentaremos algumas considerações.

Tipologia dos estabelecimentos e mudanças nas relações de trabalho

No entendimento de kageyama *et al* (2008), a mão-de-obra que caracteriza a *agricultura familiar* é definida através da pessoa que dirige o estabelecimento e seus parentes que trabalham no mesmo. Além disso, pessoas não-remuneradas com laços de parentesco, como os empregados que auxiliam suas atividades, também fazem parte da *agricultura familiar*. Nesse sentido, e de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, os estabelecimentos familiares foram classificados em três tipos, a saber: 1) *Assentado*: estabelecimento originário de projeto de assentamento; 2) *Exclusivamente familiar*: opera apenas com mão-de-obra da família do produtor, sem nenhum tipo de pessoa contratada; 3) *Familiar com contratado ou misto*: possui mão-de-obra contratada, mas em quantidade menor ou igual, em equivalentes-ano, à mão-de-obra familiar. O estabelecimento sem mão-de-obra familiar ou com mão-de-obra contratada em quantidade maior, em equivalentes-ano, que a mão-de-obra familiar representa o estabelecimento *Não-Familiar* ou *Patronal*. Na Tabela 1, a seguir, esses tipos de estabelecimentos estão dispostos numérica e proporcionalmente.

Tabela 1 – Número e área dos estabelecimentos segundo o tipo de estabelecimento

Tipo de Estabelecimento	Estabelecimentos	Área total	% Estabelecimentos	% Área total
Assentado	575.101	28.407.669	11,1	8,5
Exclusivamente familiar	3.494.212	112.958.817	67,5	33,9
Familiar com contratado	761.999	60.198.115	14,7	18,0
Não-familiar	344.324	132.115.437	6,7	39,6
Total (censo)	5.175.489	329.941.393	100,0	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Os dados demonstram a importância da *agricultura familiar* frente a *não-familiar* em termos de número de estabelecimentos, compreendendo 67,5%. Por outro lado, em termos de área, a *agricultura não-familiar* concentra a maior parte da área total cultivada, com cerca de 39,6%. As autoras destacam também a representatividade dos tipos de estabelecimento de acordo com as regiões brasileiras.

Tabela 2 – Participação relativa dos estabelecimentos segundo o tipo nas grandes regiões. Brasil, 2006. (porcentagens)

Região	Assentado	Exclusivamente familiar	Familiar com contratado	Não-familiar	TOTAL
Brasil	11,11	67,51	14,72	6,65	100,0
Norte	33,46	55,49	7,90	3,14	100,0
Nordeste	9,35	70,52	14,95	5,18	100,0
Sudeste/Sem São Paulo	4,01	67,69	16,98	11,32	100,0
São Paulo	6,57	60,23	16,29	16,90	100,0
Sul	5,33	74,64	15,36	4,66	100,0
Centro-Oeste	28,30	44,53	15,09	12,08	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Com base nos dados apresentados na Tabela 2 se pode concluir que na Região Norte é onde mais destaque ganha o tipo *Assentados*. Em todos os casos, no entanto, predomina o tipo *Exclusivamente familiar*. Contudo, cabe salientar que no Nordeste e Norte estão localizados os *agricultores familiares* mais pobres e com os mais baixos rendimentos do país. Na região Sudeste encontra-se o maior número de estabelecimentos familiares com trabalho contratado e a Agricultura Não-familiar possui uma maior representação no Estado de São Paulo.

Entre as abordagens sobre as mudanças atuais no trabalho do meio rural, Schneider (2010) destaca o aumento da estratégia da pluriatividade, pois muitos agricultores não estão mais conseguindo manter seus rendimentos por meio de atividades de trabalho ligadas exclusivamente à *agricultura familiar* e, dessa forma, uma das alternativas encontradas para complementar a renda têm sido as atividades de trabalho não-agrícolas. É comum entre os depoimentos dos agricultores familiares a revelação de que membros de suas famílias trabalham em atividades como, por exemplo, vigia, motorista, pedreiro, manicure, cabeleireiro, lavadeira, passadeira, entre outras. Cabe salientar que na maioria das vezes são atividades de trabalho precarizadas, sem nenhum tipo de proteção social e que exigem baixo nível de qualificação profissional. A característica fundamental das famílias rurais é que não são mais apenas agricultores e/ou pecuaristas: eles combinam atividades dentro e fora de seus estabelecimentos, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais quanto nas novas atividades que vêm surgindo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais.

Nesse mesmo sentido, Abramovay (1998, p. 17) destaca que

> Além deste novo perfil que tende a adquirir a produção agrícola – mais voltada a mercados específicos e segmentados – o meio rural é cada vez menos visto pela sociedade como um espaço estritamente produtivo. Suas funções de preservação ambiental, de criação de um quadro favorável ao lazer, ao contacto com a natureza e com um estilo de vida diferente do característico das cidades são cada vez mais valorizados.

Com isso, segundo Schneider (2010, p. 02), torna-se a cada dia mais difícil definir o que é *agricultura familiar*, devido à diversidade de atividades que envolvem tanto o gerenciamento quanto o cultivo dos alimentos. Entre essas tarefas o autor destaca o "plantio, manejo, colheita, limpeza, preparação, organização, beneficiamento, etc.". Envolve ainda atividades de manejo com animais e vegetais e gerenciamento de processos biológicos dos quais resulta a produção de alimentos, fibras e matérias-primas. Com base nisso, o autor afirma que atualmente não se sabe exatamente onde começa e onde termina uma atividade agrícola, já que muitas dessas atividades são realizadas em estabelecimentos de terceiros ou mesmo em outros tipos de atividades econômicas do meio urbano, normalmente ligadas à informalidade. Schneider define

como as "atividades para-agrícolas"[76] aquelas que implicam na "transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida em parte ou totalidade fora deste". As atividades "não-agrícolas" são aquelas que não se enquadram na definição de atividade agrícola ou para-agrícola, as quais em geral pertencem a outros setores da economia, como indústria, comércio e serviços. É a combinação de duas ou mais atividades que segundo Schneider gera a pluriatividade, sendo que uma dessas atividades se encontra ligada à agricultura, em uma mesma unidade de produção e por indivíduos que pertencem a um grupo ligado por laços de parentesco e consanguinidade, que compartilham um mesmo espaço de moradia e trabalho.

Importante destacar que para se concretizar a pluriatividade é preciso se estabelecer previamente o trabalho em tempo parcial no seio da unidade familiar. Ou seja, é preciso que ocorra uma redução do tempo de trabalho necessário ao pleno desenvolvimento das atividades dos produtores. Isto quer dizer que a pluriatividade, que precisa estar referenciada a um setor econômico básico – no caso a agricultura é o ponto de origem –, tem como condição necessária o desenvolvimento da atividade agrícola em tempo parcial. E a possibilidade de que isso ocorra se concretiza, entre outras coisas, mediante "o crescimento da mecanização das atividades agrícolas e da automação nas atividades criatórias e os programas de redução das áreas cultivadas (*set-aside*) e/ou 'extensificação' da produção agropecuária" (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 118).

Dispor de um tempo de trabalho potencialmente disponível ao exercício de outra atividade, complementado pelas alterações estruturais do novo paradigma pós-industrial que levou a uma valorização do rural, fez com que se expandissem no campo as oportunidades de ocupações não-agrícolas[77]. Ou seja, o estabelecimento da pluriatividade dependerá da possibilidade de ser gerada no interior da unidade produtiva familiar uma oferta de trabalho - quer seja por efeito da mecanização da produção, quer seja por inviabilidade

---

76 Segundo Schneider (2010, p. 2), "as atividades para-agrícolas podem ter a finalidade de transformar a produção visando o consumo pelos próprios membros da família – produção para autoconsumo – ou destiná-la em parte ou integralmente para a venda".

77 "É sabido que muitas indústrias tradicionais (que muitos preferem chamar de 'sujas' ou 'decadentes') há muito já vem procurando refúgio no espaço agrário por razões de custos internos (maior proximidade das matérias primas, busca de mão-de-obra barata e não sindicalizada etc.) e custos externos (dificuldades de transporte de cargas, menor rigor no controle de poluição etc.)" (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 118).

do processo produtivo. Por outro lado, é preciso também que o entorno tenha gerado uma demanda de trabalho, quer esteja ela ligada ao efeito da presença de agroindústrias no campo, quer sob efeito da generalização de novas atividades ligadas ao meio ambiente, quer respondam ao processo de urbanização das pequenas e médias cidades circunvizinhas.

Enfatizamos aqui a importância do estágio de desenvolvimento da economia local para determinação das condições que definem as formas de expressão da pluriatividade. Isso porque, partimos do pressuposto de que essa segunda atividade deverá estar inserida em algum setor de atividade da economia local. Esse espaço, definido por Kageyama (1998, p. 536) como mesoeconômico, se diferencia do macro porque "a manutenção do vínculo com a propriedade rural (inclusive como moradia) implica atividades em mercados de trabalho locais não muito distantes". Segundo Kageyama (1998, p. 518), a intensificação da pesquisa e do debate sobre a agricultura de tempo parcial a partir da segunda metade dos anos 70, principalmente na Europa, onde foram realizados diversos eventos e publicados vários livros e artigos sobre essa temática, estabeleceram que

> a unidade de análise relevante no caso é a família ou, para alguns autores, o estabelecimento familiar (*household*) e que a agricultura de tempo parcial não é um fenômeno temporário nem de transição no desenvolvimento agrícola, constituindo, ao contrário, uma forma bem definida e persistente de relacionamento intersetorial em muitos países.

A partir da visão de Fuller (*apud* KAGEYAMA, 1998, p. 520), a trajetória evolutiva do conceito o levou a uma ampliação para dar maior peso "às atividades e condições externas à agricultura, bem como às relações que se estabelecem entre as unidades produtivas e os contextos regionais especialmente os mercados de trabalho". Para esse autor, ocorre, assim, uma redescoberta do desenvolvimento local e das comunidades. Com base no resgate dos conceitos de diferentes autores e enfatizando que a pluriatividade deve ser entendida em contextos específicos, essa autora aponta no sentido de a tomar em referência "à combinação de atividades – por indivíduos ou famílias – em diferentes setores, portanto diferentes mercados, da economia; para o que nos interessa, no entanto, restringiremos o 'conceito' para o caso em que um desses setores seja a agricultura" (KAGEYAMA, 1998, p. 523). A ideia de pluriatividade aparece para Ângela Kageyama relacionada à ideia de um contínuo que vai desde um extremo, entendido como estratégia de sobrevivência da unidade

familiar – a qual resiste à perda da propriedade e ao consequente assalariamento (implicando em uma diferenciação para baixo), até o outro extremo, que compreende aumento de renda e possibilita a expansão da área e compra de outros ativos produtivos (implicando em uma estratégia de diferenciação para cima). Isso possibilita o entendimento da pluriatividade como "uma das respostas das famílias a mudanças nas circunstâncias econômicas e sociais, devendo, portanto, sua análise explorar tanto o contexto como a unidade produtiva familiar, ou seja, o nível micro" (KAGEYAMA, 1998, p. 531).

Esse é um ponto de grande valia ao nosso estudo, o qual focaliza a região Nordeste, onde parece se caracterizarem situações de pluriatividade devido a fatores de inadequação da atividade agrícola – situações mais comuns à região –, complementados por fatores externos dinamizadores da economia regional – característico de algumas áreas específicas do Nordeste, como é o caso dos polos fruticultores.

Desta forma, verifica-se que as mudanças atuais vivenciadas no mundo do trabalho em geral afetam a vida da classe trabalhadora tanto no meio urbano quanto no meio rural. Em época de flexibilização das relações de trabalho o discurso predominante é que cabe aos próprios indivíduos buscar suas alternativas de sobrevivência para sair do desemprego e estas acabam na maioria das vezes se dando por meio de atividades precárias de trabalho. Mesmo em atividades caracterizadas como auto-emprego, com a *agricultura familiar*, são cada vez maiores as incertezas e riscos presentes em uma economia globalizada e em constante transformação. Por outro lado, vale salientar a importância das políticas públicas governamentais que visam à inclusão social e econômica de pessoas que sempre estiveram à margem do mercado de trabalho e do sistema financeiro. Ainda que contraditórias na sua aplicabilidade prática, como é o caso do PRONAF, o qual acabou gerando desigualdade dentro da própria classe de agricultores familiares, bem como tem levado a uma elevada inadimplência dos agricultores, mesmo assim possuem um papel fundamental no sentido de fortalecer a democracia, de aumentar a produtividade, gerar emprego, trabalho e renda.

Do PRONAF "B" ao Agroamigo: acesso ao crédito sem empreendedorismo

O principal objetivo do PRONAF, desde o seu surgimento, é combater as desigualdades sociais e regionais por meio do fortalecimento da *agricultura familiar*. De acordo com o Manual Operacional do Programa, sua finalidade formal é "promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural

constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda" (MAA/SDR/DATER, 1996, p. 24). Segundo Abramovay (2010), o PRONAF é "uma das mais importantes políticas brasileiras de combate à pobreza", o qual tem como princípio ampliar o crédito formal para pessoas que nunca tiveram acesso a ele, tendo nascido dos anseios das representações políticas dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários. Quanto ao PRONAF B, foi criado no ano de 2000 e direcionado exclusivamente aos agricultores mais pobres do país. Segundo este autor, entre os agricultores familiares brasileiros, cerca de 50% são beneficiários desse Programa, sendo que grande parte destes são do PRONAF B[78], os quais se encontram localizados principalmente na região Nordeste.

Inicialmente o PRONAF se limitava ao financiamento de atividades agropecuárias e os agricultores com menor renda não faziam parte do público alvo. No entanto, segundo Aquino e Schneider (2010), a partir do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e nos primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2008), o Programa foi reformulado com o objetivo de melhor se adequar à diversidade presente na *agricultura familiar*. Além disso, no ano de 2007, ocorre o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, o qual, de acordo com esses autores, pode ser entendido como uma síntese das principais mudanças da política de crédito do PRONAF, desde a sua criação em 1996 até o ano de 2008. As

78 Podem acessar o PRONAF B agricultores com renda bruta anual de até R$ 6.000,00, incluída renda oriunda de dentro e de fora do estabelecimento, por qualquer membro da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. Podem ainda ser beneficiários: pescadores artesanais autônomos, sivicultores e extrativistas que realizam manejo ecologicamente sustentável. Essa linha também pode beneficiar aquicultores, maricultores e piscicultores. Agricultores assentados possuem linha de crédito específica, não podendo acessar o crédito do Grupo B. O beneficiário pode financiar até R$ 1.500,00, dos quais pode utilizar até 35% em atividades de custeio do investimento, com direito a bônus de adimplência de 25% do saldo devedor que não exceda R$ 4.000,00. Após este limite, as famílias podem continuar acessando ao crédito, mas sem ter direito ao bônus. Os juros são de 0,5% ao ano, com prazo de até 24 meses, incluindo 12 meses de carência. Em caso de atraso além da perda do bônus, a taxa de juros é substituída por outra mais elevada.

linhas de crédito foram diversificadas totalizando em onze modalidades[79]. O público-alvo do programa também foi alterado. Nas palavras dos autores:

> Segundo as regras do Plano Safra 2007/2008, além dos produtores que já faziam parte da primeira versão, agora podem acessar os financiamentos do Pronaf as famílias de agricultores assentadas da reforma agrária e do crédito fundiário, extrativistas, pescadores artesanais, remanescentes de comunidades quilombolas e povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agropecuárias ou não-agropecuárias no meio rural. Para tanto, eles precisam comprovar, mediante Declaração de Aptidão (DAP), que se enquadram na categoria genérica "agricultura familiar" (AQUINO e SCHNEIDER, 2010, p. 4).

Para esses autores não restam dúvidas que o Pronaf se tornou, ao longo de sua existência, a mais importante fonte de financiamento público para a agricultura brasileira. Contudo, chamam atenção para a lógica que elege os agricultores familiares com maiores índices de renda (D e E) como beneficiários principais. Nesse sentido, a maior concentração de investimentos ainda se encontra na região Sul, conforme pode ser conferido nos dados da Tabela 3. Nessa região estão localizados os agricultores mais "capitalizados, mais organizados e que recebem maior apoio do Estado", já que estes proporcionam menos riscos de inadimplência junto aos bancos que viabilizam o crédito. A separação em categorias dos beneficiários do PRONAF já demonstra uma segregação entre os agricultores familiares. Nosso principal alvo neste estudo são os agricultores familiares nordestinos que fazem parte do Grupo B, onde estão localizados os agricultores mais pobres e que, na atualidade, também vêm se beneficiando das linhas especiais de microcrédito oferecidas pelo Banco do Nordeste do Brasil, por meio do Programa Agroamigo. Nos dados abaixo se pode conferir as desigualdades regionais da distribuição do crédito do Pronaf.

---

79 PRONAF Agroindústria, PRONAF Mulher, PRONAF Jovem Rural, PRONAF Semi-Árido, PRONAF Floresta, PRONAF Agroecologia, PRONAF Pesca, PRONAF Pecuária Familiar, PRONAF Turismo da Agricultura Familiar, PRONAF Máquinas e Equipamentos e PRONAF ECO Sustentabilidade Ambiental.

Tabela 3 – Distribuição regional do crédito do PRONAF de 2000 a 2008 (em %)

Regiões	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Norte	6,27	3,59	6,45	11,84	11,93	9,10	9,49	7,42	6,86
Nordeste	22,93	14,75	15,75	15,55	18,19	24,80	25,98	19,96	15,80
Sudeste	17,08	15,81	14,75	17,92	17,00	18,09	19,74	22,17	20,61
Sul	45,85	56,69	55,58	46,90	46,65	41,15	38,49	43,71	51,64
C. Oeste	7,87	9,16	7,85	7,80	6,23	6,86	6,30	6,75	5.09
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IPEA (2007a, 2007b) – Anexo estatístico; MDA/ Pronaf (2010a, 2010b). Adaptação própria

Através da análise dos dados da tabela 3, percebe-se a maior concentração do crédito do PRONAF na região Sul, sendo que em segundo lugar aparece a região Nordeste e em seguida o Sudeste com uma pequena margem de diferença. A região Centro Oeste é a que vem tendo menor representatividade em termos de crédito do Pronaf. Ao longo de sua trajetória, o PRONAF se tornou um importante instrumento de apoio à *agricultura familiar*, apresentando um significativo crescimento no número de beneficiários. Por outro lado, conforme pode ser conferido nos dados do IPEA, os recursos não estão sendo distribuídos proporcionalmente entre as regiões, pois os maiores investimentos estão concentrados nas regiões mais ricas do país. Sendo assim, os autores concluem que "ao invés de diminuir as desigualdades regionais e sociais, o programa intensifica um acirramento destas no interior da agricultura familiar" (AQUINO e SCHNEIDER, 2010, p. 17).

Muitos são os estudos que apontam para as desigualdades presentes na *agricultura familiar*, bem como na *agricultura não-familiar*. Sabemos que as políticas modernizantes penalizaram a agricultura familiar, excluindo-a e subordinando-a ao desenvolvimento capitalista. Na região Nordeste os efeitos da modernização da agricultura foram ainda mais nefastos, já que nesta região os agricultores enfrentam, além da exclusão social e econômica, problemas relacionados às suas características edafoclimáticas, agravados por cíclicos períodos de seca. Outro motivo colocado na análise das desigualdades presentes na região são as dificuldades de acesso ao crédito por parte dos mais pobres.

Um melhor entendimento dessa situação pode ser conferido nas explicações de Singer (2004, p.15), o qual, resumidamente, salienta que uma investigação sobre a vida financeira de pessoas pobres mostra que a precariedade de suas condições de vida os obriga a buscar pelos financiamentos para garantir a sobrevivência. Para o autor "a pobreza torna suas vítimas

extremamente vulneráveis a imprevistos". A vulnerabilidade agrava a pobreza, pois obriga os pobres a pegar mais crédito, o qual acaba custando mais caro. Segundo Abramovay (2004), para resolver certos imprevistos, muitas vezes o agricultor é levado a fazer novos empréstimos, para não ter que se desfazer de um boi, por exemplo. Falando das dificuldades enfrentadas pelos pobres no acesso ao crédito formal Singer (2004, p. 15-16) destaca:

> Os pobres não podem recorrer a bancos ou outras instituições de crédito, que concorrem no mercado de dinheiro, como fazem os que possuem fontes seguras e comprováveis de renda ou bens que servem de garantia aos empréstimos que tomam. Os pobres têm de substituir estas posses, que lhe faltam, pela confiança pessoal dos que com eles transacionam – compradores e fornecedores.

Entretanto, rompida esta confiança pessoal, não restam outras alternativas de crédito para tais segmentos, a não ser cair nas mãos de agiotas, o que provavelmente fará com que empobreça ainda mais, com o endividamento. Através dos depoimentos dos agricultores entrevistados se observa que o agricultor se torna dependente do microcrédito para seus investimentos, ou seja, quando termina de pagar um financiamento em seguida faz a renovação do mesmo, já que essa é a única alternativa para adquirir alguma mercadoria que deseja para melhorar sua produção, aumentar sua produtividade e consequentemente seus rendimentos.

Diante do exposto, cabe questionar a real possibilidade de o PRONAF B atingir suas metas de melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares e contribuir para um desenvolvimento sustentável do meio rural em geral, principalmente na região Nordeste, região com o maior percentual de pobres do país, onde existe um enorme contingente de mão-de-obra disponível, desqualificada e com baixo nível de escolaridade. Por outro lado, como resposta à crise de inadimplência do PRONAF, foi criado o Programa de Microcrédito Agroamigo Rural do BNB[80], o qual surge com os mesmo objetivos do primeiro, mas visando atender às demandas específicas dos agricultores

80 O Programa de Microcrédito Rural do BNB – Agroamigo, foi desenvolvido em parceria entre BNB, GTZ – Cooperação Alemã para o desenvolvimento, Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA), juntamente com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC), de acordo com a Lei número 11.110, de 25 de abril de 2005.

familiares que fazem parte do PRONAF B. O Agroamigo é um programa de microcrédito orientado do BNB, criado em 2005, com o objetivo de aperfeiçoar o PRONAF B, melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares e, ao mesmo tempo, promover a inclusão social. Segundo depoimentos dos agricultores familiares entrevistados, os valores para financiamento variaram entre R$ 500,00 a R$ 2.500,00, sendo que as taxas de juros foram estabelecidas em 1 % ao ano. Como forma de debelar a inadimplência, aqueles que pagam todas as mensalidades em dia recebem um desconto de 25%.

Diferenciando-se do PRONAF B, a operacionalização do Agroamigo consiste no atendimento, por assessores treinados[81], com a finalidade de efetuar o levantamento sócio-econômico para definição das necessidades de crédito, no relacionamento direto dos assessores com os empreendedores, no próprio local de trabalho e na prestação de serviços de orientação sobre o planejamento do negócio, bem como do seu desenvolvimento. Com poucos anos de existência esse vem se tornando o maior programa de microcrédito rural orientado. O BNB atua acompanhando, supervisionando e fiscalizando o cumprimento do termo de parceria. O Banco mantém, sob sua responsabilidade, o deferimento das propostas de crédito que lhes são encaminhadas e a liberação das parcelas concedidas aos beneficiários. Os beneficiários do Agroamigo são aqueles que exploram a terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros e residem na propriedade rural ou em local próximo, que obtém no mínimo 30% da renda familiar da exploração da agropecuária e que tenham o trabalho familiar como base para uma renda bruta anual de até R$ 6.000,00.

> Segundo Costanzi (2005), "o microcrédito é, acima de tudo, democratização do crédito", sendo assim um dos principais instrumentos das políticas públicas no combate às desigualdades sociais, pobreza e miséria. Uma das características principais do microcrédito é a negação da ideia de que as microfinanças são ações assistencialistas. O objetivo é gerar oportunidades de emprego e

81 Segundo Abromovay (2008a) "a introdução recente da figura do assessor de crédito, no âmbito do Agroamigo, permite que cada agricultor seja visitado antes de assinar o contrato. O assessor de crédito é um técnico agrícola da região em que trabalha e que conhece a comunidade. Passa a existir um compromisso de pagamento da dívida que não se estabelece com uma instituição abstrata longínqua (o banco), mas sim no âmbito de uma relação de reciprocidade entre quem atribui e quem recebe o financiamento¨.

renda. Contudo, não basta apenas fornecer crédito para as populações rurais. Faz-se necessário um conjunto de ações sociais e de outras políticas que visem superar a condição de pobreza. Nesse sentido, Costanzi (2005, p. 22-23) salienta que o microcrédito

> "deve estar integrado a outros elementos ou ações, como educação, capacitação, qualificação profissional, assistência social, saúde, etc. Portanto, o microcrédito não deve ser visto como instrumento único e onipotente de combate à pobreza, mas sim como um importante elemento adicional nessa missão".

Portanto, os desafios a serem enfrentados para minimizar os problemas da pobreza e desigualdades socioeconômicas que marcam a trajetória dos agricultores familiares nordestinos são enormes e, provavelmente, sua solução não dependerá de uma saída única. Torna-se necessário desenvolver mecanismos que possam influenciar efetivamente na realidade social e econômica daqueles que sempre estiveram à margem dos mercados, da educação, da saúde, de uma vida digna, mas que através do seu trabalho auxiliam na reprodução da vida da população em geral tanto do meio rural quanto do meio urbano.

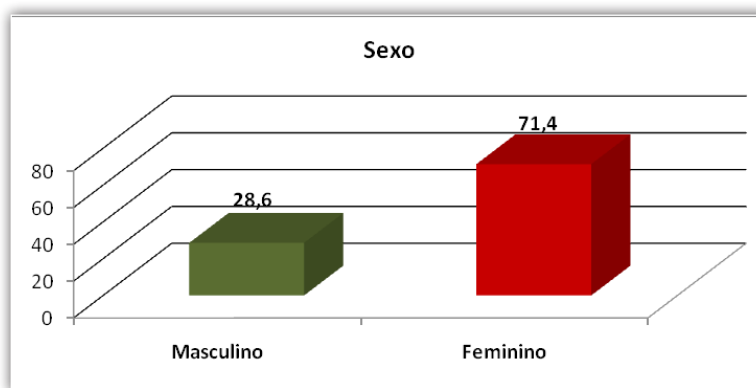
Concluímos que programas como o PRONAF e o Agroamigo são instrumentos importantes para a inclusão dos agricultores mais pobres, porém, tendo como base pesquisa realizada no município de Lagoa Seca, Paraíba, somos levados a questionar: até que ponto realmente vêm melhorando as condições de vida e de trabalho desses segmentos sociais?

O Agroamigo: um estudo em comunidades de Lagoa Seca

Perfil dos (as) beneficiários (as)

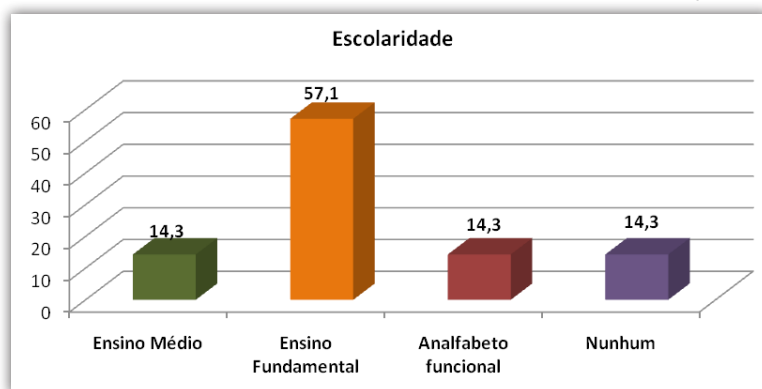
A idade dos(as) agricultores(as) beneficiários(as) do Agroamigo que participaram desta pesquisa é bem diversificada, ficando entre 21 e mais de 51 anos. No entanto, encontramos maior concentração de pessoas na faixa etária de mais de 51 anos, ou seja, uma população relativamente madura e que carrega consigo grande experiência de trabalho em atividades agrícolas, as quais na maioria das vezes foram adquiridas geracionalmente. No entanto, cabe salientar que na atualidade essa condição geracional vem se alterando na medida em que a maioria dos(as) filhos(as) não está mais querendo trabalhar nas atividades exclusivamente agrícolas.

Conforme pode ser conferido no Gráfico 1, entre os beneficiários entrevistados 71,4 % são do sexo feminino e 28,6 % do sexo masculino. Verificamos que um número bem mais expressivo de mulheres no acesso ao microcrédito se relaciona em larga medida com o fato das mesmas já possuírem sob suas responsabilidades o recebimento do auxílio do Bolsa Família (principal fonte segura de renda para a maioria dos entrevistados), o que acaba as fazendo assumirem a dianteira no controle financeiro do domicílio. Observamos, assim, que as relações de gênero estão sendo redimensionadas, pois juntamente com o controle das finanças domésticas a mulher acaba assumindo a posição de chefe da família e, com isso, adquire maior poder nas decisões em geral.

Gráfico 1 – Sexo dos(as) Entrevistados(as) (em percentagem)

Fonte: pesquisa direta/2012

Outro aspecto importante observado na realidade estudada é que entre os homens o número de analfabetos ou analfabetos funcionais é superior ao das mulheres. Como para ter acesso ao Agroamigo se torna necessário ser alfabetizado, as mulheres acabam realizando o financiamento em seus nomes. Entretanto, segundo dados presentes no relatório de 2010 do BNB, para o Nordeste, os homens ainda são maioria no acesso ao Agroamigo e representam 53%, ao mesmo tempo que se observa uma tendência crescente do número de mulheres entre os seus beneficiários. Segundo essa mesma fonte, os financiamentos realizados pelas mulheres em âmbito regional estão mais concentrados em atividades não agrícolas, enquanto que nas comunidades estudadas a maior parte dos financiamentos tem sido aplicada em atividades agrícolas, o que mostra que existem especificidades no plano local.

Quanto ao estado civil, 64,3% dos entrevistados se declararam casados(as), tendo de um a três filhos(as). Do total pesquisado 78,6% ocupam a posição de chefe da família. Sobre o nível de escolaridade, 57,1% dos entrevistados chegou, sem necessariamente ter concluído, até o Ensino Fundamental. A maioria frequentou a escola apenas três ou quatro anos. Uma das agricultoras entrevistadas, com 45 anos, é mãe de 4 filhos e estudou até a 3ª série. Demonstrando uma certa mágoa ela assim justifica os poucos estudos: "meu pai tirava a gente da escola pra trabalhar". Atualmente a agricultora é viúva e chefe do domicílio. Além das atividades agrícolas é também lavadeira e passadeira de roupas em residências situadas no município de Campina Grande, onde trabalha dois dias da semana para complementar a renda familiar.

Gráfico 2 – Escolaridade dos(as) Entrevistados(as) (em percentagem)

Fonte: pesquisa direta/2012

Consciente da importância dos estudos e procurando não reproduzir a sua história com seus filhos, a referida agricultora incentivou todos os filhos(as) a freqüentarem a escola. Com isso, todos são alfabetizados. O filho mais novo tem 17 anos e a mais velha, 23 anos. Apenas a filha mais velha continua estudando, estando cursando Pedagogia na UVA, sendo que os outros pararam de estudar porque segundo ela "aqui é muito distante e não tem ônibus. Aqui à noite só tem ônibus para Puxinanã". Salienta que a filha demonstrou mais determinação e força de vontade para os estudos e atualmente é professora do programa Brasil Alfabetizado, no qual a agricultora e o filho mais novo são alunos regularmente matriculados. A agricultora fala sobre a filha, dificuldades e planos para o futuro dos filhos:

> Ela sempre soube enfrentar as dificuldades e os outros não quiseram. Mas eles e eu frequentamos o Brasil Alfabetizado aqui, à noite, e a professora é minha filha. O curso é de segunda a quinta e tem muitos que frequentam que não sabem nem assinar o nome. Tem um que não podia tirar a carteira de habilitação porque não sabia assinar o nome e agora já aprendeu e tirou a habilitação. Meus planos para o futuro deles é que quero tudo de melhor pra eles. Eu queria que eles estudassem porque sem estudo eles não têm nada, é só sofrimento. (Dona Maria, 45 anos)

Constata-se no depoimento da agricultora que quem tem mais força de vontade, com esforço, acaba conseguindo uma posição um pouco melhor no mercado de trabalho. Outros, mesmo com incentivos da família, não conseguem desenvolver este espírito de luta para enfrentar as adversidades que aparecem no dia a dia, pois algumas pessoas se conformam com a situação e desistem com mais facilidade, acreditando que não tem jeito mesmo. Outro fator que muitas vezes desestimula os estudos é a falta de um ambiente adequado para apreensão dos conhecimentos. Verificamos que o local onde funciona o Curso do Brasil Alfabetizado é improvisado em uma pequena casa, a qual é de um dos filhos da agricultora, que está trabalhando em São Paulo. Contudo, mesmo assim existe um interesse significativo por parte de alguns agricultores para aprender a ler e escrever, pois alguns necessitam tirar a carteira de habilitação, o que acaba sendo uma motivação para frequentar o curso.

Condições de vida

Com relação à moradia, constatamos que todos os entrevistados possuem energia elétrica em suas casas, sendo que 85,7% possuem água tratada dentro de casa. Poucos possuem cisternas, o que piora bastante as condições de vida e de trabalho nos períodos de seca. Observamos, ainda, que 85,7% dos domicílios possuem banheiro interno, sendo que em um dos domicílios nem externamente havia. Quando indagada sobre tal situação, a agricultura respondeu: “a gente faz que nem gato. Faz e coloca uma terrinha em cima”.

Outro grave problema enfrentado pelos agricultores é que nenhuma das residências possui saneamento básico e 78,6% delas não possuem coleta de

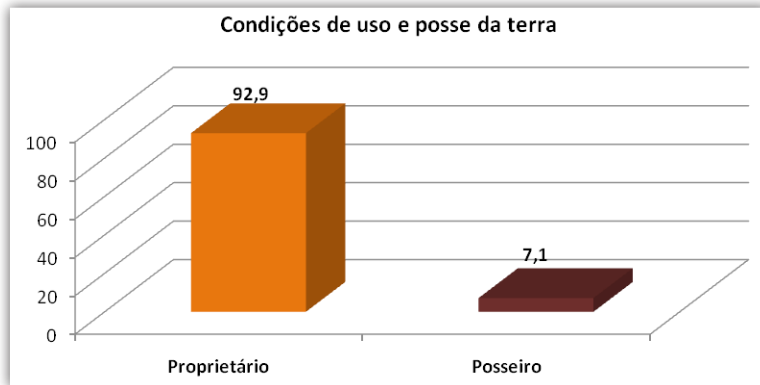
lixo no domicílio. Nestes casos os agricultores costumam jogar no terreno o lixo orgânico e queimar o lixo reciclável, ou seja, constata-se um grave problema ambiental.

As residências possuem entre quatro e cinco cômodos, em média, sendo de alvenaria, com 78,6% dessas não possuindo piso de cerâmica. Todos os domicílios possuem fogão a gás, porém dois deles não possuem geladeira. Os mesmos alegaram que a geladeira estragou e que não possuem condições financeiras para comprar outra. Para não perderem os alimentos perecíveis costumam deixar os mesmos na geladeira dos vizinhos. No entanto, todos os domicílios possuem televisão e 85,7% possuem telefone celular, sendo que os demais não possuem nenhum tipo de telefone. Nenhuma das residências visitadas possui computador. Em apenas uma delas, um dos filhos nos disse que em breve iria adquirir um computador, sendo que os demais não demonstraram nenhum interesse neste tipo de tecnologia.

As famílias costumam fazer em média três refeições: café da manhã, almoço e janta. Alguns dos principais alimentos consumidos são os cultivados no próprio estabelecimento pela família, como feijão, macaxeira, batata doce, cuscuz, carne, principalmente de frango (mas esta nem sempre aparece), entre outros. Constata-se que se trata de uma alimentação básica com pouca presença de laticínios e derivados, de verduras e frutas, ou seja. Quase tudo que consomem é oriundo do próprio cultivo. No verão e, principalmente, quando das secas, necessitam comprar esses alimentos nas feiras ou nos mercados mais próximos.

Os serviços de assistência médica e odontológica são de extrema precariedade. No caso de alguma emergência, são obrigados a contratar um carro particular para se deslocarem até Campina Grande, sendo que o custo com o transporte gira em torno de R$ 30,00 a 40,00. Diante disso, somente recorrem a essa alternativa em caso de extrema necessidade. Cabe destacar que a falta de saúde bucal é bem visível, pois a maioria dos agricultores entrevistados se encontra desdentado ou com cáries. Observamos que as crianças também estão com cáries tanto nos dentes de leite quanto nos permanentes.

O meio de transporte utilizado por 42,9% é a moto, sendo que 35,7% não possuem nenhum tipo de transporte e apenas um deles possui uma caminhonete, a qual utiliza também para fazer alguns fretes para a vizinhança. Conforme pode ser conferido no Gráfico 3, do total de entrevistados(as), 92,9% são proprietários/herdeiros da terra, enquanto os demais encontram-se na situação de posseiros. O tamanho da terra gira em torno de 1 a 2 hectares. Apenas um dos entrevistados possui mais de 2 hectares de terra.

Gráfico 3 – Condições de uso e posse da terra (em percentagem)

Fonte: pesquisa direta/2012

Apesar das dificuldades apontadas verificamos com os depoimentos que as condições de vida para a maioria dos(as) agricultores(as) melhoraram, pois todos lembram que o modo de vida no meio rural já foi bem pior. Conforme uma das entrevistaddas:

> Minha vida, graças a Jesus, é maravilhosa porque tem gente com a vida bem pior do que a minha. Só posso agradecer a Deus pela vida que ele me deu. Eu estou conformada, por não ter sabedoria, por não ter estudado, casei nova, me enchi de filhos, por falta de experiência. Até hoje luto para criá-los e na minha missão de mãe tenho que batalhar até a hora que Deus quiser. Acordo por volta de 5, 6 hs da manhã e faço o café, lavo a louça e depois vou para as atividades agrícolas, mas no serviço mais pesado meus filhos ajudam. O problema é que essa juventude de hoje não quer trabalhar, a verdade tem que ser dita. Eles não têm fé e nem força de vontade para trabalhar. Eles gostam da agricultura, mas na mesma hora desanimam por causa das dificuldades. (Dona Assunção, 45 anos)

Através do depoimento da agricultura se percebe o quanto foi dura e sofrida sua vida, mas ao mesmo tempo ela parece nunca ter perdido a coragem para enfrentar as dificuldades. Ao mesmo tempo desabafa falando do desânimo dos filhos para o trabalho nas atividades agrícolas. Observamos também que a crença religiosa é central para a maioria dos entrevistados suportar seus

sofrimentos, bem como para conciliar as atividades na agricultura com as atividades domésticas. Dona Zulmira assim relata sua situação:

> Essa vida é muito sofrida, o dinheiro é muito pouco, é muito trabalho, é pouco lucro. Na época do roçado a gente tem que sair às 4:30h da manhã para trabalhar até 10:00h porque a gente não aguenta trabalhar além das dez por causa do sol quente. Tem gente que é mais forte, que amanhece e anoitece no roçado e quando chega em casa ainda tem o serviço de casa pra fazer. Não adianta ficar o dia todo no roçado e chegar em casa e ficar dentro da sujeira. Então eu dou o meu tempo lá e meu tempo de casa, não gosto de chegar e encontrar a casa suja, de ter que enfrentar uma pia cheia de louça. Eu gosto de ir depois que organizo minha casa, tem que lavar roupa, mas tem algumas mulheres que não se importam com isso não. (Dona Zulmira, 53 anos)

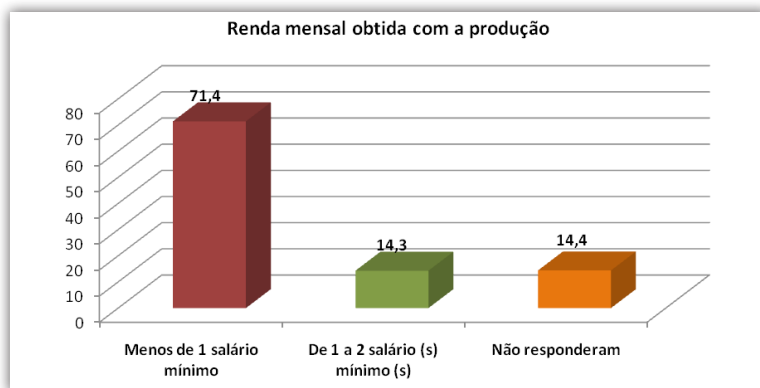
Vimos no depoimento da agricultora a preocupação e dificuldades para conciliar a dupla jornada de trabalho, que muitas vezes é tripla, já que algumas possuem outras atividades informais que desenvolvem para complementar a renda da família, além do cuidados com os filhos. Apesar dos avanços conquistados pelas mulheres, verifica-se que tanto no meio rural quanto no urbano as mulheres ainda continuam em desvantagem em relação ao homem, devido à sobrecarga de responsabilidades, mas verificamos também que existe muita disposição e que elas não medem esforços quando se trata de investir para melhorar as condições de vida da família em geral. Verificamos também que mesmo com as dificuldades enfrentadas com a seca, com as condições da terra para o plantio, elas se sentem realizadas e dizem que não pretendem deixar as atividades agrícolas nunca. Como diz a agricultora, "não iria nunca morar na cidade porque adoro o silencio e adoro o contato direto com a natureza, daqui só saio para o cemitério". Contudo, para seus(as) filhos(as), o sonho maior da agricultora são os estudos e um emprego na cidade, com carteira assinada.

Condições de trabalho

Com relação ao trabalho, os(as) entrevistados(as) informaram que a principal atividade do estabelecimento é voltada para a agricultura e trabalham na atividade agrícola desde pequenos, pois herdaram a profissão e o terreno dos pais. Os instrumentos de trabalho utilizados são manuais, como enxada, pá, foice, martelo, machado, etc. Entre os entrevistados, 64,3% produzem

para o consumo da família e também para venda quando a produção é boa e gera um excedente. Vendem em geral para atravessadores que possuem meio de transporte e passam nas residências para comprar produtos como feijão, milho, batata, macaxeira, para serem comercializados nas feiras de Lagoa Seca e de Campina Grande. Há sempre uma queixa de que o valor pago pelo atravessador é mínimo. Apuramos, por exemplo, que o quilo de batata doce é comprado por 30 centavos, quando na feira esse produto chega a custar de R$ 1 a 2 reais. O fato de os agricultores não possuírem meio de transporte é um dos fatores que os torna dependentes dos atravessadores.

Quanto aos rendimentos dos agricultores, conforme consta no Gráfico 4, para 71,4% dos entrevistados a renda mensal obtida através da produção agrícola é menor do que um salário mínimo. Os entrevistados tiveram dificuldade de responder esta questão, pois 14,4% não sabem precisar quanto rende a produção, já que tal renda entra somente nos meses do inverno, com as chuvas, e quando chove demais a colheita também fica prejudicada. Quando indagados sobre a principal fonte de renda, 78,4% responderam que esta não advém das atividades agrícolas, sendo que para 21,7% dos(as) entrevistados (as) a agricultura é a principal fonte de renda do estabelecimento familiar. A realidade vivenciada é expressa pela agricultora com a seguinte frase:"quando a gente tem, a gente come, vende, dá, compra, mas quando não tem, não tem".

Gráfico 4 – Renda mensal obtida com a produção (em percentagem)

Fonte: Pesquisa direta/2012

Verificamos que a renda obtida através das atividades agrícolas é incerta e, sendo assim, muitos não sabem informar o valor mensal ou anual obtido, já que o dinheiro na mesma hora em que entra, sai com destino certo para

suprir outras necessidades básicas de sobrevivências das famílias. Com isso, os programas Bolsa Família e Aposentadoria (quando existem), sem dúvidas se constituem nas principais fontes seguras de renda e sobrevivência das famílias dos(as) agricultores(as) entrevistados(as). Verificamos que a bolsa família é utilizada por algumas famílias para compra de gás, pagamento de água e luz, compra de alimentos, ou seja, o valor que deveria cobrir despesas com os filhos na escola acaba sendo utilizado para suprir outras carências essenciais.

O Agroamigo

Todos os beneficiários entrevistados aprovam o microcrédito Agroamigo do BNB, bem como a participação da assessora de crédito. Informaram ainda que pretendem renovar o mesmo, quando terminarem de pagar o atual. Entre os planos citados pelos(as) agricultores(as) para serem realizados com os novos financiamentos do Agroamigo estão o cercamento do terreno, construção de barragem, compra de animais e compra de estrume para adubar a terra. Segundo os depoimentos, o valor dos financiamentos do Agroamigo foi utilizado até o momento em atividades como compra de animais bovinos, principalmente do garrote (boi novo), o qual depois de passar pelo período de engorda é vendido. Vale salientar que o mesmo é utilizado como uma forma de poupança e que na maioria das vezes o valor obtido com a venda é utilizado para quitar o próprio financiamento, ou seja, na época do pagamento eles costumam vender o boi e com o valor arrecadado pagam o financiamento e quando sobra algum dinheiro eles costumam comprar outros alimentos, roupas, remédios, etc.

Outros, por sua vez, utilizaram o valor do financiamento para colocar estrume no terreno, pois como eles dizem "a terra é fraca" e necessita de adubo para melhorar a qualidade dos produtos cultivados. Nas palavras de uma entrevistada:

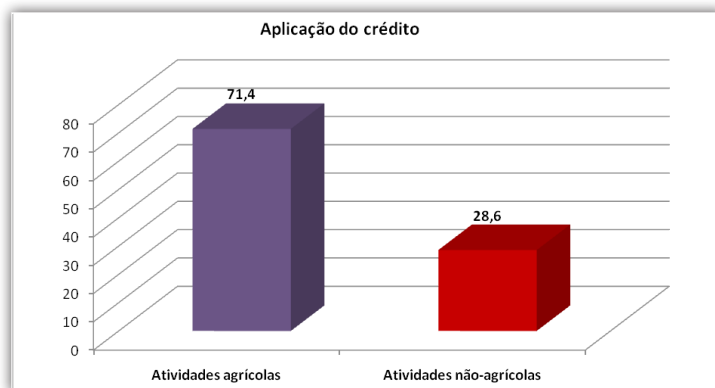
> Fiz um empréstimo para comprar estrume para adubar a terra, graças a Deus melhorou muito a qualidade da terra e da plantação. Meu terreno tem muita pedra e não segura a umidade da água. A terra estava branca. Com o estrume eu percebi uma melhora grande na qualidade da produção. Investi na terra porque eu sou ótima na agricultura. Quando eu era jovem eu era mais mole, eu tinha preguiça, eu chorava pra não fazer, mas quando eu fui envelhecendo eu fiquei mais disposta. Eu tinha preguiça, achava que era muito pesado o serviço, mas depois

> fui me acostumando. Mas tenho vontade de fazer uma produção de bolo. Não tenho muitas habilidades para aprender coisas novas, por isso investi na terra. Pretende fazer novos financiamentos para comprar animal, engordar e vender depois. Sempre gostei da agricultura e se fosse mudar faria alguma coisa na culinária em casa, como bolo, cocada. (Dona Assunção, 45 anos)

Alguns outros investiram parte do financiamento adquirindo tela e madeira para o cercamento do terreno, para maior segurança da família e da propriedade. Houve também quem tenha investido na instalação de galinheiro e compra de galinhas e utilizado parte do valor para reformar a casa ou mesmo na compra de alimentos básicos para a sobrevivência da família.

Na opinião do total dos(as) agricultores(as) entrevistados(as), o Agroamigo ajudou na melhoria das condições de vida e de trabalho de suas famílias, sendo que para 71,4% o valor do financiamento foi aplicado em atividades agrícolas e 28,6% em atividades não-agrícolas. Nas palavras de agricultora entrevistada:

> O Agroamigo é bom porque antes a gente não tinha essa confiança de um agricultor chegar num banco e fazer um empréstimo. Isso aí foi uma coisa que só foi o BNB que confiou. Os outros só atendiam os aposentados e esse apostou nos agricultores que não são aposentados e sem nenhuma garantia. (Dona Assunção, 45 anos)

Gráfico 5 – Aplicação do crédito (em percentagem)

Fonte: Pesquisa direta/2012

Ainda segundo Dona Assunção:

> Com o último financiamento eu comprei um boi e dois porcos. O boi eu ainda tenho, mas os porcos eu vendi. É assim, a gente compra o boi e quando está bom pra vender a gente vende e compra outro pequeno e assim vai... Pra conseguir o dinheiro é meio complicado... a gente tem que ir lá umas duas, três vezes e as vezes não consegue. Da última vez veio bem rápido e não tenho nada pra falar. No próximo que vou fazer vou pedir um carro de estrume. Eu comprei o boi por 800 e vendi por 1.200, então dá um lucrozinho.

Na análise dos(as) beneficiários(as), as condições de vida depois do acesso ao Agroamigo melhoraram significativamente, o que dá a entender que antes do acesso ao Programa a as condições de trabalho e de vida eram ainda piores. Entretanto, em termos de renda se percebe que esta pouco se alterou, já que a maioria continua se reproduzindo com menos de um salário mínimo.

Além disso, percebe-se que a ligação entre os beneficiários e o Banco tem sido marcada por uma relação de confiança, a qual é construída pelo contato direto do assessor de crédito. Entretanto, a relação de confiança pode ser rompida a partir do momento em que o financiamento não for pago em dia. Além disso, nem todos os pequenos produtores podem ter acesso ao microcrédito do Agroamigo. Nas palavras da assessora, o procedimento de avaliação para liberação do crédito ou não, é realizado da seguinte forma:

> A gente leva um cadastro socioeconômico que contem todas as informações, quantos cômodos tem na casa, se tem água, se não tem, mas o que levado mais em conta é a capacidade administrativa que o agricultor tem, para administrar aquele crédito que ele está adquirindo. A gente avalia como ele lida com aquela atividade, a quanto tempo, pois não adianta a gente liberar crédito, se já sabe que ele não vai ter condições de pagar. A gente analisa também a quanto tempo ele está na zona rural. A gente preenche tudo isso, traz para o banco e o comitê analisa e o coordenador dá o visto final. Muitas vezes nós temos que defender o cliente para ficar com ele. (Assessora do Agroamigo-BNB)

É nesta relação que o Banco aposta na diminuição dos riscos quanto à inadimplência, pois se constata que o fato do agricultor ser visitado e ouvido pelo assessor faz com que ele se sinta valorizado e, com isso, sua autoestima também melhora. Por outro lado, constata-se que o principal papel do assessor é garantir o crédito para aqueles pequenos (as) produtores (as) que tenham condições de pagar o financiamento em dia.

Considerações finais

Na bibliografia tratada neste trabalho vimos algumas possibilidades e limites presentes na trajetória da *agricultura familiar*. Os autores concordam que programas de microcrédito como PRONAF e Agroamigo são de extrema importância para os pequenos agricultores continurem se reproduzindo como tais, através do desenvolvimento de projetos de forma orientada. Além disso, Gomes da Silva (2007) destaca que uma das maiores conquistas do PRONAF B tem sido, no mínimo, de contribuir para elevar a autoestima das famílias que sempre tiveram dificuldades no acesso ao crédito. Por outro lado, todos concordam também, no que diz respeito ao PRONAF, que a metodologia utilizada na implantação deste programa acabou gerando diferenciações regionais, dentro da própria categoria. Além disso, acabou centralizando os recursos para os agricultores melhores estruturados em termos de modernização tecnológica e capital.

O programa Agroamigo se apresenta como nova possibilidade de fortalecimento da *agricultura familiar* de subsistência, bem como para minimizar as contradições e limites do PRONAF B. Entre elas existe o entendimento de que não basta apenas fornecer o crédito para o agricultor, muitas vezes é preciso orientá-lo, através de técnicos especializados e bem preparados que possam acompanhar a execução do projeto. Sabemos que a eficácia dos programas de microcrédito depende também em parte da visão empreendedora do agricultor em aplicar os recursos na atividade onde pode obter maior retorno e vantagens competitivas. Mas, nem sempre o agricultor pobre possui essa visão empreendedora, até porque o nível de escolaridade é baixo, sendo muitas vezes analfabeto e a labuta diária desses personagens se resume quase sempre à busca da reprodução da sobreviência. Na implantação do seu negócio ele conta com a experiência que foi sendo repassada ao longo dos anos, de pai para filho, na relação direta com a natureza. Porém, em um mundo com intensas transformações sociais, econômicas e políticas, a imprevisibilidade e os riscos são cada vez maiores, o que gera muitas incertezas e medo de perder seus pequenos investimentos, o que muitas vezes o desestimula.

Por meio das entrevistas realizadas com os agricultores beneficiários do Agroamigo de Lagoa Seca pudemos constatar que estes são em sua maioria exclusivamente familiares e o que produzem é acima de tudo para consumo da família, quase nunca ocorrendo excedente para comercializar. Entre os principais produtos cultivados estão o feijão, o milho, a batata doce, macaxeira, laranja e banana. Percebemos, ainda, que a falta de água durante o verão é terrível para a produção, e está aliada à má qualidade da terra, dificultando a qualidade da produção e das condições de vida dos agricultores. O Programa Bolsa Família e a aposentadoria se tornam a principal fonte segura de renda para a maioria das famílias estudadas. A maioria dos(as) agricultores(as) não tem noção da quantidade que é produzida para consumo ou que é vendida anualmente. A maioria não sabe informar o faturamento que obtiveram com a produção. É uma renda temporária, não é semanal e nem mensal e, muitas vezes nem anual, sendo que quando entra eles(as) costumam comprar outros alimentos, roupas e utensílios domésticos.

Com os resultados desta pesquisa, constatamos que é necessário o desenvolvimento de outras políticas públicas paralelas aos programas de microfinanças. Desta forma, torna-se importante a realização de estudos como este para que se possam identificar junto aos agricultores familiares quais seriam as ações imediatas e imprescindíveis para garantir uma mudança mais significativa na qualidade de vida dos pequenos agricultores.

Referências bibliográficas

ABROMOVAY, Ricardo (Org). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. *Laços rural-urbanos: da oposição à sinergia*. (mimeo.) 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo; PIKETTY, M. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, DF: IPEA, 1999.

AQUINO, J. R. *et al.* Dimensão e localização do público potencial do PRONAF "B" no Brasil: uma análise a partir do censo agropecuário 2006. *Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Belo Horizonte, 2011.

AQUINO, J.; SCHNEIDER, S. 12 anos de política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): Uma reflexão crítica. *Congresso latino Americano de Sociologia Rural*, 2010. Porto de Galinhas-PE.

COSTANZI, R. N. *Microcrédito no âmbito das Políticas Públicas de Trabalho e Renda*. 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br >. Acesso em: 27 de março de 2012.

DELGADO, N. G. *Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: IICA/MDA, 2009.

GOMES DA SILVA, A. Meio rural: o espaço da exclusão? *In*: Valença, M.; Gomes, R. (orgs.). *Globalização e desigualdades*. Natal: A. S. Editores, 2002, p. 163-176.

GRAZIANO DA SILVA, J. Políticas não agrícolas para o Novo Rural Brasileiro. *ANAIS do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, SOBER, 1998, p. 117-141.

KAGEYAMA, Angela; BERGAMASCO, Sonia; OLIVEIRA, Julieta. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários a partir do Censo de 2006. *V Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais*, 2011, Campinas/SP.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Economia Aplicada*, FIPE/FEA-USP, 2(30), 1998, p. 514-551.

MACIEL, I. S. R. *Avaliação da metodologia do Agroamigo em Caucaia-CE.* Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. *In*: Gasques, J. G.; Vieira Filho, J.E. Navarro, Z. (Orgs.). *A agricultura brasileira:* desempenho, desafios e perspectiva. Brasília, IPEA, 2010, p. 157-184.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

WANDERLEY, M. N. A agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. *In*: *O mundo rural como espaço de vida:* reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

____. Identidade social e o espaço de vida. *Globalização e desenvolvimento sustentável:* dinâmicas sociais rurais no Nordeste Brasileiro. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres, 2004, p. 61-74.

PARTE III

Trabalhadores em Movimento: Ações Coletivas e Horizontes de Ressignificação

Novo padrão de relações de trabalho e de ação sindical no setor de telecomunicações no Brasil e na Paraíba[82]

Roberto Véras de Oliveira

Introdução

O presente texto tem o propósito de sugerir algumas reflexões sobre o novo contexto das relações de trabalho e da ação sindical no setor de telecomunicações, com um foco no caso da Paraíba. Resultou, por um lado, de um diálogo com a bibliografia mais diretamente referida ao tema e, por outro, de elementos suscitados, por meio de observação participante e pesquisa documental, nos processos de preparação e de realização do I Congresso Estadual dos Trabalhadores em Telecomunicações da Paraíba – I CONETTEL, ocorridos entre agosto e novembro de 2008, sob a coordenação do Sindicato de Trabalhadores em Telecomunicações da Paraíba – SINTTEL/PB.

O I CONETTEL, quanto ao propósito deste estudo, constituiu-se em um momento muito oportuno. Na sua trajetória histórica, o SINTTEL/PB acompanhou e se posicionou, por quatro décadas, a respeito das mudanças que vêm ocorrendo nas telecomunicações nos planos nacional e local, principalmente quanto às suas implicações para os trabalhadores do setor. O Congresso realizou-se no ano em que foram completados 10 anos de privatização do Sistema Telebrás (Embratel e as Teles, incluindo Telpa na Paraíba). Na ocasião das privatizações, o SINTTEL/PB, a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicação - FITTEL e a Central Única dos Trabalhadores - CUT posicionaram-se frontalmente contra, por entender que seus resultados seriam desastrosos para a sociedade e para os trabalhadores do setor. Mas as privatizações se impuseram e o sindicalismo desde então vem sendo desafiado a adaptar-se aos novos tempos. No momento atual, a Agência

---

82 Artigo originalmente publicado, com título homônimo, na Revista Política & Sociedade, V. 10, N. 18, abril de 2011.

Nacional de Telecomunicações - ANATEL, ao anunciar mudanças no Plano Geral de Outorga para o setor, abre caminho para novas fusões, possibilitando uma nova reordenação do setor.

Nesta pesquisa, tomamos como principal estratégia metodológica o acompanhamento, na condição de observador participante, do processo de realização do I CONETTEL, buscando apreender a partir dele o novo contexto das relações de trabalho e da ação sindical no setor de telecomunicações, particularmente na Paraíba. O I CONETTEL, em se configurando como um momento especial de reflexão sobre os desafios da prática sindical histórica e atual do SINTTEL/PB, ao se colocar como objetivo principal atualizar o seu projeto sindical, tendo em conta a nova realidade das relações de trabalho no setor de telecomunicações na Paraíba e no Brasil, tornou-se uma situação oportuna a um estudo sociológico sobre o tema em questão.

Segundo dados disponibilizados pelo SINTTEL/PB, há cerca de 850 trabalhadores na ativa, distribuídos por 11 empresas. Há, ainda, cerca de 400 trabalhadores aposentados (ex-trabalhadores da Embratel e da Telpa), totalizando mais de 1,2 mil trabalhadores na base social do Sindicato. O processo de preparação para o I CONETTEL incluiu a realização de reuniões em 15 locais de trabalho, situados em João Pessoa, Campina Grande e Patos, as principais cidades do Estado, envolvendo mais diretamente 183 trabalhadores, de 9 empresas, incluindo as maiores. Nessas reuniões, além da discussão sobre a pauta do Congresso, foram escolhidos os delegados de base para dele participarem. O número de delegados inscritos totalizou 67. De modo a apreender o máximo de evidências e informações possíveis desse processo, além da observação direta, aplicamos um questionário junto aos 183 participantes das reuniões preparatórias e um outro, com questões complementares, junto aos 67 congressistas (neste caso, tivemos 50 respondentes, totalizando 75% dos delegados). A pauta do Congresso esteve centrada em um balanço das privatizações no setor e suas implicações para a ação sindical. Uma reflexão produzida a partir do acompanhamento desse processo, complementada com pesquisa documental e em diálogo com a bibliografia pertinente constituem a base do que apresentamos seguir.

As questões que orientam a presente reflexão são, sobretudo: que alterações foram produzidas pela reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro e paraibano, particularmente quanto ao padrão de relações de trabalho? Que implicações, na forma de novas limitações, desafios e campos de possibilidades, tais alterações vêm trazendo para a ação sindical? O texto tem início com uma ligeira reconstituição das principais transformações pelas quais vem passando nas últimas décadas as relações de trabalho no setor de

telecomunicações nos âmbitos internacional e nacional. Busca, na seqüência, identificar os traços mais característicos do contexto atual da ação sindical no setor de telecomunicações. Segue reconstituindo aspectos históricos e dilemas atuais da atuação do SINTTEL/PB. Conclui com algumas considerações.

As privatizações das telecomunicações e a nova realidade do trabalho

Processos que vêm se estabelecendo mundialmente nos últimos 30 anos, têm repercutido diretamente no setor de telecomunicações, levando-o a uma ampla reestruturação. Destacam-se: a Terceira Revolução Técnico-Científica, a Globalização, as tendências de privatização e de flexibilização econômicas. A Terceira Revolução Técnico-Científica ou Revolução Informacional, desencadeada a partir dos anos 1970, tem como um de seus principais pilares a informática, as tecnologias multimídia, as comunicações via satélite, a centralidade da informação e do conhecimento. Fala-se cada vez mais na *Sociedade da Informação* (CASTELLS, 1999). A Globalização, a partir de uma conjunção de fatores (tecnológicos, econômicos, políticos, culturais), pressupõe uma nova ordem mundial. Alguns processos se destacam: a constituição de um mercado financeiro global; o incremento e a liberalização do comércio internacional; a adoção de sistemas globais de produção; a transnacionalização das grandes empresas; a crescente mobilidade do capital; a perda de poder de regulação dos mercados por parte dos Estados Nacionais; a disseminação de certos padrões monetários, lingüísticos, culturais, o desenvolvimento de formas de comunicação em tempo real etc. (CASTELLS, 1999; SANTOS, 2005). A tendência privatizante tem a ver com o acirramento da competitividade na economia mundial, com o significativo aumento do peso das grandes corporações (tendo em conta os processos de fusões e aquisições do último período e a transnacionalização dessas empresas), com a perda de poder de regulação dos mercados pelos Estados Nacionais, fatores que associados à disseminação da ideologia neoliberal produziram uma onda mundial de privatizações de empresas estatais e serviços públicos[83].

A tendência de *flexibilização* da produção (quanto às suas bases tecnológica e organizacional) e do trabalho associam-se aos processos anteriores para conformar um novo paradigma produtivo (HARVEY, 1992). No que se refere

83 Para uma discussão sobre suas implicações no Brasil, ver, por exemplo: Oliveira (1999) e Biondi (1999 e 2000).

ao trabalho, a *flexibilização* atua: quanto ao emprego e ao grau de facilidade de demissões e contratações (*numérica* ou *externa*); no uso do trabalho no processo de produção (*funcional* ou *interna*), gerando o fenômeno da multifuncionalidade; na jornada de trabalho (por exemplo, por meio da introdução do banco de horas); quanto à forma de remuneração, visando torná-la mais variável, conforme a produtividade (*salarial*) (TOLEDO, 1998).

Os processos de *flexibilização* do trabalho em geral têm contribuído para: reforçar a subalternidade do trabalhador frente ao capital e precarizar as condições de trabalho. O setor de telecomunicações, sob os impactos desses processos, sofreu uma ampla *reestruturação84*. O padrão anterior era baseado no monopólio estatal (como nos casos britânico, alemão e brasileiro) ou privado (como no caso dos EUA). Os sistemas de comunicação, estruturados em bases nacionais, operavam sob a proteção do Estado. Havia, em geral, um único regime de emprego.

Quanto à atividade fim, encontrava-se centrada basicamente nos serviços de transmissão de voz. O padrão atual resultou da quebra dos monopólios nacionais, da privatização das empresas estatais, da liberalização dos mercados, da diversificação dos serviços (passando a serviços de transmissão de dados: voz, imagens, gráficos, programas, jogos etc.; incorporando serviços de Internet, serviços multimídia, de comunicação móvel), de fusões e novas composições corporativas, da internacionalização do setor e da introdução de novas tecnologias (informatização, digitalização, telefonia móvel, cartões telefônicos internacionais, sistemas de satélites globais[85]).

O processo de reestruturação foi desencadeado nos EUA, com a quebra do monopólio privado do *Bell System*, em 1984. Resultou de pressões de diversos setores da economia americana, que tinham em comum o interesse em baixar os preços dos serviços de telecomunicações, tais como: operadoras (lideradas pela MCI), a indústria de computadores (liderada pela IBM),

---

84 Para uma abordagem sobre tais processos, entre outros, ver (em sua maioria, com ênfase no caso brasileiro e em suas implicações para as relações de trabalho): Coutinho et al (1995); Laranjeira (1998); Dantas (1998); Albuquerque *et al* (1999); Novaes (2000); Porto *et al* (2000); Almeida (2001); Althaus (2002); Garcia (2004); Kengi (2005); Prochnik (2008).

85 A imbricação do setor de telecomunicações com as indústrias de telefonia fixa, de telefonia celular, de TV a cabo, de computador e com os serviços de informação, de publicação e de entretenimento colocou o setor sob patamares de investimento muito mais elevados, implicando em maior concentração e competitividade.

usuários corporativos, empresas do setor financeiro etc. A reestruturação do setor tornou-se um fenômeno mundial. Particularmente, nos países periféricos e semiperiféricos (com sistemas de telecomunicações constituídos na forma de monopólios estatais), resultou da pressão externa por uma maior liberalização e desregulamentação de suas economias, dentro de uma lógica de inserção subalterna à globalização, implicando em privatização e desnacionalização do setor. Como tendência geral, o novo modelo implicou em rebaixamento do custo da força de trabalho e em demissões (em países do centro e da periferia).

Esse conjunto de mudanças impactou sobre o perfil técnicoprofissional dos trabalhadores e quanto às relações e condições de trabalho. Sobretudo, com a diversificação dos serviços, diversificaram- se as funções e profissões, as faixas salariais e as condições de trabalho, as formas de emprego e de trabalho (com a disseminação do emprego temporário e da subcontratação). Com a crescente heterogeneização e competição entre os trabalhadores, aprofundou-se a tendência a um comportamento de tipo mais individualista.

Quanto ao Brasil, até 1965 os serviços de telecomunicações encontravam-se sob o controle de empresas privadas, com destaque para a Companhia Telefônica Brasileira (Canadense), que sozinha dominava dois terços do mercado. O Estado passou a ter uma participação mais efetiva no setor a partir: da instituição do Código Brasileiro de Telecomunicações, em 1962, que introduziu o controle governamental sobre os serviços de telecomunicações; da criação da Embratel, em 1965, empresa estatal que assumiu o papel de gestora, na forma de monopólio, dos serviços no setor, particularmente àqueles referentes aos âmbitos interestaduais e internacionais e aos serviços especiais, como comunicação de dados; com a criação do Ministério das Comunicações, em 1967; com a criação, em 1972, da *holding* estatal Telebrás (composta por companhias estaduais encarregadas dos serviços nos Estados), para compor, com a Embratel e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CPqD, o Sistema Brasileiro de Telecomunicações, financiado com recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações.

O contexto dos anos 1980, entretanto, afetou tal arranjo. Parte dos recursos do FNT foi desviado para cobrir outras despesas governamentais, o que o levou à extinção em 1986. A política de controle de preços das tarifas públicas, diante de uma inflação crescente, produziu uma defasagem tarifária cada vez maior no setor. O Estado, com isso, perdeu capacidade de investimento, em um momento de ampla reestruturação mundial do setor. Com o quadro inaugurado a partir da opção do país, nos anos 1990, por uma inserção subalterna à globalização (FIORI, 1997), as privatizações se colocaram na ordem do dia (BIONDI, 1999; 2000). O Sistema Telebrás tornou-se um

dos seus principais alvos. Como medidas preparatórias para as privatizações das telecomunicações, em meados dos anos 1990 têm início as terceirizações. Inicialmente, envolveu os serviços de apoio. Em seguida, atingiu as atividades fins (projeto, instalação e manutenção de redes). Mas, o marco desencadeador das privatizações foi a aprovação da Emenda Constitucional n° 8, que eliminou o monopólio estatal das telecomunicações. Na seqüência, a Lei nº 9.295/96 regulamentou a licitação de concessões de telefonia celular da Banda B. Em 1997, a Lei Geral de Telecomunicações, ao mesmo tempo em que determinou a cisão do capital da Telebrás, formulou as diretrizes para o seu processo de privatização e estabeleceu a nova base regulatória para o setor, criando a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. Distribuiu as concessões por regiões e vedou a aquisição, por um mesmo acionista, do controle de empresas atuantes em regiões distintas (tal restrição podendo ser eliminada pela ANATEL após cinco anos[86]). A ANATEL deveria funcionar como uma autarquia ligada ao Ministério das Comunicações, mas com garantia de autonomia decisória e orçamentária e estabilidade para seus dirigentes. A preparação das privatizações contou ainda com uma elevação significativa das tarifas locais por parte das empresas estaduais, a partir de 1996.

Em 1998 o Sistema Telebrás (com suas 27 empresas e o CPqD) foi privatizado. Por meio da aprovação de um Plano Geral de Outorgas - PGO para as telecomunicações, foram estabelecidos os parâmetros para a concorrência entre empresas do setor. Para a privatização, as empresas estaduais foram divididas em duas partes, uma para operar a telefonia fixa e a outra, a telefonia celular. A Telebrás foi subdividida em 12 novas sociedades anônimas, sendo 3 de telefonia fixa local (Tele Norte Leste, Tele Centro Sul e Telesp), 1 de telefonia de longa distância (Embratel) e 8 de telefonia celular – Banda A (Telesp Celular, Telemig Celular, Tele Celular Sul, Tele Centro Oeste Celular, Tele Norte Celular, Tele Nordeste Celular, Tele Sudeste Celular e Tele Leste Celular).

Em paralelo, foram concedidas licenças para novas operadoras privadas explorarem os serviços de telefonia fixa e móvel. Quanto à telefonia fixa, as empresas concessionárias constituíram-se de consórcios – com exceção da Telemar – liderados por operadoras estrangeiras. A distribuição das concessões ficou assim: Tele Norte-Leste – Telemar; Centro Sul – Brasil Telecom; Telesp (São Paulo) e parte do Norte – Telefônica. ligações de longa distância

86 Esta restrição caiu com o novo PGO, instituído em 2008, possibilitando a compra da Brasil Telecom pela OI.

Embratel/ WorldCom. Essas empresas passaram a operar como serviço público, estando obrigadas a cumprir metas de universalização, de continuidade e de qualidade, impostas pela ANATEL. Além dessas, também passaram a atuar no mercado de telefonia fixa, a partir de 1999, as empresas *competidoras* (ou "empresas-espelho"), operando com tarifas liberadas, sem poder contar com mercados cativos.

As empresas de telefonia celular foram agrupadas em 8 áreas, todas operando na chamada *Banda A*. A introdução da competição, nesse setor, deu-se, em 1997, por meio do leilão de licenças para operar o serviço em outra faixa de rádiofrequência, conhecida como Banda B. A partir de 2001, esse setor é reagrupado em três áreas de concessões (as mesmas definidas para a telefonia fixa), quando são introduzidas as Bandas C, D e E. Tal rearranjo levou a fusões e aquisições e culminou com a autorização para todas as empresas poderem atuar em todas as regiões. A partir de 2003, o número de celulares tornou-se maior que o de telefones fixo em serviço (majoritariamente pré-pagos).

Com a privatização, o sistema se expandiu (elevando significativamente o número de linhas em serviço na telefonia fixa e celular) e a digitalização avançou amplamente. Mas, o novo modelo fundamentou-se na privatização e na flexibilização das relações de trabalho, com forte pressão para redução de custos. O ato da privatização gerou polêmica, inclusive com veiculação pela mídia de que teria havido favorecimentos. A forte redução de pessoal e a terceirização geraram muita insatisfação dos consumidores com a prestação de serviços, como revela o volume de queixas ao Procom, principalmente entre os anos de 1999 e 2000[87]. A insatisfação do público também relacionou-se às sucessivas majorações de tarifas acima da inflação. A ANATEL não atuou nesses casos.

No novo arranjo, as *concessionárias* focam em atividades de *marketing*, financiamento e investimentos, destinando às empresas subcontratadas as atividades operacionais, sob controle de metas de desempenho. Com o crescente deslocamento das atividades de transmissão de voz para a transmissão de dados e com a recomposição das relações entre as empresas *concessionárias* e *competitivas*, o setor passa a se estruturar dividindo-se entre *operadoras* (Oi, Claro, Vivo[88], TIM) e *prestadoras de serviços*. As primeiras atuam na telefonia fixa e móvel, local, de longa distância e internacional, internet banda larga,

---

87 As reclamações referiam-se, principalmente, a cobranças indevidas, a problemas com a tarifação dos serviços, a problemas de atendimento e a interrupções de serviços.

88 A Vivo é um consorcio de operadoras.

telemarketing e TV a cabo. As segundas, por sua vez, são contratadas como terceiras por aquelas, vindo a cumprir diversos papéis (de atividades periféricas e de apoio a atividades-fins). Com o novo PGO, assinado em novembro de 2008 pelo Governo Lula, mudam as regras do jogo, tornando-se mais competitivas[89].

Os impactos da quebra do monopólio estatal, da privatização e da reestruturação do setor no país sobre as relações e condições de trabalho foram significativas. Sobretudo, resultaram em: demissões e/ou aposentadorias incentivadas; disseminação da subcontratação/terceirização nas empresas do setor; dispersão dos trabalhadores por várias empresas; racionalização do trabalho.

Quanto às demissões e/ou aposentarias incentivadas, ocorreu especialmente com o objetivo de substituir os trabalhadores mais antigos e experientes (com salários maiores) por mais jovens (com salários rebaixados). No início (1999), houve aumento do número de trabalhadores no setor, em seu conjunto, com a criação de novas empresas (em novas áreas, como a telefonia móvel) e porque o sistema foi expandido (visando cumprir as metas da ANATEL). Ou seja, diminuiu o número de trabalhadores das *concessionárias* ao mesmo tempo em que foram contratados trabalhadores (com perfil diferenciado) pelas novas empresas, em geral na forma de terceirizações. A partir de então se estabeleceu uma dinâmica de forte rotatividade no setor. Os trabalhadores, agora mais

---

89 Segundo o jornal Correio Brasiliense, de 03/11/2008: "O ministro das Comunicações, Hélio Costa, informou nesta quinta-feira (20/11) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou hoje decreto que institui o novo Plano Geral de Outorgas (PGO). As novas regras da telefonia fixa, que constarão do decreto que será publicado amanhã, tornam legal a compra da Brasil Telecom (BrT) pela Oi, anunciada em abril deste ano. A partir de amanhã as duas empresas poderão dar entrada na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) com o pedido de aprovação do negócio. 'O PGO é o primeiro passo para modernizar o setor de telecomunicações', disse Hélio Costa, em entrevista à imprensa, após audiência com o presidente. O Palácio do Planalto manteve o texto sugerido pela Anatel, com algumas pequenas modificações do Ministério das Comunicações, que incluiu no artigo 6º dispositivo determinando que em qualquer fusão deve ser observado o princípio de maior benefício do usuário e ao interesse social e econômico do País. Segundo Costa. Esse dispositivo tem o objetivo de proteger o consumidor e com ele as operadoras se comprometem a apresentar propostas que atendam a programas sociais do setor de telecomunicações. 'O que nós procuramos foi deixar claro que o consumidor tem que ser lembrado como mais importante objeto a ser beneficiado, num momento de uma fusão como essa', disse o ministro".

jovens, têm menor experiência, mas maior qualificação, recebem salários em média menores e são menos afeitos à cultura sindical.

Sobre a disseminação da subcontratação/terceirização nas empresas do setor, efetivou-se por meio da contratação de um grande número de empresas de pequeno e médio portes (incluindo trabalho informal). A subcontratação passou das atividades de apoio (manutenção das estruturas internas das empresas) para as atividades de instalação e manutenção das redes externas e para as atividades-fim, como gestão da rede interna (requerendo conhecimento tecnológico). Mas, com o tempo, se alterou o perfil das empresas terceirizadas: tornando-se em menor quantidade, mais especializadas e com atuação nacional e internacional. Os contratos de terceirização são por tempo determinado e, mesmo com a mudança de perfil das subcontratadas, configuram uma relação de subordinação da empresa terceirizada em relação à empresa-mãe.

A dispersão dos trabalhadores por várias empresas estabeleceu-se sob vários regimes de contratação, com níveis salariais diversos, concorrendo para a heterogeneização e fragmentação dos trabalhadores. A racionalização do trabalho baseou-se no enxugamento do quadro de empregados, na utilização indiscriminada da terceirização e do recurso da multifuncionalidade, com mudanças no perfil sócio-ocupacional, intensificação e aumento da jornada de trabalho, compressão da remuneração e aumento da insegurança em geral para os trabalhadores.

Desafios para a ação sindical no setor de telecomunicações

As mudanças pelas quais vem passando o mundo do trabalho têm como um dos seus principais componentes a crise do sindicalismo. O crescimento do desemprego, uma crescente pressão pela flexibilização e precarização das relações de trabalho, um forte ataque aos direitos sociais e trabalhistas conquistados na fase anterior e uma postura empresarial e governamental de confronto com a ação sindical estão na base desse quadro de crise (ANTUNES, 1999). O sindicalismo vê-se pressionado de diversas maneiras: sua base social encolheu (com o desassalariamento); a unidade dos trabalhadores se tornou mais difícil de ser construída e mantida (com a heterogeneização e fragmentação das relações de trabalho e com o acirramento da competição entre os próprios trabalhadores); o número de sindicalizados caiu (com o desemprego e o trabalho precário e com o medo de perder o emprego); a arrecadação diminuiu (comprometendo o poder de ação do sindicalismo); a organização sindical se assentou sobretudo em bases nacionais

e locais, enquanto a economia se tornou cada vez mais de dimensão global (WATERMANN, 2005).

Mas o sindicalismo tem esboçado certas reações: ocorrem fusões de sindicatos; diversificam-se as agendas sindicais (introduzindo novos temas, como questões de gênero, questões ambientais, cidadania, educação e qualificação profissional, saúde do trabalhador etc.); buscam-se ações em âmbito internacional (por setor, por região, na forma de campanhas, de organização de comissões e/ou organismos etc.); buscam-se novas formas de financiamento; desenvolvem-se estratégias de envolvimento e sindicalização de trabalhadores terceirizados, com vínculos precários e até desempregados; entre outras medidas. O desafio é quanto aos caminhos da reestruturação sindical.

O setor de telecomunicações desenvolveu-se de maneira espetacular ao longo do Século XX, ganhando importância estratégica e concentrando importantes segmentos de trabalhadores. Sob tal base, o sindicalismo ganhou um destaque cada vez maior. Mas, com a reestruturação do setor, sob as marcas da globalização e das políticas neoliberais, com a quebra dos monopólios nacionais, privatizações, diversificação de serviços e introdução de novas tecnologias e novas formas organizacionais, as condições para a ação e organização sindical mudaram radicalmente. Embora as conseqüências de tal reestruturação variem de país para país, alguns aspectos têm tido uma repercussão geral[90]. Por exemplo: demissões de trabalhadores sindicalizados; incorporação de novas empresas ao setor sem tradição sindical e, muitas vezes, com uma postura antisindical; expansão do setor para áreas/regiões de baixa sindicalização; tendência à descentralização e fragmentação das negociações coletivas (com a quebra dos monopólios, a diversificação de atividades, a incorporação de pequenas e médias empresas, a subcontratação); crescente diferenciação entre os trabalhadores do setor (heterogeneização), com diferenciações salariais e de condições de trabalho, diversificação de funções/profissões e de vínculos de emprego; queda da receita dos sindicatos. Diante de tal situação, têm havido diversos esforços no sentido de articular uma reação sindical, quanto: às estratégias de negociação (visando influenciar na reestruturação das empresas); à relação com os consumidores, por meio de campanhas junto à mídia; à ação internacional (exemplo: EUA, Canadá e México); à organização sindicatos (com fusões, por exemplo); à organização dos trabalhadores terceirizados.

No caso do Brasil, no período imediatamente anterior à privatização, os sindicatos de telecomunicações tinham papel importante: representavam

90 Ver, por exemplo, Laranjeira (2003 e 2007), Araújo (2002), Cavalcante (2006).

um segmento, embora não muito numeroso, estratégico e estável e as negociações coletivas tendiam à centralização, propiciando condições semelhantes para diferentes segmentos de trabalhadores. Os sindicatos negociavam apenas com duas empresas: a subsidiária local da Telebrás e a operadora de longa distância, a Embratel. Muitas vezes, as negociações entre as gerências e os sindicatos eram finalizadas com intervenção de membros do Congresso ou do Ministério das Comunicações. Até 1985, os sindicatos dos telefônicos de todo o Brasil, com exceção do SINTETEL de São Paulo, eram filiados à Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações - FENATTEL, a entidade nacional da estrutura oficial. A renovação do sindicalismo brasileiro, trazida com o surgimento do "novo sindicalismo", entre fins da década de 1970 e começo dos anos 1980, quando surgiu a CUT, também atingiu este setor, com as oposições sindicais ganhando as eleições em vários sindicatos por todo o país. Em 1985, após tentativas mal sucedidas de democratização da FENATTEL, 6 Sindicatos identificados com a CUT (MG, BA, RJ, RS, PE e DF) formaram o "Bloco Independente", que, nesse mesmo ano, dirigiu a primeira luta nacional unificada dos trabalhadores em telecomunicação, negociando em separado com o governo e a Telebrás. Sob tal base, em 1986, foi criada FITTEL[91] e no seu I Congresso Nacional, em 1987, foi aprovada a filiação à CUT.

A FITTEL é uma entidade nacional, orgânica à CUT e está integrada ao ramo da Comunicação e Informação, constituído por trabalhadores em empresas de telecomunicações, operadores de mesas telefônicas e em pesquisa, ciência e tecnologia. Conta com 20 sindicatos filiados, representando formalmente mais de 80 mil trabalhadores na base. Suas principais instâncias são: o Congresso Nacional – CONTTEL, realizado trienalmente, onde se define o plano de lutas e se elege a direção (os delegados são eleitos nos sindicatos de base); a Plenária Nacional, realizada anualmente, que define a estratégia da campanha salarial, sendo formada pela Executiva da FITTEL e por delegados eleitos proporcionalmente nas assembléias dos sindicatos de base; o Conselho Diretor, composto por 09 membros da Executiva (responsáveis por secretarias) e 01 representante de cada sindicato filiado, indicado pela diretoria.

A privatização do Sistema Telebrás implicou em uma total redefinição do cenário de atuação da FITTEL. Para além de um contexto mais geral marcadamente adverso à prática sindical[92], a quebra do monopólio estatal das

91 Ver www.fittel.org.br e www.cut.org.br.

92 Para uma discussão panorâmica sobre tal contexto, ver Véras de Oliveira (2011).

telecomunicações redundou na ruptura de um padrão de relações de trabalho e de negociação sindical próximo do padrão *fordista*: salários relativamente altos, incorporação de benefícios, estabilidade, elevado nível de sindicalização, negociações articuladas nacional e localmente. A privatização e a reestruturação do setor, com a diversificação das empresas e a heterogeneização, fragmentação, terceirização e precarização das relações de trabalho, trouxeram impactos decisivos para o sindicalismo. De imediato caiu significativamente o número de empregados nas *concessionárias* (onde se encontrava a massa de filiados dos sindicatos), ao mesmo tempo em que, onde cresceram as contratações, nas operadoras de telefonia celular, terceirizadas, *call centers* etc., grassa um clima mais adverso à ação sindical. Ao mesmo tempo os sindicatos tiveram que passar a negociar com inúmeras empresas representando diferentes segmentos – concessionárias, telefonia celular, *call centers*, fornecedores de equipamentos e várias empresas sub-contratadas. Antes, as negociações ocorriam de forma centralizada e em âmbito nacional. Desdobravam-se, de forma articulada, em negociações com as unidades de cada estado. A FITTEL conduzia a ação unificada dos sindicatos filiados. A descentralização da negociação fragilizou a organização e a atuação sindical. Passaram a ocorrer negociações diferenciadas em cada empresa, abrangendo regiões representadas por mais de um sindicato[93], onde se praticam diferentes políticas e formas de gestão do trabalho. A descentralização das negociações, além de enfraquecer a ação dos sindicatos, tem levado a diferenciação de resultados. Alie-se a isso a estratégia adotada pelo governo no processo das privatizações, visando neutralizar a reação sindical, de um lado, incluindo a oferta de ações preferenciais à disposição dos empregados e ex-empregados aposentados e, de outro, atacando a reação sindical em franca oposição às privatizações e ao governo. Outras condições adversas decorreram da ausência de preparação adequada dos sindicatos para lidar com a nova situação, sendo desafiado a atuar sob uma dinâmica cada vez

93 Quanto aos trabalhadores das empresas de telemarketing, por exemplo, esses podem se filiar a sindicatos de comerciários. No caso dos trabalhadores de manutenção de cabos, em certas situações, podem se filiar ao sindicato da construção civil. Com a criação de um sindicato nacional de trabalhadores em TV a cabo e por assinatura, os Sintteis desencadearam uma luta jurídica de modo a garantir sua capacidade de representação do referido segmento. No governo Lula, com a mediação do MTE, foi realizada uma conversa entre os sindicatos implicados, da qual saiu a resolução de que caberá ao novo sindicato de trabalhadores em TV a cabo e por assinatura o direito de representar tais segmentos.

mais marcada pela competitividade, globalização, diversificação de atividades, heterogeneização e precarização das relações de trabalho. As empresas, por sua vez, atuam muitas vezes com uma estratégia de isolamento dos segmentos mais atuantes[94].

As dificuldades de reação do sindicalismo têm levado à imposição de perdas aos trabalhadores: caíram o adicional de produtividade, o anuênio e as gratificações de férias acima do patamar de um terço da remuneração; o reajuste salarial deixou de ser regido pelos índices de inflação, sendo substituído por abonos; caiu o valor da hora-extra; foi introduzido o "banco de horas"; foi instituída a Participação nos Resultados como instrumento de remuneração variável (negociações quase sempre sem participação dos sindicatos); há cada vez mais restrições para a liberação de dirigentes sindicais para a atuação sindical.

Em síntese, o novo contexto da ação sindical no setor tem sido marcado por aspectos como: queda nos índices de sindicalização e nos volumes de arrecadação; tendência de pulverização das negociações coletivas; imposição de perdas de direitos aos trabalhadores e de restrições à ação sindical; dificuldade de recrutamento de trabalhadores dispersos em várias empresas e/ou sub-contratados; incorporação de setores e empresas sem tradição de organização sindical e muitas vezes com posturas hostis à ação sindical; dificuldades dos sindicatos em superarem velhos problemas (como a ausência de organização no local de trabalho) e em adaptarem-se à nova situação (desenvolvendo novas estratégias de ação e de organização); enfraquecimento da organização nacional do segmento (a FITTEL).

Face a essas mudanças, os sindicatos foram desafiados a mudar de atitude, seja no sentido de assumir uma posição mais pragmática baseada na negociação, seja no sentido de ampliar o escopo de representação, considerando o setor como cadeia produtiva, voltando-se para as empresas sub-contratadas cujos empregados não eram representados anteriormente. Diante desse cenário, a FITTEL tem buscado fortalecer a aliança do movimento sindical com setores, como o Fórum Nacional pela Democratização dos Meios de Comunicação, que visam a manutenção de direitos, a defesa do emprego, o fortalecimento dos mecanismos de controle social, de regulação estatal e a efetiva implementação do Conselho Nacional de Comunicação, previsto pela Constituição,

---

94 As empresas muitas vezes optam por não negociarem com os sindicatos filiados à FITTEL.

com o fim de democratizar e universalizar o acesso a esse direito[95]. No plano interno, voltou-se para a construção de uma organização sindical por ramo de atividade. A partir de 1995, iniciou-se entre a FITTEL e a FENADADOS (setor de processamento de dados), também ligada à CUT, uma discussão sobre a organização do ramo da Telemática, posteriormente referendado pela CUT. Em 1997, foi criada a CNTTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações e Informática e definido um processo de unificação das federações e sindicatos, que não se consumou. Poucos avanços ocorreram, além de algumas ações conjuntas e do compartilhamento de uma sede nacional. Posteriormente, a FITTEL participou de discussões organizadas pela CUT visando a construção do ramo da Comunicação e Informação, apoiando-se em deliberações congressuais que indicavam a necessidade de fazer convergir as ações dos trabalhadores dos correios, das indústrias gráficas, dos jornalistas, dos radialistas, além dos trabalhadores do setor de informática. Paralelamente, com o surgimento de novos segmentos no setor (como o de *telemarketing*, serviços de teleatendimento, televendas, telecobrança, telepesquisa, entre outros), vêm sendo criados Sindicatos de Trabalhadores de Telemarketing, entre os quais, o de São Paulo. Em síntese, alguns sinais de reação do sindicalismo brasileiro do setor de telecomunicações podem ser assim indicados: discussões entre as entidades sindicais do ramo da Comunicação e Informação, com o fim de criar a federação do ramo da Telemática (que não prosperou); começo de articulação internacional[96]; realização de um acordo coletivo nacional, em 2004, entre 23 Sindicatos com uma das maiores operadoras de celular do País, envolvendo os 19 Estados cobertos pela operadora – algo que não ocorria no setor, desde a privatização.

Para situar o contexto atual de atuação do SINTTEL/PB

O SINTTEL/PB foi oficialmente reconhecido em 20 de abril de 1965, pelo Ministério do Trabalho. Até então existia a Associação dos Trabalhadores

95 O Conselho Nacional de Comunicação foi criado em 1988, pela Constituição Federal, com o fim de analisar as renovações de concessões públicas e estabelecer orientações gerais sobre a comunicação no Brasil. Entretanto, só foi instalado em 2002. A última reunião ocorreu em 2006.

96 A exemplo da reunião de funcionários de filiais mundiais da Telefônica, a partir da qual constituiu-se o Grupo Ibero-Americano de Trabalhadores da Telefônica, que desde então se reúne uma vez ao ano.

em Empresas Telefônicas do Estado da Paraíba. Em 06 de março de 1974 a entidade passa a representar a categoria de forma unificada e, em conseqüência disso, adquire a denominação de Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas do Estado da Paraíba. Em 1986, um grupo de oposição sindical identificado com a CUT e com a FITTEL (que havia sido criada em 1985) conquista a diretoria do Sindicato. A partir de então se estabelece uma ruptura com o seu passado *assistencialista*, ao definir-se a partir de então por uma perspectiva de sindicato *classista* e de *luta* em defesa dos direitos da categoria. Em 1987, o SINTTEL/PB participa do 1º CONTTEL, organizado pela FITTEL. Em 1989, filia-se à CUT e participa da luta contra a quebra do monopólio estatal das telecomunicações. O SINTTEL/PB, embora de base relativamente pequena (cerca de 1,2 mil trabalhadores da Embratel e da Telpa), se comparada com outros sindicatos paraibanos[97], mas com um elevado índice de sindicalização (em torno de 80%), nesse período tornou-se um dos principais pilares da estruturação do projeto de construção da CUT no Estado. Mas, com as privatizações da Embratel e da Telpa, as condições de atuação sindical forma alteradas radicalmente.

Atualmente, o SINTTEL-PB, abrange os trabalhadores em empresas de telecomunicações, telefonia móvel, centros de atendimento, *call centers*, transmissão de dados e correio eletrônico, serviços troncalizados de comunicação, rádio chamadas, *telemarketing*, projetos, construção, instalação, e operação de equipamentos e meios físicos de transmissão de sinal, similares e operadores de mesas telefônicas no Estado da Paraíba. Sem contar mais com a movimentada agenda de lutas dos anos 1980, quando da reorganização, em geral, da prática sindical no país, e dos anos 1990, quando da resistência nacional às privatizações do setor, o Sindicato tem tendido a adequar-se a uma rotina interna onde os diretores se revezam realizando homologações e outros procedimentos com auxílio dos funcionários, que fazem o atendimento aos trabalhadores. Os dirigentes do sindicato, assim como os sócios, são incentivados a participar de cursos de capacitação, negociações e outras atividades relacionadas ao desenvolvimento sócio-cultural e profissional, na Paraíba e em outros estados. Sob

97 Na virada da década, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba tinha na sua base cerca de 32 mil trabalhadores; o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado do Estado da Paraíba, aproximadamente 18 mil trabalhadores; o Sindicato dos Comerciários da Paraíba, 12 mil; o Sindicato dos Rodoviários, 10 mil; o Sindicato dos Bancários da Paraíba, 5 mil (VÉRAS DE OLIVEIRA, 1994).

muitas dificuldades são conduzidos processos de negociações com as novas empresas *operadoras* e *prestadoras de serviços*. Atualmente, o Sindicato conta com pouco mais de 1,2 trabalhadores na base, sendo que cerca de 400 deles são aposentados. Desses, 600 são sócios, sendo que 300 da ativa e 300 aposentados. Se o índice de sindicalização se mantém em torno de 50%, entre os trabalhadores da ativa, encontra-se no patamar dos 37%. Embora alto para os padrões brasileiros, representa uma queda importante em relação aos níveis do cenário pré-privatizações.

O 1º CONETTEL ocorreu num contexto muito oportuno, quando dez anos após a privatização do Sistema Telebrás, o SINTTEL coloca em pauta a necessidade de fazer um balanço dos seus impactos para os trabalhadores e para o próprio sindicalismo. O SINTTEL/PB tem, atualmente, na base trabalhadores ativos e aposentados. Os trabalhadores ativos estão situados em empresas *operadoras* e *prestadoras de serviços* atuantes na Paraíba. O Quadro 1 indica a distribuição dos trabalhadores da ativa por empresa e inclui os aposentados. Os dados são estimativas do Sindicato, considerando que o grau de rotatividade impede a obtenção de informações precisas. Não estão incluídas algumas empresas (normalmente bem pequenas) que, embora atuantes na Paraíba, o Sindicato não tem conseguido envolver nos processos de negociação coletiva, em geral porque se trata de terceirizadas, cujos contratos são temporários (de modo que ora entram ora saem do mercado).

Quadro 1 - Distribuição dos trabalhadores por empresa no setor Telefônico na Paraíba

Empresa	Número Trabalhadores
OI (operadora de telefonia móvel e fixa)	85
EMBRATEL/CLARO (telefonia fixa e de longa distância)	30
TIM (operadora de telefonia móvel)	60
CLARO (operadora de telefonia móvel)	35
EGS (prestadora de serviço para a OI)	60
ALCATEL (multinacional prestadora para TIM)	11
ICATEL (prestadora de serviço para OI; só para manutenção de orelhões)	17
ARM (prestadora de serviço para a OI; cearense; para plantas externas)	470
LOGCTEL (prestadora de serviço para a OI; engenharia e projetos)	05
SIT (prestadora de serviços para a OI; paraibana; constituída por ex-funcionários da OI; seus contratos estão sendo transferidos para ALCATEL e EGS)	62
CONTAX/OI (empresa de call center)	15

Total de Trabalhadores da Ativa	850
Aposentados (da Embratel e Telpa)	400
Total	1250

Fonte: SINTTEL/PB

Note-se que uma única empresa concentra mais da metade dos trabalhadores. Não à toa, trata-se de uma *prestadora de serviço*. E, mais: a ARM é uma *prestadora de serviço* exclusiva da OI. A dimensão do fenômeno da terceirização fica ainda mais evidente quando somamos os trabalhadores diretamente contratados pelas *operadoras* (OI, Claro, TIM), resultando em algo em torno de 25% do total. Ou seja, 75% são terceirizados.

O processo de preparação para o I CONETTEL incluiu a realização de reuniões em 15 locais de trabalho, situados em João Pessoa, Campina Grande e Patos. A seguir o número de trabalhadores que participaram das referidas reuniões, por local de trabalho.

Quadro 2 - Distribuição dos participantes por empresas

Empresa/Local	Número de Participantes
EGS João Pessoa	28
ARM Campina Grande	28
TIM João Pessoa	20
Aposentados	20
ARM Patos	18
ARM João Pessoa	13
CLARO	13
ICATEL	10
EGS Patos	09
CLARO Campina Grande	06
EMBRATEL	06
EGS Campina Grande	05
ALCATEL	03
TIM Campina Grande	03
CONTAX	01
Total	183

Quanto ao perfil profissional desses, conforme resposta dada por eles próprios ao questionário aplicado, predominaram: *auxiliares* (técnico, de laboratório, de rede, de técnico operacional, de almoxarifado, de instalação,

administrativo), *técnicos em telecomunicações* (júnior, pleno e sênior), *cabistas*, *consultores* (para grandes clientes), *instaladores* (denominados OSC), *vendedores*, *gerentes* (de contas, de canal, de negócio, de lojas), *atendentes*, *lançadores*, *consultor de vendas*. Em menor proporção, estiveram presentes também: *assistentes* (técnico, de operação, administrativo), *técnicos operacionais*, *almoxarifes*, *engenheiros*, *técnicos administrativos*, *analistas de logística*, *supervisor de cabo*, *supervisor operacional*. Outros aspectos do perfil dos participantes das reuniões preparatórias ganharam destaque. Quanto ao sexo: 136 (74,3%) homens e 47 (25,7%) mulheres, evidenciando uma forte predominância masculina. No que se refere à faixa-etária: 28 (18,7%) com até 25 anos de idade, 71 (47,3%) com 26 a 35 anos, 30 (20,0%) com 36 a 45 anos, 17 (11,3%) com 46 a 55 anos e 4 (2,7%) acima de 56 anos (neste caso, não estão incluídos os 20 aposentados), denunciando o perfil jovem dos atuais trabalhadores do setor. A respeito do grau de escolaridade, o perfil dos participantes das reuniões preparatórias ao Congresso confirma um traço marcante da atual realidade da categoria, a elevada escolarização: 22 (12,6%) com até Ensino Fundamental Completo; 86 (49,1%) com até Ensino Médio Completo; 69 (39,3%) com o Ensino Superior Completo.

Quando perguntados sobre o tempo de trabalho na empresa, a esmagadora maioria revelou ter até 4 anos, realçando outro traço característico do novo perfil da categoria: 49 (31,6%) disseram ter até 01 ano de trabalho na atual empresa; 70 (45,2%), de 2 a 4 anos; 24 (15,5%), de 5 a 7 anos; 7 (4,5%), de 8 a 10 anos; 5 (3,2%), acima de 10 anos (neste caso, não foram incluídos os aposentados). O perfil dos participantes espelha em alguma medida o perfil da categoria atualmente: composição profissional muita diversificada; em geral jovens; com alto grau de escolaridade; majoritariamente homens, sobretudo nas atividades de operação e manutenção, e uma presença maior de mulheres nas atividades de atendimento ao cliente e vendas. Outro traço que fica muito bem evidenciado se refere ao pouco tempo de trabalho na atual empresa, indicando alto nível de rotatividade no emprego.

Se a composição dos participantes das reuniões preparatórias, realizadas nos locais de trabalho, espelhou mais proximamente o atual perfil da categoria dos trabalhadores do ramo das telecomunicações na Paraíba, o mesmo não aconteceu com a composição dos congressistas. O reflexo da imagem histórica do SINTTEL/PB junto aos antigos militantes, aliado à atual dificuldade do Sindicato em envolver, tanto quanto o fazia antes das privatizações, os novos trabalhadores do setor, repercutiu nessa composição. Grosso modo, o I CONETTEL contou com 67 delegados. Dentre esses, 50 responderam

ao questionário por nós aplicado, distribuindo-se da seguinte maneira: 21 aposentados e 29 trabalhadores da ativa, respectivamente 42% e 58% dos respondentes. Dentre os 29 da ativa, 15 (52%) afirmaram ter acima de 15 anos de tempo de trabalho no atual emprego (os quais, ao se manterem no emprego com as priva tizações, tendo portanto vivenciado o período anterior, são a ponte entre esse e o momento atual, mantendo-se muitas vezes com algum vínculo com o Sindicato); 6 (21%), entre 7 e 15 anos e 8 (27%), 7 anos ou menos (estes últimos, especialmente, ingressantes no setor em um momento totalmente já reformado, não tem a memória do período anterior e, quase sempre, se mantêm distantes do Sindicato).

Às perguntas aos participantes das reuniões preparatórias e do Congresso, sobre "*quais os principais problemas do local de trabalho?*", em geral as respostas foram muito contundentes, indicando uma diversidade de sinais de precarização do trabalho, embora alguns tenham restringido-se a afirmar que "não há problemas". Subentende-se que isso tenha ocorrido por medo, por estarem empolgados com o primeiro emprego ou por não acreditarem na eficácia da ação sindical. Os problemas apresentados foram de diversas ordens. 1. Relacionados com o ambiente físico: presença de ruídos; pouca iluminação; ambiente apertado, excesso de pessoas, desconforto; falta de ambiente para reunião; móveis velhos e inadequados (ergonomicamente); sujeira; falta de banheiros; falta de água para beber; estrutura do escritório inadequada; falta de ventilação e refrigeração; carros sem ar condicionado; ausência de refeitório e locais de descanso e de lazer; falta de estacionamento para funcionários. 2. Referidos a equipamentos e instrumentos de trabalho: insuficiência ou má condição dos equipamentos (instrumentos, acesso à internet, softwares, disponibilidade de veículos e de telefone etc.); material de expediente escasso, situações de roubo no ambiente de trabalho, recaindo sobre o trabalhador o ônus. Problemas que se colocam no campo das relações de trabalho: insatisfação com o supervisor/gerente (postura autoritária e/ou falta de preparação); ausência ou estrutura inadequada de um setor de RH; práticas de assédio moral. 3. Relacionados com cargo/função e remuneração: insatisfação com o salário; desigualdades internas; política de rebaixamento; disparidades com outras regiões; diárias e ticket alimentação muito baixos; falta de perspectiva de crescimento (plano de cargo, carreira e salário); falta de mecanismos de incentivo e valorização dos trabalhadores; falta de clareza no contra-cheque quanto aos descontos; falta de reconhecimento profissional (desvalorização do trabalhador); o banco de horas muitas vezes não é respeitado pela empresa, impondo-se um banco de horas informal (que, na prática, significa trabalhar

mais e ganhar menos); falta de oportunidades de qualificação; dificuldade de estudar sob tais condições de trabalho; o estabelecimento de metas altas (inatingíveis) impede o trabalhador de receber comissões; diferenças de salário e benefícios entre contratados e subcontratados (em vários graus: terceirização, quarterização etc.). 4. Que se relacionam com o exercício do trabalho: há sobrecarga de trabalho (falta trabalhadores) e multifuncionalidade (responsabilidade com mais de uma função, por exemplo: técnico e motorista), provocando intensificação e extensão da jornada (muitas vezes sem pagamento de hora-extra); desvio de função (quando se é convocado para executar tarefas que não correspondem àquelas para as quais foi contratado); trabalho insalubre e periculosidade; ausência de CIPA e uso inadequado ou falta de EPIs (segurança no trabalho); falta de proteção contra violência, incluindo risco de assaltos (principalmente em estações); trabalho sob forte pressão - cobrança (causando estresse); exposição ao sol e intempéries; má distribuição das escalas de plantão e das folgas semanais (gerando muita hora extra); incidência de LER e outras doenças no trabalho (pouco reconhecidas como tal); más condições de hospedagem.

Os participantes das reuniões preparatórias e do I CONETTEL também foram indagados sobre os desafios atuais da ação sindical, levando em consideração o quadro de mudanças pela qual vem passando o setor de telecomunicações no mundo, no Brasil e no âmbito local. Alguns manifestaram um certo ceticismo, do tipo: "o Sindicato nada resolve" ou "Só age por interesse de seus diretores". Mas, em geral, as opiniões foram propositivas. As respostas foram assim sistematizadas e classificadas. Quanto à natureza da ação sindical: fiscalizar mais presentemente o modo como as empresas estão agindo com seus trabalhadores. Quanto a isso, atuar mais em conjunto com o Ministério do Trabalho; acompanhar de forma mais sistemática o cumprimento dos acordos de trabalho e das normas trabalhistas, como o pagamento ou não de horas extras, condições de trabalho insalubres etc.; fiscalizar as bases de contratação das empresas terceirizadas; encarar de frente as empresas do setor, exigindo melhores condições de trabalho; pressionar as empresas para atender as reivindicações dos trabalhadores; ouvir mais os trabalhadores de base; é preciso mais ação; é preciso ser mais atuante com relação aos problemas dos aposentados; mediar a relação entre os trabalhadores e a empresa; realização de diagnóstico sobre a realidade do local de trabalho; mais atenção aos problemas relacionados às condições de trabalho, inclusive questões mais específicas do local de trabalho; atuar esclarecendo sobre as doenças desenvolvidas no ambiente de trabalho; ser mais incisivo e firme nas negociações. Quanto ao

tipo de atividade a ser desenvolvida pelos representantes sindicais, destacaram-se: dar mais suporte informativo aos trabalhadores quanto aos assuntos trabalhistas; ampliar a pauta de reivindicações; apoiar e incentivar a ginástica laboral; presença mais constante junto aos trabalhadores; elaborar cartilhas com informações sobre os direitos e benefícios dos trabalhadores; promover o conhecimento técnico relacionado ao trabalho/profissão (por exemplo por meio do apoio para realização de cursos); realizar cursos e palestras sobre os direitos dos trabalhadores (formação sindical); realizar campanhas que promovam incentivos a saúde; promover a satisfação dos trabalhadores e, com isso, incentivar a uma maior produtividade por parte destes; realizar reuniões com os trabalhadores de base, da capital e do interior; realizar atividades de lazer entre os trabalhadores, com o fim de aproximá-los do Sindicato e entre si; buscar colher denúncias com os trabalhadores (discretamente); utilizar-se do e-mail como forma de comunicação rápida e direta com os trabalhadores; realizar uma greve urgente.

Sobre o que se deve esperar dos trabalhadores de base com vistas à ação sindical: é preciso maior envolvimento e participação de todos; disposição de oferecer denúncias ao Sindicato; dar mais credibilidade ao SINTTEL/PB. Apesar de um quadro bem mais adverso do que antes para a ação sindical e dos desafios que se apresentam, há diversas sinalizações de possibilidades, seja com vistas à ação local, seja com vistas a ações mais amplas.

Considerações finais

Diante do novo cenário inaugurado com as privatizações no Sistema Telebrás, o sindicalismo do setor de telecomunicações, em geral, e o SINTTEL/PB, em particular, encontra-se assim diante de diversos dilemas fundamentais, os quais marcaram a dinâmica de discussões e os impasses do I CONETTEL. Entre esses:

- Vê-se pressionado a atualizar seu projeto e suas estratégias (objetivo maior do Congresso), sob pena de perder o contato com a nova realidade das relações de trabalho que caracterizam o setor e de inviabilizar sua continuidade; mas, para isso, terá que contar com um forte enraizamento junto aos novos segmentos de trabalhadores, o que tem se mostrado extremamente difícil, em vista do caráter adverso do contexto atual; resulta daí uma prática sindical conduzida pelos militantes remanescentes do período anterior, mas com pouca capacidade efetiva de representação da categoria, sob as condições atuais.

- Diante da irreversibilidade das sub-contratações, de um lado, sob o ímpeto da luta contra as privatizações e as terceirizações, assumiu uma postura de estranhamento (com reciprocidade) em relação aos trabalhadores terceirizados. Na seqüência, se viu cada vez mais tensionado entre, de um lado, atuar no sentido da eliminação dessa situação, preservando com isso uma coerência histórica, de recusa da privatização e de suas conseqüências precarizantes para os trabalhadores; e, de outro, admitindo que essa situação é o que caracteriza a realidade da maioria esmagadora da categoria no seu novo perfil (o que implica uma reformulação – constrangedora – de um elemento estruturante do discurso anterior), buscar negociar melhores condições de trabalho para os terceirizados.
- Quanto aos processos de renovação dos quadros dirigentes do Sindicato: para os atuais dirigentes, remanescentes em geral do período anterior, há sempre um apelo a mais, por parte do núcleo de militantes históricos, entre eles aposentados e trabalhadores mais antigos, no sentido de que retardem mais um pouco sua saída, sob o risco da trajetória sindical perder continuidade, passando a adquirir uma dinâmica cada vez mais de índole corporativista e pragmática.
- Entre uma atuação mais estratégica, na perspectiva do *ramo* e da *classe*, e uma postura de tipo mais pragmática e mais focada em questões de natureza mais local, ao mesmo tempo em que, do ponto de vista, das empresas, a tendência continua sendo a de concentração.

Os dilemas do SINTTEL/PB estão, em parte, referidos a um quadro de crise mundial do sindicalismo (ANTUNES, 1999). Ao mesmo tempo, configuram-se como dilemas próprios dos segmentos que sofreram as conseqüências das privatizações dos anos 1990 (OLIVEIRA, 1999). Mais em particular, o SINTTEL/PB compartilha o drama vivenciado pelo sindicalismo mundial e nacional referido ao setor de telecomunicações, ao se ver pressionado pela necessidade premente de renovar-se e adaptar-se às novas condições, ao mesmo tempo sendo capaz de reverter as adversidades impostas aos trabalhadores e ao sindicalismo, confirmando-se como alternativa de ação coletiva (ARAÚJO, 2002; GARCIA, 2004; LARANGEIRA, 1998, 2003 e 2007).

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, A.; DANTAS, M.; COSTA, M. C. Telecomunicações: um ano de sistema privado no Brasil. Congreso de ALAS. Concepción, Chile, out. 1999.

ALMEIDA, M. H. T. de. La política de la privatización de lãs telecomunicaciones en Brasil. *Revista de Economia Política*, Vol 21, N. 02 (82), abr/jun, 2001.

ALTHAUS JR, A. *Um balanço do processo de privatização do sistema de telefonia móvel e fixa no Brasil*. Porto Alegre: Ed Universidade, 2002.

ANATEL. Protocolo de Compromisso na Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado. Brasília: Anatel, 2000.

_______. Página Oficial. Disponível em <http://www.anatel.gov. br/>. Acesso em outubro de 2008.

_______. A revolução do setor de telecomunicações. Disponível em: <http://www. anatel.gov.br>. Acesso 15 mar.2004.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARAÚJO, S. M. P. de. A ação sindical no contexto político da privatização das telecomunicações no Brasil. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. Vol. VI, N. 119 (100), 01/08/2002.

BIONDI, A. *O Brasil privatizado*: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_______. *O Brasil privatizado II*: o assalto das privatizações continua. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTE, S. Sindicalismo e privatização das telecomunicações no Brasil: a busca (fracassada) à social-democracia. Dissertação de Mestrado, Campinas, IFCH, UNICAMP, 2006.

COMISSÃO ESPECIAL – TELECOMUNICAÇÕES. Câmara dos Deputados, 7ª Reunião, Audiência Pública, 19/03/1997.

COUTINHO, L.; CASSIOLATO, J. E.; SILVA, A. L. G. da (Coord.). *Telecomunicações, globalização e competitividade*. Campinas: Papirus, 1995.

DANTAS, M. Telecomunicações: uma alternativa social e nacional à globalização subalterna. *In*: Carrion, R.; Vizentini, P. F. (org.). *Globalização, neoliberalismo, privatizações*: quem decide esse jogo? 2ª Ed. Porto Alegre: Ed Universidade/UFGRS, 1998.

FIORI, L. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

GARCIA, S. R. Privatização e emprego no setor de telecomunicações: novas oportunidades ou degradação do trabalho? O caso do Rio Grande do Sul, Brasil. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. Vol. VIII, N. 170 (12), 01/08/2004.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KENGI, R. O Processo de flexibilização das relações de emprego no setor de telecomunicações do Estado de São Paulo: o caso da Empresa Telefônica. PRÊMIO IPEA-CAIXA 2005. Disponível no site http://getinternet.ipea.gov.br/ipeacaixa/monografias%20estudantes/tema%201/002_monografia.pdf. Acesso em outubro de 2008.

LARANGEIRA, S. Reestruturação no setor de telecomunicações: aspectos da realidade internacional. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*: Relações industriais, análises comparativas. Ano 4, n. 8, p. 159-178, 1998.

_______. Reestruturação das telecomunicações e o desafio aos sindicatos: Brasil numa perspectiva internacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.18, n. 52, p.81-106, 2003.

_______. Telecomunicações: mudanças nas mudanças: subcontratação e sindicatos. Congresso da ALAST. Montevidéu, abril de 2007.

NOVAES, Ana. Privatização do setor de telecomunicações no Brasil. *In*: Pinheiro, A. C.; Fukasaku, K. (Eds.). *Privatização no Brasil*: o caso dos serviços de utilidade pública. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. *In*: Oliveira, F. de e Paoli, M.C. (Orgs.). *Os sentidos da democracia*: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis/São Paulo: Vozes/ Nedic, 1999.

PORTO, J. R. D.; CANO, N.; SILVA, A. L. G. da. Arranjo produtivo de telecomunicações de Campinas/SP. Relatório Final. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

PROCHNIK, V.; FREITAS, F.; ESTEVES, L. A. Emprego e salários na evolução recente do setor de serviços de telecomunicações brasileiro. IPEA. Brasília. Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/estruturadinamica/capitulo%2013_prochnik.pdf. Acesso em novembro de 2008.

SANTOS, B. *A globalização e as Ciências Sociais*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. A CUT somos nós...: a Experiência-CUT e a questão da participação no imaginário dos militantes que atuam na Paraíba. João Pessoa: Dissertação (Mestrado), UFPB, 1994.

_______. Sindicalismo e Democracia no Brasil: Atualizações – Do Novo Sindicalismo ao Sindicato Cidadão. São Paulo: Annablume, 2011.

TOLEDO, E. de la G. La flexibilidad del trabajo en América Latina. *Revista Latino Americana de Estudios del Trabajo*. São Paulo, n. 5, 1998.

WATERMAN, P. O internacionalismo sindicalv na era de Seatle. *In*: Estanque, E. *et al* (orgs.). *Mudanças no trabalho e ação sindical*: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização. São Paulo: Cortez, 2005.

A crise do sindicalismo do setor público: o caso do Sintespb[98]

Welington Barros Cantalice
Roberto Véras de Oliveira

Introdução

A importância de se estudar o sindicalismo, mormente nos dias atuais, onde ainda fazem eco algumas concepções que previam a sua extinção ou, na melhor das hipóteses, seu declínio, impõem-se como uma alternativa válida em busca de esforços mais consistentes sobre suas possibilidades e limites como espaço de reação às conseqüências trazidas pelas novas dinâmicas globais nas relações de trabalho.

O sindicalismo marca a cena histórica recente do país. Conforme Matos (2009, p. 07), "não há como analisar a sociedade brasileira de hoje sem levar em conta a importância das organizações sindicais". Especialmente com a emergência do assim chamado "novo sindicalismo", o qual se desdobrou na criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, em 1983, a luta sindical se credenciou, ao lado de outros movimentos sociais e políticos, como capaz de galvanizar as aspirações dos trabalhadores na perspectiva de um novo processo de participação política e social. Tal processo culminou, na segunda metade dos anos 1980, na formulação de uma nova carta política para o país, a Constituição Federal de 1988, tornando-se um marco fundamental da vida política brasileira e dos anseios das classes subalternas (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011).

98 Este artigo se baseia na Dissertação de Mestrado defendida por Welington Barros Cantalice, em 2010, no PPGCS/UFCG, sob orientação de Roberto Véras de Oliveira, com o título *A crise do sindicalismo dos trabalhadores no serviço público federal: o caso do Sintespb*.

Entretanto, não obstante os avanços sociais e políticos empreendidos na década de 1980, na virada para os anos 1990, o cenário para a ação sindical ganhou outras conformações, mais adversas, colocando-a na defensiva. Na seqüência de uma onda de adesão de governos de países centrais e periféricos, inclusive latino-americanos, ao ideário neoliberal, chegara a vez do Brasil. Com a eleição de Collor, em 1989, derrotando, em uma acirrada disputa, a opção da Frente Brasil Popular, liderada por Luis Ignácio Lula da Silva, e sob um forte apoio da mídia nacional, o país imerge de vez na era neoliberal.

O que se passou no Brasil dos anos 1990, inicialmente com Collor e depois sob os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, foi a afirmação de uma visão de mundo que se consubstanciou na "na hegemonia das concepções e das propostas políticas neoliberais" (BOITO JÚNIOR, 1996, p. 80). A partir deste ponto, associam-se no país um quadro de estagnação econômica com o aumento da exclusão social, "com sérias implicações para o sindicalismo dos trabalhadores" (POCHMANN, 2005, p. 163).

Afetados objetiva e subjetivamente por tal situação, os trabalhadores e o sindicalismo brasileiro sofreram importante abalo. Ao lado da elevação das taxas de desemprego, da massiva disseminação das práticas de subcontratação, das privatizações, das medidas governamentais de desregulamentação das relações de trabalho, do crescimento da informalidade, caíram os níveis de greves e de outras lutas de tipo sindical. As negociações coletivas perderam a capacidade de barganhar ganhos salariais e novos direitos. A luta pela garantia do emprego se converteu no principal horizonte da agenda sindical. Acirraram-se as disputas no interior das direções sindicais. O poder de sindical sofreu, ainda, com um efeito de pulverização organizativa (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011).

Combinaram-se a reformulação prático-discursiva da CUT, que passou de uma referência de confrontação a uma postura mais afeita à negociação, com o surgimento do chamado "sindicalismo de resultados", com a fundação da Força Sindical, dissidência da então Confederação Geral do Trabalhadores - CGT. Os resultados disso: um sindicalismo com menos poder de mobilização, mais comedido, mais defensivo, mais fragmentado, mais conformado aos marcos daquilo que ainda persistia da estrutura corporativista. Ao mesmo tempo, é nesse contexto que, de modo compensatório, as organizações sindicais buscam ampliar seus espaços de participação institucional (por meio de comissões, conselhos, fóruns etc.) e de sua agenda (procurando incorporar outras temáticas, com a questão de gênero, a questão racial, a economia solidária etc.).

No que se refere mais em particular ao setor público, as primeiras formas de organização de natureza sindical datam da década de 1930. Mas com

a legislação trabalhista e sindical do Estado Novo, não lhe sendo facultada a opção de se organizarem em sindicatos legais, os servidores públicos, para a condução de suas lutas salariais, tiveram que recorrer a outras formas associativas. Até os anos 1980, tal segmento não conseguiu ter a mesma desenvoltura do sindicalismo do setor privado. Foi só com a emergência do "novo sindicalismo", na passagem dos anos 1970 aos anos 1980, que o mesmo registrou um significativo impulso em suas mobilizações, trazendo com essas uma diversa e disseminada profusão de tipos de organização, sobretudo na forma de "associações", envolvendo as esferas federal, estadual e municipal. Tudo isso sendo "determinado pela expansão dos serviços públicos e privados, seguida de constantes deteriorações das suas condições de vida e de salário devido à crise econômica brasileira" (NOGUEIRA, 2005, p. 17). É assim que, por força de fatores objetivos (crise econômica, crescimento do número de trabalhadores e do emprego no Estado, ampliação do setor serviços na economia) e subjetivos (luta política pela redemocratização e o surgimento do "novo sindicalismo"), os servidores públicos e suas diversas formas associativas passaram a atuar mais efetivamente junto a outros movimentos sociais e políticos. Na sequência, com a Constituição de 1988, a partir da conquista do direito de sindicalização, os servidores públicos puderam se organizar em sindicatos, federações e confederações. Na maioria dos casos, desde então, as associações foram sendo convertidas em organizações legalmente sindicais. Acompanhando uma tendência mundial (RODRIGUES, 1999), os servidores públicos se tornaram um dos segmentos mais atuantes e presentes no universo da luta e organização sindical do país.

O debate sobre se o sindicalismo vive ou não uma situação de crise não é novo e também não está perto de se encontrar um ponto de consenso. Estudos mais recentes, como Rodrigues (1999), Alves (1998), Pochmann (1998), Véras de Oliveira (2011), Boito Jr. (2003), Ramalho (2003), Santana (2007), Antunes (2005, 2007, 2008), entre outros, apontam que o sindicalismo, tanto na América Latina quanto no Brasil, no decorrer dos anos 1990, padeceu de certa perda de capacidade de mobilização e de organização. Segundo Pochmann (1998), os anos de 1990 apresentam pelo menos cinco importantes alterações que, juntamente com outras, seriam responsáveis por esse estado de quase anemia do sindicalismo, a saber: a) queda na quantidade de greves; b) redução da taxa de sindicalização; c) proliferação do número de sindicatos; d) fragmentação das negociações e d) diminuição das quantidades de cláusulas acordadas. Isso, dito para o sindicalismo do setor privado.

No caso do sindicalismo do setor público, devido às suas singularidades, por conta do regime de trabalho diferenciado a que está submetido, essas repercussões são sentidas em graus e escalas diversos. Para Nogueira (2005, p. 12), "A heterogeneidade do trabalho no Estado, as singularidades e contradições com o trabalho assalariado no Estado brasileiro e a própria organização do Estado são fatores determinantes nas formas de ser dos sindicatos do setor público".

O presente artigo se propõe a discutir o contexto atual de crise do sindicalismo do setor público, de modo a identificar os principais aspectos que estão aí implicados. As reflexões foram produzidas a partir do caso do Sindicato em Estabelecimentos de Nível Superior do Estado da Paraíba – SINTESPB. Além desta introdução, o texto se divide em mais três partes: uma abordagem mais ampla sobre a crise atual pela qual vem passando o sindicalismo do setor público no país; uma análise da trajetória e dinâmica atual do SINTESPB, relacionando-as com esse contexto mais amplo; e a apresentação de algumas considerações finais.

Elementos da crise atual do sindicalismo dos servidores públicos no Brasil

A crise do sindicalismo e, mais em particular, do sindicalismo do setor público, no caso brasileiro, está intimamente relacionada à emergência, no país do início dos anos 1990, do ideário neoliberal. Partimos do pressuposto de há um elemento profundamente ideológico nessa crise. Nos termos de Gramsci, o conceito de ideologia remete ao de *hegemonia*. Resulta da "conversão de uma ideologia e de uma plataforma política de classe em cimento de um novo bloco histórico" (BOITO JÚNIOR, 1996 p. 80). Conforme Lowy (2003), a ideologia é uma forma de ver o mundo, uma "visão social do mundo", "é um conjunto relativamente coerente de idéias sobre o homem, a sociedade, a história e sua relação com a natureza (e não sobre o cosmos ou a natureza enquanto tais)". Ao mesmo tempo, nos termos do referido autor, "esta visão de mundo está ligada a certas posições sociais, isto é, aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais (LOWY, 2003, p. 13). A ideologia, pois, é produto de uma construção histórica. Como tal, dissemina-se no seio das classes sociais que compõem o universo de uma sociedade. É hegemônica a ideologia da classe dominante, que como tal é capaz de transmiti-la aos demais estratos sociais, sob diversas formas e múltiplos graus de sofisticação, a depender dos segmentos destinatários. Conforme Gruppi (1978, p. 68), "a

classe dominante constrói a própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia". Ainda segundo Gruppi (1978, p. 70), hegemonia é:

> Capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder.

A ideologia neoliberal funda as bases de um novo projeto hegemônico no Brasil a partir do começo dos anos 1990. Sob a apologia do mercado e do privado, em detrimento do social e do público, emerge um discurso que ressalta o privado como espaço de eficiência e de funcionalidade, de progresso e de inovação, em detrimento do Estado e das empresas públicas, estas taxados como *lócus* de desperdício, do patrimonialismo, do burocratismo, dos corporativismos e dos privilégios de toda a sorte. Os "intelectuais orgânicos" das classes dominantes, aí incluídos políticos, notórios intelectuais, mídia, entre outros, souberam incutir no senso comum um *ethos* liberal, baseado na exaltação do mercado e em detrimento de uma perspectiva social e política que vinha sendo construída no país especialmente ao longo dos anos 1980.

Uma ampla aceitação desse ideário criou as condições para medidas como: a abertura da economia nacional ao capital transnacional; a privatização de empresas e de serviços públicos; um amplo esforço de desregulamentação das relações de trabalho. Com base nisso, o sindicalismo sofreu os impactos de uma escalada de desemprego inusitada, por "processos de desassalariamento e de precarização das condições e relações de trabalho". Seus efeitos: "redução nas taxas de sindicalização e na quantidade de greves, acompanhada ainda de uma importante mudança nas políticas sindicais", agora focadas, cada vez mais, em uma postura defensivista e mais conciliadora, na defesa das conquistas e direitos já concedidos, numa flagrante reviravolta em relação aos anos anteriores (POCHMANN, 2005, p. 164).

A Constituição de 1988 e as conquistas sociais que trouxe, nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da previdência etc., tornaram-se alvo preferencial das políticas neoliberais. A palavra de ordem passou a ser as "Reformas Constitucionais" e a redução do "Custo Brasil" (POCHMANN, 2005). Em um balanço de Pochmann e Borges (2002, p. 10), referente aos dois mandatos de FHC, lê-se:

> Nestes oito anos, o Brasil regrediu quase um século nas relações de trabalho. Os milhões de brasileiros que subsistem no mercado informal, de precarizados e dos que perderam seus parcos direitos sentiram na carne os efeitos dessa política. A própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) confirma em seus relatórios o retrocesso vivenciado no país, onde hoje predominam 'condições indecentes de trabalho' [...] em decorrência da orientação recessiva e desnacionalizadora do governo FHC, o país passou a bater recordes constantes no índice de desemprego.

Apoiando-se nas orientações ditadas pelo FMI, Banco Mundial e demais organismos multilateriais, em flagrante sintonia com os interesses do capital financeiro global, FHC orientou o seu governo para adotar um padrão mais flexível de relações de trabalho no país, com drásticas conseqüências para um sistema de relações de trabalho, marcado historicamente pela predominância de uma padrão precário. Colocou como alvo de sua política regressiva os capítulos sociais da Constituição de 1988 e os direitos trabalhistas inscritos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, sobretudo buscando substituir o *legislado* pelo *negociado*. Diante das dificuldades colocadas pela resistência dos trabalhadores e das entidades sindicais, a sua estratégia passou a ser a de operar a Reforma Trabalhista a conta-gotas, e não mais de uma vez, como chegou a anunciar no início do seu mandato.

O sindicalismo, por sua vez, se viu diante de pelo menos três situações que, somadas, levaram-no a um quadro de crise: de um lado, o desemprego, a heterogeneização, a informalização, a precarização das relações de trabalho, que lhe subtraiu parte de sua base social, amedrontou os que se mantiveram empregados, incutiu nos trabalhadores uma expectativa de tipo mais individualista e reciprocamente competitiva, dificultando-lhe a mobilização e a organização; de outro lado, foi submetido a uma correlação de forças mais desfavorável, tendo que absorver derrotas e perseguições, seja no embate com os patrões, seja no embate com o governo; e, além disso, diante de um quadro

de fragilização das entidades sindicais, se estabeleceu um processo de acirramento das disputas internas.

As respostas sindicais foram diversas. Alguns se deixaram acomodar pela lógica burocrática, legalista e colaboracionista incorporada à estrutura e à cultura sindical corporativista. Outros, mesmo mantendo-se sob certos referenciais políticos visando mudanças sociais mais estruturais, passaram a adotar posturas mais pragmáticas, visando pelo menos garantir o emprego e os direitos sociais e trabalhistas anteriormente conquistados. Outros ainda, mais centrados nos referenciais históricos do socialismo, buscaram sobretudo preservá-los, ao mesmo tempo apostando em uma posição mais ofensiva nos *fronts* das lutas imediatas e gerais. Todos, no entanto, se viram fortemente pressionados por um contexto marcado pela fragilização da luta sindical, frente a uma crescente afirmação, no conjunto da sociedade, da ideologia neoliberal.

Além das dificuldades para se colocar diante de um quadro totalmente adverso nos planos das lutas salariais e quanto àquelas que a essas historicamente estiveram associadas, as organizações sindicais se viram diante de um gigantesco desafio: como lidar com os crescentes contingentes de trabalhadores informais, "autônomos", "por conta própria", a domicílio, temporários e parciais, para os quais a relação capital-trabalho não se coloca com a mesma nitidez das relações salariais mais típicas do capitalismo? Tentativas foram feitas, como mobilizações de desempregados, ações no campo da Economia Solidária, envolvimento com políticas públicas de emprego (sobretudo, qualificação profissional, intermediação de mão de obra, projetos de geração de trabalho e renda), mas os avanços não são significativos.

Quanto ao sindicalismo do setor público, este se viu diante de situações configuradas para o conjunto dos trabalhadores do país, mas para além dessas sofreu fortes impactos de medidas que os atingiram em particular. O ideário neoliberal, ao se voltar para a primazia do privado sobre o público, exigiu uma adequação no papel do Estado. Daí surgiu a bandeira da "Reforma do Estado". A referência do "Estado mínimo" implicava em "enxugar" a máquina administrativa, ou seja: demitir funcionários e terceirizar serviços. Significava, ainda, desvencilhar-se das empresas e serviços públicos passíveis de serem privatizados, na medida em que passassem a interessar ao setor privado como novas áreas de investimento. A "Reforma do Estado" significava, por outro lado, a incorporação na gestão pública da lógica administrativa do setor privado. Ou seja, tratava-se de incorporar uma perspectiva gerencial, uma lógica produtivista, passando a tratar as questões da gestão pública prioritariamente pela ótica da "eficiência". Assim, se colocou em total oposição ao referencial

incorporado pela Constituição de 1988 (embora limitada e contraditoriamente) da centralidade dos *direitos sociais*. A Reforma da Previdência, por exemplo, não visava torná-la mais "justa" socialmente, mas mais "viável" financeiramente.

Em que pese os avanços incorporados à condição dos servidores públicos, os direitos sociais em geral, o direito de sindicalização, a obrigatoriedade do concurso público, a instituição de um Regime Jurídico Único, a relação de trabalho do servidor estatutário não é de tipo contratual, mas tutelar (na qual o Estado, unilateralmente, impõe ao servidor, por outorga, suas atribuições). Por si só, já não favorece a negociação coletiva e, consequentemente, a ação sindical (COSTA, 2007). Foi graças ao expediente da estabilidade no emprego (quebrada no Governo FHC) que o sindicalismo do setor público conseguiu, apesar do caráter não contratual de seu vínculo de trabalho, entre os anos 1980 e início dos anos 1990, se impor como espaço de luta e de negociação sindical frente aos governantes, na maior parte dos casos arredios às suas reivindicações.

Note-se que uma importante fresta para a inoculação do ideário neoliberal no país foi a campanha desferida pela candidatura Collor de "caça aos marajás". Aos olhos dos setores mais populares, a ideologia neoliberal buscou plasmar uma imagem dos servidores públicos enquanto "privilegiados". A pretexto do combate aos "privilégios" (que existem e sempre estiveram presentes em uma cultura da administração pública historicamente assentada no *patrimonialismo*), foram atacados os direitos dos servidores públicos, os que trabalham e percebem parcos salários. É disso que tratou o "enxugamento" da máquina do Estado. A pretexto da "caça aos marajás", empreendeu-se uma ação de Reforma do Estado, que começou com Collor e se aprofundou nos dois mandatos do Governo FHC, chegando a repercutir até o Governo Lula, neste caso particularmente com a terceira Reforma da Previdência.

Foi se cristalizando na subjetividade dos trabalhadores, e na sociedade em geral, um imaginário *privatista*. Prevaleceu nos discursos midiático, governista e empresarial a ideia de que defesa de direitos se confunde com *corporativismo*. Conforme observou Viola (2001, p. 324) foi apregoada a ideia de que:

> o corporativismo contemporâneo constitui um resíduo medieval e de que sua prática, indicativa de uma regressão social, só aparece no lado do capital, por acidentalidade, enquanto que no lado do trabalho constitui uma prática permanente, um verdadeiro "modo de ser" do movimento sindical dos trabalhadores, "modo de

> ser" que teria na categoria dos servidores públicos a sua expressão perfeita e acabada.

Ao Estado foi reservada a imagem de "perdulário, ruim, pesado", enquanto que ao mercado foi associada a idéia de "enxuto, bom, flexível" (SANTOS, 2001, p. 299). Por isso, a aceitação, pelo cidadão comum, de que o Estado viesse a ser desestruturado se tornou "natural". Sob tal referencial, construiu-se "uma 'imunidade política' em benefícios de grupos hegemônicos que privatizam o Estado e concentram a renda nacional, impondo os seus interesses particularistas ao conjunto da sociedade." (VIOLA, 2001, p. 324). A solução, segundo esse ponto de vista, seria estabelecer um conjunto de Reformas, entre elas, a Reforma Administrativa, apresentando-as à sociedade "como uma forma de modernizar a administração pública e melhorar os serviços públicos" (COSTA, 2004, p. 130).

Já no início do Governo Collor os esforços para conter os gastos operacionais do setor público foi posto na ordem do dia, resultando em fortes pressões no sentido da demissão de funcionários públicos, por meio de expedientes diversos:

> A alternativa de demissão de funcionários públicos não estáveis pelo poder executivo federal, de adoção de programas de demissão voluntária, de fechamento de organismos estatais, de privatização e de aprovação da reforma administrativa indicam uma firme intenção governamental no sentido do enxugamento do pessoal (POCHMANN e BORGES, 2002, p. 10).

Conforme estimativa Pochmann (2001, p. 119), "cerca de 700 mil empregos públicos" estavam em vias de serem destruídos, em função da Reforma Administrativa, em conjunto com a adoção de toda uma legislação francamente regressiva no tocante às relações de trabalho no setor público, por exemplo: Lei Camata, Lei de Responsabilidade Fiscal, etc., que estabeleceram parâmetros de admissão/desligamento e de servidores públicos para os entes das Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal.

A Reforma Administrativa fez parte da Reforma do Estado, sendo efetivada a partir do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 1998, alterando o tamanho do Estado, suas atribuições e concepção de gestão. O conjunto das medidas indicava claramente o interesse de grandes grupos econômicos em se apoderar do patrimônio nacional, usando como justificativa a melhoria da eficiência e da eficácia na condução da "*res* pública". No entender de Costa (2001), a Reforma Administrativa foi apresentada à

sociedade como um fator de modernização da administração pública e de melhoria dos serviços públicos, contudo resultou na eliminação de direitos e de conquistas sociais. A mesma foi recomendada como um "remédio" amargo mas necessário para se resolver os problemas da administração pública do país, melhorando, assim, a prestação de serviços públicos. Entretanto, tudo se fez sem que a sociedade tenha sido chamada a opinar[99].

Quanto aos servidores públicos, em particular, trouxe conseqüências impactantes, com o desmonte de órgãos públicos, a degradação do serviço prestado à população e a flexibilização das relações de trabalho. Elementos que antes possibilitavam que o trabalhador público mantivesse certo grau de estabilidade funcional, social e profissional, foram sendo subtraídos. A quebra da estabilidade, com a possibilidade de demissões e do trabalhador ser posto em disponibilidade, associada à não regulamentação do direito de greve, às crescentes terceirizações e desregulamentações, a uma incorporação cada vez maior de contratos precários no serviço público, à substituição de serviços públicos estatais por serviços públicos não estatais (por meio de ONGs, de Organizações Sociais - OSs, e de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs), afetaram duplamente os trabalhadores e suas entidades sindicais[100]. Nos termos Viola (2001, p. 335), tais medidas contribuíram para

> gerar uma subjetividade marcada por um sentimento de desvalia em lugar da dignidade profissional; de resignação e acomodação em lugar do orgulho profissional, que é gerador da iniciativa e da busca de eficiência dos

---

99 Para Costa (2004, p. 137): "O método de condução da reforma não incorporou os trabalhadores, pois, o CNRE (Conselho Nacional de Reforma do Estado) não incluiu a participação de nenhum representante dos trabalhadores do setor público e de nenhum movimento social. É interessante notar que o discurso adotado pelo MARE procurou associar a necessidade da Reforma à inadiável mudança na maquina administrativa herdada da era Vargas. Entretanto, as principais medidas de reforma administrativa tiveram o objetivo de retirar do texto constitucional os artigos que instituíam mudanças nas relações de trabalho ainda não regulamentadas. Se ainda não haviam sido introduzidas na administração, como podiam ser tais mudanças as responsáveis por eventuais problemas o funcionamento da máquina pública?"

100 Ver a respeito Costa (2001, 2004, 2007) e Nogueira (2005).

> serviços; de fragmentação em lugar do sentimento de identidade que enseja uma moral profissional elevada[101].

Para Pochmann e Borges (2002, p. 73),

> além de congelar os salários dos servidores por quase oito anos, o governo baixou várias medidas discriminatórias. A sua "reforma administrativa", entre outros males, suprimiu a estabilidade do funcionalismo em todos os níveis; já o Decreto presidencial de maio de 1995 [de nº 1.480, WBC] limitou o seu direito de manifestação; e atualmente tramita o projeto que regulamenta o direito de greve do funcionalismo, similar à Lei antigreve da ditadura militar.

Assim pressionado e desafiado, o sindicalismo do setor público, na segunda metade dos anos 1990, busca reagir. As greves (tanto na administração direta, como nas empresas estatais e autarquias públicas) ocupam o cenário sindical e da mídia nacional. A resistência às privatizações, ao desmonte dos serviços públicos, à compressão salarial, às demissões, se converteu no eixo da luta sindical desse período. Ou seja,

> Para o sindicalismo do setor público, com a terceirização, a heterogeinização e a precarização das relações de trabalho, em meio às pressões pela privatização dos serviços públicos, está em questão a sua própria condição de sujeito social e coletivo. O futuro do sindicalismo do setor público depende do valor estratégico que as políticas públicas venham a ter para o país. O desafio maior para esse é ir além do horizonte corporativo e imediatista, de modo a poder contribuir mais decisivamente com a construção de uma dinâmica mais virtuosa envolvendo a ação sindical e as políticas públicas (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2012, p. 25).

---

101 Conforme a visão de Viola (2001, p. 335), o serviço público no Brasil, desde os seus primórdios é caracterizado por possuir determinações autoritárias, todas elas fruto da tradição clientelista e patrimonialista que marcou a Administração Pública desde o inicio: "A formação e o desenvolvimento do espírito de serviço público no Brasil é marcada por 04 determinações autoritárias, a saber: a) O clientelismo remanescente; b) O paradigma Taylorista consolidado; c) As políticas salariais concentradoras de renda e d) O cerceamento da autonomia coletiva dos servidores públicos".

A emergência do sindicalismo dos trabalhadores das IFES

No âmbito da Universidade Pública, o sindicalismo teve presença marcante nas últimas décadas. As histórias da Associação Nacional dos Docentes em Ensino Superior – Sindicato Nacional - ANDES-SN e da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras - FASUBRA, ambas entidades de representação nacional, respectivamente dos docentes e dos funcionários administrativos, estão marcadas por lutas e mobilizações. Em ambos os casos, manteve-se presente uma tensão (própria do "novo sindicalismo") entre, de um lado, as lutas gerais da sociedade e as lutas políticas específicas do setor no qual se insere (no caso, a Educação, e mais particularmente, a política universitária); e, de outro lado, as lutas salariais e de tipo mais imediatista (luta contra perdas salariais, PCC, vantagens indiretas, etc.), indicando o quanto se encontrava em cena um certo grau de corporativismo.

A FASUBRA foi criada em 1978, com a denominação original de "Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras", com o intuito de prestar um serviço de caráter recreativo-assistencial aos seus sócios. Esse era o caráter das Associações de Servidores das Universidades, cujas primeiras haviam sido criadas a partir da década de 1960 (FONSECA, 1996). Sob tal referência, Associações e Federação eram totalmente avessas às demandas reivindicatórias, à mobilização e ao enfrentamento com os órgãos do Estado[102]. A criação de uma federação no setor já vinha sendo ventilada desde meados da década de 1970, em virtude da necessidade de garantir uma melhor articulação entre as Associações de Servidores. Para tanto, vários esforços foram feitos no sentido de se buscar, com esses contatos, a

102 Assim pontua Fonseca (1996, p. 269): "No quadro conjuntural deste período, em particular, tal circunstância constituía indicador inequívoco do atrelamento das Entidades de classe aos desígnios das estruturas institucionais, uma vez que dominava no nível das IFES uma postura alinhada de gestão, inteiramente refratária a iniciativas das quais transpirassem idéias ou proposições anti-governamentais. Sabe-se que no período seguinte, com o processo de democratização da sociedade em curso, os movimentos sociais emergentes lograram alcançar, de forma legitima, espaços em instâncias de poder do Estado, onde representantes autênticos desses segmentos, antes inteiramente alijados do processo de gestão da atividade pública, puderam praticar, muitas vezes com êxito, a experimentação de programas e formulações cujas diretrizes tiveram origem na elaboração coletiva dos fóruns de suas organizações, e que, geralmente, apresentavam-se divergentes ou opostos às políticas do governo".

troca de experiências, focadas inicialmente no campo assistencial. Quando criada, a FASUBRA passou a reproduzir as mesmas estrutura e dinâmica político–organizativa das Associações: verticalismo, forte hierarquia, gestão presidencialista. Para a Federação, acrescentaram-se, como instâncias, um Conselho de Representantes e os Encontros Nacionais. Segundo Fonseca (1996, p. 91), "participavam mais regularmente das atividades da FASUBRA, nesse período, cerca de vinte (20) das mais de quarenta (40) Associações existentes nas IFES". Havia, assim, uma forte discrepância, quanto ao padrão de gestão adotado pela Federação, em comparação com o que se ensaiava com a emergência do "sindicalismo combativo". Na FASUBRA de então,

> O processo de decisão, fechado, hierárquico, sumário, não passava de reprodução mimética do modelo praticado nos órgãos colegiados superiores das universidades, característicos da gestão institucional nesse período de arbítrio. Indicava, ainda, a natureza umbilical desses laços que união a Federação às estruturas de mando, a profunda intolerância de seus dirigentes quanto a proposições de conteúdo crítico às administrações universitárias e de governo, sempre refutadas e isoladas do processo de debates e de resoluções (FONSECA, 1996, p. 92).

Entretanto, os ventos da mudança passaram a soprar no sentido da redemocratização do país e, mais e mais, as ações contestatórias características do "novo sindicalismo" repercutiam nas Associações, as quais passam a se orientar, juntamente com outros segmentos do sindicalismo do serviço público de então, para uma atuação de perfil mais sindical, minimizando o seu caráter assistencialista. Os principais pontos de partida dessa virada foram: a) a ascensão do *novo sindicalismo*; b) a reconstrução da UNE, segmento importante na condução das lutas por uma universidade de boa qualidade, pública e gratuita; e c) o surgimento do movimento docente, tendo como coroamento a criação do ANDES-SN.

No âmbito da FASUBRA se constituiu um grupo de oposição, inicialmente envolvendo 4 Associações: ASUFSC, ASUFF, ASUMG e ASUFBA. Estas foram capazes de "produzir um efeito tensionador em meio ao marasmo dominante e geraram rupturas importantes" (FONSECA, 1996, p. 95). Dois momentos marcaram esse processo. O primeiro foi a aprovação de uma proposta, durante a realização do VIII Encontro Nacional da FASUBRA, em julho de 1982, na Cidade de Uberlândia, que defendia a convocação do I

Congresso Nacional da FASUBRA, onde deveria ser eleito sua nova diretoria. Ante a todo um processo protelatório por parte daqueles que se mantinham no poder, esse Congresso só veio a ocorrer, depois de uma intensa pressão dos setores oposicionistas, em janeiro de 1984. O segundo momento foi a realização da primeira campanha reivindicatória por melhores salários no segmento, realizada em novembro de 1982. Essa demanda surgiu no VII Encontro Nacional ocorrido em Santa Maria, em janeiro de 1982. Desta inédita Campanha Salarial, com a negativa do MEC em atender as demandas e das evasivas das autoridades Federais, a FASUBRA e mais 16 Associações aprovaram um documento, a "Declaração de Belo Horizonte", considerado "o primeiro documento de orientação política de alcance nacional produzido e encaminhado pela Federação" (FONSECA, 1996, p. 102), o qual, além de analisar as negociações com o MEC, propôs a criação de uma Coordenação Nacional da Campanha Salarial e a formação de "um Comando Nacional de Greve instalado permanentemente em Brasília, composto pelo presidente da FASUBRA, Bahia, Minas Gerais, Stª Catarina, Federal Fluminense, Federal do Rio de Janeiro, Goiás e Paraíba" (FONSECA, 1996, p. 102). Deu-se, assim, início, no contexto do segmento dos técnicos administrativos, à primeira greve nacional[103].

Na avaliação de Fonseca (1996, p. 102), apesar da derrota que os servidores sofreram quanto ao atendimento de suas reivindicações econômicas, o saldo político desse movimento foi de inestimável valor:

> Foi assim ampliado grandemente e consolidado em definitivo o campo das oposições que transformaria o caráter das Entidades de representação dos funcionários, suplantando suas direções tradicionais (...) agora fortalecidas, mais articuladas e solidamente investida da representatividade conquistada junto aos milhares de servidores.

O impacto da ascensão das oposições na Federação, como de resto, nas Associações, logo se fez sentir, com a intensificação do enfrentamento com as direções tradicionais[104].

---

103 Vale lembrar que a legislação até então não permitia a realização de greves, fazendo com que o movimento dos servidores das IFES utilizassem o eufemismo de *paralisação* para configurar o processo de paralisação do trabalho.

104 "No nível das Associações de base, intensificaram-se as pressões sobre muitos dirigentes, todos acuados em sua perplexidade ante o quadro inesperado da mobilização

O ano de 1983 marcou uma fase decisiva na vida política nacional, pois, diversos segmentos das classes trabalhadoras, mobilizados em luta contra a política econômica do regime militar, que entrava em crise, decidiram pela fundação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, incluindo destacada participação dos trabalhadores do serviço público, "cuja vanguarda serão as entidades dos setores da Educação, notadamente as que representam os servidores docentes e técnico-administrativos das Universidades Federais e da Saúde e Previdência" (FONSECA, 1996, p. 103).

Teve início, naquele momento, a realização de vários encontros regionais e nacionais, visando melhor articular a ação sindical no seio dos servidores públicos federais, de modo a buscarem coletivamente, através de uma Campanha Salarial Conjunta, ganhos de ordem econômico-salariais. Apesar do fracasso em termos salariais, esta experiência trouxe amadurecimento político e reforçou a opção pelo caminho do "sindicalismo combativo". Referenciados que estavam pelas bases, o movimento das oposições se preparava para, de uma vez por todas, tomar legitimamente das mãos dos dirigentes mais conservadores a direção da FASUBRA, tendo como marco desta ruptura o Congresso, protelado por mais de 2 anos, que se realizou em janeiro de 1984, em Natal, no Rio Grande do Norte. Compondo a chapa "Alternativa Democrática" e com o apoio da maioria dos delegados eleitos na base, a oposição, vitoriosa, propugnava: a) por uma FASUBRA mais voltada aos reclamos de sua base; b) mais comprometida com as mudanças no contexto social e na universidade; c) uma Federação menos "cupulista". As Associações dos trabalhadores da IFES e a FASUBRA iniciaram, a partir de então, uma trajetória de luta e mobilização. Ao mesmo tempo, como os demais trabalhadores brasileiros dos setores público e privado, sofreram os impactos da onda neoliberal que se seguiu.

O sindicalismo dos trabalhadores do SINTESPB sob novos desafios

O Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior da Paraíba - SINTESPB é uma entidade filiada à FASUBRA, que congrega os trabalhadores

---

explosiva de seus 'representados'. Suas reações, últimos sinais descontrolados, e por vezes patéticos, de um tempo que se acabava, em vários momentos deixaram transparecer o rancor que sentiam pela radicalidade que tomara de assaltos sua tranqüila e acomodada rotina, e que, em breve, os retiraria, implacavelmente, de seus postos "sindicais" (FONSECA, 1996, p.102-103).

técnico-administrativos da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Campina Grande e da Universidade Estadual da Paraíba. O SINTESPB tem sede em João Pessoa, Paraíba, e conta (2010) com 4.655 sócios, conforme o Quadro 01 abaixo, incluindo ativos e aposentados, distribuídos nos diversos *campi* dessas três unidades de ensino.

Quadro 1: Sócios do SINTESPB

Campus	Sócios*
João Pessoa	3091
Campina	885
Areia	250
Bananeiras	179
Cajazeiras	65
Sousa	47
Patos	118
Pombal	20
	4655

Fonte: SINTESPB – Estimativa referente à Jan/2010

*Inclui filiados ativos e aposentados

A história do SINTESPB se confunde com a história do ressurgimento das lutas pela redemocratização do Brasil, nos idos dos anos 1980, tendo sido uma das entidades mais atuantes na construção da CUT na Paraíba. Existia até aquele momento a Associação de Servidores Federais na Paraíba – ASUFEP, tendo como missão representar diversos segmentos do serviço público federal, incluindo professores e técnico-administrativos. Em 1983, na Universidade Federal da Paraíba, um grupo de funcionários fundou a Associação dos Funcionários da Universidade Federal da Paraíba - AFUF, com sede em João Pessoa, localizada no Campus I da UFPB, tendo como objetivos básicos: a) lutar por melhores condições de trabalho e melhores salários e b) buscar uma participação mais efetiva dos funcionários na vida da instituição, inserindo-se nos órgãos colegiados superiores da UFPB (CONSEPE e CONSUNI).

A AFUF, desde sua fundação, teve sua trajetória marcada por uma intensa atividade de lutas e pautas unificadas com outros segmentos, a exemplo da greve de 1984, na UFPB, que durou 84 dias, realizada em conjunto com os professores. Em 1985 diversos movimentos de paralisação das IES públicas foram realizados, tendo sempre uma participação ativa da AFUF. Em 1986, o

movimento passou a se tornar mais coeso com a adesão de diversas unidades de ensino superior público no país e de entidades como a ANDES-SN e a FASUBRA, buscando um plano de carreiras isonômico e se contrapondo ao projeto GERES, que buscava desfigurar o caráter público do ensino superior federal, desobrigando o Estado de sua responsabilidade na manutenção das Universidades Públicas (FASUBRA SINDICAL, 2009, p. 09). O ano de 1987 para a AFUF foi de muitas conquistas, haja vista o sucesso dos movimentos paredistas que conseguiram garantir junto ao Governo o tão perseguido plano de carreiras quanto à isonomia com as Universidades fundacionais (FASUBRA SINDICAL, 2009, p. 10). Em 1988 foram 51 dias de greve contra as perdas salariais dos planos de estabilização econômica. O ano de 1989 esteve marcado pelos debates referidos à promulgação da nova Constituição Federal. Quanto a 1990, a luta esteve centrada na implementação do Regime Jurídico Único, aprovado na Constituição. Foi em 1990 que ocorreram, com a conquista do direito de sindicalização pelos trabalhadores do serviço público, as conversões das AFUF's dos 7 *Campi* da UFPB em uma nova entidade sindical unificada, o SINTESPB. Conforme uma de suas lideranças,

> a década de 90 foi uma continuidade do que a gente já vinha fazendo na AFUF, só com uma diferença, que éramos... passamos a ser sindicato. Com mais força, com mais organização e com mais poder. Porque aí já mudou toda uma legislação, já ficou mais tranqüilo pra gente. (...) A década de 90 pra mim foi uma década, assim, de embates com o governo, de muitas greves. Onde os sindicatos mais apareceram pra mim foi na década de 90 (Entrevistado 3).

Em 1990, contra as medidas que previam 1.200 de demissões de servidores da UFPB, o SINTESPB lançou uma nota de repúdio endereçada ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB e ao MEC, depois de aprovada pelos órgãos colegiados superiores da UFPB, intitulada "EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO", que assim se colocava:

> O movimento dos funcionários, juntamente com suas entidades representativas, ao longo do tempo vêm desenvolvendo uma luta sem trégua contra o projeto privatista do Governo, principalmente no setor da educação. Historicamente temos denunciado o descompromisso do governo com o ensino público, (....) a

> falta de recursos que provoca o sucateamento da instituição que é um patrimônio da sociedade (BOLETIM INFORMATIVO. SINTESPB. Paraíba, João Pessoa, Junho de 1990).

As tensões entre o SINTESPB e a administração da UFPB se acirraram nesse momento. Encontrava-se a UFPB mergulhada numa crise de recursos, sendo paulatinamente sucateada e tendo o seu quadro de servidores sob pressão salarial. Os movimentos paredistas nesse período giravam em torno da busca de ganhos salariais diretos ou indiretos, ao mesmo tempo que protestavam contra a política de demissão e sucateamento das IFES em todo o país (FASUBRA SINDICAL, 2009, p.13). O ano de 1992 trouxe de novo o enfrentamento com o governo, quando da defesa da garantia de uma carreira para todos os trabalhadores em educação, de recomposições salariais, da retirada do Projeto de Emenda Constitucional apresentado pelo Governo Collor de Mello no sentido de acabar com o Regime Jurídico Único e inviabilizar o envio de verbas orçamentárias para as IFES. Continua, por parte do Governo, uma sistemática política de arrocho salarial e a busca da privatização das IFES (FASUBRA SINDICAL, 2009, p. 14).

Os anos de 1993 e de 1994 foram tomados pelo SINTESPB para se buscar metas mais especificas da categoria, como implantação de referências salariais e a isonomia salarial. Entretanto, foi nesse período que se deu início a uma luta contra a revisão constitucional que poderia ameaçar direitos já conseguidos pelos trabalhadores (FASUBRA SINDICAL, 2009, p. 15). Em 1993, contrariando a onda de imobilismo que atingia o movimento sindical, as entidades dos servidores públicos federais, incluindo ai o SINTESPB, anunciaram uma greve contra o "desmonte do Estado", a qual conseguiu ser exitosa (Navarro, 1999). Mais greves e paralisações nacionais e locais foram levadas a cabo em 1994 no sentido de rever perdas oriundas da implantação da Unidade Real de Valor, indexador salarial criado no Governo de Itamar Franco. No plano mais localizado, o SINTESPB lutou principalmente por um plano de carreira.

O ano de 1995, já com Fernando Henrique Cardoso na presidência, começou com uma forte determinação por parte deste em enfrentar as resistências oriundas das entidades sindicais, incluindo aquelas que representavam os interesses dos trabalhadores nas IFES e IEES. No contexto desse ataque aos servidores, o Governo FHC buscou rebaixar salários, inviabilizar o funcionamento das IFES, maculando o princípio da autonomia universitária, além de adotar uma política salarial restritiva junto aos servidores, o que, no plano local, levou a protestos conduzidos pelo SINTESPB. Em maio desse ano,

ocorreu uma greve histórica de adesão ao movimento nacional dos servidores públicos federais e das empresas estatais, pelo fim da revisão neoliberal da Constituição, pela reposição de perdas salariais e em defesa da Previdência Pública, como também, por uma Universidade pública, gratuita e de boa qualidade.

Em 1996 e 1997, a luta persistiu e o SINTESPB se preparou para mais uma rodada de negociações com o governo de FHC, em busca de reposição salarial, melhores condições de trabalho, verbas para a UFPB e, principalmente, uma luta acirrada contra a Reforma Administrativa, que tramitava no Congresso Nacional, assim como contra o Programa de Demissão Voluntária - PDV[105], que se tornou carro-chefe das propostas de enxugamento da máquina pública, conforme foi ventilado pela mídia durante os anos de 1996 a 1998. Em 1999/2000, o SINTESPB, juntamente com os docentes da UFPB, encabeçaram uma greve que durou mais de 90 dias por melhores salários, por mais verbas e vagas na UFPB.

A partir desse momento, começou a se tornar evidente um processo que aos poucos foi levando o SINTESPB a ter como preocupação principal reconstruir o seu patrimônio, físico e simbólico, abalado em virtude de uma série de denúncias das Secretarias Sindicais de Areia e Bananeiras, de que haveria uma suposta má utilização do orçamento do Sindicato, por parte de gestões anteriores. Processou-se uma inflexão na trajetória do Sindicato,

---

105 O Programa de Demissão Voluntária (PDV) foi instituído pela Lei nº 9.468/97, tendo como previsão inicial a demissão de 40 mil dos 500 mil servidores públicos federais. O SINTESPB realizou várias assembléias para discutir o assunto e organizou uma paralisação por 24 horas. Segundo o presidente do Sindicato, naquele momento, Edvaldo Rosas, em entrevista ao Jornal *A União*, dia 14/11/96, “os salários e auxilio creche e alimentação estão congelados há 22 meses, isso quer dizer que o PDV já está em prática. Afinal, os incentivos não trazem o menor benefício”. Posição análoga teve o presidente Estadual da CUT, Hamurabi Duarte, em entrevista ao Jornal Correio da Paraíba, dia 29/10/96, a propósito da comemoração do dia do servidor público: “a situação é calamitosa, nas três esferas, municipal, estadual e federal. Nós temos servidores nos municípios que recebem salários de R$ 5,00 sem falar que alguns estão com oito meses de atraso. Além disso, o funcionalismo não recebe reajuste salarial há quase dois anos (...) O governo também irá permitir a demissão por falta de desempenho, sem, no entanto, estabelecer nenhum critério para avaliação (...) A mobilização tem como objetivo denunciar o caráter perseguidor e autoritário da reforma administrativa do governo Fernando Henrique Cardoso, além de discutir o dia do servidor”

quanto à sua importância perante a comunidade universitária, assim como frente à comunidade paraibana, haja vista que esses fatos foram ampla e fartamente veiculados na imprensa local e nacional. Essa situação levou ao que uma de suas lideranças denominou de uma "*crise moral*". Medidas visando enfrentar a situação foram buscadas, especialmente no tocante à mudança no modelo de gestão, que daqui por diante passou de "presidencialista" a um regime "colegiado", tendo à frente uma junta composta por critérios de proporcionalidade dentre as diversas correntes político-ideológicas presentes na sua base.

> Bom, no nosso entendimento é o seguinte, a má gestão... porque veja bem, houve uma contradição muito grande.(...), e que ao longo do tempo nós fomos perdendo a hegemonia do movimento, nós fomos perdendo a solidariedade, nós fomos perdendo a nossa identidade de movimento sindical, no meu entendimento isso que aconteceu, isso é um processo que vem ao longo do tempo, porque no meu entendimento o capital ele constrói armadilhas e a gente vai aos poucos cedendo (Entrevistado 4).

Com a chegada de um ex-sindicalista à Presidência da República, a partir de 2003, estabeleceu-se uma nova dinâmica de relacionamento entre as entidades de servidores federais e o Governo, pois elementos de pertencimento ligavam as entidades sindicais àqueles que haviam ocupado postos na direção dos sindicatos e que, agora, estavam sendo chamados a exercer cargos na máquina pública, especialmente no plano federal. Do ponto de vista dos dirigentes do SINTESPB, tal situação se colocou com vantagens e desvantagens. Algumas ponderações:

> Olhe, de 2003 pra cá eu vejo o seguinte, que na realidade houve um refluxo no movimento sindical. Porque no movimento sindical tem refluxo e tem o momento de você... ir avante. Eu acho que houve... eu acho que várias lideranças foram pro governo...(...) Agora o movimento sindical tem que entender o seguinte, que o governo é o governo, e que o movimento sindical é o movimento sindical. O sindicato tem que continuar com sua bandeira de luta, com sua luta sindical. Com combatividade. E cobrar do governo... e cobrar do governo que não foi feito pelo outro (Entrevistado 3).

> Houve uma crise de identidade com Lula quando ele entrou no poder, e agora vai haver muito maior quando ele sair. Os cabras vão perder a cabeça, literalmente, né? (...) Porque houve quando ele entrou, porque ninguém podia, que não sei o que e tal, porque Lula foi um companheiro, que ele tem que fazer tudo pelos trabalhadores (...), como se ele fosse o presidente dos trabalhadores, né? Presidente dos sindicalistas, e ele era presidente do Brasil (Entrevistado 4).

O SINTESPB compreende correntes ou coletivos sindicais principais, a saber: "Tribo", "Um Novo Tempo", "Expressão Sindical" e, mais recentemente, o "Inclusão Sindical". O coletivo "Tribo" teve sua fundação num congresso em Maceió, em Julho de 1993, conforme nos noticia *o Manifesto da Tribo Nacional*, lançado em virtude da comemoração dos trinta anos de fundação do SINTESPB. Foram agregados filiados da base sem vinculações partidárias, com expressão tanto de caráter nacional quanto local. Os coletivos "Expressão Sindical" e "Inclusão Sindical compõem o "núcleo duro" das oposições dentro do SINTESPB, declarando-se com foco na politização e oportunização do surgimento de novas lideranças sindicais, tanto quanto no fortalecimento da democracia interna e no aperfeiçoamento dos instrumentos de transparência de gestão dos recursos e patrimônio do mesmo. O coletivo "Um Novo tempo" tem como composição, basicamente, os militantes do PC do B, a chamada Corrente Sindical Classista - CSC. Esta compõe com o coletivo "Tribo" uma aliança programática responsável pela gestão da entidade no Triênio 2009- 2012.

Do que pudemos apreender a partir das entrevistas e da observação direta, o SINTESPB, cuja trajetória está fortemente marcada por históricas mobilizações, articuladas amplamente com outros segmentos do serviço público e da classe trabalhadora em geral, seja no âmbito local, seja em âmbito nacional, agora cada vez mais se volta para as lutas internas e para as questões mais específicas e imediatas da categoria.

> Ainda há 10, 15 anos atrás, ainda tinha uma relação maior do serviço público como um todo, por exemplo, nós tínhamos bandeiras salariais unificadas, nós tínhamos um piso, mesmo que esse piso no final terminasse negociando cada piso de categoria (...) Aí se instalava o comando nacional... Hoje já está bem diferente, mas na minha época ainda tinha uma unidade (Entrevistado 1, 2009).

> A partir do momento que você começa a esquecer um pouco as bandeiras mais nacionais (...), você começa a incorporar só bandeiras mais especificas, você começa a diminuir a democracia (Entrevistado 1).

> Com o abandono das bandeiras mais históricas, há também o abandono dessa política da solidariedade, entre as classes, entre os setores, eu acho isso (Entrevistado 1).

Quanto ao problema dos trabalhadores terceirizados, por exemplo, nem a FASUBRA nem o SINTESPB têm uma política firmada. Para o Entrevistado 1,

> No setor terceirizado, meu amigo aqui, que ganha um décimo do que eu ganho, atrasa faz dois meses e o sindicato acha que isso não tem nada a ver com ele, o SINTESPB, os dirigentes, acham que tudo bem, que é problema dele e que tem de tratar bem, que tem de respeitar, mas que eles procurem outro sindicato.

Evidencia-se uma percepção das implicações do processo de terceirização na ação e luta sindical. Como garantir a unidade dos trabalhadores de uma determinada base sindical, como o SINTEPB, frente à crescente heterogeneização, especialmente com os processos de terceirização? Esse tem sido um grande desafio recente do sindicalismo brasileiro e internacional, dos setores público e privado. Do que pudemos apurar, no caso do SINTESPB, não vem se apresentando nenhuma estratégia de ação visando a superação de tais dificuldades.

Conforme alertou Birh (1998), o distanciamento das bandeiras mais históricas das lutas sindicais e políticas dos trabalhadores tem favorecido referências mais particularistas do que coletivas. É nesse sentido que um entrevistado comentou: "tem uma palavrinha chamada poder, ela corrompe" (Entrevistado 4). Confirma-se aqui aquilo que Labbé e Croisat (1992) indicam como um dos fatores desencadeadores da atual crise do sindicalismo, a "desconfiança das lideranças sindicais". No caso específico do SINTESPB, isso tem provocado um forte abalo nas relações internas à entidade e desta frente às suas bases, inclusive levando alguns até a desistir da militância, a negar a referência da ação coletiva, implicando, assim, efeitos desmobilizadores ao sindicalismo e à categoria. A partir dos depoimentos de vários dos entrevistados, constata-se que o SINTESPB mergulhou em uma dinâmica

fortemente marcada por um jogo de disputas e alianças pessoais, que passam ao largo da referência da representação.

As repercussões da hegemonia neoliberal, mesmo que sob condições diferenciadas daquelas dos anos 1990, nas dinâmicas de trabalho e de ação coletiva que envolvem os trabalhadores públicos e as suas entidades sindicais se manifestam de modo contundente no caso do SINTESPB, com efeitos de fragmentação, corporativismo, influência de motivações particularistas, pessoalizadas.

> Então esses setores que começaram a perder a esperança na negociação e pensar o movimento sindical, [...] uma série de coisas, pra ter o controle dos trabalhadores, o clientelismo e uma série de coisas, esses setores desistiram e passaram a ter poder, porque o clientelismo quando você não realiza a função sindical da mediação, da negociação, o sindicato como um foco de resistência, o setor que vai pro clientelismo começa a ter mais poder do que aquele setor da militância política, as estruturas vão sendo de fato burocratizadas em função do produto clientelista. Não se conseguia salário, mas se conseguia um plano habitacional, o dirigente sindical liberava um conjunto de habitação, uma negociação, tal e tal, criavam uma clientela pra ele. Articulados com os poderes internos da universidade criavam uma clientela (Entrevistado 5).

Evidencia-se, assim, uma falta de alternativas para se buscar uma pauta de reivindicações que seja de caráter mais coletivo, com os dirigentes sindicais preferindo, de uma maneira mais cômoda, lançar mão do imediatismo, das "questões mais umbilicais", no dizer de um dos respondentes, aliado ao clientelismo, levando-os a se restringirem a uma luta defensivista, dentro dos muros da entidade, burocratizando-se. De outra parte, o elemento da partidarização do movimento sindical tem sido também um fator que vem favorecendo a fragmentação da luta sindical:

> Por exemplo, aqui no SINTESPB, falando abertamente, tem gente que é ligado ao PT, tem gente que é ligado ao PSB, tem gente que é ligado ao PC do B, que são as bases do governo, então lógico que em um projeto apresentado pelo governo existe limitações de lutar, isso é claro, há uma acomodação. É claro que você vai ter uma limitação, você faz parte da base aliada do governo. Seu

> dirigente tem cargo ligado diretamente com o governo, seja ele federal, estadual das três esferas, municipal, estadual ou federal, da base aliada que dá sustentação ao governo no âmbito federal, então quando é apresentada uma medida, como essa da regulamentação do direito de greve, há uma certa dificuldade de ir até às ultimas consequências na briga sobre essa questão (Entrevistado 1).

Conforme reconhecem os próprios entrevistados, grassa no sindicalismo em geral e no SINTESPB em particular uma crise de representatividade:

> Perdeu-se a credibilidade, então hoje, quer dizer, a base, a grande maioria, a massa mesmo, né, não acredita na luta. O mundo do trabalho mudou muito, o mundo sindical mudou muito assim, perdendo as suas características e aí... Existe essa troca de favorecimento e tal e mistura, fica um bolo mesclado que ninguém sabe quem é sindicato, ninguém sabe o que é gestão, o povo fica todo receoso. Hoje quando a gente quer baixar o cacete no reitor, não pode. Eu fui inventar de baixar o cacete no reitor aqui nessa reforma que fizeram, que a gente ficou engolindo poeira. A gente chama a CUT, faz uma denúncia e no outro dia tem um clipe da CUT na Internet e o sindicato veio cobrar uma posição minha porque eu tinha falado em nome da direção porque não era pra eu ter falado (Entrevistado 1).

> Se o movimento sindical e social, se tivesse tido a compreensão de que um governo é um processo em disputa e é uma balança que pende para quem é pro lado que pesa mais, a gente poderia ter tido mais avanços, porque não é o governo que chega, que pode vir com a melhor das boas intenções, mas ele tá ali pra administrar e observando a correlação de forças. Por isso que eu acho que o movimento sindical pecou nos primeiros meses do governo Lula, e agora no segundo governo a gente teve uns movimentos que tão pressionando mais, tivemos algumas conquistas, mas tem muita coisa ainda pra avançar, e se não conseguir nesse resto de mandato Lula, muito dificilmente a gente vai conseguir na frente sobretudo se houver um retrocesso nesse processo aí com a volta daquele projeto do Fernando Henrique (Entrevistado 1).

Nos depoimentos a seguir se encontra toda a dramaticidade da crise que se abateu sobre o sindicalismo, a perplexidade das lideranças, expressa na avaliação de um membro do SINTESPB:

> Nós estamos decadentes, nós estamos degenerados enquanto movimento sindical, não existe mais. Nós não suportamos mais ouvir, sabe? (....) A nossa crise é tão profunda de conhecimento... porque nós temos que ter habilidade, aptidão pra negociar, né? Eu até encontrei um documento muito interessante que falava sobre a crise do movimento sindical, né, porque aqui hoje a gente não consegue mais fazer um movimento coeso, firme, consistente. (Entrevistado 1).

Em geral, a dinâmica sindical encontra-se centrada nas contradições e tensões oriundas das próprias disputas políticas internas ou pessoais por espaço de poder, conforme pontua Fonseca (1996). Vários foram os entrevistados que apontaram na falta de formação política um dos elementos que contribui para o agravamento da crise. As lideranças sindicais não estariam preparadas para enfrentar a complexidade da situação que se lhe apresenta:

> Não há formação, investimento. Então, acho que alguns dirigentes sindicais, eles não investem massiçamente e efetivamente na formação política de uma base sobretudo pra garantir e se perpetuar no poder como as pessoas que mais sabem e mais conhecem (...) Então, os grupos políticos, eles são atrelados a partidos políticos, que são atrelados à gestão, que dentro da gestão universitária eles têm cargos. Então, se investir muito na formação política e na formação sindical as pessoas podem compreender muito como toda essa engrenagem...e como desmontar a engrenagem (Entrevistado 6).

Considerações finais

A década de 1990 foi marcada por diversos eventos que repercutiram em cheio no seio da classe trabalhadora. Uma década marcada por um desemprego galopante, desassalariamento e precarização do trabalho, flexibilização dos direitos trabalhistas e sociais, medidas visando a Reforma do Estado, a implementação da Reforma Administrativa, que atuou eliminando direitos

dos trabalhadores públicos e da sociedade, trouxe conseqüências. Sob a égide do projeto neoliberal, uma nova hegemonia tomou corpo, alterando padrões, relações e práticas de trabalho e de ação sindical, colocando trabalhadores e sindicalismo na defensiva, em um contexto marcado por falta de alternativas. A agenda sindical se modificou, passando a ter como foco principal a defesa do emprego e de conquistas anteriormente alcançadas. A dinâmica sindical também ganhou novas conformações, adquirindo maior centralidade as reivindicações corporativas e as lutas internas.

Mesmo sob as gestões de Lula, quando ocorreram certa recomposição dos investimentos públicos no ensino superior, com a retomada do crescimento econômico, do emprego e criação e postos formais de trabalho, a dinâmica sindical, e o SINTESPB em particular, não tem conseguido produzir um novo ciclo de renovação das estratégias de ação e dos seus quadros de direção. A desmobilização, o desinteresse pelos assuntos coletivos, a descrença na luta sindical têm se mantido como uma marca dos tempos atuais. Haverá saídas? Só a história poderá responder.

Referências bibliográficas

ALVES, G. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa *In*: Teixeira, F. (org.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1998.

BORGES, A. *Encruzilhadas do sindicalismo*. 1. ed. S. Paulo: Anita Garibaldi, 2005.

BOITO Jr. A. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Revista Crítica Marxista*. N. 03 , p. 80 – 105, 1996.

COSTA, C. *Sindicalismo e cidadania*: análise da relação entre CUT e Estado na construção da esfera pública no Brasil. São Luis: EDUFMA. 2001.

______. *Nas malhas da instabilidade*: a subjetividade dos trabalhadores públicos em um cenário de mudanças. Natal: Tese (Doutorado), UFRN, 2004.

______. Reforma do Estado e relações de trabalho: a experiência brasileira nos anos 90. *Revista Ariús*. Campina Grande; CH/UFCG, V. 13, N. 01, Jan/jul, 2007.

FASUBRA SINDICAL. Memorial 30 anos. *Linha do Tempo*. Brasília. Ano I, nº 01, 2009.

FONSECA, J. *Novos atores na cena universitária*. *In*: Coleção Teses e Dissertações. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/NAU, 1996.

GRUPPI, L. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

LOWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen*. Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MATOS, M. B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. S. Paulo: Expressão Popular. 2009.

NAVARRO, I. *ANDES-SN*: um sindicato de intelectuais. Campinas: Tese (Doutorado), IFCH/UNICAMP, 1999.

NOGUEIRA, A. *A liberdade desfigurada*: a trajetória do sindicalismo no setor público. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POCHMANN, M; BORGES, A. *"Era FHC"*: a regressão do trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. São Paulo. Boitempo, 2001.

______. Adeus à CLT? O "eterno" sistema corporativo de relações de trabalho no Brasil. *Novos Estudos*. São Paulo. N. 50, 1998, p. 149-166.

______. Desafios atuais do sindicalismo brasileiro. *In*: *Sindicatos y nuevos movimientos sociales em América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. (orgs.). *Além da fabrica*: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo. 2003.

RODRIGUES, I. J.; RAMALHO, J. R.. Sindicalismo na Inglaterra e no Brasil: estratégias diante das novas formas de gestão da produção. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, V. 12, N. 01, p. 142 – 153, 1998.

RODRIGUES, L. M. Sindicalismo corporativo no Brasil. *In*: *Partidos e sindicatos*: escritos de Sociologia Política. Série Temas. São Paulo, V. 17, 1990, p. 46–76.

SANTOS, B. S. *A globalização e as Ciências Sociais*. 3. ed. S. Paulo: Cortez. 2005

SANTOS, L. A. Globalização neoliberal: impactos da Reforma Administrativa nas relações de trabalho. *In*: Carvalho, R. A; Horta, C. (Org.). *Trabalho, globalização e desemprego*: um enfoque internacional. Coleção Política & Sociedade. Belo Horizonte: C/art, 2001.

SUPIOT, A. A crise do espírito de serviço público. *Adverso - Revista da Associação de Docentes da UFRGS*. Porto Alegre. V. 5, N. 7, 1995, pp. 17-25.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão. São Paulo: Annablume, 2011.

______. Processos de heterogeinização entre trabalhadores do serviço público da Saúde e Previdência Social no Brasil e em Pernambuco. *In*: Targino, I.; Véras de Oliveira, R. (orgs.). Cenários da crise e do trabalho no Brasil, 2012.

VIOLA, R. C. A Ideologia da Reforma Administrativa e a formação do espírito de Serviço Público. *In*: Carvalho, R. A; Horta, C. (orgs.). *Trabalho, globalização e desemprego*: um enfoque internacional. Coleção Política & Sociedade. Belo Horizonte: C/art, 2001.

A Economia Solidária e a experiência da EcoVárzea: O Trabalho como Realização?[106]

Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos
Roberto Véras de Oliveira

Introdução

No contexto do capitalismo contemporâneo, em várias regiões do mundo, entre as quais se incluem a América Latina e o Brasil, vêm germinando experiências de formas alternativas de organização sócio-economica. Dentre estas, destaca-se a Economia Solidária. Os empreendimentos assim referenciados têm por características principais: serem organizações, urbanas ou rurais, de produtores, de consumidores e/ou de crédito, baseadas na livre associação, no trabalho cooperativo, na autogestão e no processo decisório democrático, em que cada associado representa um voto (CULTI, 2007).

Sob condições de crise do emprego, em termos mundiais, a Economia Solidária tem se tornando um importante mecanismo gerador de renda. Entretanto, ao atuar nos interstícios dessa dinâmica e ao se inspirar em princípios que contradizem a lógica capitalista da acumulação, também tem se convertido em um espaço de construção de novas relações sociais e de trabalho (SINGER, 2000).

Aqui nos interessa observar, a partir de um caso concreto, como tem sido a experiência de trabalho dos que a constituem: em que medida o trabalho adquire, sob tais condições, novos sentidos, algo mais próximo de vivenciar esse como um fator de realização pessoal-coletiva? Ou seja, casos, como o que

---

106 Este artigo se baseia na Monografia defendida por Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos, em 2010, no Curso de Especialização em Economia Solidária e Autogestão da UFCG, sob a orientação de Roberto Véras de Oliveira, com o título *A Economia Solidária e o trabalho como realização: um estudo de caso na Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana – EcoVárzea*.

aqui será tratado, têm sido capazes de propiciar uma experiência de trabalho para além de o conceber como simples meio de obtenção de renda?

A experiência tomada como objeto deste estudo foi a Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana – EcoVárzea. Esta é uma associação de pequenos agricultores familiares, produtores de hortaliças orgânicas (que não se utilizam de agrotóxicos), situados no território da Várzea Paraibana, onde se encontram organizados na forma de 3 Assentamentos de Reforma Agrária. Os produtos são comercializados coletivamente na feira de produtos orgânicos realizada semanalmente no Campus I da UFPB, em João Pessoa. É atualmente formada por 37 sócios. Conta, ainda, com cerca de 120 pessoas envolvidas indiretamente com a produção, são as famílias dos sócios (esposas/esposos e filhos) que participam do cultivo e beneficiamento dos produtos dentro da perspectiva de agricultura familiar.

A questão de pesquisa foi posta nos seguintes termos: em que medida o trabalho, no âmbito da EcoVárzea, adquire o sentido de realização pessoal-coletiva, na percepção dos sócios-trabalhadores? Pressupomos que isso implicaria em ir além de ser tomado como simples instrumento de obtenção de renda, no qual o plano da realização pessoal tende a se situar fora do trabalho.

Como procedimentos metodológicos foram usados diversos recursos (pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação direta), sendo que o principal deles consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas, com 9 dos 37 sócios da EcoVárzea. Foi entrevistada, ainda, uma filha de um dos sócios, sendo esta uma das mais atuantes (considere-se que as famílias dos sócios podem assistir às assembléias, têm direito a dar opinião, mas não têm direito ao voto, nem obrigações para com a Associação). A coleta de dados ocorreu em dois momentos distintos, ambos no ano de 2010. No primeiro momento, foi realizado um levantamento documental e oral sobre a história e funcionamento atual da Associação, de modo a apurar sua identificação com os princípios da Economia Solidária. No segundo momento, foram realizadas as entrevistas, visando apurar melhor a experiência e suas percepções pelos sócios, sobretudo procurando contrastar essa frente às experiências anteriores de trabalho dos mesmos: como o trabalho se coloca agora nas suas vidas no âmbito da experiência do empreendimento solidário estudado?

O presente texto procura realçar as condições atuais nas quais ganha novos impulsos o tema do cooperativismo, situando a emergência das experiências de Economia Solidária. Na sequência se detém sobre o caso brasileiro. Para, em seguida, proceder a uma apresentação geral da experiência da EcoVárzea e à análise dos resultados da pesquisa. Conclui com algumas considerações.

A emergência do fenômeno da Economia Solidária

Boa parte da bibliografia que trata da emergência da Economia Solidária remete às origens das experiências de cooperativismo e de autogestão operária, referidas à Primeira Revolução Industrial. De acordo com Singer (2000), o cooperativismo surgiu no final do século XVIII na Inglaterra, com a emergência do capitalismo industrial. Por seus ideais de solidariedade e reciprocidade e por primar por uma forma de organização participativa e democrática, a experiência cooperativista se associou aos projetos de construção de alternativas ao capitalismo, desde o início. Insatisfeitos com as condições de trabalho impostas pelo capitalismo, os trabalhadores passaram a lutar por acordos e leis que trouxessem melhorias à qualidade de vida e de trabalho. Outros, descrentes do sistema capitalista, buscaram alternativas políticas mais amplas, como o socialismo e o anarquismo, ou alternativas, embora também políticas, com um foco mais imediato e mais centrado no econômico, como o cooperativismo. Entretanto, por razões históricas, que não cabem aqui ser analisadas, os desdobramentos do desenvolvimento do capitalismo ao longo dos Séculos XIX e XX não contaram com a afirmação do cooperativismo como um caminho prioritário de construção de uma alternativa ao modo de produção capitalista.

Sem nunca deixar de existir como forma alternativa de organização produtiva, a experiência cooperativista sobreviveu em várias regiões do mundo e ao longo de todo esse período, até que com a atual crise mundial do emprego, tais experiências retornaram sob formas e denominações diversas. No caso do Brasil, uma de suas variantes adquiriu o nome de Economia Solidária. Sobre esse acontecimento, Culti (2007) afirma que "esta nova forma de economia que se desenvolve no Século XXI tem o cooperativismo operário como principal antecedente". Um cooperativismo, orientado sob certos princípios, preocupa-se com o desenvolvimento econômico, social e cultural dos grupos mais diretamente envolvidos e da sociedade, em sentido mais amplo.

Uma característica marcante do capitalismo é o aproveitamento incompleto da capacidade de trabalho disponível na sociedade, o que gera um "exército de reserva", ou seja, uma margem de desempregados e subempregados à disposição do mercado. Entre as diversas alternativas adotadas pelos trabalhadores em várias regiões do mundo, merecem destaque aquelas que se colocam sob uma perspectiva crítica em relação às formas capitalistas de trabalho e de produção, apresentadas em Santos (2002), por exemplo.

Para Singer (2000), a economia solidária não é uma criação intelectual, e sim uma criação social, em um processo permanente, que envolve trabalhadores em luta contra o capitalismo.

> A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram [...] marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição [...] com o princípio da socialização destes meios (SINGER, 2000, p.13)

Diante da produção sob o controle do capital, ao trabalhador se colocam as opções de se dobrar às regras capitalistas ou buscar alternativas, como a Economia Solidária: "a construção da economia solidária tem sido, em muitos países ao longo de muitas gerações, uma das principais formas de luta contra o capitalismo, ao lado da ação combativa de sindicatos e partidos por direitos políticos e sociais" (SINGER, 2000, p.15). Singer (2000) se opõe às idéias de Rosa Luxemburgo, que afirmava que o cooperativismo apenas competia com o capital, sem eliminá-lo. Suas razões se apóiam em três motivos: só quando os trabalhadores estiverem aptos a praticar a autogestão é que o capital poderá ser eliminado; o cooperativismo melhora as condições de trabalho, mesmo quando estas ainda deixam a desejar; a experiência cooperativista e autogestionária reforça o poder de luta dos trabalhadores assalariados contra a exploração capitalista, no mínimo porque concorre para diminuir o seu "exército de reserva". Para Singer (2000), o diferencial trazido por um cooperativismo autêntico se encontra na autogestão:

> A autogestão duma empresa solidária é – ou deveria ser – totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo lugar porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte (SINGER, 2000, p.20)

Gaiger (2004) relaciona o surgimento de empreendimentos econômicos solidários à conjunção das seguintes circunstâncias: a presença de setores populares com experiência em práticas associativas, comunitárias ou de classes; a existência de organizações e lideranças genuínas, vincadas nos movimentos de ação direta e nos sistemas de representação dos interesses coletivos próprios àqueles segmentos sociais; a presença de entidades e grupos de mediação, aptos a canalizar as demandas dos trabalhadores para alternativas associativas e autogestionárias; a incidência dos efeitos da redução das modalidades convencionais de subsistência, seja devido à menor

absorção ou maior seletividade do mercado de trabalho, seja devido à ineficácia das políticas públicas destinadas a gerar oportunidades econômicas ou a compensar momentaneamente a sua insuficiência; a formação de um cenário político e ideológico que reconheça a relevância dessas demandas sociais e das alternativas que apontam, as quais passam a penetrar em amplas frações dos movimentos sociais e na institucionalidade política. Forças "negativas" e "positivas" têm concorrido para incrementar a experiência da Economia Solidária, na visão do autor:

> De um lado, forças negativas, que virtualmente eliminam as opções de vida econômica normalmente utilizadas pelos trabalhadores, às quais podem somar-se ainda razões subjetivas, na consciência dos mesmos, que os levam a rejeitar aquelas soluções habituais e somente a suportá-las na falta de outras. De outro lado, forças positivas, que favorecem a adesão dos trabalhadores às propostas associativas, em razão das vantagens materiais que apresentam ou porque formam e sedimentam convicções subjetivas nessa direção (GAIGER, 2004, p.7)

Ainda conforme Gaiger (2004), as formas de produção solidária trazem características promissoras: seus princípios intrínsecos não as impedem de competir no mercado; possuem vantagens relativas do ponto de vista da eficiência; sua difusão engendra um efeito imediato de distribuição da propriedade e de democratização da economia; geram simultaneamente benefícios sócio-políticos, atuando em sentido contrário ao efeito das desigualdades econômicas e sociais. A natureza dos empreendimentos solidários, para o referido autor, está no fato de que eles propiciam, em alguns casos, a existência de relações sociais antagônicas ao capitalismo e, em muitos casos, preservam ou revitalizam relações sociais não capitalistas.

> Do ponto de vista primordial do desenvolvimento humano, as empresas de economia solidária superam suas concorrentes capitalistas, não porque representam invariavelmente a sua antítese e ameacem sua supremacia, mas porque oferecem outras condições históricas aos trabalhadores, de conteúdo inegavelmente emancipatório. Este conteúdo provém da experiência concreta da autonomia no trabalho e pelo trabalho (GAIGER, 2004, p.14)

Nas palavras de Gaiger:

> A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. Não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se insuficientes, para uma experiência integral de vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias. Por conseguinte, as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital. (GAIGER, 2003, p. 193)

De acordo com Santos (2002), as experiências de Economia Solidária emergem principalmente nos países periféricos ou semi-periféricos, no bojo de movimentos cujos objetivos sinalizam para alternativas econômicas e sociais ao capitalismo. Santos (2002, p.15) situa tal experiência em um movimento mais amplo de busca da humanidade por tempos melhores nos seguintes termos:

> Está nascendo uma outra forma de globalização, uma globalização alternativa e contra hegemônica que através de redes e alianças locais lutam contra a globalização neoliberal, em busca de um mundo melhor.

Economia solidária no Brasil

De acordo com Pochmann (2004), com a crise da dívida externa ocorre a ruptura na tendência de estruturação do mercado de trabalho a partir de 1980. A promoção de diversas políticas de ajuste econômico, sobretudo desde 1990, com a adoção do receituário neoliberal, aprofundou o quadro de estagnação da renda per capita acompanhado pela queda na abertura de novas vagas assalariadas formais, o que contribuiu para a elevação do desemprego e para a precarização do trabalho. Com a ruptura do movimento de estruturação do mercado de trabalho, passou a haver uma elevação da participação das ocupações nos segmentos não-organizados da economia urbana. (POCHMANN, 2004). Aproveitando-se de um contexto mais favorável, as

empresas capitalistas empreenderam ampla reestruturação produtiva, sobretudo incorporando novas tecnologias e novos métodos de gestão, passando a adotar inclusive formas de ocupação não tipicamente capitalistas, tais como trabalho irregular, parcial, em domicílio, diversas modalidades de subcontratação, entre outras (POCHMANN, 2004).

Foi sob tal contexto que a Economia Solidária emergiu como um campo alternativo de experiências econômicas, sociais e políticas. A partir da iniciativa de trabalhadores recém demitidos ou desempregados, da ação de ONGs nacionais e estrangeiras, experiências de extensão universitária, de instituições religiosas, de grupos de militantes políticos, tais experiências ganharam uma dimensão nacional, se projetaram política e institucionalmente, tendo provocado a constituição de uma política do Governo Federal, na forma da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003.

> Em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Reconheceu dessa forma o Estado brasileiro um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980 (...) A Senaes entende que sua missão é difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). (SINGER, 2004, pp. 03-04)

Em 2005, a SENAIS coordenou a realização de um levantamento nacional de informações sobre as experiências de Economia Solidária existentes no país. Os resultados foram publicados, pelo MTE, no Atlas da Economia Solidária no Brasil, nesse mesmo ano. Foram identificados 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários – EES em 41% dos municípios brasileiros. Constatou-se uma maior concentração dos EES na região Nordeste, com 44%. Os restantes 56% se encontravam assim distribuídos: 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-oeste e 17% na região Sul. Quanto à forma de organização, a maior parte dos EES se constitui de Associação (54%), seguida de Grupos Informais (33%), de Organizações Cooperativas (11%) e outras formas de organização (2%). Outro dado interessante diz respeito aos principais motivos (não excludentes entre si) alegados para a criação desse tipo de empreendimento: alternativa ao desemprego (45%), complemento da renda

dos sócios (44%) e obtenção de maiores ganhos (41%). Dois outros motivos tiveram destaque: possibilidade da gestão coletiva da atividade (31%) e condição para acesso a crédito (29%). Quanto à área de atuação, os dados revelaram que 50% dos EES estavam situados em espaços rurais, enquanto 33% se localizavam em regiões urbanas e 17% tinham atuação tanto na área rural como na área urbana. No que diz respeito à comercialização, a pesquisa do MTE mostrou que os produtos e serviços dos EES se encontravam destinados predominantemente aos espaços locais: 56% dos EES afirmaram vender ou trocar produtos e serviços no comércio local comunitário e 50%, em mercados/comércios municipais. Apenas 7% dos EES afirmaram que o destino de seus produtos era o território nacional e 2%, que realizam transações com outros países. Um grande diferencial da Economia Solidária é a gestão coletiva. Um indicador importante para avaliar a participação dos sócios nos EES é a periodicidade de realização das assembléias ou reuniões. Quanto a este ponto os dados revelaram que 79% dos EES afirmaram realizar assembléias ou reuniões com periodicidade de até 3 meses, sendo que 49,2% as realizavam mensalmente, 10,5% semanal ou quinzenalmente e 11,2 bimestral ou trimestralmente. Quanto às dificuldades enfrentadas, constatou-se que 61% dos EES viviam dificuldades na comercialização, 49% indicaram o acesso ao crédito e 27% apontaram não ter acesso a acompanhamento, apoio ou assistência técnica. Quanto ao compromisso e participação social dos EES, verificou-se que do total identificado 67,4% assumiram que se preocupavam com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e serviços e 58,2% alegaram ter compromisso social ou comunitário. 59,4% participavam de movimentos sociais e populares e 42,2%, de redes ou fóruns de Economia Solidária. Sobre a preocupação com a qualidade de vida e o meio-ambiente, constatou-se que, dentre outras preocupações apresentadas pelos EES, 28,6% declararam oferecer produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos e 31,8% afirmaram realizar reaproveitamento dos resíduos. O estudo informou ainda que estavam associados nos EES pesquisados, em 2005, mais de 1 milhão e 250 mil homens e mulheres, resultando em uma média de 84 participantes por EES.

Os dados retirados do Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005, apesar dos limites metodológicos implicados e do tempo já transcorrido, ilustram de maneira geral a situação da Economia Solidária no Brasil, mostrando que esta já conta com um espaço efetivo enquanto experiência social no país.

> O futuro da economia solidária pressupõe o desenho de uma estratégia de inclusão social, capaz de combinar o fortalecimento de medidas comprometidas com a

> redistribuição de renda e com caminhos de emancipação social, política e econômica. Sem isso, todavia, os limites de superação da fase inicial da economia solidária no Brasil permanecem expressivos (POCHMANN, 2004, p.32).

A Economia Solidária na Paraíba e a Ecovárzea

No âmbito do projeto de mapeamento nacional conduzido pela SENAIS (2005), foi desenvolvido um componente específico sobre a Paraíba, por meio de convênio firmado entre a REDE UNITRABALHO e a FINEP. O mapeamento abrangeu 129 municípios da Paraíba, correspondendo a 58,7% do total de municípios do estado. Nestes foram identificados 670 empreendimentos com as características de EES. De acordo com os dados apurados, a maior parte dos empreendimentos (57,8%) está organizada em forma de Associação, 31,2% como Grupos Informais, 7,8% como Cooperativas, com as demais formas reunindo 3,2%. Não há dados que expliquem o grande número de associações no Estado, mas o mapeamento aponta como um fator importante os incentivos e exigências dos programas governamentais.

Os principais motivos que levaram à criação dos EES na Paraíba variam entre: condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros países (17,2%); uma fonte complementar de renda para os associados (15,8%); uma alternativa de emprego (15,2%); obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo (15,1%); desenvolver uma atividade onde todos são donos (11,8%); desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades (11,0%); 13,8% apontaram motivos como recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu, motivação social, filantrópica ou religiosa, alternativa organizativa e de qualificação e outros. As das atividades coletivas realizadas pelos EES na Paraíba foram assim classificadas: produção (17,9%); comercialização e venda (17,4%); uso de infra-estrutura (17,3%); uso de equipamentos (14,5%); aquisição de matéria-prima e insumos (8,8%); poupança ou crédito (7,5%); prestação do serviço ou trabalho (6,6%); obtenção de clientes ou serviços para os sócios (5,8%); troca de produtos ou serviços (4,2%). Um dado em destaque: 45,2% dos empreendimentos consultados desenvolviam atividades econômicas relacionados à agricultura familiar e de subsistência, tais como "Atividades de serviços relacionados com a agricultura", "Cultivo de outros produtos de lavoura temporária" e "Cultivo de cereais para grãos". Entre os produtos e/ou serviços produzidos pelos EES destacaram-se o feijão (18,0%), o milho (16,3%) e a mandioca (7,7%).

Quanto ao faturamento médio anual dos empreendimentos, 22,3% faturavam até R$1.000,00; a maioria (33,8%) se situou no patamar de R$ 1.001,00 a R$5.000,00; 13,1%, de R$5.001,00 a R$10.000,00; 21,6% faturavam de R$10.0001,00 a R$50.000,00; 2,4% faturam de R$50.001,00 a R$100.000,00; e 6,8%, mais de R$100.000,00. Quanto à origem das matérias primas a maior parte dos empreendimentos (aproximadamente 67%) as adquiriam por meio da compra a empresas privadas, em seguida vem a aquisição por intermédio dos próprios sócios, seguida pelas doações. Este dado revela a baixa colaboração entre os EES na Paraíba. O principal destino dos produtos e/ou serviços eram as vendas (49%), seguido de "Parte era vendida e parte era destinada ao consumo de sócios (as)" (31%), enquanto 10% eram exclusivamente destinados ao consumo de sócios. A maior parte dos produtos e/ou serviços (50,6%) era comercializada através da venda direta ao consumidor, 36,1% era vendido a revendedores/atacadistas, 5,2% era vendido a órgão governamental, apenas 1,8% era trocado com outros empreendimentos solidários e 0,5% era vendido a outros empreendimentos deste tipo.

Os dados da referida pesquisa revelam ainda que as principais fontes de custeio das atividades produtivas dos EES na Paraíba provinham de recursos "dos próprios sócios" (53%) e de doações (29%), seguido por 14% que tinham "empréstimos e/ou financiamentos" como origem dos recursos para iniciar os empreendimentos. Outras revelações da pesquisa: 82% dos EES consultados afirmam necessitar de crédito ou financiamento; 76,5% realizavam "Assembléias de sócios (as) ou reuniões do coletivo de sócios (as)"; 65,9% estavam dotados de "Diretoria, Conselho Diretor ou Coordenação"; 59,5% tinham "Conselho Fiscal"; 26,2% tinham "Conselho Administrativo"; 15,9% dispunham de "Grupos de Trabalho, Comissões ou Núcleos", entre outras instâncias de direção e de coordenação. A periodicidade das assembléias ou reuniões eram mensal para 59%. Quanto ao tipo de remuneração recebida pelos sócios esses empreendimentos, 69% tinham "remuneração por produto ou produtividade"; 11% "não estão conseguindo remunerar"; para 8% "não há remuneração (autoconsumo ou voluntário)"; 7% tinham "remuneração fixa" e 5% recebiam "remuneração por horas trabalhadas".

Dentre essas experiências, situa-se a Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana – EcoVárzea, que envolve pessoas de quatro Assentamentos de Reforma Agrária, situados na Várzea paraibana: Dona Helena, em Cruz do Espírito Santo, e Padre Gino, Rainha dos Anjos e Boa Vista, em Sapé. Tal empreendimento se dedica à produção de hortifrutigranjeiros em bases agroecológicas: hortaliças, frutas, cereais,

raízes, ovos, galinha de capoeira, carne de bode, artesanatos, mel de abelha, multimistura, remédios caseiros, plantas medicinais, queijos e comidas típicas (mungunzá, canjica, tapioca, etc.). A produção e a comercialização são realizadas sob dinâmicas individuais e coletivas, quando se busca incorporar os princípios do solidarismo.

Segundo apuramos em Pinto (2010), Marcos *et al* (2005) e nas entrevistas, a constituição do projeto da EcoVárzea começou a ser assentado por volta de 1990, quando da falência das Usinas Santa Helena e Madalena (situadas em Sapé e Cruz do Espírito Santo, respectivamente). Nessa ocasião, ex-trabalhadores canavieiros se articularam, com apoio da Cáritas e da Comissão Pastoral da Terra, dando início a um processo de organização e luta pela ocupação da terra. Conforme os relatos, esse processo foi lento e difícil, com os agricultores tendo sofrido perseguições e agressões em seus acampamentos. Com o apoio de religiosos, os agricultores em luta se retiraram da região do conflito e se alojaram no salão paroquial, na cidade de Cruz do Espírito Santo.

Entre 1991 e 1996, ocorreram idas e voltas: novas ocupações da área, pelos agricultores, repressão, recuos. a prefeitura de Cruz do Espírito Santo chegou a conceder um terreno baldio para servir de ponto de apoio aos agricultores, que lá se instalavam, em barracas, sempre que, por pressão dos proprietárias das terras, tinham que bater em retirada provisória. Enquanto o processo de desapropriação não se consumava, os agricultores em luta voltaram à terra ocupada, mais uma vez, enfrentaram os capangas, organizaram uma comissão de posse e aceleraram o processo de desapropriação. Quando conseguiram que a área fosse desapropriada, em 1996, não esperaram pelo INCRA, se reuniram, mediram e dividiram a terra entre as 104 famílias, reunindo mais ou menos 600 pessoas. Houve um impasse com o INCRA, visto que o espaço desapropriado era considerado uma agrovila, mas para os trabalhadores era a Reforma Agrária (Pinto, 2010). Segundo um entrevistado:

> Quando foi em 91/92 a gente começou um trabalho com o apoio da CPT e a partir daí, junto com outros canavieiros, com outras comunidades, nós se organizou e entramos numas propriedades improdutivas pelo proprietário, ex-proprietário, e a gente conseguiu essa área e hoje nós estamos lá (Entrevistado 09).

Com o Assentamento, surgiu uma discussão sobre como proceder com a produção e a comercialização ali desenvolvida. Em 1997 os trabalhadores sentiram a necessidade de eliminar a figura do atravessador, que ficava com a

maior parte dos ganhos sobre os produtos vendidos, pagando apenas 1/3 do valor ao produtor. Passaram a se reunir com frequência para discutir formas coletivas de comercialização. Em 1998, com o apoio institucional da Cáritas Arquidiocesana/Pb, estudaram a experiência do Rio Grande do Sul em produção agroecológica, e mesmo sem conseguir o apoio inicial do Banco do Brasil e do BNB começaram a produção agroecológica de hortaliças. Buscaram junto às Prefeituras Municipais de Sapé, Cruz do Espírito Santo e Santa Rita espaços para a comercialização de seus produtos. Coube à Cáritas um papel importante na inserção do grupo no universo discursivo da Economia Solidária, assim como no desenvolvimento de formas alternativas de organização da produção e da comercialização dos produtos. Isso foi ocorrendo

> através da realização de oficinas sobre a comercialização, abordando aspectos referentes ao relacionamento com o público e preparando os camponeses para o contato com os consumidores. Além disso, incentivou-se a introdução de relações não monetárias, através da troca de produtos por produtos entre os camponeses, de forma a que todos pudessem dispor de uma maior diversificação de alimentos para o consumo sem que para isso tivessem que comprometer uma boa parte dos poucos obtidos com a comercialização que conseguiam realizar, experiência esta que foi muito bem aceita por eles (MARCOS *et al*, 2005, p.4).

Os agricultores decidiram se dedicar à produção e comercialização de produtos agroecológicos, se referenciando nos princípios da Economia Solidária. Como a comercialização em Santa Rita não deu certo, procedeu-se a um contato com a Universidade Federal da Paraíba - UFPB, de modo a buscar nesta apoio para a realização de sua feira semanal agroecológica no Campus I, em João Pessoa. Inicialmente, tal proposta não foi implementada em razão de uma greve geral que então envolvia toda a UFPB. A feira passou a ser realizada no Bairro de Mangabeira, também em João Pessoa. A primeira feira ocorreu no dia 18 de novembro de 2001. Foram realizadas mais de 5 cinco feiras nesse local, mas o retorno foi decrescendo, se tornando inviável. Foi assim que em maio de 2002 a feira foi instalada no Campus I da UFPB. Dois anos depois foi criada a EcoVárzea:

> Em 2004 o grupo decidiu criar uma associação para a feira, a 'Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana – EcoVárzea' que

> tem por objetivos, entre outros, unir os camponeses que optaram pela agricultura agroecológica, garantindo as condições de continuidade da produção e comercialização da produção dos associados; criar novos canais de escoamento da produção; fortalecer a autogestão dos camponeses e intermediar na elaboração de projetos que visem a melhoria das condições de produção dos associados (MARCOS *et al*, 2005, p. 5)

Toda essa trajetória pode ser ilustrada pela fala de um dos sócios entrevistados, o atual coordenador executivo da EcoVárzea, um dos pioneiros da experiência:

> A feira surgiu a partir do processo da conquista da terra, tendo produzido a discussão da comercialização, que a gente achava que nosso problema era a questão da comercialização, e fomos montar uma estrutura de comercialização a partir da gente: é uma coisa nossa, nós queremos produzir e queremos comercializar. E a gente foi em busca disso e conseguimos. No ano de 2001 nós tivemos uma capacitação muito boa em Economia Solidária, que traz assim o empenho, o envolvimento, o relacionamento desse grupo pra esse processo de desempenho. Então isso tem ajudado pra que a gente tenha desempenhando esse papel, isso tem direcionado uma viabilidade não só para o grupo mas pra outras pessoas. (Entrevistado 01)

A Associação conta hoje com 37 sócios cadastrados, que praticando agricultura familiar envolvem seus esposos, esposas e filhos no processo produtivo e na comercialização. Ao todo são cerca de 120 pessoas envolvidas diretamente ou indiretamente com as atividades da EcoVárzea. Segundo apuramos, atualmente, são comercializados 5.000kg de produtos semanalmente, num total aproximado de 100 tipos de produtos por feira. A arrecadação encontra-se em torno de R$ 4.000,00 por feira. Anualmente são realizadas 52 feiras.

O atual patrimônio da EcoVárzea inclui: 24 barracas, adquiridas através de recursos emprestados, que foram pagos descontando 3% da receita bruta de cada agricultor no dia da feira, hoje já tendo sido liquidada a dívida; 02 caminhões F- 4.000 marca Ford, com cessão de uso por 5 anos, sendo renovável por mais 5 anos; 6 balanças eletrônicas; 01 TV; 01 aparelho de DVD; 02 computadores acompanhados com impressora; baldes para armazenar lixo; carro de mão para apoio no descarrego etc.

Segundo seus Estatutos, são as seguintes suas principais instâncias decisórias: Assembléia Geral (que se realiza na última quarta feira de cada mês); Coordenação Executiva; Conselho Fiscal; e Conselho de Ética. O grupo dispõe de um Fundo Rotativo Solidário, que propicia a troca de produtos no final de cada feira entre os sócios. Tanto a coordenação quanto os conselhos são dirigidos por membros eleitos pelo próprio grupo. Porém nem a Coordenação, nem os Conselhos podem tomar decisões consideradas de grande importância sem a aprovação da maioria dos associados em assembléia geral. Além das assembléias gerais o grupo realiza reuniões pós-feira, onde fazem o levantamento das vendas, trocam produtos entre si através do Fundo Rotativo Solidário, separam os produtos destinados à doação para as instituições apoiadas pela associação e resolvem pequenas pendências de maior urgência.

A EcoVárzea busca se articular com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, especialmente ligados à agricultura e à Economia Solidária, como o Fórum de Economia Solidária. Entre os seus principais parceiros estão: UFPB, CNPq, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Banco Brasil, Banco do Nordeste, INCRA, Prefeituras Municipais, ONGs, associações afins, como a EcoSul.

Nos relatos dos entrevistados foi possível identificar as seguintes ações concebidas, pelos sócios, como de tipo solidárias: exercício da discussão coletiva nas assembléias e reuniões; frete solidário; descarrego e carrego dos produtos da feira de forma coletiva; fundo de feira com destino coletivo; aquisição de insumos e equipamentos de modo coletivo; realização de mutirões na construção de galpões e no cultivo de roçados comunitários ou individuais; vendas solidárias, comercializando produtos quando da impossibilidade do sócio vir à feira; almoço e café comunitário; aquisição de 24 barracas coletivamente. O grupo dispõe de um Centro de Mudas de Hortaliças e um Centro de Produção de Defensivos Alternativos Naturais. Há a produção de húmus de minhocas em 19 minhocários.

Segundo a Associação, o grupo já teve participação em eventos tais como: Feira Nacional da Agricultura Familiar; intercâmbio com agricultores familiares orgânicos de Lagoa Seca, no Brejo Paraibano, de Assentamentos do Sertão Paraibano, de Abreu e Lima, em Pernambuco, e do Rio Grande do Sul; apresentação da experiência da Associação na Áustria, em Alagoas, na UFPB, na CPT de Guarabira, em diversos lugares do país onde vêm se constituindo os Territórios da Cidadania; encontros de jovens filhos de assentados da Reforma Agrária; Seminários de Agroecologia; Encontro Paraibano de Agroecologia e no Encontro Nacional de Agroecologia; Rede Semente

(Semente da Paixão); Participação nos Territórios da Cidadania apresentando as experiências. A associação já recebeu visitas de Agricultores do Rio Grande do Norte, do Sertão da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de estudantes de Assentamentos da Reforma agrária e de agricultores do Pólo da Borborema (Campina Grande). Os sócios e familiares, em geral, têm participado de cursos envolvendo temas como Agroecologia, Cooperativismo, Autogestão, Economia Solidária, Atendimento ao Público, Comercialização Solidária, Custo de Produção, Defensivos Alternativos, Minhocários, Formação Cidadã etc. Esse processo de capacitação é contínuo e prossegue de acordo com o interesse do sócio em participar de palestras, cursos, seminários, visitas técnicas, entre outras atividades que podem contribuir com sua formação.

Por meio de ações que exercitam o solidarismo e de intercâmbios que a põe em contato com experiências e movimentos que se identificam com projetos como a agricultura familiar agroecológica, a Economia Solidária, o comércio justo e ideais afins, a EcoVárzea tem se afirmado como um empreendimento solidário em construção. Depoimentos como o que segue são emblemáticos:

> As atividades que eu venho desenvolvendo até hoje foi o plantio, o contato com meus companheiros, às vezes a gente faz serviço de mutirão, né? Um diz "companheiro, tô precisando...", aí a gente se junta pra ajudar um ou outro que precisa. Já fiz parte também... já que nós somos da EcoVárzea, somos sócios, né? Já tive um mandato também, na comissão de ética e um mandato como conselho fiscal. No meu assentamento, onde eu moro, Padre Gino, também já trabalhei lá por três mandatos, um como presidente já, e tudo isso a gente vai pegando muito conhecimento com os companheiros e também até hoje foi uma coisa que me fez desenvolver no meu ramo de trabalho e, graças a Deus, com a ajuda dos outros, a gente vai pegando conhecimento, e a gente tamos pra ajudar um ao outro, né? (Entrevistado 05).

Mas, as dificuldades são diversas. Alguns dos principais problemas apontados pelos entrevistados foram: falta de melhoramento da estrutura física do local da feira, fazendo com que as barracas sejam montadas sobre o chão de terra, que acaba virando lama em período de chuva, dificultando o acesso dos clientes além de gerar desconforto para os trabalhadores; falta de comprometimento com o trabalho coletivo por parte de alguns sócios. Para mudar este quadro a EcoVárzea busca realizar, com o apoio de seus parceiros, cursos e

seminários com temas relacionados à Economia Solidária, à autogestão e ao cooperativismo, especialmente entre os jovens das famílias associadas, promovendo assim a germinação, o crescimento, o amadurecimento e a frutificação da consciência solidária.

Considerando os ganhos computados e os problemas identificados, como tal experiência tem sido percebida por seus sócios? Em que medida esta se apresenta para eles como algo de tipo novo, como um exercício de trabalho e vida, que os coloca sob outras possibilidades de realização individual e coletiva?

A percepção da experiência pelos seus protagonistas

Por ser uma associação de agricultores, as principais atividades desenvolvidas pelos sócios-trabalhadores da EcoVárzea estão relacionadas com o plantio e a comercialização de produtos agrícolas. Por opção do grupo, a produção é agroecológica. Além do plantio e comercialização de frutas, verduras, hortaliças e raízes, há também o plantio e beneficiamento de grãos, a partir dos quais são produzidos multimisturas, farelo e farinha. Alguns membros da Associação têm criação de galinhas, gado e bode. Estes comercializam ovos ou trabalham com a comercialização de café/almoço, servindo galinha, bode e picado, acompanhados com macaxeira cozida ou cuscuz. Algumas barracas da feira oferecem ainda tapioca, beiju, mungunzá, canjica, café, cocada e doces caseiros. Paralelamente às atividades no campo, os sócios da EcoVárzea desenvolvem trabalhos para a manutenção da associação. Os relatos dos entrevistados ilustram as atividades praticadas pelos membros do grupo, as formas e processos de trabalho.

> Hoje a gente tá nesse processo que é a EcoVárzea, com esse desempenho que se tem. É uma ocupação... não é pouca coisa. Você produz, comercializa, tem um quê na administração. Tem o geral da organizativa, o processo todo que faz com que você se articule. (Entrevistado 01)

> Trabalho com inhame, com feijão, com milho, com batata, com tudo que é semente, e trabalho com gado também, tenho um gadinho pra ajudar. Mas só isso mesmo, vivo só da agropecuária. (Entrevistado 03)

> Eu trabalho no caminhão como motorista, no caminhão da EcoVárzea, e trabalho em casa com... eu crio bode, crio porco, crio um pouquinho de gado, aí tenho plantio

de macaxeira, inhame, abacaxi, são minhas atividades [...] Aqui na barraca eu vendo o que chama de café e almoço. Aqui é bode, eu trago bode cozinhado, picado de bode, macaxeira... (Entrevistado 10)

Eu faço de tudo, eu planto, eu, eu... todo cultivo é familiar, é toda a família ali, minhas filhas, todo mundo faz canteiro, todo mundo agoa manual, ajeita quando tem um motor, limpa a cacimba, e pronto, é tudo a família [...] Pra comercializar venho eu, a minha filha, duas filhas, é Joelma e Josean, o genro tá também no processo e o netinho de nove anos. (Entrevistado 08)

Como já indicamos antes, há uma forte participação da família nas atividades desenvolvidas pelos sócios da EcoVárzea, nas atividades agropecuárias, no beneficiamento da produção, no encaixotamento e na comercialização. Segue algumas das respostas fornecidas quando se questionou a ajuda da família nos trabalhos envolvidos.

A minha família hoje é eu, minha esposa e quatro filhas, já tão tudo moça, a mais velha completa agora vinte e um anos e a mais nova completa agora treze anos, outra tem dezesseis e outra tem dezessete, vai fazer dezoito. Elas ajudam um pouco no plantio, ajudam em casa e também nos trabalhos que diz respeito à questão social, né? Assim... aderiram ao processo de tá se capacitando, de tá se organizando, são pessoas que tão sempre envolvidas, no grupo de crianças da cidade, outro dia vai crescendo e vai pro grupo de jovens, etc. (Entrevistado 01)

A minha família participa da produção, minha esposa também trabalha comigo, na horta. Ela, quando tem uma vaguinha, ela tá comigo na horta, trabalha na agricultura, ela faz pano de prato, pano de cozinha, coisa de banheiro, mas ela também tá comigo na horta, me ajudando, cuidando dos nossos produtos [...] A minha filha também é a mesma coisa, é uma que mora lá comigo, é casada também, mora lá também e a outra mora mais adiante, mas a profissão é agricultura mesmo. (Entrevistado 05)

Em algumas ocasiões, ficou evidenciada uma divisão familiar do trabalho:

Sim, sim, sim. Mais na organização em casa, sabe? Nem no plantio... e ajuda também no plantio, mas é muito pouco. É mais em casa organizando as caixas, as coisas. (Entrevistado 06)

É, é. Tudo me ajuda. Tem eu, dois filho e o esposo. Eles ficam mais no plantio, muito difícil vim na feira. (Entrevistado 07)

Me ajuda, faz a comida. Tudo envolve a minha família. Quem trabalha sozinho não consegue não. (Entrevistado 10)

Em relação à minha família é um pouco diferente porque minha família ainda não é adulta. Só quem trabalha é eu e a minha esposa. As crianças... o mais velho tá com 12 anos, aí só algumas atividades assim maneira é que eles ajudam, mas o serviço mais pesado fica comigo, a minha esposa ajuda na medida do possível porque só as atividades de casa já é muito trabalho pra ela. Mas a gente considera que é tudo... quer dizer, porque se ela fica em casa cuidando dos afazeres de casa também faz parte da agricultura familiar. [...] Raramente ela vem [à feira], porque agora tá com menino pequeno, quando pode ela participa, mas faz um bocado de tempo que ela participou. Quando ela produz a cocada de coco, maracujá, aí sempre ela manda. Quer dizer... diretamente não, mas indiretamente ela tá sempre participando. (Entrevistado 09)

Ao mesmo tempo em que o grupo vem incorporando várias de trabalho coletivo, foram preservados os espaços individuais de cada família. Cada agricultor, juntamente com sua família, é responsável por sua produção. O grupo oferece apoio para aqueles que, por algum motivo, como doença ou encargo com tarefas da Associação, não estejam em condições de manter sua plantação, mas não é comum o plantio coletivo. A parte coletiva do trabalho se refere principalmente ao momento da comercialização e às atividades relacionadas com a administração e manutenção da Associação. Obviamente o espírito solidário dos envolvidos faz com que um esteja cuidando do outro, oferecendo ajuda, dividindo material de trabalho e conselhos quando necessário.

A EcoVárzea é uma associação (...) Então já que nós trabalha separadamente, nós tem esse grupo, todo mundo se junta para vender numa feira só, coletivo. A gente faz

> um trabalho individual e passa pra ser coletivo. Quando a gente vem pra feira todo mundo trás, todo mundo ganha, um vende o de um, um vende o de outro, tal... A gente num tem essa de concorrência nenhuma e passamos pra ser um grupo. E a maneira da gente trabalhar, a gente trabalha em conjunto também, se a gente tá trabalhando e a lavoura da gente não tá boa a gente pega informação com um, pega informação com outro, um vem dá uma ajuda, outro vem, faz um e tal, se a pessoa num tiver o remédio pra botar, o outro já tem, outro... trabalha em conjunto. Mas a gente trabalha individual, individual que cada um faz o seu e na sexta-feira passa pra ser coletivo (Entrevistado 03).

Muitos buscaram enfatizar o espírito solidário que envolve o convívio entre os sócios e seus familiares:

> Quando se precisa, quando o grupo precisa, vamos supor, de uma casa de esterco, do jeito que um tem direito todo mundo tem direito, quando chega de um precisar de cinqüenta, cem reais emprestado o grupo nunca nega o pedido. Do jeito que um tem direito, todos têm direitos iguais (Entrevistado 05).

> Depende de como as pessoas são beneficiadas, as pessoas mais beneficiadas são as pessoas mais necessitadas. Se a pessoa tá... é assim... é carente, se a pessoa tá precisando de uma ajuda da associação, comida, remédio, aí a associação se junta pra ajudar. A gente dá graças a Deus é quando a gente não precisa, né? Bom é não precisar. (...) Quando a gente vê uma pessoa doente, precisando de dinheiro, a associação vai lá comprar remédio. Aqueles que não têm são mais beneficiados porque são os que mais precisam. O bom é a gente não precisar. Lá tem um fundo, tem um fundo rotativo lá, que faz uma coisa, faz outra. Se a pessoa adoeceu a gente se junta ou paga um trabalhador pra trabalhar na terra dele ou ajudar ele enquanto der, enquanto ele tiver doente a gente tá dando ajuda pra ele. Um rapaz mesmo quebrou o braço, a gente passou três meses sustentando ele, toda semana tinha a feirinha dele, além do que a gente deu dinheiro pra comprar remédio e comprar outras mercadorias,

> dava sessenta reais, setenta, cem, dependendo da feira (Entrevistado 03).

Mas, até onde pudemos apurar, para os sócios-trabalhadores da EcoVárzea, o trabalho coletivo é visto, não só como um meio de ajudar os que mais precisam de apoio, é também um importante fator para que se obtenha um bom resultado no conjunto do processo produtivo e comercial. Eles explicam que, apenas coletivamente, são capazes de produzir de forma diversificada, oferecendo uma boa variedade de produtos para o consumidor. Sem essa variedade e sem uma quantidade satisfatória de produtos seria inviável a realização da feira, pois os clientes não se deslocariam para comprar apenas alguns dos itens que buscam, tendo que ir, em seguida, a outro mercado para finalizar suas compras. Segundo os relatos coletados esse foi um dos problemas que a feira em Mangabeira enfrentou. Além desse aspecto, a constituição do grupo tornou possível o acesso a incentivos governamentais e à captação de recursos, possibilitando ainda o estabelecimento de parcerias e conquistando o apoio de entidades que oferecem aos agricultores oportunidades que não poderiam ser conquistadas individualmente. Pelos relatos colhidos observa-se que os membros da EcoVárzea acreditam que trabalhando em grupo são mais fortes do que se estivessem cada um por conta própria.

> A gente aprende que no individualismo a gente não consegue nada, né? E é difícil, é difícil trabalhar na coletividade porque são várias cabeças, pra todo mundo entrar num consenso é difícil, fica difícil, mas é bom porque eu aprendo, eu como sou jovem ainda, né? Jovem agora porque com dezesseis anos, assim vou crescer já com essa visão de trabalhar com a coletividade, porque geralmente hoje em dia não só jovens, mas crianças e adultos, têm muito pensamento individualista e é difícil se trabalhar com pensamento individualista. Se você for hoje pegar uma pessoa que tem o pensamento coletivo, que tenha o espírito de coletividade ou que trabalha com solidariedade, pra trabalhar com uma pessoa individualista, é horrível, porque você tem que fazer um processo de formação muito grande pra aquela pessoa aprender a trabalhar e saber que o processo coletivo também dá certo, né? É bom a pessoa aprender com a coletividade por conta que o que vale é a coletividade hoje em dia (Entrevistado 04).

> Acho que significa a união, porque a gente sozinho não chega a lugar nenhum, mesmo tendo dinheiro é difícil. Acho que a gente trabalhando coletivamente é a gente somar as forças e aí a gente tem condição de caminhar. Porque, já pensou eu sair sozinho lá de Cruz do Espírito Santo pra vim comercializar duas/três caixas aqui? Era inviável, mas com essa associação a gente se fortalece, porque um traz três caixas, outro traz cinco, outro traz seis, aí somando essa quantidade dá viabilidade pra todo mundo participar. Essa é a grande importância da força da união do coletivo (Entrevistado 09).

> Significa que é uma fonte de aprendizado, é uma escola. E a gente sempre, todo dia é uma coisa nova que a gente aprende, conhece pessoas, é maravilhoso, e ainda se tratando daqui, né? Da cidade, aqui na Universidade. Que olha onde a gente tá? A gente sai de lá, das grotas, das parcela, da terra e estamos aqui, né? Um conhecimento muito grande e é muito gratificante (Entrevistado 08).

Apesar de se mostrarem satisfeitos com o convívio coletivo, vários entrevistados deixaram claro que há dificuldades em se trabalhar coletivamente. A diversidade de opiniões foi apontada como uma das principais dificuldades para a construção de um entendimento comum e para o processo decisório dentro do grupo. Ao mesmo tempo, conforme alguns destacaram, uma pequena minoria ainda mantém uma atitude individualista e egoísta, que prejudica as relações do grupo:

> Ainda existe sim atitudes individualistas, só que a gente tá tentando combater, né? No sentido, assim, a gente tá tentando mudar o pensamento do pessoal por conta que assim... por mais que a gente tente nunca é cem por cento. Por mais que a gente tente mesmo. Mas tá tentando mudar, mas... Digamos que setenta por cento ele é de coletividade, uns setenta e cinco por cento por aí, ele tem um espírito coletivo. Até porque todo mundo já teve uma formação que hoje em dia pra se trabalhar em grupo tem que ter um espírito coletivo (Entrevistado 04).

> Olhe, eu acho que... vamos dizer assim: 85/90% ela corresponde com o coletivo, porque não adianta eu dizer que é 100%, porque ainda... alguns companheiros ainda

> tem um pouco da cultura, vem de uma cultura do individualismo e aí falta quebrar esse tabu. E aí a gente sente ainda um pouquinho de individualismo em algumas famílias, em algumas pessoas. Então eu acho que 85% tem aí essa consciência do coletivo e do bem comum (Entrevistado 09).

O processo de aprendizado e construção coletiva continua. As dificuldades são muitas, mas ao que se mostra os ganhos são bem significativos, segundo as percepções dos próprios protagonistas da experiência em questão.

No que se refere às condições de trabalho, foi comum entre os entrevistados a constatação de que as condições de trabalho melhoraram bastante, com os Assentamentos e a constituição da EcoVárzea. O parâmetro anterior eram as condições de trabalho no corte da cana: "Pra trabalhar nesse grupo, com participação no mundo profissional, nesse trabalho, eu melhorei muito, chegou até melhorar minhas condições de trabalho e melhorar as condições de vida" (Entrevistado 03). A maioria dos sócios-trabalhadores entrevistados trabalhou a maior parte da vida com a agricultura, geralmente em engenho ou em terras arrendadas. Uma parte teve outros tipos de experiências, inclusive urbanas, como pedreiro, servente de pedreiro, eletricista, metalúrgico, montador industrial, marchante, etc. Algumas dessas experiências então relatadas abaixo.

> A partir de seis anos de idade eu já trabalhava na roça, mas a partir dos sete, oito anos, eu trabalhava na cana de açúcar, sou ex-canavieiro, passei por um período muito difícil na minha vida que não tive infância nem juventude, praticamente todo meu tempo foi trabalhando nas usinas [...] antes eu vivia na escravidão, na cana-de-açúcar e hoje graças a Deus me sinto liberto porque aí eu não dependo do patrão. E aí eu consigo arrumar o pão de cada dia pra minha família, sem precisar trabalhar nas usinas, escravizado (Entrevistado 09).
>
> Mas eu trabalho mesmo desde sete anos de idade, comecei a trabalhar pra fora, pros outros, desde uns dez depois que eu saí da escola, que eu num tive condições de escola e fui trabalhar. E aí trabalhei sempre no setor da cana de açúcar, acho que aí até 1995, 96. Fui no processo do acampamento da luta pela terra, aí pronto, daí pra cá não trabalhei mais pra os outros (Entrevistado 01).

> Desde pequeno que eu nasci, eu nasci já na agricultura, saí, me casei e vim morar em João Pessoa. De tudo eu participei um pouco, se eu for dizer é muita coisa, aí depois voltei pra agricultura, achei que a agricultura era o meu lugar. Trabalhei em indústria, já fui mecânico, em outras coisas mais, aí voltei pra a agricultura (Entrevistado 03).

> No começo, quando eu comecei a me entender de gente, eu trabalhava junto com minha família, trabalhava junto com meus pais, e eu trabalhava em serviço braçal, no campo. Mas a partir de quando eu comecei a trabalhar eu já trabalhei em outras áreas também. Eu já trabalhei em usina, nas usinas, trabalhei de vigia já, mas de todos os serviços que eu já fiz a coisa melhor que eu achei foi hoje em dia tá junto com meus companheiros trabalhando aqui, tendo contato com os consumidores, isso pra mim foi a coisa melhor que teve até hoje, foi trabalhar aqui mesmo (Entrevistado 05).

> É sempre na agricultura, desde a época do meu pai, eu pequena. Aí cresci e fui pra os engenho, mas foi sempre agricultura mesmo (Entrevistada 07).

> Trabalhava, trabalhava... é sempre com agricultura mesmo. Trabalhava às vezes com gado, trabalhava alugado, você entende o que é alugado, né? Era bóia fria mesmo (Entrevistado 08).

> Já trabalhei de servente de pedreiro, de pedreiro, de eletricista, porteiro, garçom, ambulante, tem outras atividades que eu não tô lembrado agora no momento (Entrevistado 10).

Tornar-se agricultor familiar foi um primeiro passo no sentido de livrar-se da "escravidão". Mas não foi suficiente. Logo ficou evidente que o chamado atravessador se apropriava de uma parcela significativa do produto do grupo. O segundo passo foi se associar e passar a comercializar diretamente seus produtos. Foi assim que, nas entrevistas, vários depoimentos realçaram esse como o principal motivo para participar da EcoVárzea.

> Pois é... eu trabalhava, plantava pra atravessador, aí depois eu pensei e achei melhor tá no grupo pra eu mesma vender o que eu plantava (Entrevistado 07).

> Pela primeira vez que eu vim com o povo da feira aí eu vi o movimento, né? Fiquei conhecendo que o coletivo era a melhor saída pra a gente que trabalhava no individual, vendia nossos produtos aos atravessadores, às vezes não recebia, aí era uma tristeza só. Aí quando eu vi a organização do grupo aí eu acreditei que só o coletivo era a melhor saída pra mim e pra minha família, por isso que até hoje eu tô no grupo, sou sócia, e jamais individual (Entrevistado 08).

> Porque antigamente a gente produzia, mas os atravessadores compravam e levavam o lucro todinho do nosso trabalho. Então esse também é um dos objetivos, o outro objetivo é a gente vender um produto de qualidade para os consumidores onde o pessoal se alimenta com segurança e vai ter uma qualidade de vida melhor (Entrevistado 09).

Para os participaram da fase primeira, marcada por um longo processo de luta pela terra, a referência da luta continua presente: "o que tem de desenvolvimento em mim nasceu da luta pela terra e se consolidou com a EcoVárzea" (Entrevistado 01).

Quando instigados a comparar as duas situações, antes e depois da criação da EcoVárzea, prevaleceu amplamente uma preferência pela experiência que atualmente estão construindo. A referência do trabalho solidário e as idéias que compõem o universo discursivo do campo da Economia Solidária se mostraram bastante presentes na percepção dos entrevistados sobre a experiência vivenciada na EcoVárzea. O nível de formulação dessas ideias se apresentou diferenciado (correspondendo aos níveis de engajamento nos espaços e atividades de articulação), mas a presença desses elementos em termos de uma matriz discursiva são evidentes:

> A Economia Solidária, pra mim, é ser solidário com nossos companheiros, né? Tem gente que vive, aqui nesse acampamento de terra, numa terra que Deus deixou pra todo mundo, a gente tem que compartilhar e dividir as coisas, a gente deve ser solidário. Eu creio que essa palavra solidário, eu creio que faz bem pra a gente, a gente se sente bem, com o coração no grupo de trabalho, o grupo dos nossos companheiros (Entrevistado 05).

> É a pessoa ser solidário, né? É eu não ser egoísta e ser solidário com a minha comunidade, com os meus companheiros, até mesmo com as pessoas da cidade, com todo mundo, ser uma pessoa solidária, né? Saber dividir e ajudar o próximo (Entrevistado 08).

> [...] a Economia Solidária é justamente isso que eu acabei de dizer, a questão de unir o pouco, quer dizer, a pequena produção, ela se torna grande quando ela soma, quer dizer, juntando um pouco daqui, dacolá, aí soma pra uma grande quantidade, isso pra mim já é solidário. Solidário também é a gente trazer em conjunto, tendo dois transportes, conseguidos em projeto, e aí a gente... o trabalho de carregar esses carros é partilhado, um pega a caixa, outro bota a caixa, então dessa forma a gente se sente num trabalho coletivo. Em relação também à solidariedade, eu acho que solidariedade também é a questão do gerenciamento, a gente tem a comissão... primeiro a gente tem a diretoria, aí temos conselho fiscal, conselho de ética e o conselho administrativo que é o principal, mas mesmo assim a gente divide algumas tarefas, tem pessoas que assumem o recebimento das mensalidades, outros já recebem a questão dos transportes, o caixa dos transportes, outro grupo faz a visita de campo, dividida em três grupos, um pra fazer a visita em Santa Helena, outro faz a visita no assentamento Padre Gino, mensalmente a gente também forma essa comissão pra acompanhar como é que tá se dando o trabalho, se realmente as pessoas tão cumprindo com a norma, o regimento interno, então assim a gente sempre procura dividir as tarefas e é dessa forma que eu me sinto viver no trabalho solidário e coletivo (Entrevistado 09).

As principais diferenças, identificadas pelos membros da EcoVárzea, entre as situações anteriores e a atual, centraram-se nos seguintes aspectos: o tipo de atribuições e responsabilidades que passaram a ter; o caráter coletivo das atividades; a liberdade e autonomia que passaram a ter; melhora da saúde.

> Antes eu não tinha responsabilidade da forma que eu tenho agora, hoje eu coordeno a associação. Primeiro eu fui da coordenação informal, aí trabalhou dois anos, passou a ser formal, eu fui de novo, tirei um mandato de

dois anos, mas dois anos não foi meu e agora tô tirando mais dois anos de novo. Antes a gente tinha só a responsabilidade com a produção, na associação onde a gente mora do assentamento. Nessa associação, não, é uma coisa a parte que tem que tá articulado, tem que tá articulando apoio de outras entidades, tem uma ligação com as entidades governamentais e não governamentais, então você precisa tá empenhado, então isso tira... isso chama tempo, e tira você daquele tempo que você tinha já quase limitado para sua produção, pra sua organização interna, do processo de produção e comercialização. Agora não, você tem que produzir, tem que comercializar e tem que se articular amplamente com as entidades (Entrevistado 01).

É que antes a gente desenvolveu uma atividade comercial individual, né? Lucrar, era só lucrar, lucrar, lucrar, lucrar. E hoje a gente desenvolve uma atividade em conjunto com o grupo e hoje estamos satisfeitos por conta que um ajuda o outro, coletivamente, e antigamente era individual (Entrevistado 06).

A diferença é porque, trabalhar pros outros é uma coisa muito triste, né? Porque as pessoas: "Não, eu vou, eu vou trabalhar pra você". E você vai me pagar o que? Quinze reais? No máximo quinze reais que paga. Aí você vai mandar: "Dona Zefinha, não faça isso; Dona Zefinha, não é desse jeito, a senhora vai ter de fazer de novo". Aí vou ter que obedecer, né? Porque é você que tá me pagando. A diferença é porque agora eu trabalho na minha área, na minha parcela, tenho a minha casa, tenho minha família, a minha fonte de renda é pouca mas tenho, no dia que eu tô indisposta eu só vou quando eu melhoro, quando eu não quero eu não vou, se eu quiser viajar eu viajo, se eu não quiser eu não viajo, aí é uma diferença muito grande, né? Você mandar no que é seu, ter o que é seu, isso aí que é a diferença (Entrevistado 08).

Eu acho que a diferença hoje ela é 100%. Porque antes mesmo a gente trabalhando nas usinas mas em casa a gente trabalhava na agricultura, só que a gente trabalhava em terra arrendada, pagava tudo ao proprietário. Só que a gente não tinha a liberdade de trabalhar e produzir o que a gente queria porque a gente tinha que trabalhar

> até... tinha que colher a produção até o mês de outubro. A partir do dia 15 de outubro em diante ele já ia botar o gado na manga, como se dizia antigamente. Então hoje uma grande diferença é que a gente tem a liberdade de plantar, não tem necessidade de colher nas carreiras, a gente tamos plantando o que é nosso. Outra grande diferença foi a questão da saúde, hoje fisicamente a gente sente uma saúde melhor, apesar de não ser 100%, hoje a gente sente que temos uma boa saúde física, e tudo isso somou pra questão da saúde pessoal, questão de você ter mais tranqüilidade, não se preocupar em sair de madrugada pra trabalhar, porque três horas da manhã todos os dias a gente já tava saindo pra o trabalho, alimentação tudo fora de hora, tudo isso acarretava pra os problemas de saúde, e graças à Deus hoje, pela vida que nós vivemos, hoje tem tudo pra ter um equilíbrio da nossa saúde mental e física (Entrevistado 09).
>
> (...) Aqui nós somos patrões, não obedece ninguém e não manda em ninguém, cada um sabe o que faz, das necessidades e de como trabalhar... (Entrevistado 03).
>
> (...) Na associação da EcoVárzea nós trabalha por nós próprio, nós somos patrão e nós somos empregados, a gente não manda e agente não somos mandado. Quer dizer, a melhor coisa que aconteceu na nossa vida foi essa associação agora, eu não trocaria nunca aonde eu tô pra ser empregado dos outros (Entrevistado 05).

Os entrevistados destacaram como aspectos mais positivamente avaliados da experiência atual: a convivência com o grupo e com os fregueses da feira; o reconhecimento pessoal e coletivo que o grupo conquistou não apenas na Paraíba mas em diversos pontos do Brasil e até mesmo em outros países; o aprendizado; a rentabilidade que tem propiciado.

> O que me agrada é a convivência. É a convivência com aquelas pessoas que, a gente dali vai tirando as pessoas mais interessadas, que ajuda mais, a gente tem mais contato e trabalha. E quando chega aqui na feira a gente também tem aquele grupo que conhece pessoas que gostam de conversar com a gente, gosta de participar, e a gente se sente feliz porque chega essas pessoas que agrada a gente. Tem gente que pensa que é mentira... A

gente tá preparado pra isso. Já há sete anos, já faz sete anos, a gente já tá preparado pra isso. Às vezes a pessoa chega e não faz um bom contato com o pessoal, e cada vez que a gente passa a gente aprende muito mais. E até as crianças, não é trabalho forçado, as crianças gosta de participar porque eles vão aprender até próprio mesmo pra as aulas delas. Hoje você vê uma criança que já sabe tudo, como se planta, como se faz, como se colhe e até elas tiram boa nota quando se passa os trabalhos pra eles (Entrevistado 03).

O que mais me agrada em participar da associação é o desenvolvimento, né? Meu e dos nossos companheiros que trabalham junto conosco, aprender mais do que a gente sabia, mais do nosso trabalho (Entrevistado 05).

Eu acho que o que agrada é justamente todo esse objetivo que eu já coloquei, a questão de você ter uma renda fixa toda semana, ter esse contato com o público, essa relação com o homem e a mulher da cidade, ter essa convivência com os companheiros do assentamento e de outros assentamentos de outros municípios vizinhos, essas convivência. Isso faz com que a gente... dá vida a nós, quando a gente se sente unido, nesse objetivo de trabalhar o bem comum para todos (Entrevistado 09).

Evidenciou-se, claramente, nos depoimentos o quanto a experiência da Associação tem contribuído com a melhora da qualidade de vida, pessoal e comunitária, do grupo, assim como da sociedade em geral, visto que produz e comercializa alimentos saudáveis e é exemplo de uma prática solidária. Neste particular, os entrevistados demonstraram ter consciência do papel educativo que, por meio da experiência que desenvolvem, estão desempenhando junto a outros grupos e ao conjunto da sociedade.

Eu não vou dizer que antes eu não tinha condições, mas já que eu passei pra ser um agricultor profissional, ela me ajudou muito. Pra trabalhar nesse grupo, com participação no mundo profissional, nesse trabalho, eu melhorei muito, chegou até melhorar minhas condições de trabalho e melhorar as condições de vida. Na maneira de dizer assim: comer melhor, comer mais sadio, saber o que tamos comendo, então, tudo que a gente faz, tudo que a gente

> planta a gente come sabendo o que tá comendo. A gente sabe que tamos comendo um produto sadio, sem veneno, sem agrotóxico e preservando o meio ambiente. Só isso aí, isso já vem melhorar a situação de vida da gente, e a situação financeira também... (Entrevistado 03).

> Todo mundo foi beneficiado. Todos que entram na feira eles são beneficiados, em ambas as partes. No trabalho ele passou a trabalhar mais e passou a ganhar mais e passou a ser uma pessoa mais inteligente e ter um padrão de vida mais elevado, que a gente que trabalha com gente ele tem que ir se adaptando pra lidar com as pessoas (Entrevistado 03).

Evidentemente que há também insatisfações. Segundo os entrevistados persistem dificuldades, não só impostas do exterior, mas também geradas internamente:

> A associação não é só coisas boas, também tem as coisas ruins. Tem pessoas que não quer entender, tem pessoas que não dá ouvido, tem pessoas que não quer produzir dentro do processo correto, tem pessoas que não participa das reuniões... (Entrevistado 01).

> O que desagrada numa associação dessas - às vezes dá até vontade do cara desistir, nem tudo são flores, né? - é aquilo quando a gente trabalha com amor, com dedicação as coisas e vêm outras pessoas que querem sujar. Tem lei, nós que formamos as leis e nós que assumimos, nós formamos a lei, o estatuto, e depois o cara quer enganar nós, um ultrapassa a lei e termina desagradando nós. O pior é que a gente tem que dizer na cara do cara, entendeu? (...) É o que acontece, e às vezes é obrigado a gente até tirar a pessoa da feira. (...) Aí fala: "você não tem feijão, você vai comprar feijão pra vim vender?", é um atravessador. "Eu tenho feijão, tô plantando e eu sei que o feijão é bom mesmo aí vem você que não tem feijão compra fora pra vender na feira, aí vai atrapalhar meu trabalho todo, trabalho que eu fiz, né?" Outra coisa se você no caso de outras mercadorias, não pode usar agrotóxico, não pode usar veneno, nem veneno nem produto químico, aí vem o cara por trás, aí quer usar produto

químico, aí nós expulsamos (...) A gente observa, olha, vê, faz que não vê, mas na hora a gente sabe tudo, secreto, né? (Entrevistado 03).

> Nem Deus agrada todo mundo, né? Nem todos nossos companheiros que vive dentro de uma associação, dentro de um assentamento eles são solidários, né? É uma palavra muito que eu... muito bonita é a solidariedade, mas nem todo mundo somos solidários um com o outro, e às vezes tem que saber conviver com quem se dá bem com a gente e com quem a gente não se dá bem com eles. Que é muito bom se todos eles tivessem uma combinação por igual, você sabe que isso não existe. E a gente tem que saber lidar com esses tipos de pessoas (Entrevistado 05).

É incontestável, no entanto, o teor positivo da percepção dos entrevistados quanto à experiência da EcoVárzea e aos seus impactos na suas vidas e de todo o grupo. Os sentidos de autonomia, liberdade, convívio solidário, compromisso coletivo, assim como rentabilidade do empreendimento, foram os argumentos mais fortemente evidenciados, nos depoimentos, para justificar o engajamento dos mesmos no projeto da Associação.

Considerações finais

Embora a Economia Solidária seja um tema novo, já é possível identificar sua importância para o mundo do trabalho, que encontra, na mesma, uma forma alternativa de economia. Uma alternativa para aqueles que se sentem insatisfeitos com o sistema, buscando novas formas de produção e relações de trabalho, baseadas em valores solidários, voltados para a cooperação e solidariedade, participação e autogestão.

Antes da EcoVárzea os sócio-trabalhadores entrevistados desenvolviam atividades diversas, tanto na agricultura quanto em outros ofícios. De acordo com as declarações colhidas, a maioria enxergava a relação trabalhista em que estavam envolvidos como uma espécie de escravidão, onde se trabalhava muito, em más condições, por uma remuneração insatisfatória. Alguns dos entrevistados declararam que gostavam das atividades que desenvolviam anteriormente, mas não se sentiam livres para tomar suas próprias decisões como se sentem com a Associação, onde sua opinião, suas idéias e valores são levados em consideração.

Conforme os depoimentos, a vivência da experiência econômica solidária da EcoVárzea mudou a perspectiva dos sócio-trabalhadores com relação ao entendimento que os mesmos têm sobre trabalho e sobre a vida social. Foi possível verificar ainda que, no caso observado, a experiência de Economia Solidária se mostrou capaz de transformar as relações de trabalho e a vida das pessoas envolvidas.

Não obstante os limites e contradições observados, segundo constatações dos próprios entrevistados, foi possível identificar sinais na relação do sócio-trabalhador com o seu trabalho, no sentido da sua percepção como um elemento de realização pessoal, individual e coletiva, e não somente como meio ou instrumento de obtenção de renda. As noções de cooperação, solidariedade, gestão participativa, agroecologia, entre outras, povoam o universo discursivo dos entrevistados e encontram correspondências com a trajetória de luta pela terra, de organização dos Assentamentos de Reforma Agrária e de constituição da EcoVárzea. Trata-se de um projeto em construção.

Referências bibliográficas

CULTI, Maria Nezilda. Economia Solidária: incubadoras universitárias e processo educativo. *Revista Proposta*: Rio de Janeiro; *UFAm*: Manaus, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

_____. Sentido e viabilidade das novas formas de produção não capitalistas: alguns resultados de pesquisa sobre a economia solidária no Brasil. *International Society for Third-Sector Research - ISTR*. Toronto, Canada, julho – 2004.

LEITE, *Paula*. *O Futuro do trabalho:* novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Scritta/Fapesp, 1994.

MARCOS, Valeria de *et al*. Feira Agroecológica do Campus I da UFPB: certificação social e revitalização. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária: Presidente Prudente, 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília: TEM/SENAES, 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp> Acesso em 15 de setembro de 2010.

PINTO, Ana Regina. Desenvolvimento local: desenvolvimento não se espera, se faz. 2010. Trabalho final de disciplina de Especialização em Economia Solidária e Autogestão pela UFCG. Campina Grande – PB, 2010.

POCHMANN, Marcio. Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites. Nota Técnica: Mercado de Trabalho – IPEA, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24g.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2010.

ROUSSEL, Erick. L'économie solidaire et plurielle: une lecture par le site. In: Daghri, Taoufik; Zaoual, Hassan (Orgs.). Économie solidaire et *développement local*. Paris: Horizon Pluriel/ L' Harmattan, 2007.

SANTOS, Boaventura. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura (Org). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver:* os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. A Economia Solidária no Governo Federal. Ipea. Mercado de trabalho. 24 de agosto, 2004. Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/4927342/Economia-Solidaria-por-Paul-Singer. Acesso: 04 de agosto de 2011.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: Singer P.; Souza A. R. (Org.). *A economia solidária no Brasil*: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Economia Contexto, 2000.

Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). A Economia Solidária no Estado da Paraíba. Mapeamento Nacional. SENAES/TEM; UNITRABALHO e FINEP.

ZAOUAL, Hassan. *Nova economia das iniciativas locais.* Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

O novo cooperativismo e o caso da COOPERNUT: um sonho possível?[107]

Alberto Jorge Santos Lima Carvalho
Roberto Véras de Oliveira

Introdução

Este artigo tem como propósito principal analisar a prática do cooperativismo, na sua versão atual, particularmente referenciada à idéia da Economia Solidária. Versa mais especificamente sobre o caso da Cooperativa de Produção de Suplementos Naturais de Campina Grande Ltda - COOPERNUT, sediada em Campina Grande, na Paraíba. Optou-se aqui pelo estudo de uma experiência de cooperativismo autoassumido como do campo da Economia Solidária.

As origens do cooperativismo, na era moderna, remonta ao começo do século XIX, quando, na Europa, viviam-se as conseqüências sociais da Revolução Industrial. As primeiras manifestações se deram na Inglaterra e na Alemanha. Nos termos de Marx, a Revolução Industrial foi responsável por, ao introduzir a máquina no sistema produtivo, propiciar as condições de consolidação do modelo fabril, já iniciado com a *manufatura*, e do modo de produção capitalista, que agora evoluía de um tipo comercial a um tipo industrial. A dinâmica econômica cada vez mais se orientava para a acumulação de capital. O objetivo passava a ser, acima de tudo, o lucro. A sociedade polariza-se cada vez mais entre capitalistas, os possuidores de capital, e proletários, os despossuídos de quaisquer meios de produção, aos quais restava, como única forma de sobrevivência, a venda de sua força de trabalho aos primeiros. As conseqüências sociais desse momento histórico são dramáticas:

---

107 Este artigo se baseia na Dissertação de Mestrado defendida por Alberto Jorge Santos Lima Carvalho, em 2009, no PPGCS/UFCG, sob a orientação de Roberto Véras de Oliveira, com o título *O novo cooperativismo: alternativa de trabalho e renda ou mais um caminho para a precariedade das relações de trabalho?*

desorganização da economia feudal, expulsão dos camponeses de suas terras, urbanização desordenada e acelerada, inserção de mulheres, crianças e homens adultos no trabalho industrial, sob condições degradantes (salários aviltantes, jornadas extenuantes, ambientes insalubres, falta de proteção social e assistência), produção do que Marx chamou de um "exército industrial de reserva" etc. (Marx, 1988).

Para Singer (2000, p. 13), o que hoje tem sido denominado de Economia Solidária é uma experiência histórica que ao mesmo tempo em que se encontra associada à história do capitalismo industrial, desde suas origens, a contesta:

> A economia solidária não é a criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados "utópicos" da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento. A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução.

Foi em um contexto de transformações e mudanças, quando a miséria se tornou parte incontornável da paisagem européia, que surgiram algumas iniciativas que se colocavam como alternativas ao assalariamento e até ao próprio sistema capitalista. Entre essas, o cooperativismo. A cooperativa de *Rochdale* tornou-se o caso mais conhecido desse período. Seus princípios se converteram em uma referência para todo o movimento cooperativista internacional. Por volta de 1844, nas imediações de Manchester, na Inglaterra, diante das precárias condições vivenciadas pelos trabalhadores, um grupo de operários tecelões da cidade de Rochdale se reuniu para montar um armazém cooperativo, denominando tal iniciativa como *Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale*. O seu propósito era a melhoria das condições de trabalho e de vida dos seus sócios (MARTINS, 2006). A referida *Sociedade* foi fundada por 28 tecelões, com cada qual contribuindo com uma libra para compor o seu capital inicial. Em uma dezena de anos depois se ampliou enormemente, chegando a contar com mais de 1.400 sócios. Projetou-se como a *Cooperativa de Rochdale*, tornando-se uma referência, até hoje, do cooperativismo mundial (MARTINS, 2006). A Aliança Cooperativista Internacional, criada em Londres, em 1895, claramente incorporou nos seus Estatutos os princípios da *Cooperativa de Rochdale*.

Conforme destacou Singer (2003, p. 119): “A cooperativa de Rochdale é considerada a ‘mãe das cooperativas’, pois seus princípios foram adotados por inúmeras cooperativas que foram sendo criadas, não só na Inglaterra, mas nos demais países também”. Foi assim que, na altura do final do século XIX, “o cooperativismo se tornou um grande movimento social e potente modo de produção, inserido num sistema social em que o capitalismo se tornava cada vez mais dominante”. Entretanto, com a consolidação do modo de produção capitalista, ao longo do século XX, nos termos ainda de Singer (2003, p. 122), o assalariamento, de “opróbrio passou a ser condição social invejável”, de modo que “o cooperativismo perde sua missão transformadora e se torna modalidade de empresa participativa, em que a participação efetiva dos sócios se torna cada vez mais formal e esvaziada de sentido”.

No Brasil, não obstante a constituição de experiências de trabalho cooperativo com a vinda dos Jesuítas, o cooperativismo, nos moldes praticados na Europa da Revolução Industrial, começou a produzir suas primeiras formas de existência no final do século XIX. Há, por exemplo, registro da criação no Paraná, nesse período, da Colônia Tereza Cristina, pelo francês Jean Maurice Faivre, seguidor de Fourier (MARTINS, 2006). Mas foi só na década de 1930, sob novas condições políticas, econômicas e institucionais vividas pelo país, que o cooperativismo ganhou suas primeiras regulamentações. Um marco, quanto a isso, foi 1932, quando foi instituído o Decreto n.º 22.236, com o intuito de definir e disciplinar as cooperativas de trabalho (VERAS NETO, 2002). Com o Estado Novo e a partir de então, entretanto, o preço pago pelo reconhecimento estatal das cooperativas foi o seu enquadramento no paradigma geral do corporativismo de Estado. Sob esse marco institucional, as cooperativas só são toleradas se submetidas à tutela do Estado. Até a promulgação da Constituição Federal de 1988, a história do cooperativismo no Brasil foi marcado pela intervenção estatal.

A Economia Solidária, como hoje é conhecida no Brasil, só emergiu como fenômeno sócio-econômico-político nos idos dos anos 1980, tendo ganhado maior repercussão a partir de meados de 1990, alimentado pelas transformações que atingiram o mundo do trabalho. As experiências assim consideradas, tendo emergido em um contexto de crise do emprego e do trabalho, mas também do sindicalismo e das utopias socialistas (SINGER, 1998), se vêm desafiadas de diversas formas: que capacidade tem tido o cooperativismo, na sua versão atual e, mais em particular, sob a proposta da Economia Solidária, de contribuir para possibilitar efetivas alternativas de trabalho e renda, diante do desemprego e do subemprego? Tem essa sido capaz de se apresentar como

uma proposta viável? Ou está fadada a sucumbir à dinâmica capitalista, à sua lógica e aos termos da concorrência que esta implica?

As reflexões aqui apresentadas não têm a pretensão de apresentar respostas a tais questionamentos, mas tão somente indicar pistas a partir de um caso singular. O texto se encontra estruturado em quatro partes: depois desta *Introdução*, busca indicar o momento e condições de emergência recente da experiência da Economia Solidária no mundo e no Brasil e as questões que tem implicado; na sequência, trata da origem, do desenvolvimento e dos desafios vividos pela COOPERNUT; por último, tece algumas considerações não propriamente conclusivas.

A emergência da Economia Solidária

Uma das principais características da nova realidade do trabalho, sobretudo a partir do final dos anos 1970, tem sido a crise do emprego (POCHMANN, 2001a e 2001b). Como tendência geral, as empresas capitalistas, pressionadas pelo acirramento da concorrência intercapitalista e pela necessidade permanente de redução de custos, ao incorporar novos padrões tecnológicos e novos métodos de gestão, tendem a empregar contingentes cada vez menores de trabalhadores e a buscar uma cada vez maior flexibilização das relações de trabalho. Uma maior mobilidade produtiva e financeira do capital vem contribuindo para alterar a correlação de forças em detrimento dos trabalhadores, impondo-lhes perdas e reduzindo a necessidade de sua contratação pela empresa capitalista, ao mesmo tempo em que tem concorrido para diversificar (precarizando) os vínculos de trabalho. Processos como *flexibilização*, *heterogeneização*, *terceirização*, *informalização*, *precarização* das relações de trabalho atingem em cheio as dinâmicas das relações de trabalho em todo o mundo. Com isso, alimenta a busca de alternativas, por parte sobretudo dos que se vêem excluídos do mercado de trabalho. O ambiente foi assim criado para uma reemergência do cooperativsiomo em escala mundial.

Entre fins da década de 1970 e começo dos anos 1980 ocorreu um primeiro impulso com a disseminação de iniciativas visando salvar ou criar empregos, entre outras formas por meio da constituição de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores, muitas vezes contando-se com o apoio de sindicatos (SILVA FILHO, 2002). No começo dos anos 1980, foram constituídas cooperativas de trabalhadores por toda a Europa.

Santos (2005, p. 35) vê nas cooperativas, diante das novas dinâmicas do capitalismo, uma promessa como "alternativas de produção emancipadoras". Considera o autor que as cooperativas de trabalhadores:

a) podem se afirmar como uma contraposição à subordinação do trabalho ao capital, alimentando assim princípios não capitalistas, mesmo inserindo-se no mercado capitalista (marcado por alto grau de competitividade);
b) podem desenvolver a capacidade de enfrentar o mercado global contemporâneo (visto que sua capacidade de produção tende a ser maior do que a das empresas capitalistas, ao se basear em um maior incentivo econômico e moral de seus trabalhadores-sócios, e seus custos de produção tendem a ser menores do que os das empresas capitalistas, principalmente quanto aos gastos com supervisão);
c) podem ser um estímulo não somente ao crescimento econômico, mas também uma forma de diminuição dos níveis de desigualdade, já que além de trabalhadores os cooperados também são proprietários de seu empreendimento;
d) podem trazer benefícios, não só econômicos para os seus sócios, mas para além desses, sociais e ambientais, para o conjunto das comunidades na quais se inserem.

Nos países da periferia do mundo, as novas dinâmicas econômicas e sociais trouxeram conseqüências ainda mais danosas para os trabalhadores. Os processos de exclusão são ainda mais contundentes, como observa Singer (1998, p. 63):

> É sem dúvida incomum uma pessoa estar completamente excluída ou incluída no tecido social. A exclusão social deve ser encarada como uma questão de grau. Contudo, nos países de Terceiro Mundo, existe uma forma de exclusão social que é fundamental: a exclusão econômica. É a forma mais ampla, e suas vítimas estão provavelmente excluídas da maioria das outras redes sociais.

Entretanto, Singer (1999b, p. 09) adverte:

> A economia solidária não é uma panacéia. Ela é um projeto de organização sócio-econômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – mas não eliminação! – destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas solidárias entre produtores e entre consumidores.

A *Economia Solidária*, que comporta o cooperativismo e outras formas de associativismo e de práticas autogestionárias, foi um conceito criado na década de 1990 (SINGER, 1998). Diante da crise do emprego e das conseqüências que tem trazido para os trabalhadores, as formas clássicas de resistência dos trabalhadores, principalmente os sindicatos, vêm se mostrando incapazes de encontrar saídas. O cooperativismo se afirmou então como uma possibilidade de colocar a força de trabalho a serviço do trabalhador, configurando um contraponto à sua condição de alienação imposta pelas relações capitalistas. O ressurgimento da Economia Solidária, como afirma Gaiger (2004, p. 08), "instaura as bases de uma economia do trabalho que subverte a lógica de produção de mercadorias". Gaiger (2004) realça, como contexto favorável à emergência do fenômeno da Economia Solidária, entre outros aspectos, uma situação de redefinição do padrão de acumulação capitalista, que tem implicado em uma crise do emprego. No plano político, o ambiente configurado com a derrocada da experiência socialista colocou em xeque as estratégias das tradicionais organizações e das correntes políticas. O estreitamento da oferta de emprego e a deterioração da qualidade dos postos de trabalho têm suscitado a busca por alternativas de sobrevivência. A Economia Solidária se colocou assim como uma alternativa:

> Esse fato, uma vez superado um momento inicial de perplexidade e desorientação, estaria ajudando a desobstruir o caminho, em direção a novas experiências sociais e a novos esquemas de análise e de formulação estratégica. Assim, mesmo com alguma hesitação, veio a reconhecer-se a compatibilidade entre a economia solidária e a economia de mercado, no sentido de admitir sua convivência e encontrar aí, ao menos passageiramente, condições de expansão da primeira. (GAIGER, 2004, p. 08).

A Economia Solidária, segundo Singer, integra a formação social capitalista, uma vez que o capitalismo "não só é o maior dos modos de produção mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses" (SINGER, 2005, p. 86). Acresenta, ainda, o mesmo autor:

> Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos

> capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. (SINGER, 2005, p. 36)

Ao mesmo tempo, considera, a Economia Solidária se opõe à separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que consiste na base do capitalismo. Nos empreendimentos solidários, são os próprios sócios quem os financiam. São esses, ao mesmo tempo, proprietários e trabalhadores.

> A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. (...) A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro mas a quantidade e a qualidade do trabalho (SINGER, 2002, p. 04)

A Economia Solidária se coloca, assim, como uma possibilidade de reconciliação do trabalhador com seus meios de produção, ao mesmo tempo em que, de acordo com Gaiger (2003), propicia uma experiência de trabalho de outro tipo, baseada em parâmetros de eqüidade e de dignidade. Há, incontestavelmente, um enriquecimento do trabalho, do ponto de vista humano. Para os sócios dos empreedimentos solidários, a propriedade se configura como coletiva e o poder de decisão como mais democrático. Um dos mais divulgados princípios da Economia Solidária advoga: um cooperado, um voto. A responsabilidade para gerenciar as empresas solidárias deve ser, em regra, determinada democraticamente, cabendo a todos os associados participar das decisões quanto às diretrizes e objetivos, e da escolha dos seus dirigentes. A autogestão, baseada em um caráter democrático das decisões, é o que distingue, fundamentalmente, um empreendimento como sendo afinado com os princípios da Economia Solidária, frente aos que desta destoam. Funda-se em relações de solidariedade e reciprocidade enquanto fatores indispensáveis da organização do processo de trabalho. De modo sintético, Gaiger (2002, p. 64) caracteria assim os empreendimentos solidários:

> O conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade. Tolerar ou mesmo estimular a formação de empreendimentos alternativos aos padrões capitalistas normalmente aceitos, tais como cooperativas autogeridas é, objetivamente falando,

> uma forma de reduzir o passivo corrente que se materializa em ondas crescentes de desemprego e falências. (...) Tais empreendimentos encontram potencialmente, no trabalho coletivo e na motivação dos trabalhadores que os compõem, uma importante fonte de competitividade reconhecida no capitalismo contemporâneo (GAIGER, 2002, p. 64).

Esses, ainda segundo o autor, podem se diferenciar das empresas capitalistas também por sua eficácia econômica.

> ... o interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso do empreendimento estimula maior empenho com o aprimoramento do processo produtivo, a eliminação de desperdícios e de tempos ociosos, a qualidade do produto ou dos serviços, além de inibir o absenteísmo e a negligência (GAIGER, 2002: 34).

São os empreendimentos solidários dotados de um grande potencial de irradiação de iniciativas coletivas e de articulação das iniciativas existentes. São, por isso, uma importante estratégia de desenvolvimento local e de desenvolvimento sustentável.

Conforme Singer (1999), a Economia Solidária é herdeira da cultura política do movimento operário, ao mesmo tempo, que se coloca como seu sucedâneo.

> Hoje pode-se distinguir entre o cooperativismo tradicional e o novo cooperativismo, que traz as marcas da crise ideológica de esquerda e a necessidade de enfrentar o neoliberalismo e a atual crise das relações de trabalho. O novo cooperativismo constitui a reafirmação da crença nos valores centrais do movimento operário socialista: democracia na produção e distribuição, desalienação do trabalhador, luta direta dos movimentos sociais pela geração de trabalho e renda, contra a pobreza e exclusão socias (SINGER, 1999).

O projeto da Economia Solidária, conforme se anuncia e seus idealizadores procuram implementar, encerra um potencial ímpar de sustentabilidade econômica, social e ambiental. Entretanto, o novo cooperativismo é uma experiência em aberto. Em cada país guarda características próprias. Em cada

caso, há sempre discrepâncias e tensões entre aquilo que se propõe e o que efetivamente se constrói. Mesmo quando formado em princípios firmes e ou ancorado em bases organizativa e jurídica adequadas, os empreendimentos solidários podem apresentar dificuldades e contradições. A Economia Solidária é um processo em construção. Implica em conflitos, lutas, disputas, internas e externas. Trata-se de uma possibilidade alternativa de organização econômica. Influencia e se alimenta de novas formas de organização social. Encerra uma prática política destoante do caráter autoritário da cultura política historicamente prevalecente no país. Compõe, ao mesmo tempo as dinâmicas econômica, social e política.

No caso do Brasil, a emergência de um novo cooperativismo se colocou quanto mais o país sofreu os impactos da crise do trabalho. Para Singer (2000, p. 25), a Economia Solidária começou a reaparecer no país na década de 1980, mas só ganhou maior repercussão a partir de meados dos anos 1990:

> Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. Em 1991, tem início o apoio de assessores sindicais a operários que conseguem se apossar da massa falida da empresa que antes os empregava, formando uma cooperativa de produção, que retoma as operações e assim "salva" os postos de trabalho até então ameaçados de fechamento. Três anos depois, diversas empresas autogestionárias com esta origem fundam a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Parcipação Acionária (Anteag).

Apesar dos limites, prolifera-se pela gestão pública municipal, estadual e federal a constituição de políticas e órgãos públicos destinados ao fomento de empreedimentos cooperativos. É o caso da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, criada em 2003. Os princípios e o projeto da Economia Solidária são articulados e irradiados a partir dos Fóruns Nacional, Estaduais e Municipais de Economia Solidária. Os quais reúnem empreendimentos (na forma de cooperativas, empresas autogestionárias, associações, entre outras), órgãos representativos de empreedimentos solidários (centrais, uniões, associações), ONGs apoiadoras, incubadoras de empreendimentos solidários, órgãos públicos com funções relacionadas ao tema.

A experiência aqui analisada encontra-se inserida nas dinâmicas do Fóruns Estadual e Regional de Economia Solidária. O Fórum Regional se refere ao município de Campina Grande e entorno. Agrega mais de 30 (trinta) empreendimentos solidários dos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Lagoa Nova, Fagundes, Queimadas, Lagoa de Roça, Esperança, Boa Vista. Segue a mesma organização do Fórum Nacional.

COOPERNUT: uma experiência solidária no município de Campina Grande?

Ainda no ano de 2000, em uma reunião paroquial, o pároco da Comunidade das Graças (em Campina Grande), padre Aparecido, preocupado com o alto nível de desemprego, organizou uma palestra sobre cooperativismo e sugeriu aos membros das Pastorais ali presentes que incentivassem a organização dos trabalhadores em associações ou cooperativas, de modo a assim proporcionar ocupação e renda. Na referida palestra, três mulheres, que participavam da Pastoral da Criança, se interessaram pelo tema e viram naquela uma possibilidade de potencializarem uma atividade que já desempenhavam, a produção de *"multi-mistura"*[108]. As agentes pastorais reuniram sete mulheres e dois homens da comunidade. Todos situados em condições precárias de vida. Quanto às mulheres, nenhuma delas desempenhava atividades remuneradas.

A atividade foi originalmente instalada no próprio salão paroquial, situado embaixo da igreja[109]. O empreendimento foi estabelecido se baseando no domínio da técnica de produção da *multi-mistura* e se apoiando no uso de um fogão e de utensílios pertencentes à Pastoral da Criança. Para iniciar, foi necessário, no entanto, a aquisição de ingredientes, o que foi financiado por meio de um rateio feito entre os participantes. Cada um participou com a quantia de R$ 20,00 (vinte reais). A primeira produção do grupo somou 80 (oitenta) pacotes da farinha.

De início a farinha era distribuída nos mercadinhos e mercearias da comunidade. Com o passar do tempo, com a ampliação das vendas e a necessidade

---

108 Farinha rica em nutrientes, composta de farelos de cereais, trigo e arroz (vitaminas do complexo B, niacina, ferro, cálcio, zinco e fibras e outros nutrientes), pó de folhas-verdes escuras, como mandioca, pó de sementes ,como gergilin, pó de casca de ovo. Originalmente elaborada pela Pastoral da Criança para ser utilizada no combate à desnutrição infantil.

109 No Bairro do Presidente Médice.

de adentrar em outros mercados, se colocou a necessidade e a possibilidade de se buscar um espaço maior para fabricação da farinha. Do ponto de vista da organização do grupo, avançou-se para a constituição de uma associação. A referida experiência logo chamou a atenção da imprensa que em 2001 noticiou a existência de uma cooperativa tida como um empreendimento viável. Na verdade, naquele momento o empreendimento ainda não estava constituído na forma de cooperativa. Tão somente se encontrava organizado informalmente como um "grupo de mulheres".

Mas diante da necessidade de se organizar formalmente, o "grupo" resolveu buscar ajuda do setor público, procurando a Prefeitura Municipal. A prefeita Cozete Barbosa, do Partido dos Trabalhadores – PT, interessou-se pela experiência e encaminhou o grupo para a Agencia Municipal de Desenvolvimento – AMDE[110]. Na AMDE, o "grupo de mulheres" foi encaminhado ao recém criado setor de apoio ao associativismo e cooperativismo. Depois de cursos de capacitação sobre cooperativismo e inúmeras reuniões realizadas na comunidade, no dia 06 de dezembro de 2002, na sede do Clube de Mães Nossa Senhora Rosa Mística, no bairro do Presidente Médice, foi realizada a Assembléia Geral de Constituição da Cooperativa de Produção de Suplementos Naturais de Campina Grande Ltda – COOPERNUT. Os arquivos da AMDE indicam que o órgão assessorou a constituição de uma dezena de empreendimentos cooperativos no município. Entretanto, a COOPERNUT teria sido um dos poucos a se estabelecer.

Após a constituição da Cooperativa, com a aprovação do seu estatuto social, bem como com a eleição de sua diretoria e conselho fiscal, verificou-se que, agora organizados, outros desafios estavam à porta. O primeiro deles, de cunho cultural, já que o cooperativismo não era uma prática muito usual na Paraíba, consistia em proceder à interiorização, entre os cooperados, da percepção de que a relação que os unia não era de cunho empregatício. Ao contrário, tratava-se de uma associação entre iguais, com o fim de cooperarem entre si e, assim, empreenderem uma atividade econômica coletivamente, cujos benefícios deveriam ser repartidos entre todos igualmente.

O empreendimento começou a crescer e as vendas aumentaram. O salão paroquial, onde a atividade inicialmente era realizada, ficou pequeno e o cheiro proveniente da produção das farinhas começou a incomodar as outras equipes. Com isso, a obtenção de um lugar próprio passou a ser seu principal objetivo. Em um primeiro instante, as cooperadas requereram da prefeitura a

110 Autarquia Municipal.

doação de um terreno localizado em frente à Igreja das Graças. A então prefeita sugeriu, junto com a diretoria da AMDE, a utilização de um galpão da CINEP[111], o que graças à boa relação política entre a prefeitura municipal de Campina Grande – PB e o governo do estado da Paraíba, tudo foi organizado e o galpão situado no lote 19 e 20, da Quadra 03, à Av. Juscelino Kubistchek, s/n, Distrito Industrial do Velame, Campina Grande. Tendo sido cedido em regime de Comodato[112]. A Cooperativa conseguiu, ainda, a reforma do imóvel, de modo a adequá-lo suas às necessidades.

Verifica-se que desde o início, com o ainda "grupo de mulheres", havia uma forte preocupação das primeiras envolvidas com a sua organização interna e, principalmente, com a normatização do funcionamento e de situações do dia-a-dia, como problemas de saúde e faltas justificadas. Tanto é assim que, mesmo antes de formarem a cooperativa propriamente dita, já tinham um "estatuto do grupo de mulheres". Este documento era composto por seis artigos. Com o passar do tempo, até com a necessidade imposta pela legislação vigente, já enquanto cooperativa, foi elaborado um estatuto social, onde além de melhor elaborado já dispunha sobre toda a estrutura organizacional do empreendimento, bem como seus objetivos e a forma como proceder a tomada de decisões. Nos referidos Estatutos constam os princípios norteadores do empreendimento: adesão livre, gestão democrática, participação econômica do sócio, autonomia e independência, educação, capacitação e divulgação, cooperação intercooperativa e interesse pela comunidade.

A administração da cooperativa se dá por meio dos seguintes órgãos: Assembléia Geral, Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. A Assembléia Geral é o órgão superior da Cooperativa, formada por todos os cooperados, para reunidos tomarem as decisões de interesse da entidade. Decisões, essas, que atingirão a todos os associados, mesmo se ausentes. Essa reunião poderá ocorrer de forma ordinária, devendo ser realizada ao menos uma vez por ano sempre no decorrer dos três primeiros meses após o exercício social. Poderá, ainda, ocorrer de forma extraordinária, em qualquer tempo, sempre mediante convocação por meio de edital veiculado em órgão da mídia impressa, para discutir sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa. O

---

111 Companhia de Desenvolvimento da Paraíba.

112 É o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, que se perfaz com a tradição do objeto. Esse contrato, real e unilateral, determina que as coisas sejam devolvidas em espécie aoós o devido uso e no prazo convencionado (Guimarães, Deocleciano Torrieri. Dicionário Técnico Jurídico. São Paulo: Reideel. 2004.

Conselho de Administração é o órgão superior, responsável pela administração do empreendimento, a quem se destina todo e qualquer assunto de ordem econômica e social, de interesse da Cooperativa ou de seus cooperados, sendo o mesmo composto por cinco membros, todos eles em pleno gozo de seus direitos enquanto cooperados. Compõe o Conselho: o Diretor Presidente, o Diretor Administrativo-Financeiro, o Diretor de Produção e Marketing e mais dois Conselheiros. O seu mandato é de 03 (três) anos, sendo obrigatoriamente renovado em um terço a cada início de mandato. O Conselho Fiscal é constituído por seis membros, sendo três titulares e três suplentes, com mandato de um ano, permitida a reeleição para o período imediatamente posterior de apenas um terço de seus membros. Ou seja, no Conselho Fiscal a renovação é de dois terços para cada mandato.

Vê-se com isso que as atribuições estão formalmente bem definidas. E, de fato, conforme observação ao longo da pesquisa, as assembléias são participativas, as decisões passam por consultas, há um clima de compartilhamento de responsabilidades. Entretanto, seja por um ímpeto das principais dirigentes, seja por acomodação da maioria dos membros (quanto aos assuntos organizativos e deliberativos), seja por pressão da dinâmica de mercado (que, cada vez mais, passa a exigir respostas rápidas para as situações que vão se apresentando), as decisões cotidianas tendem a se concentrar em algumas sócias. Note-se que, desde sua fundação, não tem havido rodízio na gestão do empreendimento, ao mesmo tempo em que não se manifestam disputas em torno da ocupação dos cargos.

Uma observação especial cabe à questão da remuneração. Como os demais aspectos da vida organizativa da Cooperativa, também a definição sobre a remuneração das cooperadas se faz sob procedimento participativo e coletivamente deliberado. A mesma se dá por meio de hora-trabalhada, valorizando segundo as cooperadas aqueles que mais trabalham. Mas, quanto à Diretoria, que tem horário de trabalho integral, sua remuneração é diferenciada, sendo baseada não em horas trabalhadas mas determinado um valor fixo. Trata-se de uma situação que, se por um lado, indica o reconhecimento por um trabalho indispensável ao desenvolvimento do empreendimento, por outro lado, pode implicar em um elemento de diferenciação interna que, no futuro, venha a comprometer o caráter igualitário e solidário da proposta.

Com a sua consolidação, a COOPERNUT vem se destacando não mais apenas no mercado de produção de *multi-mistura*, passando a atuar também na produção de outras farinhas naturais, como linhaça e trigo e também na área de serviços de *buffet*, tendo inclusive reformado um imóvel (galpão) situado

ao lado da sede da Cooperativa para atender clientes que queiram lá realizar eventos (salão de recepção). É evidente o quanto a situação econômico-financeira das cooperadas melhorou. As mesmas percebem, com regularidade, uma renda sempre bem maior do que o salário-mínimo. Nas entrevistas realizadas, as mesmas o tempo inteiro deixavam transparecer o quanto se encontram motivadas e empolgadas com o sucesso do empreendimento e o quanto estão satisfeitas com os ganhos que vêm auferindo.

A COOPERNUT, desde seus primeiros momentos, buscou estabelecer relações com órgãos públicos e instituições da sociedade civil, de modo a compartilhar inseguranças, se esclarecer sobre procedimentos jurídicos, angariar apoios. Ao longo de sua trajetória constituiu inúmeras parcerias. São exemplos: a AMDE, de quem obteve as primeiras orientações e as primeiras formas de apoio; a CINEP, órgão de desenvolvimento do Governo do Estado, de quem obteve importante ajuda para compor sua infraestrutura (sede e salão de eventos cedidos em regime de comodato); o Banco do Brasil, de quem obteve empréstimo via programa Desenvolvimento Regional Sustentável, para adquirir um veículo Van, bem como utensílios para mobiliar seu salão de eventos; a EMBRAPA, de quem obtém parte de suas matérias primas, como o gergelim e com quem tem um contrato de prestação de serviços, para servir café da manhã a seus funcionários; o SEBRAE, além de cliente, é o principal agente formativo junto à Cooperativa (qualificação para a produção das farinhas e para o serviço de *buffet*) e colabora na elaboração do plano de negócios; a UNISOL BRASIL, de quem obtém assessoramento no tema do cooperativismo e nos assuntos da Economia Solidária; a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, de quem obteve apoio nos assuntos do cooperativismo; a UEPB, de quem obtém ajuda na área técnica, especialmente quanto à atualização das tabelas nutritivas dos produtos ofertados pela Cooperativa; a Pastoral da Criança, de quem sempre contou com sua ajuda e motivação e para a qual prepara um sopão mensal, de modo a atender as pessoas assistidas pela Pastoral.

Por meio das parcerias, a COOPERNUT nasceu e se desenvolveu inserida em diversas redes de apoio recíproco. Tendo, esse, sido um fator decisivo para o seu sucesso econômico e social. Quanto à dimensão mais social e política, a participação da COOPERNUT nos Fóruns Regional e Estadual de Economia Solidária lhe tem propiciado o compartilhamento de um projeto mais amplo, ao mesmo tempo que contribui para alimentar internamente o elemento da solidariedade enquanto uma idéia chave para os desdobramentos da experiência. Considere-se que, conforme se pode observar ao longo da

pesquisa, o tema e as idéias da Economia Solidária não estão ainda assentados fundamente entre os membros do empreendimento. Não obstante tantas parcerias e a participação nos referidos Fóruns, os contatos se concentram em alguns membros. Por ouro lado, quanto mais sucesso econômico tem o empreendimento, mais as atenções se voltam para as questões técnico-financeiras implicadas nas suas atividades. Esse é, aliás, um dos desafios dos empreendimentos solidários, já apontados pela bibliografia (ver, por exemplo, GAIGER, 2002). Ou seja, se para a maioria o primeiro desafio é se viabilizar economicamente, uma vez superando essa fase, coloca-se cada vez mais problemático associar sucesso econômico e atenção às dimensões social e política.

Considerações finais

A presente pesquisa indicou, sobretudo a partir do debate bibliográfico, o quanto não tem sido fácil, para um empreendimento de tipo solidário, se firmar economicamente. Isso significa: saber adentrar nos meandros da lógica capitalista do mercado, sem se deixar ao mesmo tempo contaminar por esta; ser capaz de participar de redes de apoio recíproco com diversos outros empreendimentos de mesma natureza, de modo a contornar no máximo possível as dificuldades impostas pela concorrência capitalista (cuja lei prevalecente é: quem tem mais capital tende a se impor diante da concorrência); saber mobilizar apoio político, de parceiros e dos órgãos públicos, com vistas a configurar uma dinâmica favorável à proposta da Economia Solidária.

Ao mesmo tempo, a pesquisa trouxe à lume uma experiência que, se constituindo a partir de condições muito adversas, mas com muita determinação, apoio, solidariedade compartilhada e recebida, se estabeleceu como uma das principais referências de empreendimento solidário da região de Campina Grande e, quiçá, da Paraíba. O sucesso econômico da COOPERNUT é evidente. O desafio agora, no entanto, é o de fazer com que tal sucesso venha a potencializar as dimensões social e política da proposta. Em que medida se consolida, na mesma proporção, no plano interno, uma preocupação com a incorporação e o exercício dos princípios da Economia Solidária (autogestão democrática)? E, no plano externo, em que medida tal sucesso econômico tem sido um fato de divulgação, irradiação, apoio do projeto da Economia Solidária, por exemplo por meio de uma inserção mais funda nos Fóruns Regional e Estadual? Tais correspondências não parecem estar se verificando, o que pode significar, se não vierem a ser trabalhadas, uma discrepância cada vez comprometedora.

De outra parte, nos arriscamos a dizer, o desenvolvimento do projeto da Economia Solidária, se depende, de um lado, dos próprios empreendimentos e de seus apoiadores em apontarem os caminhos mais virtuosos e consistentes, de outro, não poderá prescindir de uma maior presença das políticas públicas. Uma nova base jurídica que a regulamente de modo mais favorável, sua inclusão nos orçamentos públicos, de modo a embasar ações mais ousadas e conseqüentes, e uma ação normativa mais abrangente sobre a dinâmica de mercado, de modo a inibir práticas que só favorecem a lógica capitalista, são áreas em que se pode avançar muito ainda. As quais, com certeza, farão a diferença sobre as possibilidades futuras da Economia Solidária.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. *In*: Planalto Federal. Legislação Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L5764.htm, acesso em 08 de agosto de 2007.

CATTANI, Antonio (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. São Leopoldo, 2002, disponível em www.ecosol.org.br. Acesso em 11 de agosto de 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária frente a novos horizontes. São Leopoldo, 2003, disponível em www.ecosol.org.br. Acesso em 11 de agosto de 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil.* Porto Alegre: UFRGS Editora. 2004.

LIMA, Jacob Carlos. *As artimanhas da flexibilização:* o trabalho terceirizado em cooperação de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Cooperativas de trabalho*. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MARX, Karl. *O capital.* São Paulo, Nova Cultural, 1988.

NAKANO, Marilena. Anteag, autogestão como marca. *In*: Singer, P.; Souza, R. (orgs.). *Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

POCHMANN, Márcio. *A década dos mitos:* o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001a.

_____. *O emprego na globalização:* a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001b.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver*: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA FILHO, Cícero Virgulino da. *Cooperativas de trabalho.* São Paulo: editora Atlas, 2002.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante:* repensando o socialismo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. Cooperativismo e sindicatos no Brasil. Texto constante no Projeto de Desenvolvimento Solidário. CUT. Seminário Regional, Economia Solidária e Sindicalismo, Ago/1999, Florianópolis. Escola Sul – CUT.

_____. Cooperativismo e sindicatos no Brasil. *Sindicalismo e Economia Solidária.* Dez/1999a.

_____. *Globalização e desemprego:* diagnóstico e alternativas. 3ed. São Paulo, Contexto, 1999b.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: Singer, P.; Souza, A. (orgs.). *A economia solidária no Brasil:* a auto gestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto. 2000.

_____. *Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo. 2002.*

_____. *Economia solidária. In*: Cattani, A. (org.), *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**.** *In*: Santos, Boavenutura (org.), *Produzir para viver*: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de. *A economia solidária no Brasil:* a auto gestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto. 2000.

VÉRAS NETO, Francisco Quintanilha. *Cooperativismo:* nova abordagem sócio-jurídica. Curitiba: Juruá, 2002.

Os Autores

Alberto Jorge Santos Lima Carvalho
Mestre em Ciências Sociais (UFCG)
E-mail: alberto-jorge@oi.com.br

Aldenôr Gomes da Silva
Doutor em Ciência Econômica (UNICAMP)
Professor Visitante da UFCG
E-mail: aldenor@ufrnet.br

Alexandre Santos Lima
Mestre em Ciências Sociais (UFCG)
Professor da UEPB
E-mail: alexandre_santoslima@hotmail.com

Diogo Fernandes da Silva
Mestre em Ciências Sociais (UFCG)
Professor da UFPB
E-mail: diogofernan@yahoo.com.br

Edgard Leitão de Albuquerque Neto
Mestrando em Ciências Sociais pela UFCG e bolsista da CAPES
E-mail: edgard.leitao@bol.com.br

Eliana Monteiro Moreira
Doutora em Sociologia (Picardie – França)
Professora da UFPB
Membro do PPGS/UFPB
E-mail: emmoreira@uol.com.br

Eugenio V. Pereira Neto
Mestre em Ciências Sociais (UFCG)
Professor da UEPB
E-mail: eugeniovital@yahoo.com.br

Jorge Souza Alves
Doutor em Sociologia (UFPB)
Técnico do IBGE
E-mail: jorge.alves@ibge.gov.br

Josilene Felix Marinho
Mestre em Ciências Sociais (UFCG)
E-mail: j_fmarinho@hotmail.com

Jucelino Pereira Luna
Doutor em Ciências Sociais (UFCG)
Professor da UEPB
E-mail: jucelino.luna@hotmail.com

Rejane Gomes Carvalho
Doutora em Sociologia (UFPB)
Professora da UFPB
E-mail: rejanegcarvalho@yahoo.com.br

Renato Silva de Assis
Mestrando em Economia Regional (UFRN)
Técnico do Dieese - Paraíba
E-mail: rassis@dieese.org.br

Roberto Véras de Oliveira
Doutor em Sociologia (USP)
Professor da UFPB
Membro do PPGS/UFPB e do PPGCS/UFCG
E-mail: roberto.veras.2002@gmail.com

Rosa Emília Araújo Idalino
Mestre em Ciências Sociais (UFCG)
E-mail: rosaidalino@gmail.com

Roseli de Fátima Corteletti
Doutora em Sociologia (UFPB)
Professora da UFCG
E-mail: roselicortel@yahoo.com.br

Thelma Flaviana
Socióloga e Especialista em Economia Solidária (UFCG)
E-mail: thelfrs@yahoo.com.br

Welington Barros Cantalice
Mestre em Ciências Sociais (UFCG)
E-mail: welingtoncantalice@gmail.com

Sobre o livro

Projeto Gráfico e Editoração	Jéfferson Ricardo Lima Araujo Nunes
Design da Capa	Erick Ferreira Cabral
Ilustração da Capa	Cedido pelo Laboratório CTS -UEPB

Impressão	Gráfica Universitária da UEPB
Formato	17 x 24 cm
Mancha Gráfica	12 x 19 cm
Tipologias utilizadas	Adobe Garamond 11,5 pt Glober 14 pt
Papel	Polén 75g/m² (miolo) e Cartão Supremo 250g/m² (capa)